



VOLUME X

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MORA

Mora, 12 de fevereiro de 2021



FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:

Eng.º Luís Simão de Matos (Presidente da Câmara Municipal de Mora)

Diretor Executivo:

Ricardo Tomé (Geógrafo Físico, Msc.)

Coordenador Técnico:

Tiago Sousa (Geógrafo)

Colaboradores Técnicos:

Ana Rodrigues (Geógrafa)

Alexandre Domingues (Geógrafo)

Bogdan Jaranovic (Geógrafo)

Isabel Moraes Cardoso (Jurista)

Luísa Adelino (Geógrafa)

Mónica Sagreiro (Geógrafa)

Ricardo Soares (Geógrafo)

Vítor Oliveira (Geógrafo)

ÍNDICE GERAL DO PLANO

VOLUME I.	DO ÂMBITO E ALCANCE ÀS PREOCUPAÇÃO GLOBAIS	
PARTE I.	O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MORA. CONTEXTO, ÂMBITO E ALCANCE	9
I.1	Nota introdutória	10
I.2.	Metodologia e a estrutura do PDM	23
I.3.	Quadro estratégico, legal e processual	35
I.4.	Bibliografia	57
PARTE II.	AO ENCONTRO DO CONCELHO DE MORA. O TERRITÓRIO	63
II.1.	Enquadramento geográfico. Da Europa a Mora	64
PARTE III.	DAS PREOCUPAÇÕES GLOBAIS AO CONCELHO DE MORA	63
III.1.	Alterações climáticas	64
III.2.	Fenómenos Perigosos. Da tomada de consciência à incorporação do risco na gestão do território	88
III.3.	Bibliografia	102
VOLUME II	ESPAÇO FÍSICO E VALORES NATURAIS	
PARTE IV.	ESPAÇO FÍSICO E VALORES NATURAIS	12
IV.1.	Ambiente climático e território	13
IV.2.	Geomorfologia	52
IV.3.	Hidrogeologia	107
IV.4.	Hidrografia e Hidrologia	128
IV.5.	Solos. Tipos e capacidade de uso	191
IV.6.	Ocupação e uso do solo. A situação atual.	211
IV.7.	Os valores naturais do concelho	238
VOLUME III.	AS PESSOAS E A DINÂMICA SOCIOECONÓMICA	
PARTE V.	AS PESSOAS E AS ATIVIDADES ECONÓMICAS	14
V.1.	População: situação atual e dinâmicas	15
V.2.	Base socioeconómica do concelho de Mora	98
V.3.	Bibliografia	163
VOLUME IV	SISTEMA URBANO E LINHAS ESTRUTURANTES	
PARTE VI.	SISTEMA URBANO E LINHAS ESTRUTURANTES	13
VI.1.	Sistema urbano	14



VI.2.	Equipamentos	77
VI.3.	Infraestruturas	112
VI.4.	Acessibilidades e mobilidade territorial	195
VI.5.	O Ruído	254
VOLUME V	PATRIMÔNIO. UM LEGADO CULTURAL	
PARTE VII.	PATRIMÔNIO. UM LEGADO CULTURAL	7
VII.1.	Conhecer para valorizar o património	8
VOLUME VI	DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO A UMA ESTRATÉGIA PARA O TERRITÓRIO	
PARTE VIII.	DO ESTADO DO ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO A UMA ESTRATÉGIA PARA O TERRITÓRIO	8
VIII.1.	Os instrumentos de gestão territorial. Da caracterização à dinâmica	9
VIII.2.	A auscultação dos atores locais. Um contributo fundamental para o planeamento e desenvolvimento	57
VIII.3.	Da situação existente ao pano de fundo para a definição de uma estratégia para o desenvolvimento	74
VOLUME VII	PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO. CONDICIONANTES	
PARTE IX	PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO	8
IX.1	As condicionantes ao uso do solo	9
VOLUME VIII	PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO – ORDENAMENTO-	
PARTE IX	PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO	11
IX.2	Proposta de ordenamento	12
IX.3.	O PDM de Mora de 3.ª geração. Compatibilidade e conformidade com os IGT eficazes	186
IX.4	Gestão e operacionalização do PDM de Mora	222
VOLUME IX	REGULAMENTO DO PDM DE MORA	
PARTE X	REGULAMENTO DO PDM DE MORA	-
VOLUME X	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	
PARTE XI	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	9
XI.1	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD)	10
XI.2	Relatório Ambiental	122
XI.3	Resumo Não Técnico	260
VOLUME XI	PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	
PARTE XII	PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	
XII.1	RELATÓRIO DA PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	

ÍNDICE DO VOLUME X

PARTE XI. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	10
XI.1. Relatório de fatores críticos para a decisão (RFCD)	11
XI.1.1. Contextualização	12
XI.1.1.1. Estrutura e organização do RFCD.....	15
XI.1.2. Objetivos e Metodologia da AAE	16
XI.1.3. Metodologia do RFCD	21
XI.1.4. Objeto de avaliação da AAE do PDM de Mora.....	24
XI.1.5. As Questões Estratégicas do PDM de Mora	29
XI.1.6. O Quadro de Referência Estratégico (QRE)	31
XI.1.7. As questões ambientais e de sustentabilidade (QAS).....	35
XI.1.8. Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	38
XI.1.8.1. Identificação e descrição dos FCD	38
XI.1.8.2. FCD1. Desenvolvimento socioeconômico.....	42
XI.1.8.3. FCD2. Estruturação, qualificação e promoção do território.....	44
XI.1.8.4. FCD3. Patrimônio e desenvolvimento turístico.....	47
XI.1.8.5. FCD4. Preservação e valorização dos espaços de valor ambiental e prevenção do risco	48
XI.1.8.6. FCD5. Governança, cidadania e equidade social	54
XI.1.9. Envolvimento público e institucional	56
XI.1.10. Proposta de estrutura do relatório ambiental	59
XI.1.11. Considerações finais.....	60
XI.1.12. Bibliografia.....	61
XI.1.13. Anexo	69
XI.2. Relatório Ambiental	122
XI.2.1. Contextualização: da importância e enquadramento legal da AAE aos objetivos e metodologia do RA.....	123
XI.2.2. Objeto de avaliação	126
XI.2.3. Fatores críticos para a decisão (FCD)	127
XI.2.4. Análise e Avaliação Ambiental Estratégica do Modelo Territorial por FCD	144
XI.2.4.1. Enquadramento	144

XI.2.4.2. FCD1. Desenvolvimento Socioeconômico	145
XI.2.4.3. FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	157
XI.2.4.4. FCD3. Patrimônio e desenvolvimento turístico.....	164
XI.2.4.5. FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco... 173	
XI.2.4.6. FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social	186
XI.2.5. Diretrizes para o Seguimento.....	193
XI.2.5.1. Diretrizes de planejamento e gestão.....	194
XI.2.5.2. Diretrizes de monitorização	203
XI.2.5.3. Diretrizes de governança	212
XI.2.6. Considerações finais	217
XI.2.7. Bibliografia	219
XI.2.8. Anexo 1 – Análise Tendencial	222
XI.3. Resumo Não Técnico.....	260
XI.3.1. Contextualização	261
XI.3.2. Objeto de avaliação: o que se avaliou?	262
XI.3.3. Objetivo e metodologia: como se avaliou?	265
XI.3.4. Quais são os fatores críticos para a decisão e os critérios de avaliação?	268
XI.3.5. Análise e avaliação ambiental estratégica do modelo territorial por FCD	274
XI.3.5.1. Principais tendências e aspectos críticos relevantes	274
XI.3.5.2. Principais oportunidades e riscos decorrentes da revisão do PDM de Mora.....	281
XI.3.6. Quais são as principais diretrizes para o seguimento?	288
XI.3.6.1. Diretrizes de planejamento e gestão.....	289
XI.3.6.2. Diretrizes de monitorização	296
XI.3.6.3. Diretrizes de governança	299
XI.3.7. O que se conclui sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do PDM de Mora? ...	304

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura XI.1.1. Fases da AAE.....	18
Figura XI.1.2. Passos e atividades no desenvolvimento da AAE ao longo das três fases.....	20

Figura XI.1.3. Definição dos fatores críticos para a decisão	23
Figura XI.1.4. Eixos de ação estratégica	29
Figura XI.1.5. Os objetivos estratégicos por eixo de ação estratégica para o desenvolvimento do concelho de Mora.....	30
Figura XI.1.6. Objetivos de cada Fator Critico para a decisão	41
Figura XI.3.1. Enquadramento territorial	263
Figura XI.3.2. Eixos de ação estratégica e respetivos objetivos estratégicos para o desenvolvimento do concelho de Mora.....	265
Figura XI.3.3. Metodologia da AAE da revisão do PDM de Mora	266

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro XI.1.1. Quadro problema na AAE para a estratégia de desenvolvimento do concelho de Mora	26
Quadro XI.1.2. Quadro de referência estratégico	31
Quadro XI.1.3. Matriz de relação entre as Questões Estratégicas do PDM e os objetivos do Quadro de Referência Estratégico da AAE	33
Quadro XI.1.4. Matriz de relação entre as QE do PDM e as QAS	36
Quadro XI.1.5. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão	38
Quadro XI.1.6. FCD1 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação	43
Quadro XI.1.7. FCD2 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação	45
Quadro XI.1.8. FCD3 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação	47
Quadro XI.1.9. FCD4 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação	50
Quadro XI.1.10. FCD5 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação	55

Quadro XI.2.1. Matriz entre as Questões e Objetivos Estratégicos para cada Fator Crítico de Decisão	129
Quadro XI.2.2. Questões Ambientais e de Sustentabilidade por cada Fator Crítico de Decisão	130
Quadro XI.2.3. Matriz do Quadro de Referência Estratégica por cada Fator Crítico de Decisão	131
Quadro XI.2.4. Critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores por FCD	133
Quadro XI.2.5. SWOT para o FCD1. Desenvolvimento Socioeconômico	150
Quadro XI.2.6. Análise de tendências do FCD1 Desenvolvimento socioeconômico	152
Quadro XI.2.7. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD1. Desenvolvimento Socioeconômico.	154
Quadro XI.2.8. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD1 Desenvolvimento socioeconômico	155
Quadro XI.2.9. SWOT para o FCD 2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	159
Quadro XI.2.10. Análise de tendências do FCD2 Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	161
Quadro XI.2.11. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	162
Quadro XI.2.12. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	163
Quadro XI.2.13. SWOT para o FCD3. Patrimônio e desenvolvimento turístico	167
Quadro XI.2.14. Análise de tendências do FCD3 Patrimônio e desenvolvimento turístico	169
Quadro XI.2.15. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD3. Patrimônio e desenvolvimento turístico	170
Quadro XI.2.16. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD3. Patrimônio e Desenvolvimento Turístico	171
Quadro XI.2.17. SWOT para o FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Preservação e Risco	178
Quadro XI.2.18. Análise de tendências do FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco	181
Quadro XI.2.19. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco	182



Quadro XI.2.20. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco	183
Quadro XI.2.21. SWOT para o FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social.....	189
Quadro XI.2.22. Análise de tendências do FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social.....	190
Quadro XI.2.23. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social.....	191
Quadro XI.2.24. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social.....	192
Quadro XI.2.25. Indicadores de monitorização para o FCD1. Desenvolvimento Económico	203
Quadro XI.2.26. Indicadores de monitorização para o FCD2. Estruturação, Valorização e Promoção do território.....	204
Quadro XI.2.27. Indicadores de monitorização para o FCD3 Património e desenvolvimento turístico	206
Quadro XI.2.28. Indicadores de monitorização para o FCD4 Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco.....	207
Quadro XI.2.29. Indicadores de monitorização para o FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social	210
Quadro XI.2.30. <i>Habitats</i> naturais e semi-naturais da ZEC Cabeção presentes no concelho de Mora.....	240
Quadro XI.2.31. Fauna de interesse comunitário no concelho de Mora.....	242
Quadro XI.2.32. Flora de interesse comunitário no concelho de Mora.....	242
Quadro XI.2.33. Identificação e características morfológicas das árvores.....	244
Quadro XI.3.1. FCD e respetivos objetivos, critérios de avaliação e objetivos ambientais e de sustentabilidade	268



PARTE XI. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA



XI.1. RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (RFCD)

XI.1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

CONCEITO E ÂMBITO

O conceito de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** surgiu no contexto de um projeto europeu de investigação em 1989 e foi definida como “as avaliações ambientais adequadas a políticas, planos e programas (...) com uma **natureza mais estratégica** do que aquelas aplicáveis a projetos individuais (...) provavelmente diferindo destas em diversos aspetos importantes” (WOOD e DJEDDOUR, 1989 citados por PARTIDÁRIO, 2012). Esta natureza estratégica, segundo (PARTIDÁRIO, 2012), relaciona-se com um **pensamento estratégico** marcado, nomeadamente:

1. por uma **visão** com objetivos de **longo prazo**;
2. pela **flexibilidade** para lidar com sistemas complexos e com um elevado grau de incerteza;
3. pela capacidade de **adaptação** a contextos e circunstâncias dinâmicas;
4. por ser fortemente **focalizado** no que realmente importa (tempo, espaço e perspetivas).

A AAE concretiza-se assim estrategicamente, assumindo um papel facilitador no processo de decisão e acrescentando, por isso, valor a esse processo, na medida em que ajuda a criar um contexto de desenvolvimento para a sustentabilidade, integrando as **questões ambientais** e de **sustentabilidade** na **decisão** e **avaliando opções estratégicas de desenvolvimento** face às condições de contexto (PARTIDÁRIO, 2012).

No âmbito nacional, a AAE, como vulgarmente é denominada a **Avaliação Ambiental de Planos e Programas (AA)**, tal como consagrado no DL n.º 232/2007, de 15 de junho¹ (RJAAE), tem sido um requisito obrigatório na elaboração de planos desde a sua instituição, sendo

¹ Transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho, e foi alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio.

definida como “a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”.

Nos termos deste diploma, os procedimentos de elaboração, acompanhamento, participação pública e aprovação dos **instrumentos de gestão territorial**, deverão incorporar uma **análise sistemática dos seus efeitos ambientais**, determinando também quais os planos e programas sujeitos a AA. O RJIGT¹, por sua vez, determina no n.º 2 do artigo 97.º, que o PDM deverá ser acompanhado, entre outros elementos, pelo “Relatório Ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos” (alínea b).

Em articulação com o RJIGT, o RJAAE (artigo 5.º ao 10.º), define que a entidade responsável pela elaboração do plano ou programa deve:

1. determinar o **âmbito** da avaliação ambiental e a **pormenorização** da informação a incluir no Relatório Ambiental;
2. preparar o **Relatório Ambiental**;
3. **consultar** as **entidades públicas** com responsabilidade ambiental específica no âmbito da avaliação ambiental no que se refere ao **âmbito** da avaliação ambiental e à **pormenorização** da informação a incluir no Relatório Ambiental;

¹ Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

4. **consultar as entidades públicas** com responsabilidade ambiental específica e o **público interessado**, bem como **outros países potencialmente afetados**, sobre o **Relatório Ambiental**;
5. divulgar a informação relativa à decisão, através da **Declaração Ambiental**;
6. proceder à **monitorização dos efeitos ambientais** resultantes da aplicação e execução do plano ou programa;
7. verificar a **qualidade do Relatório Ambiental**.

É neste contexto que decorre a elaboração do **Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão** (RFCD) da **AA da revisão do Plano Diretor Municipal de Mora**, cuja elaboração é da responsabilidade da respetiva Câmara Municipal. Dá-se assim cumprimento ao estipulado no n.º 1 do artigo 5.º do RJAAE relativamente à **determinação do âmbito da avaliação**, bem como ao **alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental**. Segue-se, neste sentido, a proposta de PARTIDÁRIO (2012) de utilização de um novo léxico conducente a criar pensamento estratégico em AA, substituindo assim a terminologia usada tradicionalmente em Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)¹.

A revisão do PDM de Mora encontra-se sujeita a um processo de avaliação ambiental de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do RJAAE, uma vez que corresponde a um plano que visa o ordenamento urbano e rural ou a utilização dos solos e constitui enquadramento para a futura aprovação de projetos sujeitos a AIA, de acordo com o DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro.

A **identificação** dos FCD tem como **objetivo estabelecer o âmbito e alcance da AAE** e decorre da definição de um **quadro de referência estratégico da AAE (QRE)**, da determinação das **questões estratégicas (QE)** da revisão do PDM de Mora e da determinação dos **fatores**

¹ No modelo estratégico em AAE proposto por PARTIDÁRIO (2012), a expressão Fatores Críticos para a Decisão substitui a Definição de Âmbito usada tradicionalmente em AIA.

ambientais (FA) significativos. No âmbito do estabelecimento dos FCD cabe ainda a definição das autoridades competentes e dos atores relevantes para o envolvimento e participação no processo de AAE da revisão deste PDM.

O relatório dos FCD destina-se ainda a promover a consulta às entidades que em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da revisão do PDM de Mora.

XI.1.1.1. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO RFCD

O RFCD estrutura-se em doze capítulos e um anexo, nomeadamente o:

1. **capítulo XIII.1.1** - onde é feita a contextualização da temática da AAE, respetiva evolução e enquadramento legal no quadro da revisão do PDM, bem como a apresentação da estrutura e organização do capítulo dos FCD;
2. **capítulo XIII.1.2** – onde se descreve os objetivos e metodologia da AAE;
3. **capítulo XIII.1.3** – que se centra na descrição da metodologia do capítulo;
4. **capítulo XIII.1.4** – que se foca no objeto de avaliação;
5. **capítulo XIII.1.5** – onde se apresentam as questões estratégicas do PDM definidas na estratégia e respetivo modelo de desenvolvimento territorial;
6. **capítulo XIII.1.6** – onde se procede à definição de um quadro de referência estratégico (QRE) em termos de ambiente e sustentabilidade, com orientações da escala internacional à escala local, criando um referencial para a avaliação do PDM;
7. **capítulo XIII.1.7** – que identifica as questões ambientais e de sustentabilidade (QAS) que concretizam o âmbito ambiental com relevância para o plano;
8. **capítulo XIII.1.8** – onde se procede ao reconhecimento de áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente, que constituem os **fatores críticos para a decisão (FCD)** no âmbito da revisão do plano;

9. **capítulo XIII.1.9** – respeitante ao envolvimento público e institucional;
10. **capítulo XIII.1.10** – onde se apresenta a proposta de estrutura de relatório ambiental;
11. **capítulo XIII.1.11** – dedicado às considerações finais;
12. **capítulo XIII.1.12** - contendo a bibliografia de referência e os diplomas legais consultados.
13. **Anexo I** – que contém o âmbito e os principais objetivos e/ou linhas de ação dos documentos considerados no quadro de referência estratégico.

XI.1.2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE

A AAE, numa abordagem de pensamento estratégico, visa, em geral, segundo PARTIDÁRIO (2012), **três objetivos** concretos, designadamente:

1. encorajar a **integração ambiental e de sustentabilidade** (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
2. **acrescentar valor ao processo de decisão**, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
3. **alterar mentalidades** e criar uma **cultura estratégica** no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

No caso da revisão do PDM de Mora, constituem **objetivos da AAE a avaliação das oportunidades e riscos de natureza estratégica sobre o ambiente**, determinados pela revisão do PDM e dar **cumprimento** ao estipulado no respetivo **RJAAE e RJIGT**.

A abordagem metodológica proposta para realizar a AAE da revisão do PDM de Mora assegura o cumprimento do disposto no respectivo RJAAE, e assenta numa abordagem estratégica estruturada em **três funções fundamentais da AAE**:

1. **integração** das questões ambientais e de sustentabilidade nos processos cíclicos de decisão estratégica;
2. **avaliação** das opções estratégicas relativamente às oportunidades e riscos para o ambiente e para a sustentabilidade das decisões;
3. **validação** das contribuições da AAE para os processos estratégicos e para os resultados esperados.

Para assegurar esta abordagem estratégica, a AAE deve ser simultânea e complementar à revisão do PDM de Mora, utilizar sempre que possível os elementos de trabalho (cenários de evolução e opções técnicas (alternativas)) que a revisão desenvolve, bem como os resultados obtidos no âmbito do processo de consulta de entidades e dos atores da revisão do plano.

A fase em que a AAE é iniciada é precoce relativamente ao processo de revisão do PDM de Mora (prévia à concretização definitiva da estratégia de desenvolvimento e naturalmente de propostas de ordenamento) o que constitui uma oportunidade para influenciar a elaboração do PDM integrando contributos resultantes das análises a desenvolver em sede de AAE, bem como o resultado da avaliação.

A consulta pública e institucional e o estabelecimento de um programa de seguimento, previstos na metodologia, assegurarão a função validação da AAE.

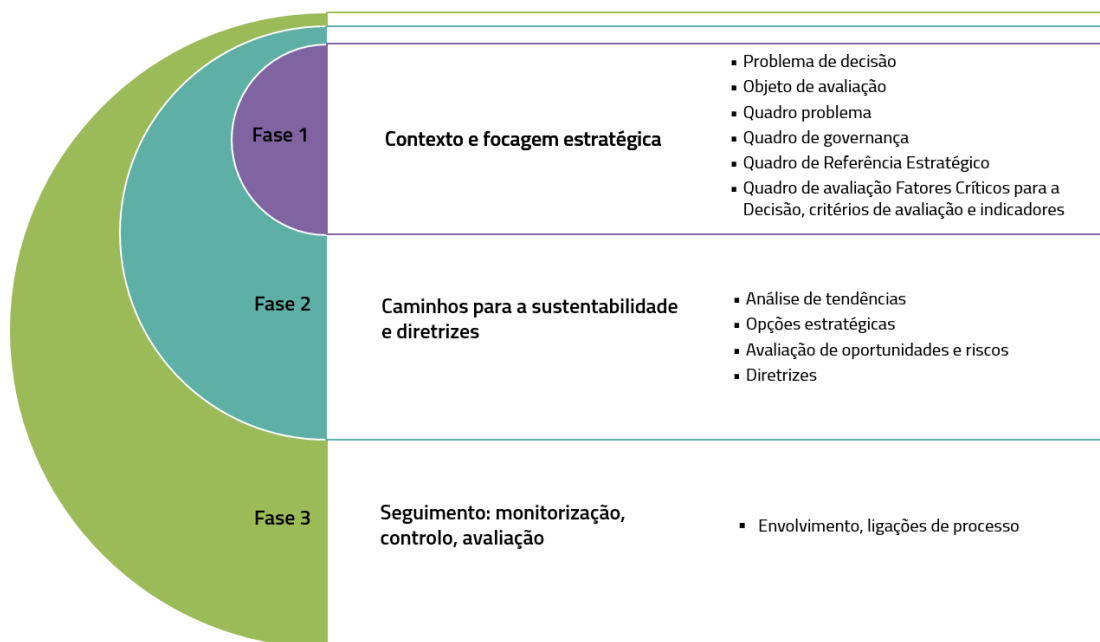
A metodologia de AAE adotada distingue **duas componentes de intervenção**:

1. **coordenação e condução do processo de AAE**, incluindo a coordenação de estudos, desenho, articulação e gestão do processo e consultas institucionais e do público;
2. **realização de estudos** para a AAE.

O desenvolvimento da **AAE** decorre com base num processo cíclico, que se estrutura em **três fases** fundamentais, como anota PARTIDÁRIO (2012) (*vd.* Figura XI.1.1), nomeadamente:

1. contexto e focagem estratégica;
2. caminhos para a sustentabilidade e diretrizes;
3. seguimento, ligação de processos e envolvimento (fase contínua).

Figura XI.1.1. Fases da AAE



Fonte: Adaptado de PARTIDÁRIO (2012).

1. Na **primeira** destas três fases, é prioritário estabelecer o **contexto e a focagem estratégica**, de modo a que a AAE se **centre** apenas no que é **prioritário**, através:

- I. da definição do **problema de decisão**;
- II. do **objeto da avaliação**;
- III. do **quadro problema**, que inclui os problemas, as potencialidades e as forças de mudança;

- IV. do **quadro de governança**, que inclui a identificação da rede de agentes interessados relevantes para a AAE;
- V. do **quadro de referência estratégico**;
- VI. do **quadro de avaliação**.

Esta fase consubstancia-se, efetivamente, na elaboração do **RFCD**, ao encontro com os requisitos legais relativos ao âmbito e alcance da avaliação e pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental.

- 2. A **segunda fase** diz respeito à **definição de opções estratégicas para o desenvolvimento**, que possibilitem a **concretização** da **visão de futuro** definida, partindo da **análise de tendências**, as quais sintetizam os pontos fortes e fracos, os conflitos e as potencialidades de desenvolvimento.

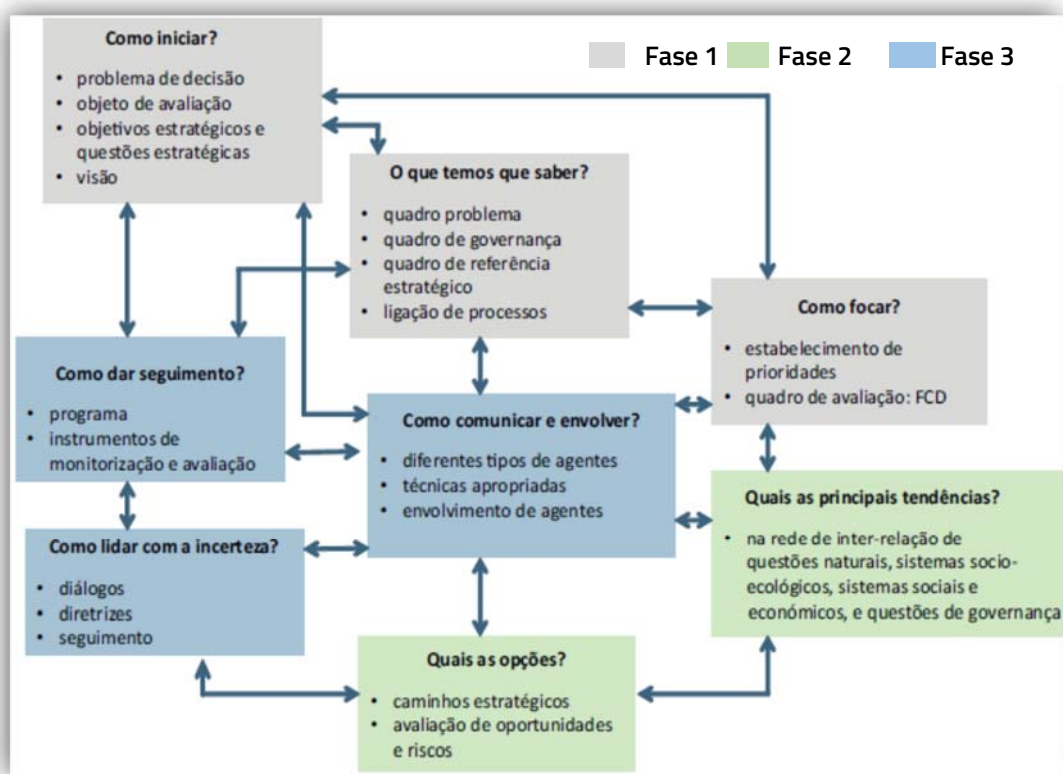
A **avaliação de oportunidade** e de **riscos** pode ser feita num contexto de cenarização, sendo de destacar o papel da AAE na **formulação de diretrizes** de planeamento, gestão e monitorização, e um programa de indicadores para monitorização, respondendo assim ao requisito legal de medidas de controlo.

As opções estratégicas deverão constituir **diretrizes** fundamentais para a **sustentabilidade ambiental**.

- 3. A **terceira fase**, que diz respeito ao **seguimento**, com **monitorização, avaliação e comunicação**, decorre de forma **contínua**, “ligando a AAE ao processo de tomada de decisão durante a implementação, mas também à primeira fase de um ciclo subsequente de formulação de políticas ou planeamento” (PARTIDÁRIO, 2012).

A Figura XI.1.2 identifica os blocos que representam os diferentes passos e atividades no desenvolvimento da AAE ao longo das três fases num roteiro que possibilita múltiplos itinerários para realizar a AAE, a serem escolhidos consoante o caso (PARTIDÁRIO, 2012).

Figura XI.1.2. Passos e atividades no desenvolvimento da AAE ao longo das três fases



Fonte: PARTIDÁRIO, 2012.

Concretamente na **revisão do PDM de Mora**, a AAE obedece ao seguinte **faseamento**:

- 1.^a Fase – **Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão**, que decorre em articulação com a 1.^a fase da revisão do PDM de Mora;
- 2.^a Fase – **Relatório Ambiental**, dividida em três etapas:
 - a) Etapa 1 – Relatório Ambiental Preliminar, que decorre em articulação com a 2.^a fase da revisão do PDM de Mora;

- b) Etapa 2 - **Consulta Pública**, que decorre em simultâneo com a Discussão Pública da revisão do PDM de Mora;
- c) Etapa 3 – **Relatório Ambiental Final**, que decorre em articulação com a versão final da revisão do PDM Mora;
- 3.ª Fase – **Declaração Ambiental**, que decorre em articulação com a versão final da revisão do PDM Mora;
- 4.ª Fase – **Seguimento da AAE**.

XI.1.3. METODOLOGIA DO RFCD

O RFCD corresponde à primeira fase do processo de AAE (Figura XI.1.1 e Figura XI.1.3) e implica definir quais são os problemas chave, os objetivos e as prioridades para o território. A identificação do **problema de decisão** é vital para a identificação do **objeto de avaliação** e que deve ser feita em articulação com o Executivo da Câmara Municipal.

O conhecimento dos **objetivos e questões estratégicas**, assim como das **prioridades** suportadas por uma visão do futuro, são um auxílio importante na aferição do problema de decisão e, consequentemente, na identificação do objeto de avaliação. Desta feita, importa conhecer a **estratégia de desenvolvimento para o concelho**, concretizada no modelo de desenvolvimento territorial, preconizando-se uma forte interligação multidisciplinar e o papel de facilitador desempenhado pela equipa da AAE.

Definido o objeto de avaliação, é necessário conhecer os principais problemas, potencialidades e forças motrizes que refletem as prioridades setoriais, ambientais e de sustentabilidade, ou seja, o **quadro problema**, obtendo-se um breve diagnóstico sobre o uso dos recursos naturais, valores naturais com estatuto de conservação ou com necessidade de

conservação, valores culturais, áreas sensíveis, necessidades sociais e bens naturais e sociais com valor económico de curto, médio e longo prazo (PARTIDÁRIO, 2012).

Posteriormente identificam-se as **questões estratégicas (QE)** que constituem os eixos de ação estratégica, concretizados em objetivos estratégicos, associados à revisão do PDM de Mora.

A partir do conhecimento do objeto de avaliação é também definido o **quadro de referência estratégico (QRE)**, que diz respeito ao conjunto das macropolíticas de ambiente e sustentabilidade que estabelecem o referencial para a avaliação na AAE.

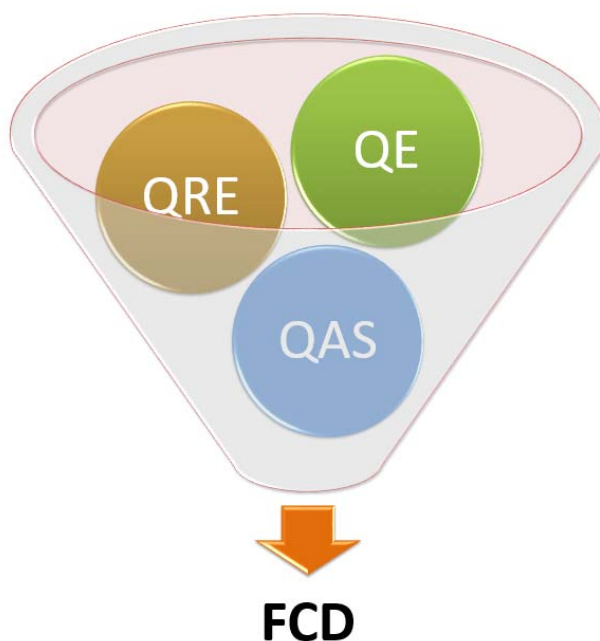
O **quadro de governança** permite identificar quais são os agentes envolvidos na implementação do Plano, e quais as respetivas responsabilidades.

Ainda nesta primeira fase de AAE são identificadas as **questões ambientais e de sustentabilidade (QAS)** e como elas são cobertas pelas **questões ambientais (QA)** definidas na lei¹.

Os **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** são grupos temáticos relevantes, integrados e orientados para a sustentabilidade, dão resposta ao âmbito e alcance da AAE e estruturam a análise e a avaliação de oportunidades e riscos em AAE, refletindo as macropolíticas relevantes (QRE), as questões estratégicas (QE) e as questões ambientais e de sustentabilidade (QAS).

¹ Alínea e) do artigo 6.º do RJAAE.

Figura XI.1.3. Definição dos fatores críticos para a decisão



Fonte: Adaptado de PARTIDÁRIO (2012).

Assim, os **FCD estabelecem o quadro de avaliação**, juntamente com os **critérios de avaliação e os indicadores**. Os **critérios de avaliação especificam os FCD**, fornecendo detalhes sobre o que significam os FCD, as questões relevantes consideradas prioritárias e incluídas nos FCD.

Os **indicadores são métricas da avaliação, quantitativos ou qualitativos** e são selecionados os que realmente revelam tendências significativas.

A elaboração do RFCD constitui, desta forma, a primeira fase da AAE, de acordo com o n.º 1 do artigo 5.º do RJAAE, e informará a fase seguinte de definição de caminhos para a sustentabilidade e de diretrizes, consubstanciada no **Relatório Ambiental**.

XI.1.4. OBJETO DE AVALIAÇÃO DA AAE DO PDM DE MORA

O **objeto da AAE** é a **proposta de Plano Diretor Municipal de Mora** decorrente do processo de revisão, a qual identifica um modelo de desenvolvimento estratégico para o município de Mora, integrando as orientações estabelecidas a nível nacional e regional, assente numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Em 2008 é aprovada a primeira revisão do PDM de Mora através do Aviso nº 3125/2008, de 8 de fevereiro, passando este a integrar o conjunto de PDM de 2ª geração.

Decorridos quase 10 anos desde a sua publicação, foi objeto de alguns procedimentos de dinâmica, nomeadamente duas alterações por adaptação. A primeira ocorreu em 2010¹ e correspondeu a uma **alteração por adaptação**, por força da entrada em vigor do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo² (PROTA) e a segunda, em 2017, e por adaptação para integração das disposições do Plano de Ordenamento da Albufeira do Gameiro (POAG).

Durante este período o PDM foi ainda objeto de quatro processos de retificação³ e dois processos de correção de material⁴

Assim, pretende-se com o processo de revisão do PDM de Mora obter **um instrumento que seja:**

¹ Ao abrigo do Aviso nº 25696-A/2010, de 9 de dezembro que aprovou a alteração do Plano Diretor municipal de Mora por Adaptação

² Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.

³ Ao abrigo de Aviso nº 6749/2010, de 1 de abril; Declaração de retificação nº 786/2010, de 21 de abril; Declaração de retificação nº 256/2011, de 1 de fevereiro; Aviso nº 4878/2012 de 29 de março

⁴ Ao abrigo de Aviso nº 6749/2010, de 1 de abril e Aviso nº 5081/2012, de 3 de abril

1. de **planeamento, ordenamento e desenvolvimento de referência, atual e atualizado** e inspirador e mobilizador da ação;
2. **versátil**, *i.e.*, facilmente manipulável do ponto de vista material e documental e ajustável a novos estímulos e tendências territoriais através dos diversos mecanismos previstos;
3. **transparente e acessível**, que permita em simultâneo um fácil acesso, consulta, análise e interpretação, sem ambiguidades e/ou dando lugar a discricionariedades de interpretação,
4. **eficaz e eficiente e acessível**, ou seja, que atinja os seus objetivos e alcance de uma forma leve e fácil para o utilizador comum e para técnicos e políticos;
5. **justo e proporcional**, *i.e.*, ponderado nas opções e garantindo que todos fruam das mesmas condições;
6. **estratégico**, por isso vincado numa visão de futuro e tão flexível quanto possível para se ajustar à(s) mudança(s) do território e sociedade;
7. **regulamentador** e simultaneamente **operativo**;
8. **potenciador da qualidade de vida** de residentes e visitantes;
9. estimulador da **atratividade e competitividade territorial** para pessoas e atividades económicas;
10. um contributo para o **desenvolvimento sustentável** do concelho.

Estes objetivos da revisão do PDM de Mora visam **dar resposta ao diagnóstico efetuado**¹, que serve de referência ao **quadro problema na AAE** para a estratégia de desenvolvimento territorial do concelho (*vd.* Quadro XI.1.1).

¹ *Vd.* a este respeito as matrizes *SWOT* (Quadros VIII.3.1 a VIII.3.6), no capítulo VIII.3.1.

Quadro XI.1.1. Quadro problema na AAE para a estratégia de desenvolvimento do concelho de Mora

PRINCIPAIS PROBLEMAS	
CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO	
<ol style="list-style-type: none">1. Taxa de desemprego elevada;2. Baixa densidade populacional;3. Envelhecimento demográfico;4. Reduzidas qualificações escolares;5. Elevada taxa de microempresas;6. Tecido empresarial e reduzida propensão para a inovação;7. Fraqueza na estrutura de emprego, com forte predominância do setor terciário, seguido pelo primário e por último o secundário;8. Reduzido investimento agrícola;9. Caráter atrativo dos grandes centros urbanos quer no litoral quer no interior;10. Redução do efetivo ovino;11. Estrutura das propriedades (muito grandes);12. Inexistência de atividades económicas diversificadas;13. Aumento dos apoios por parte da CM, nomeadamente à população idosa para ajudar a resolver alguns problemas do quotidiano (por exemplo o serviço de pequenas reparações ao domicílio, dedicado essencialmente aos idosos com poucos recursos);14. Mercado deficitário para mão-de-obra qualificada;15. Despovoamento - Perda de população = casas vazias. Considerável percentagem de edifícios vazios e tendência para aumentar;16. Baixa natalidade;17. Falta de instalações para <i>cowork</i> / teletrabalho;18. Fraca densidade de empresas (1,0 empresas/ km²);19. Relativa exiguidade da procura turística em Mora;20. Isolamento e afastamento das populações rurais;21. Obstrução aos caminhos públicos em terrenos privados.	
EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS	
<ol style="list-style-type: none">1. Reduzida densidade populacional;2. Reduzidas alternativas de transporte público;3. Carência de serviços no domínio da saúde;4. Inexistência da rede ferroviária (apenas em Vendas Novas e/ou Évora);5. Extinção de serviços públicos;6. Inexistência de uma oferta considerável de lugares estacionamento, principalmente na sede de freguesia de Mora;7. Caminhos públicos em terrenos privados torna difícil o acesso ao património arqueológico;8. Reduzida aposta no turismo de natureza;9. Inexistência de parque de caravanismo;10. Inexistência de uma escola secundária;11. Concentração dos meios de socorro em Mora;	

12. Encerramento de equipamentos municipais como é o caso do Teatro de Cabeção, imóvel com interesse municipal;
13. Troço de estrada pertencente à N2 que atravessa o Centro Histórico da Vila de Brotas encontra-se ao mesmo nível que diversas habitações originando elevada perigosidade para os cidadãos.

ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

1. Estacionamento difícil e reduzido na sede de freguesia;
2. Falta de instalações para *cowork*/ teletrabalho;
3. Estrangulamento do trânsito em Brotas (N2).

ASSOCIATIVISMO, CIDADANIA E GOVERNANÇA

1. Reduzido grau de participação pública nas questões determinantes do concelho;
2. Sobredimensionamento de alguns equipamentos existentes no concelho (e.g. Campo de futebol de Cabeção que cumpre os requisitos necessários, mas não possui equipa de futebol);
3. Recursos humanos reduzidos (falta nalgumas freguesias);
4. Mudança na política de financiamento da segurança social fragilizando a gestão de alguns equipamentos sociais;
5. População envelhecida e com baixos recursos;
6. Carência de atividades profissionais e mão-de-obra qualificada;
7. Cuidados médicos pouco frequentes (visita do médico dia sim dia não à sede de freguesia);
8. Reduzida oferta de horários e de alternativas de transportes públicos;
9. Movimentos associativos consideráveis, mas com reduzida projeção e promoção.

AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E PATRIMÓNIO

1. Secas meteorológicas, ondas de calor e/ou ondas de frio;
2. Limitações do solo para a prática agrícola (grande percentagem de classe de solos D);
3. Solos sujeitos a elevada erosão hídrica e escoamento superficial;
4. Risco elevado de incêndios florestais;
5. Inacessibilidade ao Património Megalítico (e.g. em terrenos privados);
6. Poluição da Ribeira de Tera;
7. Rápida proliferação das algas na ribeira do Raia - fenómenos de eutrofização das massas de água;
8. Reduzida oferta e diversidade de transportes públicos.

PRINCIPAIS SENSIBILIDADES

1. Zona Especial de Conservação (Rede Natura 2000): Cabeção
2. Albufeiras de águas públicas (Gameiro);
3. Agricultura e pastoreio intensivo;
4. Lacunas na rede de saneamento;
5. Massas de água subterrâneas;
6. Património cultural

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

1. Paisagem natural
2. Condições naturais: (clima mediterrânico, morfologia plana e suave)
3. Qualidade de vida
4. Qualidade ambiental
5. Enquadramento geográfico

6. Cursos de água afluentes diretos do Sorraia (e.g. Raia e Divor)
7. Abundância de água
8. Grande densidade florestal
9. Parque Ecológico do Gameiro
10. Mata Nacional do Cabeção
11. Área considerável disponível para o regadio
12. Praia Fluvial do Gameiro
13. Recursos endógenos: oliveira, azinheira, sobreiro, pinheiro manso, eucalipto, etc.
14. 12% do solo com boa aptidão agrícola
15. Gastronomia (e.g. migas alentejanas)
16. Fluviário de Mora
17. Considerável património histórico-cultural e arqueológico
18. Passadiços da barragem do Gameiro
19. Pistas de Pesca Desportiva do Cabeção e de Mora
20. Campeonato de Pesca internacional;
21. Preocupação com o ambiente durante as provas de pesca desportiva (os peixes são devolvidos ao rio depois de capturados)
22. Santuário Nossa Senhora das Brotas, Ermida de São Sebastião, Torre das Águias, entre outros monumentos arquitetónicos
23. Contacto com a natureza: áreas agrícolas, florestais e espaços verdes onde é possível observar a natureza, gozar da tranquilidade e deliciar-se com as paisagens
24. Produção de vinho em talhas de barro (produção milenar e bastante restrita em termos geográficos)
25. Calçada de Montemor: troço importante pelo qual era feita a ligação entra a Vila de Brotas e a Vila de Montemor-o-Novo
26. Rede Natura
27. Moinhos de água (grande quantidade de azenhas no concelho)

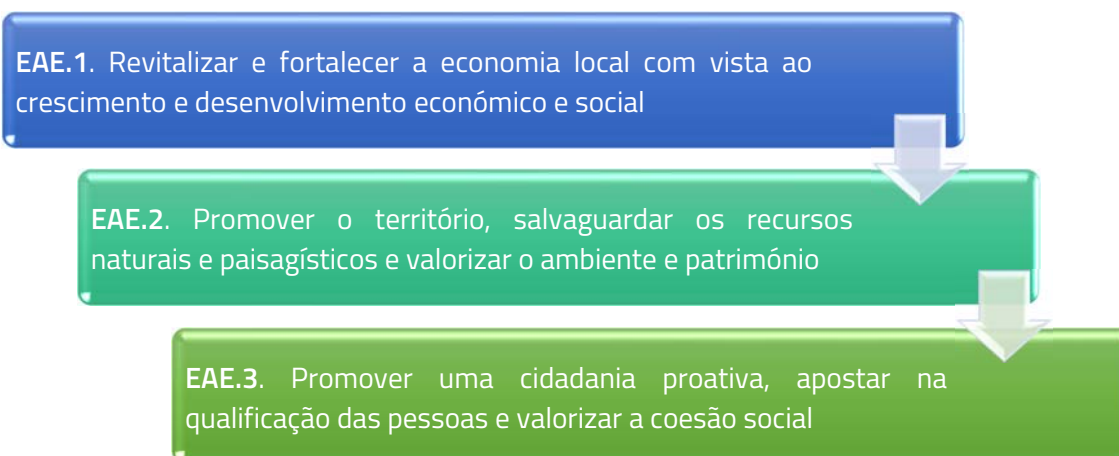
XI.1.5. AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS DO PDM DE MORA

A **visão** consagrada na estratégia de desenvolvimento do concelho materializada no PDM de Mora postula que (vd. capítulo VIII.3.4):

“O concelho de Mora é um território que promove a **qualidade ambiental** e a **qualidade de vida**, valorizando os **recursos naturais, paisagísticos** e **patrimoniais**, num quadro de complementaridade das **atividades económicas tradicionais** com **novas e diversificadas oportunidades** na área do **conhecimento, inovação** e **oferta turística** donde resultam produtos de excelência e inovadores, para o qual contribui a sua **posição geoestratégica** no modelo urbano regional; constituindo deste modo um **território “modelo”** e **aprazível** para viver, trabalhar, estudar, visitar e investir.

Atendendo a esta visão, mas também ao contexto atual e aos desafios com que o concelho se depara, a **estratégia do concelho** concretiza-se na definição de **três grandes eixos de ação estratégica** (vd. Figura XI.1.4), os quais se **materializam** através de **11 objetivos estratégicos** (vd. Figura XI.1.5).

Figura XI.1.4. Eixos de ação estratégica



Fonte: Capítulo VIII.3.5 da Revisão do PDM de Mora

Figura XI.1.5. Os objetivos estratégicos por eixo de ação estratégica para o desenvolvimento do concelho de Mora

EAE.1. REVITALIZAR E FORTALECER A ECONOMIA LOCAL COM VISTA AO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

- OE.1.1. Reforçar a importância estratégica do setor primário, em especial da agricultura e da floresta, tornando-o mais competitivo e inovador;
- OE.1.2. Captar investimento nacional e /ou estrangeiro;
- OE.1.3. Apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural, enquanto motor de desenvolvimento económico

EAE.2. PROMOVER O TERRITÓRIO, SALVAGUARDAR OS RECURSOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS E VALORIZAR O AMBIENTE E PATRIMÓNIO

- OE.2.1. Valorizar e defender os recursos, o património e a paisagem;
- OE.2.2 Promover a qualidade ambiental;
- OE.2.3. Implementar os princípios do *design for all* e de destino turístico acessível, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade para todos;
- OE.2.4. Fazer emergir a importância dos desportos de natureza para o concelho

EAE.3. PROMOVER UMA CIDADANIA PROATIVA, APOSTAR NA QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS E VALORIZAR A COESÃO SOCIAL

- OE.3.1. Promover um modelo de democracia participativa
- OE.3.2. Apostar na cooperação entre os agentes económicos locais
- OE.3.3. Promover o equilíbrio e a coesão do sistema territorial
- OE.3.4. Elevar o nível de qualificação da população ativa, apostando na especialização

Fonte: Capítulo VIII.3.5 da Revisão do PDM de Mora

Estes objetivos são, por sua vez, concretizados através de diversas **linhas orientadores e dos respetivos projetos e/ou ações concretos**, sem prejuízo de outros, que, em sede própria, possam surgir (*vd.* capítulo VIII.3.5, quadro VIII.3.7).

XI.1.6. O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

De acordo com o artigo 95.º do RJIGT, o PDM integra e articula as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal” e constitui “um instrumento de referência para (...) o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território do município, em concretização do princípio da coordenação das respetivas estratégias de ordenamento territorial”.

A análise dos **planos, programas e estratégias**, com os quais o PDM de Mora estabelece relações, resulta na definição de um **QRE**¹ em termos de ambiente e sustentabilidade, com orientações da escala internacional à escala local, criando um referencial para a avaliação daquele instrumento de gestão territorial (*vd.* Quadro XI.1.2).

Quadro XI.1.2. Quadro de referência estratégico

Âmbito Territorial	Designação
Internacional	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Convenção de <i>Aarhus</i> Convenção Europeia da Paisagem Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) Europa 2020
Nacional	Diretiva Quadro da Água e Lei da Água Diretiva de Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações e Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 2005–2015 Estratégia para o regadio público 2014–2020 Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC 2020) Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade Estratégia Nacional para a Energia (ENE) 2020 Estratégia Nacional para as Florestas Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR)

¹ Atender ao Anexo I onde se sistematiza a estratégia, objetivos e metas veiculados por cada um destes documentos.

	<p>Estratégia Nacional para o Efluentes Agropecuários e Agroindustriais</p> <p>Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) 2020+</p> <p>Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020</p> <p>Plano Estratégico Nacional dos Serviços de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (PENSAAR) 2020</p> <p>Plano Nacional da Água (PNA)</p> <p>Plano Nacional da Política de Ambiente (PNPA)</p> <p>Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) 2008-2013</p> <p>Plano Rodoviário Nacional</p> <p>Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)</p> <p>Política Nacional de Arquitetura e Paisagem Portugal 2020</p> <p>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</p> <p>Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2020-2030</p> <p>Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação</p> <p>Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020</p> <p>Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020</p> <p>Estratégia Turismo 2027 Portugal</p> <p>Turismo 2020 – Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal</p> <p>Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade</p> <p>Plano de Ordenamento da Albufeira do Gameiro</p> <p>Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT)</p> <p>Plano de Gestão da Região Hidrográfica Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH5)</p> <p>Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)</p>
Regional	<p>Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central 2014-2020</p> <p>Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)</p> <p>Plano Operacional Regional do Alentejo (Alentejo 2020)</p>
Local	<p>Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)</p> <p>Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional do Cabeção</p> <p>Plano de Gestão Florestal da ZIF do Divor</p>

Fonte: Adaptado de Volume I, Capítulo I.3.1

O Quadro XI.1.3 sintetiza, através de uma matriz de análise, a relação entre os objetivos estratégicos dos documentos que fazem parte do QRE e os objetivos fundamentais da proposta de revisão do PDM de Mora. Atendendo ao mesmo é possível constatar uma relação

de forte convergência¹ entre as linhas estratégicas preconizadas nos instrumentos do QRE e as QE identificadas no PDMMora.

De salientar ainda a forte convergência entre o eixo de ação estratégica “Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património” do PDMMora com a quase totalidade dos documentos do QRE (vd. Quadro XI.1.3).

Quadro XI.1.3. Matriz de relação entre as Questões Estratégicas do PDM e os objetivos do Quadro de Referência Estratégico da AAE

QRE \ QE PDM	Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento económico e social	Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património	Defender e incutir uma governança proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social
Âmbito Internacional			
EDEC			
C. Europeia da Paisagem			
Convenção de Aarhus			
Europa 2020			
Agenda 2030			
Âmbito Nacional			
PNPOT			
Portugal 2020			
ENDS 2005-2015			
PNAC 2020 - 2030			
ENAC 2020			
PANCD			
PSRN 2000			
Estratégia Turismo 2027 Portugal			
PENSAAR 2020			
PETI3+ 2014-2020			
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020			
Estratégia para o Regadio Público 2014-2020			

¹ Considera-se uma forte convergência quando dois ou mais objetivos estratégicos do PDMMora apresentam uma relação forte com os documentos do QRE.

Estratégia Nacional para as Florestas			
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem			
Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade			
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais			
PERSU 2020+			
Plano Nacional da Água (PNA)			
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020			
Plano Rodoviário Nacional			
Plano de Ordenamento da Albufeira do Gameiro			
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROFALT)			
Plano de Gestão da Região Hidrográfica Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH5)			
Diretiva Quadro da Água e Lei da Água			
Diretiva de Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações			
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) 2008-2013			
Estratégia Nacional para a Energia (ENE) 2020			
Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR)			
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)			
Âmbito Regional			
EDT 2020			
PROT do Alentejo			
Alentejo 2020			
Âmbito Local			
PMDFCI			
PGF da Mata Nacional de Cabeção			
PGF da ZIF do Divor			

Legenda:

Relação forte	Relação média	Relação fraca
---------------	---------------	---------------

Fonte: RTGeo, 2018

XI.1.7. AS QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QAS)

As QAS concretizam o âmbito ambiental com relevância para o PDM, sendo estabelecidas pela alínea e) do nº1 do artigo 6.º do DL n.º 232/2007¹ e dizem respeito à biodiversidade, população, saúde humana, flora, fauna, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural (incluindo o património arquitetónico e arqueológico) e paisagem. Devem ser ajustadas de acordo com a realidade, focagem estratégica e escala de avaliação do PDMMora.

Desta forma, para além da avaliação das referidas questões ambientais, cuja pertinência se justifica pela tipologia do plano em avaliação, diagnóstico realizado ao território concelhio e objetivos fundamentais delineados para o território, a AAE debruça-se ainda sobre **fatores de sustentabilidade** que integram a **proposta de plano**, nomeadamente:

1. **Estrutura Ecológica Municipal (EEM)** - considerando os elementos que a materializam;
2. **RAN** - considerando os elementos e fatores relacionados com a sua delimitação no âmbito da revisão do PDM;
3. **Economia/Competitividade** – considerando os aspetos relacionados com a dinamização, recuperação e diversificação da economia e aumento dos níveis de competitividade;
4. **Emprego/Qualificação** – considerando os aspetos relacionados com a promoção do emprego e aumento dos níveis de qualificação dos recursos humanos;
5. **Ocupação e Uso do solo** – considerando os aspetos relacionados com a proposta de classificação e qualificação do solo proposta;

¹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

6. **Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia** - considerando os aspetos relacionados com a proposta de qualificação do solo;
7. **Sistema Urbano** – considerando os aspetos relacionados com a consolidação e qualificação do sistema urbano;
8. **Infraestruturas** – considerando os aspetos relacionados com a cobertura e eficácia das infraestruturas urbanas e viárias;
9. **Equipamentos** – considerando os aspetos relacionados com a cobertura e eficácia dos equipamentos coletivos;
10. **Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos** – considerando os aspetos relacionados com a prevenção e minimização de riscos naturais, mistos e tecnológicos;
11. **Ruído** – considerando os aspetos relacionados com a qualidade do ambiente sonoro.

Quadro XI.1.4. Matriz de relação entre as QE do PDM e as QAS

QE PDM \ QAS	Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento económico e social	Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património	Defender e incutir uma governança proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social.
Biodiversidade			
Fauna			
Flora			
População			
Saúde humana			
Solo			
Água			
Atmosfera			
Fatores climáticos			
Bens materiais			
Património cultural			
Paisagem			
EEM			

RAN			
Economia/Competitividade			
Emprego/Qualificação			
Ocupação e uso do solo			
Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia			
Sistema urbano			
Infraestruturas			
Equipamentos			
Riscos naturais, mistos e tecnológicos			
Ruído			

Legenda:

Relação forte	Relação média	Relação fraca
---------------	---------------	---------------

Fonte: RTGeo, 2018

De acordo com o que se pode constatar no Quadro XI.1.4, há uma predominância (quase 3/4) de uma relação média - forte entre os objetivos das QE do PDM e as questões ambientais e de sustentabilidade da AAE, o que indicia, desde logo, uma preocupação com estas questões na definição dos eixos de ação estratégica e respetivos objetivos do PDM.

Verifica-se que o Eixo de Ação Estratégica "Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património" constitui a QE do PDM com uma relação mais estreita com as QAS: cerca de 72% para uma relação forte, não apresentando qualquer relação fraca (*vd.* Quadro XI.1.4).

XI.1.8. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

XI.1.8.1. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS FCD

A definição dos FCD garante a focagem estratégica da AA, na medida em que determina o seu alcance e os principais temas a considerar no processo decisório, resultando da análise integrada, nomeadamente:

1. das **Questões Estratégicas** do plano em avaliação;
2. do **Quadro de Referência Estratégico**, que define o macro enquadramento estratégico;
3. dos **Fatores Ambientais**, que definem o âmbito ambiental relevante.

Desta forma, como resultado da avaliação e do cruzamento da informação anterior, com base no profundo conhecimento do território e das potencialidades e fragilidades ambientais, identificou-se um conjunto de **áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente**, que constituem os **FCD** no âmbito da revisão do PDMMora (vd. Quadro XI.1.5).

Quadro XI.1.5. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão

FCD	QE PDM	QAS ¹	QRE ²
Desenvolvimento socioeconómico	Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e	População; Bens materiais; Paisagem; RAN; Economia / Competitividade; Emprego/	EDEC / C. Europeia da Paisagem / Europa 2020 / Agenda 2030 / PNPOT / Portugal 2020 / ENDS 2005-2015 / PNAC 2020 – 2030 / ENAAC 2020 / PANCD / Estratégia Turismo 2027 Portugal / PENSAAR 2020 / PETI3+ 2014-2020 / Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 / Estratégia para o Regadio

¹ Apresentam-se neste quadro apenas as QAS que têm uma relação forte com as QE do PDM.

² Apresentam-se neste quadro apenas os documentos do QRE que têm uma relação forte e mediana com as QE do PDM.

	desenvolvimento económico e social	Qualificação; Ocupação e uso do solo; Infraestruturas; Equipamentos	Público 2014-2020 / Estratégia Nacional para as Florestas / Plano Nacional da Água / Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012 – 2020 / Plano Rodoviário Nacional / Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem / EDT2020 / PROT do Alentejo / PROF ALT / Alentejo 2020 / PO da Albufeira do Gameiro / Estratégia Nacional para a Energia 2020 / Estratégia Nacional para o Ar 2020 / RNC2050 / PMDFCI / PGF da Mata Nacional do Cabeção / PGF da ZIF do Divor.
Estruturação, qualificação e promoção do território	Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património	Biodiversidade; Fauna; Flora; População; Solo; Água;	EDEC / C. Europeia da Paisagem / Europa 2020 / Agenda 2030 / PNPOT / Portugal 2020 / ENDS 2005-2015 / PNAC 2020 - 2030 / ENAAC 2020 / PANCD / PSRN 2000 / Estratégia Turismo 2027 Portugal / PENSAAR 2020 / Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 / Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 / Estratégia Nacional para as Florestas / Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem / Regime Jurídico para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade / Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais / PERSU 2020+ / Plano Nacional da Água / Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012 – 2020 / EDT 2020 / PROT do Alentejo / PROF ALT / PGRH 5 / Alentejo 2020 / PO da Albufeira do Gameiro / Diretiva Quadro da Água / Diretiva de Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações / Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013 / Estratégia Nacional para a Energia 2020 / Estratégia Nacional para o Ar 2020 / RNC2050 / PMDFCI / PGF da Mata Nacional do Cabeção / PGF da ZIF do Divor.
Património e desenvolvimento turístico		Atmosfera; Fatores climáticos; Bens materiais; Património cultural; Paisagem; EEM;	
Preservação e valorização dos espaços de valor ambiental, prevenção de riscos		RAN; Economia/ Competitividade Emprego/ Qualificação; Ocupação e uso do solo	

<p>Governança, cidadania e equidade social</p>	<p>Defender e inculcar uma governança proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social</p>	<p>População; Bens materiais; Economia/ Competitividade Emprego/ Qualificação; Ocupação e uso do solo; Infraestruturas; Equipamentos</p>	<p>EDEC / C. Europeia da Paisagem / Convenção de <i>Aarhus</i> / Europa 2020 / Agenda 2030 / PNPOT / Portugal 2020 / ENDS 2005-2015 / Estratégia Turismo 2027 Portugal / Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 / EDT 2020 / PROT do Alentejo / Alentejo 2020 / Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013 / RNC2050 / PMDFCI</p>
---	---	--	---

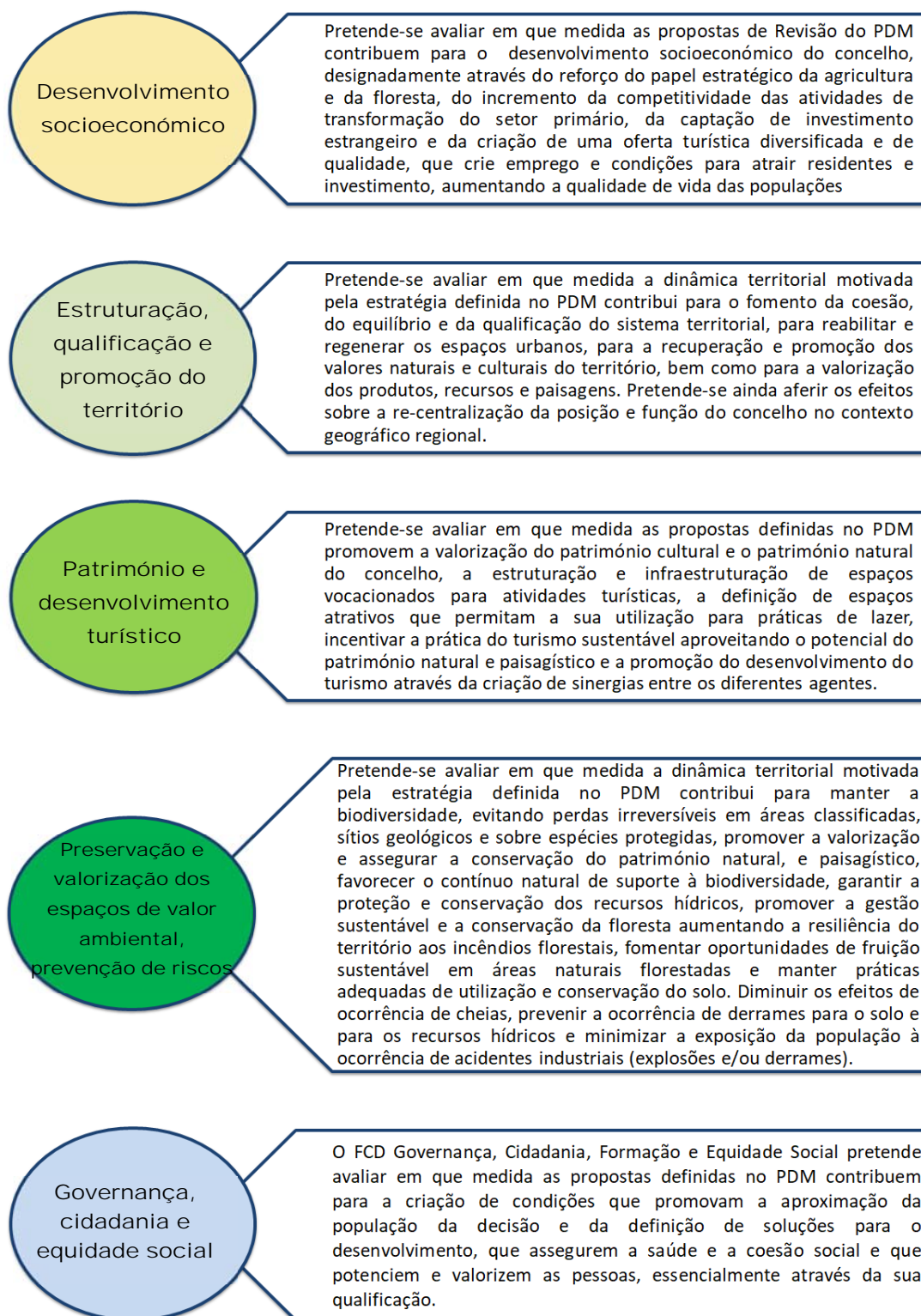
Fonte: RTGeo, 2018

O Quadro XI.1.5 permite verificar que os FCD selecionados abrangem todas as QE do Plano, o que assegura que a avaliação da estratégia na fase seguinte da AAE (estruturada pelos FCD) abrangerá todas as linhas de atuação estabelecidas pelo Plano.

Os FCD estruturam, dão focagem e determinam o alcance da AAE. O seu nível de pormenorização decorre dos **critérios de avaliação**, respetivos **objetivos ambientais e de sustentabilidade** e **indicadores** que permitam medir os resultados obtidos na implementação da estratégia, permitindo um eficaz acompanhamento do plano, na medida em que consubstanciam o referencial em relação ao qual serão avaliados os efeitos das propostas do PDM. São assim definidos para cada um do **FCD** os respetivos **objetivos** (vd. Figura XI.1.6.¹).

¹ De anotar que os FCD não pretendem descrever de forma exaustiva a situação atual e tendencial, mas sim destacar os aspetos críticos relevantes da AAE e avaliar a sustentabilidade das propostas do PDMMORA, contribuindo para uma tomada de decisão mais informada e ambientalmente responsável.

Figura XI.1.6. Objetivos de cada Fator Crítico para a decisão



Fonte: RTGeo, 2018

XI.1.8.2. FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Para este FCD foram identificados **três critérios**¹, designadamente:

1. **Dinâmica económica** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que permitam potenciar o crescimento da economia local, através do aumento da competitividade, tendo em consideração a promoção das atividades económicas ambientalmente sustentáveis, a criação de novas oportunidades de investimento e negócio em atividades relacionadas com o turismo, ambiente, recreio e lazer e em atividades apoiadas nas características e especificidade locais, assegurando a compatibilidade dos diversos usos previstos para o território e, simultaneamente através da criação de condições para a fixação de novas empresas no concelho.
2. **Emprego/Emprego Qualificado** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que promovam a criação de emprego e a qualificação técnica dos recursos humanos e dos serviços, bem como o empreendedorismo, como meio de assegurar a inclusão social.
3. **Fixação de população e melhoria da qualidade de vida** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que permitam atrair residentes.

A cada critério estão associados os respetivos **objetivos ambientais e de sustentabilidade** a alcançar, bem como os **indicadores de avaliação**, como anota o Quadro XI.1.6.

¹ Os critérios constituem parâmetros que permitem a focagem de diferentes temas importantes a avaliar, dentro de cada um dos fatores.

Quadro XI.1.6. FCD1 – Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação

OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE		INDICADORES DE AVALIAÇÃO
CRITÉRIO: Dinâmica económica		
1. Reforço da base económica		VAB por município da sede, segundo a CAE-Rev. 3
2. Fixação de empresas ambientalmente sustentáveis		N.º de empresas criadas por CAE; N.º de empresas com certificação ambiental
3. Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território		Número e Tipologia dos Empreendimentos Turísticos; Taxa de crescimento do n.º de dormidas nacionais e internacionais; Taxa de ocupação-cama;
4. Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade		N.º empresas de animação turística, reconhecidas como Turismo Natureza; N.º e capacidade dos parques de caravanismo; N.º de áreas de serviço para autocaravanas; Investimentos anuais em unidades de exploração agrícola, florestal e de turismo rural.
5. Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas		N.º de empresas instaladas em áreas de atividades económicas
CRITÉRIO: Emprego/Emprego Qualificado		
1. Promover a criação de emprego qualificado		Taxa de crescimento do emprego nos setores do alojamento, restauração, empresas de animação turística; Taxa de crescimento do emprego no setor primário; Taxa de crescimento do emprego no setor secundário; Taxa de crescimento do emprego nos serviços mais qualificados; Peso da população empregada por nível de qualificação académica e profissional; Nº de formações disponibilizadas/ano; Nº de inscritos em formações; N.º de horas de formação/inscrito

2. Criar condições para fomentar o desenvolvimento do associativismo e empreendedorismo	N.º de iniciativas realizadas com o intuito de promover a invocação e o empreendedorismo; N.º de associações de empresários; N.º de espaços para atividades em <i>cowork</i> e taxa de ocupação; N.º certificações empresariais
3. Certificação de práticas e produtos	N.º de empresas e produtos/serviços certificados; Horas de formação em contexto de trabalho
CRITÉRIO: Fixação de população e melhoria da qualidade de vida	
1. Promover a fixação de população em idade ativa no concelho	Taxa de crescimento efetivo da população; Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários; N.º de intervenções na melhoria dos equipamentos públicos; Extensão da rede de transportes escolares (km); Custo da utilização do transporte público (€/km).
2. Promover o acesso a habitação condigna de pessoas com baixos recursos económicos	N.º de alojamentos sociais ou de custos controlados; N.º de lotes a custos controlados.

Fonte: RTGeo, 2018

XI.1.8.3. FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Para este FCD foram identificados três **critérios**:

1. **Equilíbrio do sistema territorial** - avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que potenciem a coesão territorial, através da consolidação da rede urbana concelhia, por via do reforço do policentrismo, da contenção da edificação dispersa, da economia do solo, da ocupação dos espaços urbanos intersticiais, da articulação entre o sistema rural-urbano, da dignificação dos espaços subaproveitados.
2. **Qualificação do sistema urbano** - avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas de reabilitação e reestruturação urbana, da valorização

das infraestruturas, equipamentos e espaço público, das condições de mobilidade e acessibilidade para todos.

3. **Promoção do território** - avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM para a criação de uma imagem de marca forte, ancorada no património natural e cultural, na acessibilidade para todos e no modo de vida saudável e sustentável, que divulgue e valorize o concelho à escala nacional e internacional.

A cada critério estão associados os respetivos objetivos ambientais e de sustentabilidade a alcançar, bem como os indicadores de avaliação, como anota o Quadro XI.1.7.

Quadro XI.1.7. FCD2 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação

OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE		INDICADORES DE AVALIAÇÃO	
CRITÉRIO: Equilíbrio do sistema territorial			
1. Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento do povoamento linear		Taxa de crescimento da classe “urbano” no uso do solo; Taxa de crescimento da população residente fora dos aglomerados urbanos; Taxa de crescimento do n.º de licenças administrativas em solo rústico.	
2. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios		Evolução do peso do n.º de alojamentos dentro dos perímetros urbanos vs fora dos perímetros urbanos	
3. Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer para áreas degradadas e/ou subaproveitadas		N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos	
CRITÉRIO: Qualificação do sistema urbano			
1. Promover a reabilitação ou requalificação dos edifícios		N.º de edifícios requalificados ou reabilitados; N.º de empresas localizadas em locais reabilitados; População residente em locais reabilitados	
2. Qualificar o espaço urbano público		N.º de intervenções de qualificação do espaço urbano público	
3. Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de		Taxas de cobertura das infraestruturas básicas;	

água, esgotos, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência	N.º de intervenções realizadas para a melhoria da eficiência das redes; Quilómetros de redes intervencionados ou construídos (por tipo de infraestrutura e de intervenção); N.º de aglomerados com cobertura de internet por <i>wireless</i> .
4. Garantir uma oferta de equipamentos coletivos superiores e equilibrada no território, numa lógica de complementaridade	N.º e tipologia de equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados
5. Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes	Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva; N.º de eventos realizados em equipamentos culturais, por tipologia
6. Promover os modos de mobilidade suave	Quilómetros de ciclovias e/ou percursos pedonais criados
7. Reordenar o tráfego no interior dos aglomerados, reduzindo o seu volume	Níveis de ruído no interior dos aglomerados
8. Promover a utilização do transporte público para deslocações pendulares	N.º médio de passageiros/dia nos transportes públicos, por carreira
9. Tornar o concelho acessível para todos, na lógica do <i>design for all</i> , com enfoque nos espaços urbanos e turísticos (públicos e privados)	N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos
10. Promover a generalização do acesso às TIC como veículo de comunicação.	N.º de horas de formação em TIC para adultos ativos
11. Potenciar uma administração acessível	Cumprimento dos requisitos de acessibilidade do <i>site</i> da CMM
CRITÉRIO: Promoção do território	
1. Criar uma imagem de marca forte, ancorada na valorização do património natural e construído, na paisagem e na acessibilidade para todos	N.º de ações do plano de marketing territorial desenvolvidas
2. Criação/recriação de produtos, incluindo os turísticos	Volume de negócios N.º de eventos de promoção turística do concelho
3. Aumentar a procura turística nacional e internacional	Taxa de crescimento das dormidas nacionais e internacionais

Fonte: RTGeo, 2018

XI.1.8.4. FCD3. PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Para este FCD foram identificados os **dois critérios** que se apresentam:

1. **Qualificar a rede de Infraestruturas e equipamentos de cariz turístico** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que permitam consolidar a sua imagem como destino turístico de qualidade, diferenciado e competitivo que alie, de forma integrada, património natural, paisagístico e cultural. Neste sentido, a materialização destes objetivos permitirá uma aposta por parte dos diversos atores do setor do turismo na ampliação da oferta de alojamento turístico, na valorização das infraestruturas e equipamentos já existentes, e/ou na criação de novas, desde que assentes nos princípios da sustentabilidade.
2. **Preservação/valorização do património cultural e natural** - avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que permitam, de forma sustentada a fruição dos espaços naturais existentes bem como, através da reavaliação e atualização do inventário do património cultural (incluindo o património arquitetónico, arqueológico) e natural e na sua reabilitação, criar uma atitude ambientalmente correta fomentando desta forma o setor turístico.

Quadro XI.1.8. FCD3 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação

OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE		INDICADORES DE AVALIAÇÃO	
CRITÉRIO: Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico			
1. Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para atividades turísticas, incentivando a prática do turismo sustentável		Nº e extensão de percursos pedestres; Km de estruturas sobre-elevadas (passadiços); N.º de abrigos para observação de aves; Nº e quilómetros de pistas clicáveis;	

	<p>Nº de áreas com aptidão turística (espaços de recreio e lazer);</p> <p>Nº de acordos de acesso a elementos patrimoniais em propriedade privada;</p> <p>N.º de agentes de animação turística (estabelecimentos), com sede no território municipal</p>
2. Promover a criação de empreendimentos de acolhimento aos visitantes e reforço dos existentes	<p>Nº e tipologia de unidades de alojamento em empreendimentos turísticos;</p> <p>Capacidade total dos empreendimentos turísticos por tipologia;</p> <p>Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local;</p> <p>Taxa de crescimento do emprego nos setores do alojamento;</p> <p>Taxa de ocupação turística por tipologia;</p> <p>Permanência média dos turistas (dias).</p>
CRITÉRIO: Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural	
1. Promover a valorização do património histórico e cultural	<p>Nº de sítios arqueológicos;</p> <p>Nº de circuitos históricos e culturais;</p> <p>Nº de visitantes dos museus;</p> <p>Nº de eventos culturais;</p>
2. Conservar e valorizar o património cultural e edificado do concelho	<p>Nº de imóveis classificados;</p> <p>Valor / Nº de intervenções de valorização paisagística/ambiental;</p>
3. Conservar e valorizar o património natural do concelho	<p>Nº de empresas de animação turística reconhecidas como turismo de natureza;</p> <p>Valor / Nº de intervenções de valorização paisagística/ambiental;</p>

Fonte: RTGeo, 2018

XI.1.8.5. FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DO RISCO

Para este FCD foram identificados cinco **critérios**:

1. **Qualidade dos recursos** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM para a melhoria e proteção da qualidade física e química dos fatores ambientais água, ar e solo.
2. **Conservação da natureza e biodiversidade e paisagem** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM para a conservação da natureza e da biodiversidade atendendo em particular à presença de áreas que integram a Rede Natura 2000, à presença de áreas integradas na Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional e ainda, de outras áreas com interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade, integradas, nomeadamente na EEM, bem como para a preservação e valorização da paisagem e dos elementos geográficos de referência do concelho e para a manutenção da identidade da paisagem.
3. **Riscos naturais, mistos e tecnológicos** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM para a prevenção e minimização de riscos naturais (ex.: risco de cheias), de riscos mistos (e.g.: erosão hídrica do solo, risco de incêndio) e riscos tecnológicos (e.g.: acidentes rodoviários, cheias e inundações por rutura de barragem, acidentes em áreas e parques industriais e incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional).
4. **Ruído** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM para assegurar a qualidade do ambiente sonoro do território concelhio.
5. **Alterações Climáticas** – avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM para uma inversão da tendência de aumento da emissão de gases de efeito de estufa (GEE) que se constitui como um dos principais responsáveis pelas alterações climáticas.

A cada **critério** estão associados os respetivos objetivos ambientais e de sustentabilidade a alcançar, bem como os indicadores de avaliação, como anota o Quadro XI.1.9.

Quadro XI.1.9. FCD4 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação

OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
CRITÉRIO: Qualidade dos Recursos	
1. Proteger, melhorar e recuperar o estado químico, físico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas, de modo a alcançar o seu "Bom estado"	Estado das massas de água superficiais e subterrâneas; Disponibilidades hídricas; Consumo de água; Eficiências da utilização da água; Qualidade da água para consumo humano;
2. Promover a valorização e requalificação das massas de água de superfície, respetivos leitos e margens, e dos ecossistemas aquáticos e fluviais associados, impedindo e/ou invertendo qualquer tendência para a sua alteração, degradação e artificialização	Investimento na valorização e requalificação de massas de água de superfície
3. Garantir as condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água	N.º de eventos de cheias e inundações
4. Identificação das fontes de poluição tóxica e difusa das massas de água superficiais no concelho	N.º de fontes de poluição identificadas, por tipologia
5. Garantir a conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados aos recursos hídricos, com especial destaque para as áreas de interesse ecológico	
6. Garantir e promover a continuidade e conectividade dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados aos recursos hídricos e a salvaguarda das características naturais destes, bem como a sua fruição pública	
7. Assegurar a conservação do recurso solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial, e a redução da perda de solo com colmatção dos solos a jusante e assoreamento das massas de água	
8. Promover o aumento do volume de águas pluviais infiltradas, favorecendo-se a integração no seio das áreas impermeáveis, ou em torno destas, de áreas permeáveis, como zonas verdes, ou áreas semipermeáveis	Área de espaços verdes criados
9. Manter e/ou promover a eficácia dos sistemas de drenagem das águas pluviais, (eliminando p.e.	N.º de sistemas unitários substituídos por sistemas separativos

sistemas unitários e substituindo-os por sistemas separativos, entre outros)	
10. Fomentar condições adequadas de escoamento superficial ao longo das superfícies impermeabilizadas, nomeadamente através do estabelecimento de linhas de drenagem superficial	
11. Inverter a tendência para o incremento da contaminação das massas de água resultantes de escorrências de áreas com eventuais contaminantes, designadamente através da promoção da retenção e tratamento previamente a sua descarga nos meios recetores (exemplo: decantação e remoção de óleos), por forma a prevenir a poluição veiculada pelos caudais pluviais	
12. Reduzir o desperdício de água e apostar na sua eficiente utilização	Volumes extraídos das captações de água (superficiais e subterrâneas); N.º de ações de sensibilização para o uso eficiente da água
13. Promover a reutilização de água	Volume de água reciclada utilizado
14. Garantir reservas estratégicas de solo e água (em quantidade e qualidade) para o futuro	N.º de bolsas estratégicas de solos criadas; Áreas das bolsas de solo criadas
15. Restringir ao máximo a impermeabilização dos solos	Percentagem de solo impermeabilizado
7. Identificação e eliminação/recuperação de solos potencialmente contaminados	Total de área de solos potencialmente contaminados recuperada
8. Identificação e recuperação de áreas degradadas (e.g. pedreiras)	Total de área de pedreiras recuperada
9. Cumprimento dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar	N.º de incumprimentos dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar
10. Incremento da utilização de energias renováveis	Produção de energia a partir de fontes renováveis
11. Assegurar e promover um modelo de gestão territorial que assuma o princípio da melhoria do estado químico e quantitativo das águas subterrâneas, bem como a sua proteção, recuperação e valorização, de forma a inverter qualquer tendência para a sua degradação, nomeadamente através do aproveitamento sustentável destes recursos	
12. Garantir as condições naturais de infiltração e retenção hídricas, e assegurar a proteção de áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	

13. Garantir a disponibilidade hídrica subterrânea, de forma a acautelar a ocorrência de situações especiais, tais como escassez, seca e emergências, devendo ser delimitadas áreas de potencial hidrogeológico, com vista a promover zonas de reservas estratégicas	
14. Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio	
15. Acautelar a preservação e redução do risco de contaminação das massas de água, com vista a proteção e valorização dos aquíferos, devendo ser consideradas as áreas de elevada vulnerabilidade a poluição, e propostas medidas e/ou condicionalismos que promovam a respetiva salvaguarda	
16. Promover a eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento das águas residuais	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais; Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
17. Prevenir situações de poluição e inverter quaisquer tendências para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacto da atividade humana	
18. Assegurar a redução e/ou eliminação de disfunções ambientais graves, nomeadamente pela presença de substâncias consideradas perigosas pela sua persistência, toxicidade ou bioacumulação, quer nas descargas de águas residuais, quer nos meios hídricos (com implicações na saúde pública, que afetam as condições de vida de espécies ou ecossistemas relevantes, que contribuem para a degradação de zonas especialmente sensíveis ou que prejudicam importantes utilizações da água), com vista a proteção das águas superficiais e subterrâneas contra a poluição causada por substâncias perigosas	
19. Acautelar os objetivos de qualidade fixados para as zonas protegidas definidas ao abrigo da Lei da Água	
20. Diminuir a produção de resíduos urbanos	Produção de Resíduos Urbanos, em toneladas
21. Aumentar a reciclagem de resíduos urbanos	Taxa de reciclagem, em % (RU reciclados/RU total produzidos)
CRITÉRIO: Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	

<p>1. Preservar e valorizar os locais classificados ou com interesse de conservação</p>	<p>N.º de locais classificados / com interesse conservacionista identificados e respetiva área; Alteração (%) do uso do solo na Rede Natura (RN); Alteração (%) do uso do solo na RN, por tipologia de sensibilidade ambiental dessas áreas; Evolução do n.º de espécies da fauna e da flora na RN relativamente ao estado de conservação das mesmas; Evolução das populações de fauna e flora na RN; Percentagem de alteração do uso do solo na RN, por zonas críticas (zonas de reprodução, abrigos, colónias, zonas de alimentação, zonas de dispersão, <i>e.g.</i>); Valor e estado de conservação das espécies da flora e da fauna da RN: estatuto de proteção legal e estatuto de ameaça, índices de biodiversidade e importância relativa no contexto regional/nacional; Área e percentagem de habitats intervencionados; Alteração do estado de conservação de habitats naturais da Diretiva Habitats; N.º, percentagem e tipo de espécies e de populações da flora e fauna intervencionadas (destruição direta, mortalidade, exclusão, perda de habitat, zonas de reprodução, abrigos, colónias, zonas de alimentação, zonas de dispersão, poluição, fragmentação de habitats, efeito de barreira, impactos na dinâmica populacional e alterações na diversidade genética, <i>e.g.</i>); Percentagem de áreas afetadas por pragas florestais; N.º de medidas implementadas por tipo e alvo de intervenção (<i>e.g.</i> fauna, flora, recuperação de <i>habitats</i> e espécies prioritárias, controlo de espécies invasoras, património, <i>etc.</i>); Evolução da área afetada por espécies infestantes (ha)</p>
	<p>Percentagem de Estrutura Ecológica Municipal; Percentagem de alteração do uso do solo nas áreas da EEM dentro da RN;</p>

2. Promover a funcionalidade da RN e a conectividade ecológica dos locais classificados ou com interesse de conservação	Percentagem de alteração do uso do solo nas áreas da EEM que estabelecem a conectividade entre a RN e as restantes áreas da EEM; Percentagem de áreas classificadas intersectadas por infraestruturas
3. Promover a criação integrada de recursos turísticos baseados no património natural e na paisagem	N.º de ações de divulgação (por tipo) do património natural e paisagístico; N.º de percursos/rotas criadas para promoção dos recursos naturais e da paisagem
CRITÉRIO: Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos	
1. Minimizar o grau de vulnerabilidade da população aos riscos naturais, mistos e tecnológicos a que está sujeita	N.º de ocorrências verificadas anualmente, por tipologia; Número de habitantes, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural, mistos e de risco tecnológico (por tipologia ou por classe de risco)
2. Proteger as populações dos fenómenos perigosos	Número de medidas e ações desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos
3. Sensibilização para os fenómenos perigosos	N.º de ações de sensibilização para os fenómenos perigosos
CRITÉRIO: Ruído	
1. Diminuição da exposição da população ao ruído e cumprimento dos valores limite legais	Percentagem de população a viver em zonas de conflito.
CRITÉRIO: Alterações climáticas	
1. Sensibilização para as alterações climáticas	N.º de campanhas de sensibilização e esclarecimento relativas às alterações climáticas; Nº de medidas de adaptação às alterações climáticas
2. Redução dos GEE	Percentagem de redução dos GEE, anualmente

Fonte: RTGeo, 2018

XI.1.8.6. FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL

Para este FCD foram identificados os **três critérios** que se apresentam:

1. **Modernização da Administração Pública** - avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que potenciem a modernização das entidades públicas, a transparência e facilidade de acesso à informação, como premissas para uma governação qualificada e maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos.
2. **Participação Pública** - avaliação do contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que assegurem a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como a mobilização e incentivo da sociedade civil, nomeadamente ao nível da promoção do uso de novas tecnologias.
3. **Qualificação social** – Pretende avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que promovam a valorização do potencial humano, a redução da pobreza, da exclusão e da marginalidade e do aumento dos níveis de cobertura e de eficácia dos equipamentos coletivos e serviços com impacto ao nível do aumento da qualidade de vida da população e da saúde humana.

A cada critério estão associados os respetivos objetivos ambientais e de sustentabilidade a alcançar, bem como os indicadores de avaliação, como anota o Quadro XI.1.10.

Quadro XI.1.10. FCD5 - Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação

OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE		INDICADORES DE AVALIAÇÃO	
CRITÉRIO: Modernização da Administração Pública			
1. Modernizar as entidades públicas, melhorando a eficiência e qualidade dos serviços públicos		Serviços <i>online</i> criados pelas entidades públicas; Taxa de utilização dos serviços <i>online</i>	
2. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação com a administração central e regional		Duração dos procedimentos administrativos e número de entidades envolvidas	
CRITÉRIO: Participação Pública			
1. Promover o uso de novas tecnologias nos serviços públicos e pelos cidadãos		Participação pública <i>online</i>	

	Participação em Fóruns de acompanhamento da execução do PDM/ sessões da Assembleia Municipal
2. Assegurar a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil para os assuntos locais	N.º de ações de sensibilização; N.º de participantes em consultas públicas
3. Fomentar a cooperação entre os agentes do território	N.º de associações locais; N.º de entidades associadas
CRITÉRIO: Qualificação social	
1. Qualificação da população	N.º de formações disponibilizadas/ano; N.º de inscritos em formações; N.º de horas de formação/inscrito; Investimento em atividades de investigação (€)
2. Aumentar a área de espaços verdes de utilização coletiva e melhorar os existentes	N.º e tipologia das intervenções em espaços verdes de utilização coletiva; Quilómetros de percursos pedonais e/ou ciclovias criados; Rácio de áreas verdes criadas por habitante (m²/hab.)
3. Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva	N.º das intervenções de manutenção dos espaços públicos de utilização coletiva
4. Reduzir a população exposta a níveis elevados de ruído	N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos
5. Promover a acessibilidade para todos	N.º de intervenções e tipologia das ações enquadradas em projetos de acessibilidade para todos

Fonte: RTGeo, 2018

XI.1.9. ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

A AAE, enquanto parte integrante do processo de revisão do PDMMORA, será colocada para apreciação, juntamente com o conteúdo material e documental do Plano, às entidades que integram a respetiva Comissão Consultiva¹, nomeadamente a/o:

1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que preside;

¹ Publicada no Diário da República, através do Aviso n.º 6952/2018, de 23 de maio.

2. Câmara Municipal de Mora;
3. Assembleia Municipal de Mora;
4. Autoridade Nacional de Proteção Civil;
5. Direção-Geral do Território;
6. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
7. Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. — ARH Alentejo, I. P.;
8. Direção-Geral de Energia e Geologia;
9. Turismo de Portugal, I. P.;
10. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
11. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
12. Infraestruturas de Portugal, S. A.;
13. Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.;
14. Direção Regional de Cultura do Alentejo;
15. IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
16. Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
17. Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS) — Centro Distrital de Évora;
18. REN — Redes Energéticas Nacionais;
19. EDP — Energias de Portugal;
20. ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações;
21. Autoridade Nacional da Aviação Civil;
22. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;
23. Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.;
24. Câmara Municipal de Arraiolos;
25. Câmara Municipal de Avis;
26. Câmara Municipal de Coruche;
27. Câmara Municipal de Ponte de Sor;
28. Câmara Municipal de Sousel.

De acordo com os n.ºs 3 e 4.º do artigo 5.º do RJAAE, a entidade responsável pela elaboração do plano sujeito a avaliação ambiental solicita parecer sobre o âmbito da AA e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental às entidades ambientais às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas (ERAE), possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, cujos pareceres devem ser emitidos no prazo de 20 dias.

As ERAE, tal como definidas pelo n.º 3 do artigo 3.º do RJAAE, correspondem às seguintes entidades, as quais integram a Comissão Consultiva do procedimento de revisão do PDM de Mora:

1. Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
2. Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARS Alentejo);
3. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo);
4. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
5. Municípios vizinhos de Ponte de Sor, Coruche, Arraiolos, Sousel e Avis.

Considera-se ainda relevante proceder à consulta das seguintes entidades:

1. Junta de Freguesia de Mora;
2. Junta de Freguesia de Brotas;
3. Junta de Freguesia de Cabeção;
4. Junta de Freguesia de Pavia.

Não obstante as fases de participação pública consagradas na lei¹, o público interessado pode consultar a informação-chave do processo de AAE no *site* da CM Mora, bem como enviar comentários e sugestões que considere pertinentes em qualquer fase do processo.

¹ Vd. artigo 7.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho.

As dinâmicas de grupo/*workshops* de participação pública do tipo *bottom-up* promovidas no âmbito da revisão do PDM, permitiram a abordagem das questões ambientais mais pertinentes para os participantes. Esta disponibilização de informação e a possibilidade de resposta permite uma maior transparência, participação e responsabilização de e para todos.

XI.1.10. PROPOSTA DE ESTRUTURA DO RELATÓRIO AMBIENTAL

O Relatório Ambiental constitui o documento de síntese de todo o processo de AA e acompanhará as peças escritas e desenhadas associadas à Revisão do PDM de Mora para efeitos de consulta por parte das entidades competentes e de consulta pública. Considerando o disposto no artigo 6.º do DL n.º 232/2007, propõe-se que o Relatório Ambiental apresente a seguinte estrutura:

1. Introdução
2. Objetivos e metodologia do RA
3. Objeto de avaliação
4. Fatores Críticos para a Decisão (FCD)
 - 4.1. Enquadramento
 - 4.2. Questões Estratégicas do PDM
 - 4.3. Quadro de Referência Estratégico (QRE)
 - 4.4. Questões Ambientais e de Sustentabilidade
 - 4.5. Fatores Críticos para a Decisão
5. Avaliação Ambiental Estratégica por Fator Crítico
 - 5.1. Enquadramento
 - 5.2. Análise de tendências por FCD, por critério de avaliação
 - 5.2.1. FCD1. Desenvolvimento socioeconómico
 - 5.2.2. FCD2. Sustentabilidade ambiental, riscos naturais e tecnológicos

5.2.3. FCD3. Estruturação, qualificação e promoção do território
5.2.4. FCD4. Governança proativa e próxima dos cidadãos
5.3. Síntese da AAE por FCD
6. Diretrizes para o Seguimento
6.1. Diretrizes de planejamento e gestão
6.1.1. FCD1. Desenvolvimento socioeconômico
6.1.2. FCD2. Sustentabilidade ambiental, riscos naturais e tecnológicos
6.1.3. FCD3. Estruturação, qualificação e promoção do território
6.1.4. FCD4. Governança proativa e próxima dos cidadãos
6.2. Diretrizes de monitorização
6.3. Diretrizes de governança
6.3.1. Entidades intervenientes
6.3.2. Orientações gerais
7. Considerações finais
8. Bibliografia de referência

XI.1.11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório serve de base à segunda fase do processo de AAE da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Mora. A caracterização do objeto de avaliação foi desenvolvida tendo por base a informação disponível, estando metodologicamente adaptada ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta de revisão do PDM de Mora.

Nele se encontram estabelecidas as **Questões Estratégicas**, o **Quadro de Referência Estratégico** e os **Fatores Ambientais e de Sustentabilidade** que estiveram na base da definição dos **Fatores Críticos para a Decisão** e dos respetivos objetivos ambientais e de

sustentabilidade e dos indicadores que sustentarão a fase seguinte, a de análise e avaliação dos efeitos significativos do ambiente, cujo intuito é o de informar a decisão acerca das oportunidades e riscos associados às diferentes opções estratégicas estudadas.

Estas opções e os respetivos objetivos estratégicos, associadas ao conhecimento dos fatores ambientais determinantes para a área, e ainda a um conjunto de instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para o plano, suportaram a determinação dos 5 FCD analisados: "*Desenvolvimento socioeconómico*", "*Estruturação, qualificação e promoção do território*", "*Património e desenvolvimento turístico*", "*Preservação e valorização dos espaços de valor ambiental e Prevenção do risco*" e "*Governança, cidadania, formação e equidade social*", que se consideram relevantes para a decisão e para a concretização da missão e visão estabelecidas para o concelho.

Será enviado à CCDR Alentejo, à qual se solicita parecer, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 5.º do DL n.º 232/2007, 15 de junho.

XI.1.12. BIBLIOGRAFIA

APA (2019), *Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações RH5A – Tejo e Ribeiras do Oeste*, pp. 83.

APA (2018), *Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações em Portugal Continental*, pp. 55.

COMISSÃO EUROPEIA (1999), *EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário. Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, pp. 104.



Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Mora (2009), *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Mora*, pp. 228.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO (2014), *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central 2014-2020*, pp. 184.

DGOTDU e APA (2008), *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*, Documentos de Orientação 01/2008, Lisboa, pp. 137.

DIREÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (2014), *Estratégia para o regadio público 2014-2020*, Lisboa, pp. 58.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENDS 2005-2015, pp. 145.

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2014), *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020*, Lisboa, pp. 414.

Instituto da Água (2005), *Relatório Síntese sobre a Caracterização das Regiões Hidrográficas Prevista na Directiva-Quadro da Água*, pp. 175.

Ministério da Economia (2014), *Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI3+)*, Lisboa, pp. 122.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2006), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - Relatório*, Lisboa, pp. 155.



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2006), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - Programa de Ação*, Lisboa, pp. 107.

PARTIDÁRIO, M.R. (2012), *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*, Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais, Lisboa.

PARTIDÁRIO, M.R. (2007), *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas*, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

PENSAAR 2020 – *Uma estratégia ao serviço da população: serviços de qualidade a um preço sustentável*, Volumes 1, 2 e 3, maio 2014

TURISMO DE PORTUGAL (2016), *Estratégia Turismo 2027 Portugal*, Documento para Discussão Pública, Lisboa, pp. 100.

TURISMO DE PORTUGAL (2013), *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Revisão e Objetivos 2013-2015*, Lisboa, pp. 74.

TURISMO DE PORTUGAL (2016), *Turismo 2020. Plano de ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal 2014-2020*, Lisboa, pp. 191.

LEGISLAÇÃO

Aviso n.º 6952/2018, de 23 de maio – Aprova e publica a constituição da Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Mora



Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro – Convenção Europeia da Paisagem

Decreto do Presidente da República n.º 9/2003, de 25 de fevereiro – Ratifica a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente

Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo **Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro** – transpõe para o ordenamento jurídico português da diretiva aves e da diretiva *habitats*

Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio – Aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio** – Estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental

Decreto-Lei n.º 242/2008, de 15 de outubro – aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade

Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro – transpõe para o direito nacional a Diretiva de Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro – Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA)

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial



Decreto Regulamentar n.º 37/2007, de 3 de abril – Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo

Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro – Diretiva Quadro da Água

Diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho – Define os planos e programas, suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental

Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro – Relativa à Diretiva de Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações (DAGRI)

Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril - Aprova a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por «PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais»

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho – Lei da água, a qual transpõe para o direito nacional a Diretiva Quadro da Água

Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro – Aprova o PNPOT

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho – Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020+)

Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho, revista e atualizada pela **Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro** - Aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabelece procedimentos relativamente à sua concretização.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respetivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho – Aprova o Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) 2008-2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho - Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, 15 de abril – Aprova a Estratégia Nacional da Energia 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto - Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro - Determina a elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020 e de planos sectoriais de baixo carbono para cada Ministério, bem como do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020 (PNAC) (abrange assuntos florestais).



Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro – Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro – Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho – Aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho – Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas

Resolução de Conselho de Ministros nº 46/2016, a 26 de agosto – Aprova a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR) 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho – Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

OUTRAS FONTES

www.cm-mora.pt



www.icnf.pt

www.turismodeportugal.pt

<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

<https://descarbonizar2050.pt/roteiro/>



XI.1.13. ANEXO

ANEXO I

ÂMBITO E OBJETIVOS DO QRE

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DE ÂMBITO INTERNACIONAL

ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO (EDEC)

ÂMBITO

Aprovado no Conselho informal de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, em Potsdam (Alemanha), em maio de 1999, o EDEC constitui um quadro de orientação política a aplicar, no domínio das respetivas competências específicas, pelos Estados-Membros, pelas suas regiões e coletividades locais e pela Comissão Europeia, visando um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE.

OBJETIVOS

São definidos os **três objetivos fundamentais da política europeia**, a realizar de forma equitativa em todas as regiões da UE:

1. coesão económica e social;
2. conservação e gestão dos recursos naturais e do património cultural;
3. competitividade mais equilibrada do território europeu.

As políticas de desenvolvimento territorial contribuem para o desenvolvimento sustentável da UE através da promoção de uma estrutura territorial e urbana equilibrada, sustentada nos seguintes **princípios**:

1. desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e equilibrado e de uma nova relação cidade-campo;
2. garantia de uma igualdade de acesso às infraestruturas e ao conhecimento;
3. desenvolvimento sustentável, gestão "inteligente" e preservação da natureza e património cultural.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM

ÂMBITO

A Convenção Europeia da Paisagem, realizada em Florença a 20 de outubro de 2000, foi aprovada pelo Governo português através do Decreto n.º 4/2005, e resultou da constatação por parte dos Estados-Membros signatários de que:

1. o estabelecimento de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as atividades económicas e o ambiente é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável;
2. a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego.

Esta convenção aplica-se a todo o território das Partes e incide sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Abrange as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas. Aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excecionais como a paisagens da vida quotidiana e a paisagens degradadas.

OBJETIVOS

Promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio.

CONVENÇÃO DE AARHUS

ÂMBITO

A Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Convenção de *Aarhus*) foi adotada em 25 de junho de 1998, na cidade dinamarquesa de *Aarhus*, durante a 4ª Conferência Ministerial "Ambiente para a Europa".

Entrou em vigor em 30 de outubro de 2001, concluído o processo de ratificação por 16 países membros da CEE/ONU e pela União Europeia, conforme previsto no art.º 20º.

Portugal assinou esta Convenção em 1998 e a sua ratificação ocorreu em 2003, através do Decreto do PR n.º 9/2003, aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 11 /2003, de 25 de fevereiro.

OBJETIVOS

É objetivo desta Convenção garantir os direitos dos cidadãos no que respeita a:

1. acesso à informação;
2. participação do público em processos de decisão e;
3. acesso à justiça,

em matéria de ambiente, sendo estes três aspetos considerados como os seus três pilares fundamentais.

É uma Convenção inovadora, uma vez que estabelece relações entre os direitos ambientais e os direitos humanos, assumindo que o desenvolvimento sustentável só poderá ser atingido com o envolvimento de todos os cidadãos e dando relevo às interações que se devem estabelecer entre o público e as autoridades, aos mais diversos níveis, num contexto democrático.

Deste modo, a Convenção não constitui apenas um acordo internacional em matéria de ambiente, mas tem em conta também os princípios de responsabilização, transparência e credibilidade que se aplicam aos indivíduos e às instituições.

Na 5ª reunião das Partes da Convenção, decorrida na Holanda em junho e julho de 2014, foi adotada a Declaração de Maastricht, que reafirma a transparência como motriz da democracia ambiental.

Portugal tem acompanhado estes trabalhos nos seus diversos fóruns e procurado implementar, aos diferentes níveis, as decisões aí tomadas para que possa ser exercida uma cidadania ativa e responsável através de um conjunto de meios de intervenção que manifestam, também, práticas de boa governação onde os princípios da transparência e da subsidiariedade são garantidos.

ESTRATÉGIA EUROPA 2020

VISÃO

A crise anulou anos de progresso económico e social e expôs as fragilidades estruturais da economia europeia. Entretanto, o mundo está a evoluir rapidamente e os desafios de longo

prazo - globalização, pressão sobre os recursos, envelhecimento da população - tornam-se mais prementes.

Para contornar esta situação foi definida uma estratégia para ajudar a sair mais fortes da crise e transformar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. **A Europa 2020 representa uma visão da economia social de mercado para a Europa do século XXI.**

A estratégia Europa 2020 estabelece três prioridades que se reforçam mutuamente:

- Crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
- Crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- Crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

OBJETIVOS

Atendendo ao horizonte 2020 a UE, através da Comissão, propõe os seguintes grandes objetivos:

- 75% da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada;
- 3% do PIB da UE deve ser investido em I&D;
- os objetivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (incluindo uma subida para 30% do objetivo para a redução das emissões, se as condições o permitirem);
- a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior;
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.

Estes objetivos estão interligados e são determinantes para o êxito global. Para assegurar que cada Estado-Membro adapta a estratégia Europa 2020 à sua situação específica, a Comissão propõe que os objetivos da UE sejam traduzidos em objetivos e trajetórias nacionais.

Estes objetivos são representativos das **três prioridades** constituídas pelo **crescimento inteligente, sustentável e inclusivo**, mas não são exaustivos na medida em que a sua prossecução implica um vasto leque de ações a nível nacional, da UE e internacional.

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÂMBITO

Documento elaborado pelas Nações Unidas, esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, reconhecendo a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS

Estabelece **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** e 169 metas que estimularão a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, nomeadamente:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar os padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgente para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DE ÂMBITO NACIONAL

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

O PNPOT é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

Em vigor desde 2007 (Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, com as devidas retificações¹), encontra-se em **processo de alteração**, determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto. Esta alteração tem enfoque na elaboração de um **novo programa de ação para o horizonte 2030**, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do país e, também, no estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promover o PNPOT como **referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais** financiados por programas nacionais e comunitários.

O PNPOT estrutura-se, assim, em **três documentos**: o **Diagnóstico**, a **Estratégia** e o **Modelo Territorial** e a **Agenda para o Território** (Programa de Ação 2030). Este último responde às

¹ Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro.

opções estratégicas inerentes aos desafios territoriais e visa concretizar o modelo territorial esquematizado, organizando-se em cinco pontos:

1. compromissos para o território;
2. domínios e medidas;
3. operacionalização do modelo territorial;
4. diretrizes para os Instrumentos de gestão territorial;
5. modelo de governação.

Desta feita, o novo PNPOT define uma **agenda com 10 compromissos** para o território:

1. robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades;
2. atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica;
3. adaptar os territórios e gerar resiliência;
4. descarbonizar acelerando a transição energética e material;
5. remunerar os serviços prestados pelo capital natural;
6. alargar a base económica territorial com mais capacitação, conhecimento e inovação;
7. incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território;
8. **integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade;**
9. **garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos;**
10. **reforçar nos IGT a eficiência territorial** pela concentração da habitação e das atividades, pela reabilitação e regeneração urbanas, pela mobilidade sustentável, economia circular e de partilha e consumos de proximidade.

Destes, destacam-se os três últimos, na medida em que traduzem uma interferência direta com os IGT. O capítulo 4 enuncia, por sua vez, as **diretrizes para os IGT**, subdividindo-se em duas secções:

- a. uma primeira com as **diretrizes de coordenação e articulação** para o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, para os Programas Setoriais, Especiais e Regionais e ainda para os Programas e Planos Intermunicipais e Municipais;

- b. uma segunda com as **diretrizes de conteúdo** para os Programas Regionais de Ordenamento do Território e os Planos Diretores Municipais, dado que estes instrumentos são determinantes para a concretização das orientações e diretrizes de organização e funcionamento territorial emanadas do PNPOT.

Na esfera das **diretrizes de coordenação e articulação** do PNPOT para os Planos Diretores Intermunicipais e Municipais destacam-se as seguintes:

- a. os PDM devem ter um **conteúdo estratégico reforçado** e **focarem os conteúdos regulamentares**;
- b. os PDM devem adotar orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um **planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização** e de **regime de uso do solo** e de **salvaguarda de riscos** e **mais adaptativo nas regras de gestão**, incorporando **dispositivos orientadores da sua dinâmica futura**, mecanismos de **programação em função de informação de gestão** e soluções de remissão para **regulamentos municipais**;
- c. os PDM devem estabelecer **princípios e regras gerais da reclassificação do solo**, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que prejudiquem a otimização do modelo de organização territorial e a concretização da estratégia municipal;
- d. os PDM devem conciliar as orientações de reforço do caráter estratégico, de dinâmica adaptativa e de focagem de conteúdos do PDM com o objetivo de concentrar neste tipo de plano todas as disposições relativas à gestão do território, incluindo as decorrentes de PE e PS, encontrando mecanismos de integração adequados;
- e. deve ser melhorada a **articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios**;
- f. a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos PU.

Ao nível das **diretrizes de conteúdo** para os PDM salientam-se as seguintes:

- a. explicitar a **estratégia territorial municipal** e as decorrentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas, identificando princípios e objetivos;
- b. definir o **sistema urbano** e as áreas de localização empresarial;
- c. considerar a perspectiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade;
- d. identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a **habitação como um fator determinante da atração de novos residentes**;
- e. **reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal**, tendo em vista **valorizar os recursos endógenos**, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais;
- f. **delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco**;
- g. identificar medidas de **redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal** e de **prevenção do risco de incêndio**;
- h. Integrar estratégias, abordagens e diretrizes de sustentabilidade que garantam a **salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais**, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação da paisagem;
- i. **travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano**, promover a **regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana**, e **restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico**;
- j. identificar os **passivos ambientais e o solo com usos obsoletos** e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição;

- k. definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a **descarbonização da economia e da sociedade**, a **mobilidade sustentável**, a **economia circular** e de partilha e os consumos de proximidade;
- l. identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de **energias renováveis** e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração;
- m. considerar a **paisagem e a arquitetura** como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

PORTUGAL 2020

ÂMBITO

Trata-se do ACORDO DE PARCERIA adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

OBJETIVOS

Visando estimular o crescimento e a criação de emprego, o Portugal 2020 tem como objetivos principais constituir:

1. estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis;
2. incremento das exportações;
3. transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo;

4. cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos;
5. redução dos níveis de abandono escolar precoce;
6. integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social;
7. promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos;
8. reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade;
9. racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ENDS) 2005-2015

ÂMBITO

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto, assume como desígnio: “retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.” O diploma de aprovação inclui também o respetivo Plano de Implementação e os indicadores de monitorização.

OBJETIVOS

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”, através de:
 - a. acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação;
 - b. melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento.
2. crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
3. melhor ambiente e valorização do património;

4. mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
5. melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
6. um papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional.

PROGRAMA NACIONAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (PNAC) 2020-2030

ÂMBITO

O PNAC, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, é um dos elementos que constituem o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC) que assumiu como visão o desenvolvimento de uma economia competitiva e de baixo carbono, estabelecendo um novo paradigma de desenvolvimento para Portugal num contexto de crescimento verde.

O PNAC assume um carácter de compilação de outros instrumentos existentes (um «plano de planos») e constitui um quadro de referência dinâmico para a identificação e definição de políticas e medidas setoriais, assente na avaliação *ex-ante* e *ex-post* das mesmas, na vertente de baixo carbono.

OBJETIVOS

Constituem objetivos do PNAC:

1. promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde;
2. assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030 em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus;
3. promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (*mainstreaming*).

ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (EN AAC 2020)

ÂMBITO E OBJETIVOS

A EN AAC 2020, enquadrada no Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), e igualmente aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, assume como **visão** “Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas”. A EN AAC 2020 define um modelo de organização onde é claramente promovida a articulação entre os diversos setores e partes interessadas tendo em vista a prossecução de prioridades de determinadas áreas temáticas e dos três **objetivos da estratégia**:

1. Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;
2. Implementar medidas de adaptação;
3. Promover a integração da adaptação em políticas setoriais.

PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (PANCD)

ÂMBITO

Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho, o PANCD, foi revisto e atualizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro, e constitui um instrumento de planeamento estratégico integrador de outros programas e estratégias aplicáveis e cujas orientações adota no seu formato mais atualizado.

VISÃO ESTRATÉGICA

Criação de uma parceria nacional para prevenir e reverter a desertificação/degradação das terras e para mitigar os efeitos da seca nas áreas afetadas no território nacional, parceria que

deverá também ser estendida às regiões e países com quem temos relações privilegiadas e condições comuns, a fim de apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis;
2. Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas;
3. Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis;
4. Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD e o PANCD.

PLANO SETORIAL DA REDE NATURA (PSRN) 2000

ÂMBITO

Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, constitui um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das Zonas de Proteção Especial e dos Sítios da Lista Nacional do território continental, bem como a manutenção das espécies num estado favorável nestas áreas.

OBJETIVOS

1. Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios;
2. estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;

3. representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;
4. estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
5. definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
6. fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nos pontos anteriores;
7. definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.

ESTRATÉGIA TURISMO 2027 PORTUGAL

ÂMBITO

Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, é o referencial estratégico para o Turismo em Portugal na próxima década e consubstancia uma visão de longo prazo, combinada com uma ação no curto prazo, permitindo atuar com maior sentido estratégico no presente e enquadrar o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027.

OBJETIVOS

A Estratégia Turismo 2027 é uma estratégia partilhada, de longo prazo, para o Turismo em Portugal, que visa os seguintes objetivos:

1. assegurar estabilidade nas grandes prioridades para o Turismo nacional até 2027;
2. promover uma integração das políticas setoriais;

3. gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo;
4. dar sentido estratégico às opções de investimento.

O REFERENCIAL ESTRATÉGICO

O referencial estratégico foca-se em **10 ativos**, classificados em quatro tipologias distintas:

I. Ativos diferenciadores:

1. Clima e luz
2. Natureza e Biodiversidade
3. Água
4. História e Cultura
5. Mar

II. Ativos qualificadores:

6. Gastronomia e Vinhos
7. Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios

III. Ativos emergentes:

8. Bem-Estar
9. *Living* – Viver em Portugal

IV. Ativo único – transversal:

10. As Pessoas

EIXOS ESTRATÉGICOS

A Estratégia Turismo 2027 coloca as pessoas (residentes, visitantes e profissionais) no centro da mesma e define as grandes linhas de atuação prioritárias no âmbito dos **cinco eixos estratégicos**:

1. Valorizar o território;
2. Impulsionar a economia;
3. Potenciar o crescimento;
4. Gerar conectividade;

5. Projetar Portugal.

Um dos meios para a materialização da Estratégia 2027 é o “Turismo 2020 – Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal”, para o período de programação comunitária 2014-2020, o qual aponta como principais **recursos turísticos** do Alentejo:

- A cidade de Évora (património mundial);
- Castelos e fortalezas;
- Património arqueológico;
- Alqueva e Aldeias típicas;
- Praias atlânticas;
- Pousadas;
- Gastronomia e Vinhos.

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS (PENSAAR) 2020

ÂMBITO

O PENSAAR 2020, aprovado pelo Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril, corresponde a uma nova estratégia para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais no horizonte temporal de 2014-2020, tendo resultado:

1. do balanço do PEAASAR II e diagnóstico da situação atual (Situação de Referência);
2. do estabelecimento de uma visão, objetivos, indicadores, metas e cenários (Quadro Estratégico);
3. da definição de Medidas, ações, investimentos e recursos financeiros, humanos e legais (Plano de Ação);
4. da elaboração de um Plano de Gestão, que inclui a gestão, monitorização, atualização do plano e avaliação do seu desempenho.

VISÃO

O PENSAAR 2014-2020 estabelece como visão: “um setor ao serviço da população e da economia do País que presta serviços de qualidade e sustentáveis em termos ambientais, económico-financeiros e sociais”.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A visão é sustentada por cinco objetivos estratégicos:

1. Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água;
2. melhoria da qualidade dos serviços prestados;
3. otimização e gestão eficiente dos recursos;
4. sustentabilidade económico-financeira e social;
5. condições básicas transversais.

PLANO ESTRATÉGICO DOS TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS (PETI3+) 2014-2020

ÂMBITO

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década, associados ao início do novo programa de financiamento comunitário.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2014-2020

1. Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego;

2. assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses;
3. promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país.

PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO PARA OS PROJETOS DE INVESTIMENTO A CONCRETIZAR NO HORIZONTE 2014-2020

1. Promoção da competitividade e eficiência da economia e do sistema de transportes;
2. fomento da intermodalidade entre modos e redes de transportes;
3. enquadramento na política de transportes;
4. sustentabilidade financeira e disponibilidade de fontes de financiamento;
5. nível de maturidade;
6. coesão social e territorial.

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO PRIORITÁRIOS

Os eixos de desenvolvimento prioritários para o horizonte 2014-2020, coincidentes com os corredores principais do PNPOT e da RTE-T, nos quais se integram os projetos de investimento a concretizar, são:

1. Corredor da fachada atlântica;
2. Corredor internacional norte;
3. Corredor internacional sul;
4. Corredor do Algarve;
5. Corredor do interior;
6. Transportes público de passageiros.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE (PDRC) 2014-2020

ÂMBITO

O PDR é um instrumento de programação de fundos comunitários, nos quais se insere o apoio ao desenvolvimento agrícola e rural a financiar pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), da responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Mar, sendo a sua elaboração coordenada pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP).

ESTRATÉGIA

A visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, consubstanciada no Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, estipula como princípio determinante a “concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais assente numa gestão eficiente dos recursos”. Desta forma, e tendo em conta os três objetivos da PAC, o PDR 2020 pretende o **crescimento sustentável do setor agroflorestal** em todo o território nacional. Tem como **objetivos estratégicos**:

1. crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura;
2. promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos;
3. criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural.

MEDIDAS e AÇÕES

1. Inovação
 - 1.1 Grupos operacionais
2. Conhecimento
 - 1.1. Capacitação e divulgação
 - 1.2. Aconselhamento

3. Valorização da produção agrícola
 - 3.1. Jovens agricultores
 - 3.2. Investimento na exploração agrícola
 - 3.3. Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas
 - 3.4. Infraestruturas coletivas
4. Valorização dos recursos florestais
5. Organização da produção
 - 5.1. Criação de agrupamentos e organizações de produtores
 - 5.2. Organizações interprofissionais
 - 5.3. Cooperação empresarial
6. Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo
 - 6.1. Seguros
 - 6.2. Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo
7. Agricultura e recursos naturais
 - 7.1. Agricultura biológica
 - 7.2. Produção integrada
 - 7.3. Pagamentos rede natura
 - 7.4. Conservação do solo
 - 7.5. Uso eficiente da água
 - 7.6. Culturas permanentes tradicionais
 - 7.7. Pastoreio extensivo
 - 7.8. Recursos genéticos
 - 7.9. Mosaico agroflorestal
 - 7.10. Silvoambientais
 - 7.11. Investimentos não produtivos
 - 7.12. Apoio agroambiental à apicultura
8. Proteção e reabilitação de povoamentos florestais
 - 8.1. Silvicultura sustentável

- 8.2. Gestão de recursos cinegéticos e aquícolas
- 9. Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas
- 10. LEADER
 - 10.1. Apoio preparatório
 - 10.2. Implementação das estratégias
 - 10.3. Atividades de cooperação dos GAL
 - 10.4. Funcionamento e animação

ESTRATÉGIA PARA O REGADIO PÚBLICO (ERP) 2014-2020

ÂMBITO

A Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 (ERP 2014-2020) constitui o quadro de orientação estratégica para a gestão do regadio público no território continental português e, em particular, para as próximas fases de planeamento e gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020, nomeadamente da Ação que venha a enquadrar os investimentos nos regadios coletivos.

PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS

“O espaço rural deve contribuir para a criação de riqueza económica e ambiental para o país e proporcionar uma boa qualidade de vida e de trabalho para as populações, numa perspetiva de bem-estar social”. A criação de riqueza e de bem-estar, por sua vez, depende de níveis adequados de infraestruturação (e.g. regadio, vias de comunicação, energia elétrica, estrutura fundiária adequada). Atendendo a que os recursos são escassos, a ERP 2014-2020, baseia a sua estratégia em cinco eixos fundamentais:

1. a sustentabilidade dos recursos solo e água;
2. a eficiência energética;
3. a rentabilização dos investimentos;

4. o respeito pelos valores ambientais;
5. o envolvimento e participação dos interessados.

EIXOS DE ATUAÇÃO

1. Enquadramento no Programa Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020;
2. reforço da área regada com recurso a infraestruturas eficientes;
3. reabilitação e modernização de regadios;
4. defesa, drenagem e conservação do solo.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (ENF)

ÂMBITO

A Estratégia Nacional para as Florestas, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro, constitui um elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal.

VISÃO

A sustentabilidade da gestão florestal, no respeito pelos critérios estabelecidos a nível internacional, assumidos por Portugal no âmbito do processo Pan-Europeu para a gestão sustentável das florestas continentais, da Conferência Ministerial para a Proteção das Florestas na Europa (FOREST EUROPE) e do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (FNUF).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
2. Especialização do território;

3. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
4. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
5. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

POLÍTICA NACIONAL DE ARQUITETURA E DA PAISAGEM (PNAP)

ÂMBITO

Aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho, a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, possui um carácter transversal, devendo ser considerada e integrada nas demais políticas setoriais com impacto no quadro de vida, no bem-estar e qualidade de vida das populações.

VISÃO

Potenciar a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do País, aos níveis central, regional e local.

OBJETIVOS

1. A melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses;
2. A prossecução do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano sustentável;
3. A proteção e valorização do património cultural e natural português;
4. O incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial;
5. A competitividade da economia nacional e a afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo.

REGIME JURÍDICO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE (RJCNB)

ÂMBITO

Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, aplica-se ao conjunto dos valores e recursos naturais presentes no território nacional e nas águas sob jurisdição nacional.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA OS EFLUENTES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS (ENEAA)¹

ÂMBITO

Considerando os problemas ambientais persistentes decorrentes dos efluentes gerados pelas atividades agropecuárias e agroindustriais e as competências do Ministérios do Ambiente e Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, estes organismos decidiram criar, através do Despacho Conjunto n.º 1098/2005, de 28 de dezembro, um grupo de trabalho interministerial para a elaboração de projeto de Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais, abrangendo o território de Portugal Continental, a qual foi aprovada pelo Despacho n.º 8277/2007, de 9 de maio.

VISÃO

A Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) 2018-2025, resultante da revisão efetuada pelo grupo de trabalho interministerial coordenado pelo Grupo Águas de Portugal (AdP) foi apresentada a 30 de novembro de 2017.

¹ Embora à data já tenha sido apresentada a Revisão da ENAPAI 2018-2025, ainda não foi aprovada.

Foi proposto pelo grupo de trabalho interministerial a constituição de uma Estrutura de Missão com o objeto de promover, coordenar e monitorizar a estratégia do ENEAPAI no período 2018 – 2025.

Destaca-se a prioridade e primazia dada à valorização agrícola dos efluentes agropecuários e agroindustriais, à necessidade de condicionamento das áreas disponíveis para essa aplicação em função do estado das massas águas de cada região, à proposta de revisão e reflexão sobre as condições aplicáveis à valorização agrícola das matérias fertilizantes (onde se inclui o composto e as lamas de ETAR) e à criação de sistemas de informação interoperáveis que permitam conhecer os fluxos de efluentes nas várias fases do processo e dos agentes envolvidos (produtores, transportadores e valorizadores).

PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS URBANOS (PERSU) 2020+

ÂMBITO

Aprovado, pela Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho, o PERSU 2020+ constitui um **ajustamento às medidas** vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, no qual se assumia como estratégia para os resíduos, garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas. Promovia ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procurava integrá-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactos da extração de recursos naturais e assegurar os recursos essenciais às nossas economias, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de desenvolvimento económico e de emprego.

O referido ajustamento da estratégia nacional para os resíduos urbanos decorre da **mudança de paradigma** que os **novos desafios da economia circular** colocam ao setor da gestão de

resíduos urbanos **até 2035**, refletidos na proposta de revisão da legislação para o cumprimento de metas mais ambiciosas, nomeadamente, na preparação para reutilização e reciclagem, no desvio de resíduos valorizáveis de aterro e nas obrigações de recolha seletiva de biorresíduos.

OBJETIVOS

- Prevenção da produção e perigosidade dos RU;
- Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis;
- Redução da deposição de RU em aterro;
- Valorização económica e escoamento dos recicláveis e subprodutos do tratamento dos RU;
- Reforço dos instrumentos económico-financeiros;
- Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor;
- Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor;
- Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)

ÂMBITO

O DL n.º 76/2016, de 9 de novembro, estabelece o enquadramento para a gestão das águas e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho, de 23 de outubro de 2000 (Diretiva-Quadro da Água), que estabeleceu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, definindo os seus objetivos, princípios e preceitos normativos, entre os quais se destacam os planos de gestão de região hidrográfica e os programas de medidas.

O PNA pretende, deste modo, ser um plano abrangente, mas pragmático, enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional.

OBJETIVOS

Fundamentais

- proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;
- promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

Estratégicos

- proteger o ambiente aquático contra os danos causados pelas emissões poluentes;
- restaurar o funcionamento dos sistemas naturais e combater a perda de biodiversidade;
- assegurar o fornecimento de água de qualidade às populações e às atividades económicas, protegendo-as dos fenómenos hidrológicos extremos, com as cheias e as secas.

O PNA revela-se, desta forma, como um instrumento de carácter nacional e de natureza estratégica, sendo que a definição da política de recursos hídricos não pode deixar de assegurar a gestão deste recurso no litoral e de assegurar a sua integração com as demais políticas setoriais relevantes, como as políticas energética, de transportes, agrícola e florestal, das pescas, da conservação da natureza, regional e turística.

PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA (PNUEA) 2012-2020

ÂMBITO

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) teve a sua génese em 2000/2001. Até 2005 foi desenvolvido um conjunto de documentação de apoio técnico à implementação do PNUEA, que culminou na publicação da Resolução de Conselhos de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho, onde são estabelecidas as linhas orientadoras finais para o PNUEA e são definidas as metas a alcançar por setor, num prazo de 10 anos. Nesse normativo, define-se a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), cuja missão é a de operacionalizar o PNUEA.

Em 2012 é publicado PNUEA referente ao período 2012-2020. Embora não tenha sido publicada, até à data, em Diário da República, legislação que aprove este documento, é tido em consideração pela sua atualidade e importância temática.

OBJETIVOS

Tem como principal objetivo a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país.

Adicionalmente, como benefícios indiretos, pretende alcançar a redução dos volumes de águas residuais rejeitados para os meios hídricos e a redução dos consumos de energia, aspetos fortemente dependentes dos usos da água. Por outro lado, as ineficiências no transporte, condução e utilização da água podem atingir montantes financeiros muito

significativos na estrutura de custos da água e na necessidade de antecipação de investimentos para dar resposta à sua procura.

O principal objetivo do PNUEA está assim ligado à melhoria da eficiência de utilização da água e associado à consolidação de uma nova cultura de água em Portugal, através da qual este recurso seja crescentemente valorizado, não só pela sua importância para o desenvolvimento humano e económico, mas também para a preservação do meio natural numa ótica de desenvolvimento sustentável e respeito pelas gerações futuras.

PLANO RODVIÁRIO NACIONAL (PRN2000)

ÂMBITO

Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, visa proceder à revisão do plano rodviário nacional então em vigor (PRN85), tendo em consideração a experiência obtida com a sua implementação e os desenvolvimentos socioeconómicos verificados após a adesão de Portugal à União Europeia.

OBJETIVOS

- potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodviários;
- o desenvolvimento de potencialidades regionais;
- a redução do custo global dos transportes rodviários;
- o aumento da segurança da circulação;
- a satisfação do tráfego internacional;
- a adequação da gestão da rede, sem prejuízo de terem sido respeitados os grandes objetivos do PRN 85.

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALENTEJO (PROF ALT)

ÂMBITO

Os PROF constituem um instrumento de concretização da política florestal que responde às orientações fornecidas por outros níveis de planeamento e decisão política, nomeadamente os constantes da Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto), da Estratégia Nacional para as Florestas e da Estratégia Europeia para as Florestas (e respetivo Plano de Ação), e que procura a articulação com instrumentos e políticas de outros setores. Enquadram e estabelecem normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços. O PROF Alentejo foi aprovado através da Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro e abrange o concelho de Mora (*vd.* artigo 2.º).

As orientações estratégicas florestais constantes no PROF Alentejo, fundamentalmente no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, devem ser integradas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), conforme o n.º 4 do artigo 1.º da Portaria n.º 54/2019.

VISÃO

O PROF ALT estabelece no n.º 1 do artigo 4.º que está alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as Florestas, adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- b) Especialização do território;
- c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos;

- e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA AS SUB-REGIÕES

O concelho de Mora é abrangido por **duas** das 21 **sub-regiões homogêneas** do PROF ALT:

- Charneca do Alto Alentejo;
- Montados do Alentejo Central;

Na **sub-região homogênea da Charneca do Alto Alentejo** (*cf.* artigo 21.º da Portaria n.º 54/2019), o PROF ALT visa a implementação e o desenvolvimento das funções de produção, proteção e de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores. Para tal define os seguintes **objetivos específicos** a alcançar (Anexo III):

- a. aumentar a produtividade por unidade de área;
- b. conservação da biodiversidade e riqueza paisagística;
- c. melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril;
- d. promover o aproveitamento de biomassa para energia;
- e. reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;
- f. recuperação das galerias ripícolas.

A implementação e o desenvolvimento das funções de produção, proteção, silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores constitui um dos desígnios do PROF ALT para a **sub-região dos Montados do Alentejo Central** (*cf.* artigo 27.º da Portaria n.º 54/2019), alicerçado nos seguintes **objetivos específicos** (Anexo III):

- a. assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas;
- b. aumentar a produtividade por unidade de área;

- c. conservação da biodiversidade e riqueza paisagística;
- d. melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril;
- e. promover o aproveitamento de biomassa para energia aumentar a atividade associada à caça;
- f. recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural.

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (PGRH5)

ÂMBITO

Os planos de gestão de região hidrográfica constituem um instrumento de natureza setorial de planeamento dos recursos hídricos e visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas numa determinada região hidrográfica, nos termos previstos na Lei da Água. O PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste abrange o concelho de Mora na sua totalidade e foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Adequar a Administração Pública na gestão da água;
2. atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;
3. assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;
4. assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;
5. promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;
6. promover a sustentabilidade económica da gestão da água;
7. sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água;
8. assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais;
9. posicionar Portugal no contexto luso-espanhol.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DO AÇUDE DO GAMEIRO (POAAG)

O Plano de Ordenamento da Albufeira do Açude do Gameiro (POAAG), aprovado pelo Despacho Conjunto (DC) dos Ministérios do Planeamento e da Administração do Território e do Ambiente e Recursos Naturais, de 17 de agosto de 1993, visa **três objetivos** essenciais:

1. definir regras que permitam a compatibilização entre as utilizações principais da albufeira e as atividades secundárias e recreativas;
2. definir um modelo de ocupação do solo para a zona envolvente da albufeira, disciplinando as atividades de recreio, turismo e lazer, agricultura, silvicultura e agropastorícia e assegurando a preservação de recursos naturais (solos, recursos faunísticos e florísticos);
3. delimitar, no plano de água e suas margens, as áreas de maior aptidão para a localização de atividades de recreio e ocupação de tempos livres.

DIRETIVA QUADRO DA ÁGUA E LEI DA ÁGUA (DQA/LA)

ÂMBITO

A **Diretiva Quadro da Água** (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000) é o principal instrumento da Política da União Europeia relativa à água, estabelecendo um quadro de ação comunitária para a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas. Foi transposta para o direito nacional através da **Lei n.º 58/2005**, de 29 de dezembro (**Lei da Água**), alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, e do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, e estabelece que os Estados-Membros protegerão,

melhorarão e recuperarão todas as massas de águas de superfície, com o objetivo ambiental de alcançar um Bom Estado das águas de superfície em 2015 (Artigo 4º, DQA).

PRINCÍPIOS

- Abordagem integrada de proteção das águas (águas de superfície e águas subterrâneas);
- Avaliação do estado das águas através de uma abordagem ecológica;
- Planeamento integrado a nível da bacia hidrográfica;
- Estratégia para a eliminação da poluição causada por substâncias perigosas;
- Instrumentos financeiros;
- Incremento da divulgação da informação e incentivo da participação do público;
- Organização do quadro legal comunitário

OBJETIVOS

A DQA apresenta no artigo 1.º um conjunto de **objetivos gerais** relativos à **proteção do ambiente aquático**, nomeadamente através da **redução progressiva da poluição química**. Também é pretendido, através da implementação da DQA, contribuir para o cumprimento dos objetivos dos vários Acordos e compromissos internacionais referentes à proteção das águas marinhas, uma vez que estas são diretamente afetadas pela potencial carga de poluição transportada pelas águas interiores.

Assim, a DQA tem como objetivo geral o **estabelecimento de um sistema para a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas**, por forma a contribuir para:

- a provisão de água em quantidade e qualidade suficiente para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa do recurso;
- a redução significativa da poluição das águas subterrâneas;

- a proteção das águas marinhas e territoriais;
- o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais relevantes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho através de ações comunitárias nos termos do Artigo 16º, para eliminar as descargas, emissões e perdas de substâncias prioritárias perigosas, com o objetivo último de reduzir as concentrações no ambiente marinho para valores próximos dos de referência para as substâncias que ocorrem naturalmente e próximos de zero para as substâncias sintéticas.

A DQA estabelece ainda um conjunto de **objetivos ambientais** para as **águas de superfície, águas subterrâneas e zonas protegidas**, dos quais se destacam a prevenção da deterioração do estado (ecológico, químico e quantitativo) das massas de água superficiais e subterrâneas; a proteção, melhoria e recuperação das massas de água, com o objetivo de alcançar o bom estado e a redução progressiva da poluição.

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES

Por forma a cumprir os objetivos ambientais da DQA, os Estados-membros foram incumbidos da realização, numa primeira fase, da análise das características da região hidrográfica e dos impactos da atividade humana no estado das águas de superfície e subterrâneas bem como a análise económica dos usos das águas (Artigo 5º). Em Portugal, em 2005, foi elaborado o **"Relatório síntese sobre a caracterização das regiões hidrográficas prevista na Diretiva-Quadro da Água"**¹. A DQA estabelece também estratégias de controlo da poluição, a necessidade de serem elaborados programas de monitorização e Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH), onde sejam definidos instrumentos económico-financeiros, programas de medidas e assegurada a participação do público.

¹ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Instituto da Água (2005).

Nos termos da DQA e da Lei da Água, o planeamento de gestão das águas está estruturado em ciclos de 6 anos. Os primeiros PGRH elaborados no âmbito deste quadro legal, estiveram vigentes no período de 2009 a 2015, tendo os respetivos programas de medidas sido revistos e atualizados em 2016.

DIRETIVA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES (DAGRI)

ÂMBITO

A Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro, relativa à Diretiva de Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações (DAGRI) e transposta para direito nacional através do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro, visa estabelecer um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, a fim de reduzir as consequências associadas às inundações na Comunidade prejudiciais para a saúde humana, o ambiente, o património cultural e as atividades económicas (art.1.º).

OBJETIVOS

A DAGRI define o procedimento associado aos ciclos de planeamento e avaliação de risco de inundações, estabelecendo no artigo 4.º a necessidade de ser realizada a Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações (APRI) e assim identificadas as Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação (ARPSI), bem como, no artigo 6.º, a elaboração de cartas de zonas inundáveis e de cartas de riscos de inundações relativas às zonas identificadas e, no artigo 7.º, a elaboração dos respetivos planos de gestão dos riscos de inundações. A revisão das ARPSI identificadas no 1.º ciclo, em 2018, conduziu à identificação de 63 ARPSI em Portugal continental, incluindo zonas sujeitas a risco de inundações de origem fluvial, pluvial, costeira.

No concelho de Mora, não foi identificada qualquer ARPSI no âmbito da referida revisão (APA, 2019).

PLANO NACIONAL DE AÇÃO AMBIENTE E SAÚDE (PNAAS) 2008-2013

ÂMBITO

O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) 2008-2013, da iniciativa conjunta do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (através da Agência Portuguesa do Ambiente) e do Ministério da Saúde (através da Direção-Geral da Saúde), foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho. Tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e, desta forma, contribuir também para o desenvolvimento económico e social do país.

OBJETIVOS

1. Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos;
2. Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais;
3. Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
4. Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

VETORES DE INTERVENÇÃO

1. Integração de Informação e Investigação Aplicada;
2. Prevenção, Controlo e Redução de Riscos;
3. Informação, Sensibilização, Formação e Educação;
4. Concertação de Políticas e Comunicação do Risco;
5. Articulação com as Iniciativas Internacionais de Ambiente e Saúde

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS

1) água; (2) ar; (3) solo e sedimentos; (4) químicos; (5) alimentos; (6) ruído; (7) espaços construídos; (8) radiações; e (9) fenómenos meteorológicos.

ESTRATÉGIA NACIONAL DA ENERGIA (ENE) 2020

ÂMBITO

Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, 15 de abril, a Estratégia Nacional da Energia 2020, define uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira do País através da aposta nas energias renováveis e da promoção integrada da eficiência energética, assegurando a segurança de abastecimento e a sustentabilidade económica e ambiental do modelo energético preconizado, contribuindo para a redução de emissões de CO₂ (índice 2) e gerando benefícios para a sociedade que progressivamente internalizados no preço da energia final permitirão assegurar melhores condições de competitividade para a economia.

OBJETIVOS

1. Reduzir a dependência energética do País face ao exterior para 74 % em 2020, produzindo, nesta data, a partir de recursos endógenos, o equivalente a 60 milhões de barris anuais de petróleo, com vista à progressiva independência do País face aos combustíveis fósseis;
2. Garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas, permitindo que em 2020 60 % da eletricidade produzida e 31 % do consumo de energia final tenham origem em fontes renováveis e uma redução do 20 % do consumo de energia final nos termos do Pacote Energia-Clima 20-20-20;

3. Reduzir em 25 % o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas gerando uma redução de importações de 2000 milhões de euros;
4. Criar riqueza e consolidar um cluster energético no setor das energias renováveis em Portugal, assegurando em 2020 um valor acrescentado bruto de 3800 milhões de euros e criando mais 100 000 postos de trabalho a acrescer aos 35 000 já existentes no sector e que serão consolidados. Dos 135 000 postos de trabalho do sector, 45 000 serão diretos e 90 000 indiretos. O impacto no PIB passará de 0,8 % para 1,7 % até 2020;
5. Desenvolver um cluster industrial associado à promoção da eficiência energética assegurando a criação de 21 000 postos de trabalho anuais, gerando um investimento previsível de 13 000 milhões de euros até 2020 e proporcionando exportações equivalentes a 400 milhões de euros;
6. Promover o desenvolvimento sustentável criando condições para o cumprimento das metas de redução de emissões assumidas por Portugal no quadro europeu

EIXOS

1. Agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira;
2. Aposta nas energias renováveis;
3. Promoção da eficiência energética;
4. Garantia da segurança de abastecimento;
5. Sustentabilidade da estratégia energética.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O AR (ENAR) 2020

ÂMBITO

Aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 46/2016, a 26 de agosto, a ENAR 2020 constitui atualmente o quadro de referência nacional para a elaboração de planos de melhoria da qualidade do ar, da responsabilidade das CCDR, permitindo assim uma efetiva integração entre as medidas de âmbito local, regional e nacional.

VISÃO

A ENAR2020 tem como visão "melhorar a qualidade do ar, com vista à proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e à preservação dos ecossistemas" e está assente em três eixos: "Avaliar", "Antecipar" e "Atuar".

OBJETIVOS

Com as medidas preconizadas na ENAR 2020 pretende-se alcançar os objetivos de qualidade do ar propostos no Programa Ar Limpo para a Europa e contribuir para o Compromisso para o Crescimento Verde, em linha com os instrumentos nacionais da política climática, designadamente nas medidas com co-benefício para a qualidade do ar.

ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA 2050 (RNC2050)

ÂMBITO

Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, o RNC 2050 traduz o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica em Portugal até 2050, que se traduz num balanço neutro entre emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e o sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas. Este objetivo está em linha com o Acordo de Paris,

no âmbito do qual Portugal se comprometeu a contribuir para limitar o aumento da temperatura média global do planeta a 2°C. e a fazer esforços para que esta não ultrapasse os 1,5°C. O compromisso da neutralidade carbónica confirma o posicionamento de Portugal entre aqueles que assumem a liderança no combate às alterações climáticas.

OBJETIVOS

O objetivo principal do RNC2050 é a identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, e que permitam alcançar o objetivo de neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050. Este implica a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

VETORES DE DESCARBONIZAÇÃO

1. **Descarbonizar a produção de eletricidade**, eliminando a produção de eletricidade a partir do carvão até 2030 e prosseguindo com a total descarbonização do sistema eletroprodutor até 2050, apostando nos recursos endógenos renováveis;
2. **Concretizar a transição energética**, aumentando muito significativamente a eficiência energética em todos os setores da economia, apostando na incorporação de fontes de energia renováveis endógenas nos consumos finais de energia, promovendo a eletrificação e ajustando o papel do gás natural no sistema energético nacional;
3. **Descentralizar e democratizar a produção de energia** de forma progressiva e dando relevo ao papel do consumidor enquanto parte ativa do sistema energético;
4. **Promover a descarbonização no setor residencial**, privilegiando a reabilitação urbana e o aumento da eficiência energética nos edifícios, fomentando uma progressiva eletrificação do setor e o uso de equipamentos mais eficientes, e combatendo a pobreza energética;

5. **Descarbonizar a mobilidade**, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo, a par da redução da intensidade carbônica dos transportes marítimos e aéreos, apostando na inovação, na eficiência e em combustíveis mais limpos e de base renovável, bem como, a descarbonização do transporte de mercadorias de curta e longa distância, promovendo uma cadeia logística com uma repartição modal que minimize a intensidade carbônica e energética do sistema de transporte, reafirmando o papel do transporte marítimo e fluvial conjugado com o transporte ferroviário de mercadorias;
6. **Promover a transição energética na indústria**, a incorporação de processos de produção de baixo carbono e as simbioses industriais, promovendo a inovação e a competitividade;
7. **Apostar numa agricultura sustentável**, através da expansão significativa da agricultura de conservação e da agricultura de precisão, reduzindo substancialmente as emissões associadas à pecuária e ao uso de fertilizantes e promovendo a inovação;
8. **Fomentar o sequestro de carbono**, através de uma **gestão agrícola e florestal ativa**, promovendo a valorização do território;
9. Alterar o paradigma de utilização dos recursos na produção e no consumo, abandonando o modelo económico linear e **transitando para um modelo económico circular e de baixo carbono**;
10. **Prevenir a produção de resíduos**, aumentar as taxas de reciclagem e reduzir muito significativamente a deposição de resíduos em aterro;
11. **Dinamizar a participação das cidades e das administrações locais na descarbonização**, estimulando uma abordagem integrada aos seus diferentes vetores, em particular mobilidade, edifícios, serviços e gestão de resíduos, e potenciando o papel que têm vindo a desempenhar na mitigação das alterações climáticas;

12. **Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento** para a neutralidade nos vários setores de atividade;
13. **Tornar a fiscalidade um instrumento da transição para a neutralidade**, prosseguindo com a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, reforçando a aplicação da taxa de carbono e promovendo uma maior tributação sobre o uso dos recursos, reciclando as receitas para a descarbonização e transição justa;
14. **Redirecionar os fluxos financeiros** para a promoção da neutralidade carbónica, fomentando designadamente o desenvolvimento de um quadro favorável ao financiamento sustentável e um maior envolvimento do sistema financeiro, bem como a respetiva monitorização;
15. **Promover o envolvimento da sociedade na transição**, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva, a adoção de comportamentos sustentáveis e a alteração dos padrões de produção e consumo a favor da sustentabilidade, designadamente através da educação e sensibilização ambientais;
16. **Promover o desenvolvimento de competências e a (re)qualificação** dirigida para as novas oportunidades de desenvolvimento económico;
17. **Fomentar o desenvolvimento da nova economia ligada à transição energética e à descarbonização**, apoiando o desenvolvimento de novos clusters industriais e de serviços, e a geração de novas oportunidades empresariais;
18. **Promover uma transição justa e coesa**, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DE ÂMBITO REGIONAL

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO ALENTEJO CENTRAL (EDTAC) 2014-2020

MISSÃO

A missão para o Alentejo Central 2020, no quadro dos desafios e objetivos da Europa 2020, do Portugal 2020 e do Plano de Ação Regional do Alentejo 2020, passa por robustecer os fatores estratégicos de competitividade regional e do emprego, através da qualificação dos sistemas regionais de I&D&I e de Transferência de Tecnologia, por estruturar o sistema urbano regional, assente no modelo urbano policêntrico existente, e por contribuir, através de serviços de ecossistema, para a balança nacional de carbono e a contenção do processo de desertificação que ameaça a Europa meridional.

VISÃO

A visão para o Alentejo Central, no horizonte de 2020, traduz-se num espaço sub-regional ecologicamente sustentável, socialmente equilibrado, com centralidade afirmada no contexto regional, fundamentada numa posição geoestratégica relevante, quer no sistema urbano nacional, quer no espaço de conexões entre a AML e a Extremadura espanhola, e com uma economia crescentemente baseada no conhecimento, na cultura e no ambiente

EIXOS ESTRATÉGICOS

Por forma a materializar a visão consubstanciada para a sub-região do Alto Alentejo, tendo por base uma abordagem integrada e inteligente de recursos e oportunidades, foram definidos cinco eixos estratégicos:

- a. A projeção do Alentejo Central como plataforma territorial fundamental ao desenvolvimento e competitividade económica da região do Alentejo;

- b. O desenvolvimento e qualificação de estruturas territoriais urbanas numa perspetiva de reforço das condições de dinamização económica e de coesão e sustentabilidade territorial e social da sub-região;
- c. A preservação das características distintivas do património paisagístico e natural da sub-região;
- d. A promoção dos níveis de desenvolvimento e bem-estar social e a criação de um quadro de respostas aos fenómenos de exclusão social;
- e. O fomento da capacitação institucional e da cooperação territorial assente no alargamento e reforço das plataformas de colaboração e parceria institucional.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PROT) DO ALENTEJO

ÂMBITO

Os PROT definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos especiais do ordenamento do território e dos planos municipais de ordenamento do território¹. O concelho de Mora é abrangido pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.

VISÃO

¹ O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, publicado através do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, estabelece para os âmbitos nacional e regional e intermunicipal os programas, reservando para os planos os âmbitos intermunicipal e municipal (artigos 38.º, 40.º, 41.º, 42.º e 43.º). No entanto, o mesmo diploma refere ainda que “os planos regionais de ordenamento do território aprovados nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, continuam em vigor até à sua alteração ou revisão” (artigo n.º 79.º).

A região do Alentejo “afirma-se como **território sustentável** e de forte **identidade regional**, sustentada por um **sistema urbano policêntrico**, garantindo adequados níveis de **coesão territorial** e afirmando uma reforçada integração com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu **posicionamento geoestratégico**. Enquanto espaço de baixa densidade aposta em nichos de oportunidade ligados a atividades emergentes potenciadores dos seus ativos naturais e patrimoniais. A sustentabilidade territorial assenta na **valorização dos recursos endógenos**, designadamente, dos valores naturais e paisagísticos e no desenvolvimento de níveis acrescidos de concertação estratégica e cooperação funcional, capazes de gerar novas oportunidades e responder eficazmente aos potenciais riscos ambientais e sociais”.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A concretização da ambição da Região significa prosseguir quatro grandes objetivos estratégicos, definidos em torno da consolidação dos conceitos fundamentais do desenvolvimento - competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental que devem ser entendidos como um todo interdependente:

1. qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer;
2. robustecer e qualificar a economia, promover atividades intensivas em conhecimento;
3. promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;
4. consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

EIXOS ESTRATÉGICOS

1. Integração territorial e abertura ao exterior;
2. conservação e valorização do ambiente e do património natural;
3. diversificação e qualificação da base económica regional;
4. afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO (PORA) 2014-2020

ÂMBITO

O Alentejo 2020 constitui-se como o principal instrumento financeiro ao dispor da Região para implementação da Estratégia de Desenvolvimento Regional para o período 2014-2020, complementado por outros instrumentos financeiros que integram o Portugal 2020.

OBJETIVOS

Encontra-se estruturado em **10 Eixos prioritários**, articulados entre si, segundo uma lógica de intervenção organizada em torno de domínio temáticos, convergentes e coerentes com os **objetivos e metas da estratégia de crescimento da União Europeia – Estratégia Europa 2020**, ou seja:

- a. **crescimento inteligente** - promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital. Economia baseada no conhecimento e na inovação;
- b. **crescimento sustentável** - tornar o aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos, ao mesmo tempo que se reforça a competitividade. Economia eficiente em termos de recursos e competitiva;
- c. **crescimento inclusivo** - aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza. Economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial.

DOMÍNIOS TEMÁTICOS:

1. Competitividade e internacionalização
2. Capital humano
3. Inclusão social e emprego
4. Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos

EIXOS ESTRATÉGICOS:

- i. Competitividade e internacionalização das PME (FEDER);
- ii. Ensino e qualificação do capital humano (FEDER/FSE).
- iii. Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (FEDER);
- iv. Desenvolvimento urbano sustentável (FEDER);
- v. Emprego e valorização económica dos recursos endógenos (FSE/FEDER);
- vi. Coesão social e inclusão (FSE/FEDER);
- vii. Eficiência energética e mobilidade (FEDER);
- viii. Ambiente e sustentabilidade (FEDER);
- ix. Capacitação institucional e modernização administrativa (FEDE/ FSE);
- x. Assistência técnica (FEDER).

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DE ÂMBITO LOCAL

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI)

ÂMBITO

O PMDFCI de Mora, desenvolvido pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) e elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF), pretende concretizar, à escala municipal, as recomendações do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), estabelecendo as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndio, as medidas de prevenção, o planeamento integrado e a previsão das intervenções das entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

EIXOS ESTRATÉGICOS

- 1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;



2. redução da incidência dos incêndios;
3. melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
4. recuperar e reabilitar os ecossistemas;
5. adaptação de uma estrutura orgânica funcional eficaz.



XI.2. RELATÓRIO AMBIENTAL

XI.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO: DA IMPORTÂNCIA E ENQUADRAMENTO LEGAL DA AAE AOS OBJETIVOS E METODOLOGIA DO RA

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) consiste na “identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final” (*cf.* alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual).

Trata-se, portanto de um instrumento de natureza estratégica, concebido como uma estrutura flexível de elementos essenciais, que atua estrategicamente com um papel facilitador no processo de decisão, acrescentando valor a esse processo (PARTIDÁRIO, 2012). A AAE deve ter flexibilidade em relação ao processo de decisão, acompanhando os seus ciclos desde o início. Deve abranger questões biofísicas, sociais, institucionais, económicas, mantendo o foco estratégico nos temas fulcrais.

O objetivo principal da AAE passa pela avaliação das oportunidades e riscos ambientais e de sustentabilidade das opções estratégicas, tendo sempre como finalidade orientar o desenvolvimento no sentido da sustentabilidade e assegurar o envolvimento dos agentes interessados através do diálogo e de processos colaborativos, promovendo a redução de conflitos entre as entidades (PARTIDÁRIO, 2012).

A AAE é composta por quatro partes essenciais: o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), o **Relatório Ambiental (RA)** e o Resumo não Técnico, a Declaração Ambiental e o Seguimento.

O Regime Jurídico da AAE (DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio) determina que a elaboração de um Relatório Ambiental (RA) deve “identificar, **descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente** resultantes da **aplicação do plano** ou programa, as suas **alternativas razoáveis** que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial, e do qual constam, atendendo à prévia definição do seu âmbito”:

- a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- b) As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa;
- c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental;
- d) Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
- e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;
- f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa;

- g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;
- h) Uma descrição das medidas de controlo;
- i) Um resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores (n.º 1 do artigo 6.º)."

Assim, o RA, igualmente previsto no n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), corresponde à **segunda fase** metodológica do procedimento de AAE, tendo como objetivos a avaliação dos efeitos ambientais da proposta de revisão do PDM de Mora, a partir dos Fatores Críticos para a Decisão identificados no RFCD (*vd.* XI.1. Relatório de Fatores Críticos para a Decisão).

Deste modo, o RA estrutura-se em **sete capítulos**, nomeadamente:

1. o primeiro que diz respeito à contextualização, desde a importância e quadro legal até aos objetivos e metodologia;
2. o segundo, respeitante ao objeto de avaliação;
3. o terceiro, onde se apresentam os fatores críticos para a decisão e as suas relações com as Questões Estratégicas, Questões ambientais para a Sustentabilidade e com o Quadro de Referência Estratégico;
4. o quarto, com a avaliação ambiental estratégica por FCD, compreendendo a análise da situação atual, das oportunidades e riscos e as tendências de evolução sem a proposta de revisão do Plano;
5. o quinto, referente às diretrizes para o seguimento, no âmbito do planeamento e gestão, da monitorização e da governança;
6. o sexto dedicado às notas finais;
7. e o sétimo, com as referências bibliográficas.

XI.2.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto de avaliação do presente **Relatório Ambiental** é a **estratégia** e a **proposta de Plano** elaboradas no âmbito da revisão do PDM de Mora. A estratégia, concretizada no modelo territorial, materializa-se em três grandes eixos de ação estratégica (EAE), que se desdobram em onze objetivos estratégicos (OE), nomeadamente os seguintes (*vd.* capítulo VIII.3):

EAE.1. Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento económico e social

- OE.1.1. Reforçar a importância estratégica do setor primário, em especial da agricultura e da floresta, tornando-o mais competitiva e inovador;
- OE.1.2. Captar investimento nacional e /ou estrangeiro;
- OE.1.3. Apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural, enquanto motor de desenvolvimento económico

EAE.2. Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património

- OE.2.1. Valorizar e defender os recursos, o património e a paisagem;
- OE.2.2 Promover a qualidade ambiental;
- OE.2.3. Implementar os princípios do *design for all* e de destino turístico acessível, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade para todos;
- OE.2.4. Fazer emergir a importância dos desportos de natureza para o concelho

EAE.3. Promover uma cidadania proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social

- OE.3.1. Promover um modelo de democracia participativa;

- OE.3.2. Apostar na cooperação entre os agentes económicos locais;
- OE.3.3. Promover o equilíbrio e a coesão do sistema territorial;
- OE.3.4. Elevar o nível de qualificação da população ativa, apostando na especialização

Por sua vez, no contexto da referida avaliação são ainda considerados os seguintes elementos da **Proposta de Plano**:

1. Estudos de caracterização e diagnóstico;
2. Relatório da Proposta;
3. Planta de Ordenamento - a qual se desdobra em – Classificação e qualificação do solo, Estrutura Ecológica Municipal, Outros limites ao regime de uso e Património;
4. Planta de Condicionantes geral e Planta de condicionantes – recursos florestais;
5. Regulamento.

XI.2.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

A AAE da revisão do PDM de Mora será suportada em cinco Fatores Críticos para a Decisão, que se consideram decisivos para o desenvolvimento da análise:

- FCD1. Desenvolvimento socioeconómico
- FCD2. Estruturação, qualificação e promoção do território
- FCD3. Património e desenvolvimento turístico
- FCD4. Preservação e valorização dos espaços de valor ambiental, prevenção de riscos
- FCD5. Governança, cidadania e equidade social

Conforme descrito no Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (Capítulo XI.1), a identificação dos FCD resultou de uma análise integrada dos elementos de base estratégica, que incluem as Questões Estratégicas (QE) para o PDM de Mora (*vd.* capítulo XI.1.5), o Quadro

de Referência Estratégico (QRE) (vd. capítulo XI.1.6), que apresenta as macropolíticas relevantes, bem como os planos e programas, na esfera ambiental, e articulação/convergência deste com as QE do PDM, e ainda as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes (vd. capítulo XI.1.7), que refletem os aspetos críticos ambientais, a abordar.

A relação entre as QE do PDM de Mora e os FCD encontra-se no Quadro XI.2.1 e permite concluir da existência de relações fortes entre as QE e os FCD, que traduzem a possibilidade de uma avaliação ajustada às propostas definidas no PDM.

Por sua vez, o Quadro XI.2.2 indica as QAS consideradas em cada FCD, enquanto o Quadro XI.2.3 estabelece a relação entre os documentos estratégicos do QRE e os FCD, assinalando a convergência entre ambos.

Quadro XI.2.1. Matriz entre as Questões e Objetivos Estratégicos para cada Fator Crítico de Decisão

Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	FCD1. Desenvolvimento socioeconômico	FCD2. Estruturação, qualificação e promoção do território	FCD3. Patrimônio e desenvolvimento turístico	FCD4. Preservação e valorização dos espaços de valor ambiental, prevenção de riscos	FCD5. Governança, cidadania e equidade social
Questões e objetivos estratégicos (QE)					
EAE.1. Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento econômico e social OE.1.1. Reforçar a importância estratégica do setor primário, em especial da agricultura e da floresta, tornando-o mais competitivo e inovador; OE.1.2. Captar investimento nacional e /ou estrangeiro; OE.1.3. Apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural, enquanto motor de desenvolvimento econômico					
EAE.2. Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e patrimônio OE.2.1. Valorizar e defender os recursos, o patrimônio e a paisagem; OE.2.2 Promover a qualidade ambiental; OE.2.3. Implementar os princípios do <i>design for all</i> e de destino turístico acessível, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade para todos; OE.2.4. Fazer emergir a importância dos desportos de natureza para o concelho					
EAE3. Promover uma cidadania proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social OE.3.1. Promover um modelo de democracia participativa OE.3.2. Apostar na cooperação entre os agentes económicos locais OE.3.3. Promover o equilíbrio e a coesão do sistema territorial OE.3.4. Elevar o nível de qualificação da população ativa, apostando na especialização					
Relação fraca					
Relação forte					

Quadro XI.2.2. Questões Ambientais e de Sustentabilidade por cada Fator Crítico de Decisão

Fatores Críticos de Decisão	QAS relevantes para o PDM de Mora
FCD1. Desenvolvimento socioeconômico	População; Bens materiais; Paisagem; RAN; Economia / Competitividade; Emprego/ Qualificação; Ocupação e uso do solo; Infraestruturas; Equipamentos; Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia
FCD2. Estruturação, qualificação e promoção do território	População, Saúde humana, Ocupação e uso do solo, Bens materiais, Patrimônio cultural; Economia/Competitividade; Sistema Urbano; Infraestruturas; Equipamentos
FCD3. Patrimônio e desenvolvimento turístico	Biodiversidade, População, Fauna, Flora, Água, Atmosfera, Fatores climáticos, Patrimônio cultural; Paisagem; Economia/Competitividade; Sistema Urbano, Infraestruturas; Equipamentos; Ruído
FCD4. Preservação e valorização dos espaços de valor ambiental, prevenção de riscos	Biodiversidade, Fauna, Flora, Solo, Ocupação e uso do solo, Água, Atmosfera, Fatores climáticos, Paisagem; Estrutura Ecológica Municipal; RAN; Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos; Ruído
FCD5. Governança, cidadania e equidade social	População, Saúde humana, Bens materiais, Emprego/Qualificação; Economia/ Competitividade Ocupação e uso do solo; Infraestruturas; Equipamentos

Fonte: capítulo XI. 1.7.

Quadro XI.2.3. Matriz do Quadro de Referência Estratégica por cada Fator Crítico de Decisão

QRE	FCD	FCD1	FCD2	FCD3	FCD4	FCD5
Âmbito Internacional						
EDEC		X	X	X	X	X
Convenção Europeia da Paisagem		X	X	X	X	X
Convenção de <i>Aarhus</i>						X
Europa 2020		X	X			X
Agenda 2030		X	X	X	X	X
Âmbito Nacional						
PNPOT		X	X	X	X	X
Portugal 2020		X	X	X	X	X
ENDS 2005-2015		X	X	X	X	X
PNAC 2020 - 2030		X	X		X	
ENAAAC 2020		X	X		X	
PANCD		X	X		X	
PSRN 2000					X	
Estratégia Turismo 2027 Portugal		X	X	X	X	X
PENSAAR 2020					X	
PETI3+ 2014-2020		X	X			
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDRC) 2014-2020		X	X		X	X
Estratégia para o Regadio Público (ERP) 2014-2020		X				
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)		X	X		X	
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)		X	X	X	X	
Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade (RJCNB)			X		X	
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAA)					X	
PERSU 2020+		X			X	
Plano Nacional da Água (PNA)		X	X		X	
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) 2012-2020		X			X	
Plano Rodoviário Nacional (PRN)		X	X			
PROF ALT		X		X	X	
PGRH 5				X	X	
PO da Albufeira do Açude do Gameiro (POAAG)		X			X	
Diretiva Quadro da Água e Lei da Água (DQA/LA)			X	X	X	
Diretiva de Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações (DAGRI)			X	X	X	
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) 2008-2013		X	X	X	X	X
Estratégia Nacional para a Energia (ENE) 2020		X	X		X	
Estratégia Nacional para o Ar (ENAR) 2020		X	X	X	X	
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)		X	X		X	



Âmbito Regional					
Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central (EDTAC) 2014-2020	X	X	X	X	X
PROT do Alentejo	X	X	X	X	X
Programa Operacional Regional do Alentejo (PORA) 2020	X	X	X	X	X
Âmbito Local					
PMDFCI	X	X		X	X
PGF da Mata Nacional de Cabeção	X			X	
PGF da ZIF do Divor	X			X	

Fonte: RTGeo, 2019.

Todos os FCD encontram-se cobertos pelas Questões Estratégicas, Questões Ambientais e de Sustentabilidade ou pelo Quadro de Referência Estratégica, o que demonstra a importância dos referidos Fatores Críticos de Decisão para a sustentabilidade do desenvolvimento do concelho de Mora.

Para cada FCD foram definidos objetivos ambientais e de sustentabilidade, critérios de avaliação e os indicadores mais adequados para a sua avaliação (*vd.* Quadro XI.2.4 **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**). Os critérios especificam o âmbito considerado nos FCD e os indicadores definem um instrumento de medida através de uma dimensão analítica. Desta forma, o Quadro XI.2.4 constitui a base de avaliação das propostas de revisão do PDM de Mora. Simultaneamente, os indicadores identificados servirão de referência para a fase de seguimento da AAE, na monitorização da evolução e concretização das propostas do Plano.

No entanto, esta análise não se limita ao apresentado no Quadro XI.2.4, sendo admissível que nas fases subsequentes surjam novos indicadores ou sejam revistos os atualmente propostos, numa perspetiva de melhoria contínua da AAE, a que o Plano se encontra sujeito.

Quadro XI.2.4. Critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores por FCD

FCD1. Desenvolvimento Socioeconómico		
Objetivo: Pretende-se avaliar em que medida as propostas de revisão do PDM contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente através do reforço do papel estratégico da agricultura e da floresta, do incremento da competitividade das atividades de transformação do setor primário, da captação de investimentos e da criação de uma oferta turística diversificada e de qualidade, que crie emprego e condições para atrair residentes e investimento, aumentando a qualidade de vida das populações.		
Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
Dinâmica Económica	1. Reforço da base económica	VAB por município da sede, segundo a CAE-Rev. 3
	2. Fixação de empresas ambientalmente sustentáveis	N.º de empresas criadas por CAE; N.º de empresas com certificação ambiental
	3. Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	Número e Tipologia dos Empreendimentos Turísticos; Taxa de crescimento do n.º de dormidas nacionais e internacionais; Taxa de ocupação-cama; N.º empresas de animação turística, reconhecidas como Turismo de Natureza; N.º e capacidade dos parques de caravanismo; N.º de áreas de serviço para autocaravanas
	4. Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade	Investimentos anuais em unidades de exploração agrícola, florestal e de turismo rural
	5. Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas	N.º de empresas instaladas em áreas de atividades económicas
Emprego/ Emprego Qualificado	1. Promover a criação de emprego qualificado	Taxa de crescimento do emprego, por ramo de atividade e por nível de qualificação académica e profissional; Nº de formações disponibilizadas/ano; Nº de inscritos em formações
	2. Criar condições para fomentar o desenvolvimento do associativismo e empreendedorismo	N.º de associações de empresários; Nº de espaços para atividades em <i>cowork</i> e taxa de ocupação; N.º certificações empresariais
	3. Certificação de práticas e produtos	N.º de empresas e produtos/serviços certificados; Horas de formação em contexto de trabalho
		Taxa de crescimento efetivo da população;



Fixação de população e melhoria da qualidade de vida	1. Promover a fixação de população em idade ativa no concelho	Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários; Nº de intervenções na melhoria dos equipamentos públicos;
	2. Promover o acesso a habitação condigna de pessoas com baixos recursos económicos	N.º de alojamentos sociais ou de custos controlados; N.º de lotes a custos controlados.

FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

Objetivo: Pretende-se avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no PDM contribui para o fomento da coesão, do equilíbrio e da qualificação do sistema territorial, para reabilitar e regenerar os espaços urbanos, para a recuperação e promoção dos valores naturais e culturais do território, bem como para a valorização dos produtos, recursos e paisagens. Pretende-se ainda aferir os efeitos sobre a re-centralização da posição e função do concelho no contexto geográfico regional.

Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
Equilíbrio do Sistema Territorial	1. Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento do povoamento linear	Taxa de crescimento da classe “urbano” no uso do solo; Taxa de crescimento da população residente fora dos aglomerados urbanos; Taxa de crescimento do n.º de licenças administrativas em solo rústico
	2. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios	Evolução do peso do n.º de alojamentos dentro dos perímetros urbanos vs fora dos perímetros urbanos
	3. Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer para áreas degradadas e/ou subaproveitadas	N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos
Qualificação do sistema urbano	1. Promover a reabilitação ou requalificação dos edifícios	N.º de edifícios requalificados ou reabilitados; N.º de empresas localizadas em locais reabilitados; População residente em locais reabilitados
	2. Qualificar o espaço urbano público	N.º de intervenções de qualificação do espaço urbano público
	3. Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, esgotos, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência	N.º de intervenções realizadas para a melhoria da eficiência das redes; Quilómetros de redes intervencionados ou construídos (por tipo de infraestrutura e de intervenção); N.º de aglomerados com cobertura de internet por <i>wireless</i> .
		N.º e tipologia de equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados



	4. Garantir uma oferta de equipamentos coletivos superiores e equilibrada no território, numa lógica de complementaridade	
	5. Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes	Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva; N.º de eventos realizados em equipamentos culturais, por tipologia
	6. Promover os modos de mobilidade suave	Quilómetros de ciclovias e/ou percursos pedonais criados
	7. Reordenar o tráfego no interior dos aglomerados, reduzindo o seu volume	Níveis de ruído no interior dos aglomerados
	8. Promover a utilização do transporte público para deslocações pendulares	N.º médio de passageiros/dia nos transportes públicos, por carreira
	9. Tornar o concelho acessível para todos, na lógica do <i>design for all</i> , com enfoque nos espaços urbanos e turísticos (públicos e privados)	N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos
	10. Promover a generalização do acesso às TIC como veículo de comunicação	N.º de horas de formação em TIC para adultos ativos
	11. Potenciar uma administração acessível	Cumprimento dos requisitos de acessibilidade do <i>site</i> da CMM
Promoção do território	1. Criar uma imagem de marca forte, ancorada na valorização do património natural e construído, na paisagem e na acessibilidade para todos	N.º de ações do plano de marketing territorial desenvolvidas
	2. Criação/recriação de produtos, incluindo os turísticos	Volume de negócios; N.º de eventos de promoção turística do concelho
	3. Aumentar a procura turística nacional e internacional	Taxa de crescimento das dormidas nacionais e internacionais

FCD3. Património e desenvolvimento turístico

Objetivo: Pretende-se avaliar em que medida as propostas definidas no PDM promovem a valorização do património cultural e o património natural do concelho, a estruturação e a infraestruturação de espaços vocacionados para atratividades turísticas, a definição de espaços atrativos, que permitem a sua utilização para práticas de lazer, incentivar a prática do



turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural e paisagístico e a promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes.

Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico	1. Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para atividades turísticas, incentivando a prática do turismo sustentável	Nº e extensão de percursos pedestres e pistas cicláveis; N.º de abrigos para observação de aves; N.º de áreas com aptidão turística (espaços de recreio e lazer); N.º de agentes de animação turística (estabelecimentos), com sede no território municipal
	2. Promover a criação de empreendimentos de acolhimento aos visitantes e reforço dos existentes	Nº, tipologia e capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos e no alojamento local; Taxa de ocupação turística por tipologia; Permanência média dos turistas (dias)
Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural	1. Promover a valorização do património histórico e cultural	Nº de circuitos históricos e culturais; Nº de visitantes dos museus; Nº de eventos culturais
	2. Conservar e valorizar o património cultural e edificado do concelho	Nº de imóveis classificados; Valor / Nº de intervenções de valorização paisagística/ambiental;
	3. Conservar e valorizar o património natural do concelho	Nº de atividades de turismo de natureza; Valor / Nº de intervenções de valorização paisagística/ambiental;

FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco

Objetivo: Pretende-se avaliar a adequação das propostas do PDM aos objetivos de manutenção da biodiversidade, redução de perdas irreversíveis em áreas classificadas, sítios geológicos e sobre espécies protegidas, valorização e conservação do património natural e paisagístico, favorecimento do contínuo natural de suporte à biodiversidade, garantia da proteção e conservação dos recursos hídricos, promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta, aumentando a resiliência do território aos incêndios florestais, fomento das oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais florestadas e manutenção de práticas adequadas de utilização e conservação do solo, diminuição dos efeitos de ocorrências de cheias, prevenção da ocorrência de derrames para o solo e para os recursos hídricos e minimização da exposição da população a acidentes industriais.

Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
-----------	--	--------------------------



Qualidade dos Recursos	1. Proteger, melhorar e recuperar o estado químico, físico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas, de modo a alcançar o seu "Bom estado"	Estado das massas de água superficiais e subterrâneas; Disponibilidades hídricas; Consumo de água; Eficiências da utilização da água; Qualidade da água para consumo humano;
	2. Promover a valorização e requalificação das massas de água de superfície, respetivos leitos e margens, e dos ecossistemas aquáticos e fluviais associados, impedindo e/ou invertendo qualquer tendência para a sua alteração, degradação e artificialização	Investimento na valorização e requalificação de massas de água de superfície
	3. Garantir as condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água	N.º de eventos de cheias e inundações
	4. Identificação das fontes de poluição tópica e difusa das massas de água superficiais no concelho	N.º de fontes de poluição identificadas, por tipologia
	5. Garantir a conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados aos recursos hídricos, com especial destaque para as áreas de interesse ecológico	-
	6. Garantir e promover a continuidade e conectividade dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados aos recursos hídricos e a salvaguarda das características naturais destes, bem como a sua fruição pública	-
	7. Assegurar a conservação do recurso solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogénéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial, e a redução da perda de solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água	-
	8. Promover o aumento do volume de águas pluviais infiltradas, favorecendo-se a integração no seio das áreas impermeáveis, ou em torno destas, de áreas permeáveis, como zonas verdes, ou áreas semipermeáveis	Área de espaços verdes criados



9. Manter e/ou promover a eficácia dos sistemas de drenagem das águas pluviais, (eliminando p.e. sistemas unitários e substituindo-os por sistemas separativos, entre outros)	N.º de sistemas unitários substituídos por sistemas separativos
10. Fomentar condições adequadas de escoamento superficial ao longo das superfícies impermeabilizadas, nomeadamente através do estabelecimento de linhas de drenagem superficial	-
11. Inverter a tendência para o incremento da contaminação das massas de água resultantes de escoamentos de áreas com eventuais contaminantes, designadamente através da promoção da retenção e tratamento previamente a sua descarga nos meios recetores (exemplo: decantação e remoção de óleos), por forma a prevenir a poluição veiculada pelos caudais pluviais	-
12. Reduzir o desperdício de água e apostar na sua eficiente utilização	Volumes extraídos das captações de água (superficiais e subterrâneas); N.º de ações de sensibilização para o uso eficiente da água
13. Promover a reutilização de água	Volume de água reciclada utilizado
14. Garantir reservas estratégicas de solo e água (em quantidade e qualidade) para o futuro	N.º de bolsas estratégicas de solos criadas; Áreas das bolsas de solo criadas
15. Restringir ao máximo a impermeabilização dos solos	Percentagem de solo impermeabilizado
16. Identificação e eliminação/recuperação de solos potencialmente contaminados	Total de área de solos potencialmente contaminados recuperada
17. Identificação e recuperação de áreas degradadas (e.g. pedreiras)	Total de área de pedreiras recuperada
18. Cumprimento dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar	N.º de incumprimentos dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar
19. Incremento da utilização de energias renováveis	Produção de energia a partir de fontes renováveis



20. Assegurar e promover um modelo de gestão territorial que assuma o princípio da melhoria do estado químico e quantitativo das águas subterrâneas, bem como a sua proteção, recuperação e valorização, de forma a inverter qualquer tendência para a sua degradação, nomeadamente através do aproveitamento sustentável destes recursos	-
21. Garantir as condições naturais de infiltração e retenção hídricas, e assegurar a proteção de áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	-
22. Garantir a disponibilidade hídrica subterrânea, de forma a acautelar a ocorrência de situações especiais, tais como escassez, seca e emergências, devendo ser delimitadas áreas de potencial hidrogeológico, com vista a promover zonas de reservas estratégicas	-
23. Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio	-
24. Acautelar a preservação e redução do risco de contaminação das massas de água, com vista a proteção e valorização dos aquíferos, devendo ser consideradas as áreas de elevada vulnerabilidade a poluição, e propostas medidas e/ou condicionalismos que promovam a respetiva salvaguarda	-
25. Promover a eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento das águas residuais	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais; Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
26. Prevenir situações de poluição e inverter quaisquer tendências para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacto da atividade humana	-
27. Assegurar a redução e/ou eliminação de disfunções ambientais graves, nomeadamente pela presença de substâncias consideradas perigosas pela sua persistência,	-

	toxicidade ou bioacumulação, quer nas descargas de águas residuais, quer nos meios hídricos (com implicações na saúde pública, que afetam as condições de vida de espécies ou ecossistemas relevantes, que contribuem para a degradação de zonas especialmente sensíveis ou que prejudicam importantes utilizações da água), com vista a proteção das águas superficiais e subterrâneas contra a poluição causada por substâncias perigosas	
	28. Acautelar os objetivos de qualidade fixados para as zonas protegidas definidas ao abrigo da Lei da Água	-
	29. Diminuir a produção de resíduos urbanos	Produção de Resíduos Urbanos, em toneladas
	30. Aumentar a reciclagem de resíduos urbanos	Taxa de reciclagem, em % (RU reciclados/RU total produzidos)
Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	1. Preservar e valorizar os locais classificados ou com interesse de conservação e respetivos habitats, valores naturais e paisagísticos	N.º de locais classificados / com interesse conservacionista identificados e respetiva área;
		Alteração (%) do uso do solo na Rede Natura (RN);
		Alteração (%) do uso do solo na RN, por tipologia de sensibilidade ambiental dessas áreas;
		Evolução do n.º de espécies da fauna e da flora na RN relativamente ao estado de conservação das mesmas;
		Evolução das populações de fauna e flora na RN;
		Percentagem de alteração do uso do solo na RN, por zonas críticas (zonas de reprodução, abrigos, colónias, zonas de alimentação, zonas de dispersão, <i>e.g.</i>);
		Valor e estado de conservação das espécies da flora e da fauna da RN: estatuto de proteção legal e estatuto de ameaça, índices de biodiversidade e importância relativa no contexto regional/nacional;
		Área e percentagem de habitats intervencionados;
		Alteração do estado de conservação de habitats naturais da Diretiva Habitats;
		N.º, percentagem e tipo de espécies e de populações da flora e fauna intervencionadas (destruição direta, mortalidade, exclusão, perda de habitat, zonas de reprodução, abrigos, colónias, zonas de alimentação, zonas de dispersão, poluição, fragmentação de habitats, efeito de barreira, impactos na dinâmica populacional e alterações na diversidade genética, <i>e.g.</i>);

		Percentagem de áreas afetadas por pragas florestais;
		N.º de medidas implementadas por tipo e alvo de intervenção (e.g. fauna, flora, recuperação de habitats e espécies prioritárias, controlo de espécies invasoras, património, etc.);
		Evolução da área afetada por espécies infestantes (ha)
	2. Promover a funcionalidade da RN e a conectividade ecológica dos locais classificados ou com interesse de conservação	Percentagem de Estrutura Ecológica Municipal;
		Percentagem de alteração do uso do solo nas áreas da EEM dentro da RN;
		Percentagem de alteração do uso do solo nas áreas da EEM que estabelecem a conectividade entre a RN e as restantes áreas da EEM;
		Percentagem de áreas classificadas interseccionadas por infraestruturas
	3. Promover a criação integrada de recursos turísticos baseados no património natural e na paisagem	N.º de ações de divulgação (por tipo) do património natural e paisagístico;
		N.º de percursos/rotas criadas para promoção dos recursos naturais e da paisagem
Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos	1. Minimizar o grau de vulnerabilidade da população aos riscos naturais, mistos e tecnológicos a que está sujeita	N.º de ocorrências verificadas anualmente, por tipologia
		Número de habitantes, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural, mistos e de risco tecnológico (por tipologia ou por classe de risco)
	2. Proteger as populações dos fenómenos perigosos	Número de medidas e ações desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos
	3. Sensibilização para os fenómenos perigosos	N.º de ações de sensibilização para os fenómenos perigosos
	4. Prevenir situações de risco de cheias e inundações, devendo ser avaliada a probabilidade do risco de ocorrência destes fenómenos e dos respetivos riscos para pessoas e bens, tendo presente a tendência para o seu aumento, face aos efeitos das alterações climáticas e as mas políticas de ordenamento do uso do solo e de gestão dos recursos hídricos. Especial atenção devida ser dada a gestão de áreas sujeitas a cheias e inundações em espaço urbano;	
	5. Estabelecer objetivos para a realocação de atividades e demolição de estruturas que, estando situadas em áreas inundáveis ou leitos de cheia, apresentem riscos elevados para os utilizadores ou constituam um grave entrave ao escoamento das águas	N.º de atividades realocadas e/ou estruturas demolidas em áreas inundáveis ou leitos de cheia



	6. Promover o estado de conservação adequado e efetividade das estruturas de defesa e regularização de caudais, assim como das estruturas hidráulicas, devendo ser ponderada a necessidade de proceder a sua recuperação e/ou correção	-
Ruído	1. Diminuição da exposição da população ao ruído e cumprimento dos valores limite legais	Percentagem de população a viver em zonas de conflito
Alterações Climáticas	1. Sensibilização para as alterações climáticas	N.º de campanhas de sensibilização e esclarecimento relativas às alterações climáticas; Nº de medidas de adaptação às alterações climáticas
	2. Redução dos GEE	Percentagem de redução dos GEE, anualmente

FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social

Objetivo: Pretende avaliar em que medida as propostas definidas no PDM contribuem para a criação de condições que promovam a aproximação da população da decisão e da definição de soluções para o desenvolvimento, que assegurem a saúde e a coesão social e que potenciem e valorizem as pessoas, essencialmente através da sua qualificação.

Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
Modernização e Administração Pública	1. Modernizar as entidades públicas, melhorando a eficiência e qualidade dos serviços públicos	Serviços <i>online</i> criados pelas entidades públicas; Taxa de utilização dos serviços <i>online</i>
	2. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação com a administração central e regional	Duração dos procedimentos administrativos e número de entidades envolvidas
Participação Pública	1. Promover o uso de novas tecnologias nos serviços públicos e pelos cidadãos	Participação pública <i>online</i> Participação em Fóruns de acompanhamento da execução do PDM/ sessões da Assembleia Municipal
	2. Assegurar a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil para os assuntos locais	N.º de ações de sensibilização; N.º de participantes em consultas públicas
	3. Fomentar a cooperação entre os agentes do território	N.º de associações locais; N.º de entidades associadas
Qualificação Social	1. Qualificação da população	Nº de formações disponibilizadas/ano;



		N.º de inscritos em formações; N.º de horas de formação/inscrito; Investimento em atividades de investigação (€)
	2. Aumentar a área de espaços verdes de utilização coletiva e melhorar os existentes	N.º e tipologia das intervenções em espaços verdes de utilização coletiva; Quilómetros de percursos pedonais e/ou ciclovias criados; Rácio de áreas verdes criadas por habitante (m ² /hab.)
	3. Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva	N.º das intervenções de manutenção dos espaços públicos de utilização coletiva
	4. Reduzir a população exposta a níveis elevados de ruído	N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos
	5. Promover a acessibilidade para todos	N.º de intervenções e tipologia das ações enquadradas em projetos de acessibilidade para todos

XI.2.4. ANÁLISE E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO MODELO TERRITORIAL POR FCD

XI.2.4.1. ENQUADRAMENTO

No presente capítulo pretende-se dar cumprimento ao disposto nas alíneas b), c), e) e g), do n.º 1, do artigo 6.º do DL 232/2007, alterado pelo DL 58/2011, que enumeram os elementos que devem constar do Relatório Ambiental, nomeadamente:

1. as características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano;
2. os problemas ambientais pertinentes para o plano;
3. os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano;
4. um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação.

Os FCD identificados no capítulo anterior são utilizados para balizar a avaliação ambiental da proposta de revisão do PDM, que se estrutura de uma forma padronizada e sequencial, nomeadamente através de:

- a. **análise de tendências** desenvolvida com base nos critérios de avaliação e indicadores identificados para cada um dos FCD considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE (*vd.* capítulo XI.2.3). A identificação das principais tendências e respetivos problemas ambientais tem por base a análise tendencial, realizada para os FCD e respetivos critérios de avaliação, apresentada no Anexo I. A **matriz SWOT** (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) para os FCD identificados resume os principais aspetos identificados na análise tendencial e esta é sintetizada numa matriz

que apresenta uma avaliação qualitativa da situação atual, bem como no futuro, com e sem a implementação do Plano;

b. **análise dos efeitos decorrentes do modelo de desenvolvimento territorial**, nomeadamente:

i. das **oportunidades** decorrentes das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM, em termos de sustentabilidade ambiental, na qual é avaliada a sua contribuição para a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos no QRE, bem como para a resolução dos problemas ambientais identificados anteriormente;

ii. dos **riscos** das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM, para a sustentabilidade, na qual são avaliados potenciais efeitos negativos decorrentes da implementação daquela estratégia.

Com efeito, a AAE da proposta de revisão do PDM de Mora contempla os aspetos mais importantes, por FCD, considerando os critérios e indicadores estabelecidos no Relatório dos FCD e estrutura-se em dois aspetos principais: análise de tendências, complementada com a matriz SWOT e avaliação de riscos e oportunidades.

XI.2.4.2. FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

O desenvolvimento económico é o processo fundamental que pode trazer a qualidade de vida, estabilidade e progresso social para um concelho e influencia diretamente todos os aspetos da vida quotidiana. Com efeito, a análise do fator crítico “Desenvolvimento socioeconómico” pretende avaliar em que medida as propostas de plano contribuem para o reforço do papel estratégico da agricultura e da floresta, incremento da competitividade das atividades de transformação do setor primário, captação de investimentos e para a criação de uma oferta turística diversificada e de qualidade, que crie emprego e condições para atrair residentes.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências assenta sobre os três principais critérios de avaliação deste FCD: **Dinâmica Económica, Emprego/Emprego Qualificado e Fixação de população e melhoria da qualidade de vida.**

As tendências principais no que respeita ao Critério **Dinâmica Económica** são:

1. Evolução muito positiva do Indicador *per Capita* (IpC) do Poder de Compra Concelhio (PCC) entre 2000 e 2017, tendo passado de 57,97 para 82,43, apesar de ainda ser inferior à média do Alentejo Central;
2. Entre 2004 e 2017, o ganho médio mensal em Mora aumentou de 671,3 para 865,7€, o que corresponde a um acréscimo de 29%, ocupando a 10.^a posição no conjunto dos 14 concelhos do Alentejo Central;
3. Fraca densidade de empresas – 1,10 empresas/Km²;
4. Empresas têm em média 2,2 indivíduos, um valor baixo, muito semelhante ao do Alentejo Central (2,3);
5. Debilidade do tecido empresarial de Mora, designadamente uma maior dependência do desempenho de um número restrito de empresas;
6. Predomínio das empresas individuais (73,85%), tal como no Alentejo Central (71,02%);
7. As empresas têm em média 2,2 indivíduos, um valor baixo, muito semelhante ao do Alentejo Central (2,3);
8. Elevada concentração do volume de negócios nas 4 maiores empresas (51,83%) – a maior da região e muito acima do Alentejo Central (12,57%);
9. Elevada concentração do valor acrescentado bruto (VAB) das 4 maiores empresas em Mora (51,88%) - muito superior à do Alentejo Central (13,15%);

10. Bom posicionamento do concelho de Mora em termos de volume de negócios por empresa no conjunto da sub-região, somente inferior a três dos 14 concelhos que a compõem;
11. Reduzida taxa de sobrevivência das empresas com menos de 2 anos (47,69% das empresas), sendo este valor o segundo mais baixo de todos os concelhos do Alentejo Central.
12. Importância dos estabelecimentos da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", com 29,1% do total, o que significa um acréscimo de 19% entre 2010 e 2017;
13. O segundo lugar é ocupado pelos estabelecimentos do "comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos", com 16,6% do total, embora estes tenham perdido quase 27% entre 2010 e 2017;
14. Em terceiro lugar surgem os estabelecimentos do "alojamento, restauração e similares", com 11% do total;
15. O setor terciário é o setor que absorve maior percentagem de pessoal ao serviço (47,4%), seguido da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", com 25,5% e das "indústrias transformadoras", com 21,4% do total do concelho;
16. No concelho de Mora existe um espaço criado para a localização de atividades empresariais (Zona Industrial de Mora), com 51 lotes, dos quais 32 lotes estão edificados. Dos restantes 19 lotes: 3 estão condicionados pelas servidões (rodoviárias); 8 estão comprometidos com empresas para futuras instalações; e somente outros tantos 8 (15,7% do total de lotes) estão disponíveis para comercialização.

No que concerne ao Critério **Emprego/Emprego qualificado**, as principais tendências a assinalar são as seguintes:

1. O setor terciário é o setor que absorve maior percentagem de pessoal ao serviço (47,4%), seguido da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", com 25,5% e das "indústrias transformadoras", com 21,4% do total do concelho;
2. Perda de pessoal empregue no comércio entre 2010 e 2017 (26,7%);

3. Aumento do emprego nas atividades de consultoria, científicas e similares;
4. Aumento de 9,9% das atividades da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", entre 2010 e 2017;
5. Forte quebra do pessoal ao serviço na "construção" (-56%), entre 2010 e 2017;
6. Com exceção dos estabelecimentos das atividades "transportes e armazenagem", "agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", "consultoria, científicas, técnicas e similares" e "imobiliárias", em todos os estabelecimentos das restantes atividades a dimensão média no Alentejo Central é superior à de Mora;
7. Entre 2010 e 2017, há a destacar os aumentos representativos dos estabelecimentos das atividades primárias e de algumas atividades do setor terciário, assim como aumentos do pessoal ao serviço nas atividades primárias, em determinadas atividades terciárias (designadamente em atividades com elevada intensidade de conhecimento como nas vertentes da "consultoria, científica, técnica e similares", "educação" e "saúde") e, na indústria transformadora, a manutenção de praticamente o mesmo volume de emprego;
8. Em 2011, a situação na profissão da população empregada é, claramente, marcada pela predominância dos "trabalhadores por conta de outrem" (82,9%);
9. Entre os meses de janeiro de 2013 e dezembro de 2019 destaca-se a clara descida, e muito significativa, do número de desempregados inscritos, que revela a boa reação do tecido económico e social ao período difícil dos anos anteriores (nos quais os valores terão atingido certamente níveis mais elevados);
10. Desemprego muito associado fundamentalmente à sazonalidade das atividades primárias e dos setores a jusante;
11. Desemprego feminino é, em regra, superior ao masculino.

Para o Critério **Fixação da população e melhoria da qualidade de vida** as tendências principais são:

1. **Acentuado processo de envelhecimento demográfico nos últimos 20 anos**, consequência dos baixos valores para a natalidade, da saída de população jovem e do aumento dos valores para a esperança de vida;
2. Entre 1991 e 2011, a **idade média da população residente em Mora aumentou de 42,43 para 50,37 anos**;
3. Em 2011, e no contexto do Alentejo Central, a população do concelho de Mora é a que apresenta a mais elevada idade média;
4. A distribuição da população por idades e sexo obedece, em Mora, à situação normal observada em todas as populações;
5. Em Mora, a percentagem de jovens (0-14 anos) decresceu muito ligeiramente entre 2001 e 2018 (de 11,0 para 10,0%), mas o valor em 2001 era já muito baixo;
6. Entre 2001 e 2018, o Índice de Juventude decresceu de 36,7 para 30,7 (jovens para cada 100 idosos), descida menos acentuada que a observada no Alentejo Central (de 61,9 para 47,1);
7. Notório aumento do Índice de Envelhecimento (maior que na sub-região), tendo passado de 272,8 em 2001 para 325,8 em 2018;
8. Reduzido peso da população estrangeira no concelho (apenas 1,3% em 2018), sendo que, em 2011, a maioria (55,2%) provém de países da EU, 36,2% do continente americano, sobretudo do Brasil (19%);
9. Os dados das projeções demográficas para o concelho de Mora demonstram uma perda de população entre 2011 e 2031.

O Quadro XI.2.5 corresponde à matriz SWOT do FCD1. Desenvolvimento Socioeconómico, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro XI.2.5. SWOT para o FCD1. Desenvolvimento Socioeconómico

	Pontos fortes	Pontos fracos
Dinâmica Económica	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do ganho médio mensal; - Posição geográfica, na proximidade de Lisboa e no eixo de ligação a Espanha; - Importância económica do setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; - Presença de zona industrial e projeto de expansão da mesma; - Elevada qualidade e variedade no domínio do património cultural e natural; - Aumento da procura turística; - Clima favorável ao turismo; - Insolação média anual elevada, permitindo altos níveis de sustentabilidade energética; - Presença de aquíferos com disponibilidade de água; - Apoio à dinamização e à fixação de novas empresas no concelho; - Promoção de eventos e feiras temáticas; - Promoção e execução de trabalhos de reabilitação urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> - População envelhecida; - Reduzida percentagem de sobrevivência de empresas com menos de 2 anos; - Sazonalidade dos trabalhos relacionados com a atividade agrícola; - Concentração do volume de negócios nas 4 maiores empresas; - Diminuição do número de pessoas na construção; - Precipitação irregular, levando a debilidades na agricultura;
Emprego/Emprego Qualificado	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da taxa de analfabetismo; - Aumento do número de pessoas a trabalhar na área das atividades científicas, de consultoria e similares; - Aumento de população com níveis de educação elevados; - Descida da taxa de desemprego; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de oferta de trabalhos que necessitem de mão-de-obra qualificada;
Fixação de população e melhoria da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à instalação de casais jovens; - Apoio à população de terceira idade; - Presença de boas infraestruturas e equipamentos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Previsão de decréscimo do número populacional; - Tendência de decréscimo de jovens no concelho;

	Oportunidades	Ameaças
Dinâmica Económica	<ul style="list-style-type: none"> - Atração de investimentos estrangeiros através do mercado livre para a União Europeia e Comunidade de Países de Língua Portuguesa; - Aumento do número de pessoas que procuram atividades turísticas e espaços de lazer; - Portugal 2020; - Valorização do património local; - Aumento da utilização de energias renováveis; - Promoção de um estilo de vida com elevado conforto; - Aumento da produção agrícola, animal, caça e floresta, que tem procura no mercado; - Existência de políticas de apoio à reabilitação urbana; - Valorização das valências da economia digital 	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade económica global; - Aumento das taxas de emigração em Portugal; - Dificuldade em canalizar investimentos estrangeiros; - Falta de incentivos fiscais e económicos para a formação de novas empresas;
Emprego/Emprego Qualificado	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de mão-de-obra qualificada; - Coordenação entre a oferta de trabalho e a formação da população; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de competitividade em relação a centros urbanos de maiores dimensões; - Desequilíbrio no mercado português entre as competências que os trabalhadores oferecem e aquelas que são procuradas pelos empregadores;
Fixação de população e melhoria da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> - Estilo de vida calmo e mais económico, promovendo uma boa qualidade de vida; - Promoção de áreas verdes e de lazer; - Realização de eventos culturais; - Ambiente livre de poluição; 	<ul style="list-style-type: none"> - Procura de centros urbanos de maiores dimensões por parte da população jovem; - Falta de trabalho estável e permanente;

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD1 e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro XI.2.6, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM.

Quadro XI.2.6. Análise de tendências do FCD1 Desenvolvimento socioeconómico

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Dinâmica económica		↓	↑
Emprego/Emprego qualificado		↓	↑
Fixação da população e melhoria da qualidade de vida		↓	↑

Situação de referência:

Desfavorável	Média	Boa
--------------	-------	-----

Tendências:

↓	↔	↑
---	---	---

O desenvolvimento socioeconómico constitui uma questão primordial na concretização da visão estratégica delineada para o concelho de Mora, sendo de realçar o papel importante da implementação das propostas do Plano como forma de transformar as debilidades identificadas em pontos fortes e as ameaças em oportunidades.

Com efeito, a revisão do Plano propõe o **reforço do papel estratégico da agricultura e da floresta**, tornando estas atividades mais competitivas e inovadoras, através da aposta na qualificação e especialização da mão-de-obra e da captação de investimentos, atendendo à importância que detêm atualmente na economia local (estabelecimentos e emprego) e às características do território (infraestruturas de rega, extensas áreas de montado e condições edafoclimáticas). Contudo, sem este esforço, as debilidades identificadas tenderão a acentuar-se, com a estagnação deste setor numa primeira fase e o consequente declínio da base económica local, do emprego e, das condições de vida da população.

Um dos principais fatores para o desenvolvimento económico é a **captação de investimento estrangeiro**. Portugal encontra-se numa localização geográfica privilegiada, constituindo a porta de acesso tanto ao mercado da União Europeia como ao mercado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Desta forma, também é de extrema importância o incremento das condições proporcionadas pelo concelho aos investidores, aumentando a sua atratividade e tornando-se mais competitivo na fixação de investimentos. A carência destes conduz à estagnação da indústria e dos serviços e à possível diminuição de dinâmica económica ou da velocidade de evolução da mesma.

Dado o aumento da **procura turística** a nível nacional e a crescente **valorização do património cultural e natural**, é essencial a criação de condições que tornem o município competitivo. A falta de investimento neste setor poderá proporcionar a perda do número de visitas ao concelho, de dinamização da economia local e dos produtos locais típicos.

A falta de implementação do conjunto destas medidas não levará apenas à estagnação da dinâmica económica no concelho, mas também afetará de forma significativa a taxa de empregabilidade e a qualidade de vida da população.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A avaliação do modelo de desenvolvimento territorial preconizado no PDM de Mora inicia-se com a avaliação estratégica dos critérios de cada um dos FCD, em relação ao QRE da presente AAE, por forma a apurar o grau de convergência do daquele com o QRE (*vd.* Quadro XI.2.7), detalhado no Anexo I do RFCD (*vd.* capítulo XI.1.13).

Quadro XI.2.7. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD1. Desenvolvimento Socioeconómico

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
DINÂMICA ECONÓMICA	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PNAC 2020 – 2030, ENAAC 2020, Estratégia Turismo 2027 Portugal, PETI3+ 2014-2020, PDRC 2014-2020, ERP 2014-2020, ENF, PERSU 2020+, PNA, PNUEA 2012-2020, PRN, PROF ALT, POAAG, ENE 2020, ENAR 2020, RNC2050, EDTAC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020, PMDFCI, PGF MNC, PGF ZIFD	++	<ul style="list-style-type: none"> - Apostar e continuar a desenvolver a indústria transformadora, as atividades agrícolas e algumas atividades do terciário - Apostar na inovação e modernização das atividades económicas tradicionais com vista à eficiência e qualidade de produção - Certificar os produtos endógenos - Promoção das vantagens competitivas do território (e.g. rendas locativas mais baixas, proximidade a Espanha, e à AML, possibilidade de ampliação da zona industrial, etc) - Apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural, enquanto motor de desenvolvimento económico - Ampliar a zona industrial de Mora
EMPREGO/EMPREGO QUALIFICADO	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, Estratégia Turismo 2027 Portugal, PETI3+ 2014-2020, PDRC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020	++	<ul style="list-style-type: none"> - Elevar o nível de qualificação da população ativa, apostando na especialização - Incorporar conhecimento, inovação e modernização na produção, transformação e distribuição dos produtos - Apostar na formação e especialização dos atores locais e agentes económicos - Promover formações direcionadas para o turismo de natureza - Apostar na criação de condições de apoio à criação de emprego
FIXAÇÃO DA POPULAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PANCD, PNAP, Estratégia Turismo 2027 Portugal, PENSAAR 2020, PETI3+ 2014-2020, PDRC 2014-2020, PNAAS 2008-2013, ENAR 2020, EDTAC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020	++	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitar as linhas de apoio existentes para implementação dos princípios do <i>design for all</i> no concelho - Melhorar o funcionamento do centro de saúde, prolongando o horário de funcionamento ao fim de semana - Estabelecer parcerias com entidades de apoio social - Valorizar a resposta do concelho em relação aos equipamentos de apoio à primeira infância

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++** As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- +** As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro XI.2.8 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD1 Desenvolvimento Socioeconómico.

Quadro XI.2.8. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD1 Desenvolvimento socioeconómico

Critérios de avaliação		DINÂMICA ECONÓMICA	EMPREGO/EMPREGO QUALIFICADO	FIXAÇÃO DA POPULAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA
Eixos de Ação Estratégica PDM / Objetivos Estratégicos				
Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento	OE.1.1	++	++	+
	OE.1.2	++	++	++
	OE.1.3	++	++	++
Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património	OE.2.1	+	+	+
	OE.2.2	+-	+-	+
	OE.2.3	+-	+-	++
	OE.2.4	+	+-	+
Promover uma cidadania proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social	OE.3.1	+-	+-	+
	OE.3.2	+	+	+
	OE.3.3	+-	+	++
	OE.3.4	+	++	++

++ Oportunidades significativas; + Oportunidades; -- Riscos significativos; - Riscos; 0 Sem relação

Os objetivos fundamentais da proposta da revisão do PDM, que contêm um carácter diversificado e com impacte em distintos domínios, potenciam várias oportunidades para o FCD1, “Desenvolvimento socioeconómico”, como se pode constatar no Quadro XI.2.8. **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

O objetivo de **revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento económico e social** é o que se encontra diretamente associado ao FCD1, contribuindo para a concretização dos respetivos critérios. Este objetivo reforça, com efeito, a importância estratégica do setor primário, em especial da agricultura e da floresta,

procurando também a captação de investimentos estrangeiros e o desenvolvimento da oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço natural.

Num contexto social atual, de crescente procura turística e de valorização de recursos naturais e tradicionais, tem-se verificado que este setor tem servido como importante fonte de receitas económicas. No entanto, apesar da importância da promoção do património natural e cultural no crescimento da atividade turística, este deve ser realizado segundo critérios de gestão adequados de forma a minimizar os riscos e a extrapolar as oportunidades associadas a este setor. Deste modo, a **promoção do território, a salvaguarda dos recursos naturais e paisagísticos e valorização do ambiente e património** é, de forma inquestionável, uma oportunidade para o desenvolvimento económico, criação de condições de trabalho e consequente melhoria das condições de vida.

O objetivo de **promover uma cidadania proativa, com a aposta na qualificação das pessoas e na valorização da coesão social** promove também a cooperação entre agentes económicos locais, a coesão do sistema territorial e a aposta numa população ativa.

Assim, os objetivos fundamentais da proposta do PDM podem ser considerados oportunidades para os critérios apresentados para o FCD1 e, por conseguinte, conduzir o desenvolvimento do concelho de Mora no sentido correto.

XI.2.4.3. FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

O FCD2 está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento territorial, com a sua qualificação, equilíbrio e promoção. Tem como objetivo o incentivo à coesão, o equilíbrio e a qualificação do sistema territorial, procurando reabilitar e regenerar os espaços urbanos, recuperar e promover os valores naturais e culturais do território e valorizar os produtos locais, os seus recursos e paisagens. Pretende-se ainda aferir os efeitos sobre a recentralização da posição e função do concelho no contexto geográfico regional.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências assenta sobre os três principais critérios de avaliação deste FCD: **Equilíbrio do Sistema Territorial**, a **Qualificação do Sistema Urbano** e a **Promoção do Território**.

As tendências principais relativamente ao Critério **Equilíbrio do Sistema Territorial** são:

1. Povoamento do tipo concentrado;
2. Macrocefalia, patente na concentração de quase população na sede de concelho e na oferta de bens e serviços não presentes nos outros lugares.

No que respeita ao Critério **Qualificação do sistema urbano** destacam-se as seguintes tendências:

1. Património edificado com algumas necessidades de intervenção;

2. Quatro áreas de reabilitação urbana delimitadas e aprovadas;
3. Plano de Ação e Regeneração Urbana do município de Mora;
4. Oferta pública de equipamentos permite responder às necessidades e anseios da população do concelho de Mora;
5. Rede viária do concelho com reduzidas densidades por superfície e por habitante, maioritariamente municipal e concentrada no setor norte do concelho;
6. 58% da rede viária que serve o concelho encontra-se em bom estado de conservação.

As tendências principais relativamente ao Critério **Promoção do território** são:

1. Necessidade de criação ou recriação de produtos característicos que possibilitem a identificação do concelho de Mora;
2. Subaproveitamento do potencial turístico do concelho;
3. Necessidade de instalação de atividades que possibilitem o desenvolvimento de produtos marcantes e genuínos do território.

O Quadro XI.2.9 corresponde à matriz SWOT do FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro XI.2.9. SWOT para o FCD 2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

	Pontos fortes	Pontos fracos
Equilíbrio do Sistema Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade dos lugares que compõem o sistema urbano; - Reduzida expressão da edificação dispersa 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema urbano macrocéfalo; - Sistema fundiário de grandes propriedades; - População ativa concentrada essencialmente em Mora; - Descontinuidades urbanas;
Qualificação do sistema urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Boa cobertura e diversidade de equipamentos coletivos; - Sistemas de Abastecimento de Águas Públicas e Saneamento de Águas Residuais com elevada densidade e em bom estado; - Rede viária que serve o concelho encontra-se, na generalidade, em bom estado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Edifícios pertencentes aos principais aglomerados urbanos em mau estado de conservação;
Promoção do território	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade do património natural e cultural; - Diversidade de eventos ligados à promoção do território (ligados à gastronomia e ao vinho, por exemplo); 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de uma marca territorial forte que possibilite a atração de pessoas ao município ou que contribua para a sua promoção;
	Oportunidades	Ameaças
Equilíbrio do Sistema Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de parcerias no âmbito urbano-rural e cooperação estratégica interurbana; - Desenvolvimento de eixos urbanos de proximidade; - Volume de tráfego tem vindo a aumentar, proporcionando uma maior dinâmica populacional e económica; 	<ul style="list-style-type: none"> - Incapacidade de atrair investimentos para aglomerados urbanos de menor hierarquia; - Concorrência dos concelhos limítrofes no sentido de atraírem população e investimentos; - Insuficiente eficácia dos transportes públicos;
Qualificação do sistema urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização das diversas fontes de financiamento para a reabilitação urbana; - Redução do tráfego no interior dos aglomerados urbanos, promovendo o acesso pedonal; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de estratégia no domínio da acessibilidade e mobilidade para todos; - Degradação urbana;
Promoção do território	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do território através do desenvolvimento do seu potencial cultural e paisagístico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de diversificação da oferta turística; - Falta eventos que possibilitem a promoção do território a nível nacional e internacional.



	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento e criação de largos, fontanários, áreas verdes de forma a promover a socialização da população;- Valorização do turismo a nível internacional e nacional;- Promoção dos produtos locais através da criação de uma marca própria.	
--	--	--

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD2 e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro XI.2.10, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM.

Quadro XI.2.10. Análise de tendências do FCD2 Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Equilíbrio do Sistema Territorial		↔	↑
Qualificação do sistema urbano		↔	↑
Promoção do território		↔	↑

Situação de referência:

Desfavorável	Média	Boa
--------------	-------	-----

Tendências:

↓	↔	↑
---	---	---

A ausência das intervenções previstas no âmbito da revisão do PDM traduzir-se-á na manutenção dos pontos fracos e ameaças identificadas (*vd.* Quadro XI.2.9 **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), dos quais se salienta a incapacidade para ultrapassar os problemas decorrentes da degradação de edifícios e de outras áreas urbanas, nomeadamente a perda de população na área ou o crescimento da dificuldade em encontrar habitação para a população residente. Também é de anotar a degradação da qualidade dos equipamentos e infraestruturas e a consequente degradação das condições de vida da população, bem como a estagnação dos visitantes e turistas, decorrente do menor investimento ao nível da promoção do território e com impactes na base económica local e na população.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Quadro XI.2.11 sintetiza a avaliação relativa ao FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, detalhado no Anexo I do RFCD (*vd.* capítulo XI.1.13).

Quadro XI.2.11. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
EQUILÍBRIO DO SISTEMA TERRITORIAL	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PNAC 2020 – 2030, ENAAC 2020, PETI3+ 2014-2020, PRN2000, PNAAS 2008-2013, RNC2050, EDTAC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020, PMDFCI	++	<ul style="list-style-type: none"> - proibição da edificação dispersa como princípio fundamental, sendo a edificação em solo rústico admitida apenas a título excecional (artigo 33.º); - a colmatação da malha urbana e a requalificação dos espaços intersticiais degradados ou devolutos; a requalificação e manutenção dos espaços verdes (públicos e privados), e a criação de outros com escala e valor de centralidade local constituem alguns dos objetivos de ordenamento e gestão do solo urbano (artigo 60.º);
QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PNAC 2020-2030, ENAAC 2020, PENSAAR 2020, PERSU 2020+, PNA, PNUEA 2012-2020, PNAAS 2008-2013, ENAR 2020, RNC2050, EDTAC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020	++	<ul style="list-style-type: none"> - a conservação, a reabilitação e a regeneração do edificado existente, através da melhoria das condições de habitabilidade, da recuperação das fachadas e da eliminação de infraestruturas ou elementos dissonantes; a requalificação e valorização do espaço público, inclusivo, sustentável e acessível a todos (artigo 60.º); - a acessibilidade para todos, entendida como uma abordagem inclusiva, segura e confortável para todos e a materialização no terreno do conceito de desenho universal (artigo 81.º); - no solo urbano é obrigatória, em todas as obras de construção, reconstrução e ampliação, a ligação aos sistemas municipais de abastecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais (artigo 27.º).
PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PNAP, Estratégia Turismo 2027 Portugal, PENSAAR 2020, PETI3+ 2014-2020, PRN2000, EDTAC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020	++	<ul style="list-style-type: none"> - promover o concelho como um destino de natureza único; - Participar e promover a oferta turística do concelho em feiras e eventos nacionais e internacionais; - Criar uma estratégia de marketing e publicidade em consonância com o Plano de Desenvolvimento Turístico e de Visitação do Concelho de Mora, já existente; - promover o património megalítico do concelho, divulgando-o e tornando-o mais atrativo através de visitas guiadas

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

++ As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.

- + As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro XI.2.12 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território.

Quadro XI.2.12. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

Critérios de avaliação		EQUILÍBRIO DO SISTEMA TERRITORIAL	QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO	PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO
Eixos de Ação Estratégica PDM / Objetivos Estratégicos				
Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento	OE.1.1	+	+	+
	OE.1.2	+	+	+
	OE.1.3	+	+	++
Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património	OE.2.1	+	+	++
	OE.2.2	+	+	+
	OE.2.3	++	++	+
	OE.2.4	+	+	++
Promover uma cidadania proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social	OE.3.1	+	+	+
	OE.3.2	+	+	+
	OE.3.3	++	+	+
	OE.3.4	+	+	+

++ Oportunidades significativas; + Oportunidades; -- Riscos significativos; - Riscos; 0 Sem relação

A proposta de revisão do PDM de Mora traduz um conjunto de oportunidades para o FCD2 Estruturação, qualificação e promoção do território, nomeadamente através de uma classificação e qualificação do solo assente nos princípios do uso dominante e da economia de solo, em que as áreas urbanas não sofrem incrementos assinaláveis, aliás o perímetro de Mora recua significativamente, e que promove o aproveitamento racional dos espaços

intersticiais e a criação de espaços de recreio e lazer. As áreas urbanas correspondentes a lugares de pequena dimensão integram o sistema urbano municipal e as preocupações ao nível da rede de equipamentos, serviços e infraestruturas, a par das medidas de requalificação e promoção do património construído e regeneração dos centros urbanos, pretendem contribuir para o equilíbrio do referido sistema, reduzindo, a médio e longo prazo a evidente macrocefalia atual, ao mesmo tempo que contribuem para a sua qualificação.

Por fim, a criação de uma marca forte que possibilita a valorização do sistema territorial e o seu reconhecimento no mercado, a par com a criação de produtos locais, que possibilitem o seu destaque e reconhecimento a um nível nacional e internacional, visa o aumento da procura turística e da dinâmica económica, contribuindo fortemente para a promoção do território.

Assim, verifica-se uma forte correlação entre os critérios dos FCD2 e os objetivos fundamentais da revisão do PDM, que se baseiam no desenvolvimento económico, na promoção do território e na salvaguarda dos recursos naturais e na promoção de uma cidadania proativa.

XI.2.4.4. FCD3. PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O património e o desenvolvimento turístico encontram-se fortemente interligados, já que o turista procura conhecer as características do território e absorver a sua identidade cultural. Com este FCD pretende-se compreender em que medida as propostas do PDM promovem a valorização do património cultural e natural do concelho, a estruturação do espaço vocacionado para atividades turísticas, a definição de espaços atrativos, que permitem a sua utilização para práticas de lazer, incentivando a prática do turismo sustentável aproveitando

o potencial do património natural e paisagístico e a promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências assenta sobre os três principais critérios de avaliação deste FCD: **Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico e Preservação/Valorização do Património.**

As tendências principais relativamente ao Critério **Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico** são:

1. Oferta turística do concelho incipiente e pouco diversificada;
2. Oferta turística prospetivada (um conjunto de apartamentos turísticos de 5* e um hotel rural de 4*, com 66 camas), será um contributo para o reforço e diversificação da oferta existente;
3. Reduzida importância da oferta de alojamento local (8 unidades), com fraca representatividade ao nível da sub-região (1,2%);
4. Distribuição equilibrada de empreendimentos turísticos pelo concelho;
5. Número de dormidas muito reduzido (apenas 0,6% do Alentejo Central, em 2018) e com crescimento negativo entre 2015 e 2018;
6. Taxa líquida de ocupação-cama, em 2018, muito baixos, inferiores aos do Alentejo Central;
7. Fraca capacidade para captar turistas estrangeiros (cerca de 88% das dormidas são de nacionais, contra 56,2% do Alentejo Central, em 2018).

No que respeita ao **Critério Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural** assinalam-se como tendências principais as seguintes:

1. Elevada qualidade e variedade no domínio do património cultural: sete bens classificados; um importante espólio de bens patrimoniais de interesse, com destaque para o património arqueológico (109 antas) e um relevante património imaterial;
2. Património natural relevante: ZEC Cabeção, Mata Nacional de Cabeção, Açude do Gameiro, árvores de interesse público e a paisagem;
3. Significativo nível de preservação dos recursos históricos e culturais e de proteção e valorização ambiental;
4. Necessidade de apostar na estruturação de rotas, percursos e circuitos como forma de promover o touring cultural;
5. Necessidade de intervenção em alguns elementos do património cultural.

O Quadro XI.2.13 corresponde à matriz SWOT do FCD3. Património e Desenvolvimento Turístico, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro XI.2.13. SWOT para o FCD3. Património e desenvolvimento turístico

	Pontos fortes	Pontos fracos
Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição da oferta de estabelecimentos turísticos por todas as freguesias; - Unidades de alojamento local 	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta turística existente no concelho pouco representativa; - Somente 3 das 11 tipologias consideradas pelo Turismo de Portugal estão presentes no concelho; - Diminuição da procura turística; - Reduzida procura por parte de turistas estrangeiros; - Subaproveitamento turístico do património natural e cultural
Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de elementos do património cultural e natural; - Áreas com elevado valor patrimonial e com potencial de reabilitação e regeneração; - Desenvolvimento de estudos científicos que permitem o aumento do conhecimento sobre os elementos e a sua consequente valorização; 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de reabilitação de elementos do património cultural;
	Oportunidades	Ameaças
Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta turística prospetivada, que contribuirá para o aumento e diversificação; - Interesse crescente em turismo rural; - Diversificação da oferta turística; - Crescente importância do autocaravanismo como atividade turística; - Criação de uma Área de Serviço para Autocaravanas na envolvente do Fluviário - Criação de uma marca forte devido ao seu elevado valor cultural e patrimonial; 	<ul style="list-style-type: none"> - 88% das dormidas turísticas são de nacionais e, pelo mesmo motivo, caso a economia nacional sofra um abrandamento poderá registar-se uma quebra a este nível; - Falta de diversificação do setor do turismo;



	<ul style="list-style-type: none">- Aumento da oferta turística e publicitação da mesma no mercado estrangeiro;- Elaboração de um plano de marketing para a promoção do território;- Criação de dinâmicas de valorização turística em articulação com os municípios limítrofes	
Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural	<ul style="list-style-type: none">- Adoção de políticas e práticas compatíveis com um desenvolvimento sustentável;- Políticas e financiamento de apoio à atividade turística e de reabilitação;- Identificação de medidas que proporcionem uma maior proteção, conservação e atratividade dos elementos patrimoniais;- Desenvolvimento de infraestruturas de suporte para a realização de atividades de <i>touring</i>;	<ul style="list-style-type: none">- Possibilidade de contaminação de elementos ambientais, levando à sua degradação;- Uma incorreta gestão dos elementos culturais pode levar à sua sobre-exploração e consequentemente à sua degradação;

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD3 e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro XI.2.14, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM.

Quadro XI.2.14. Análise de tendências do FCD3 Património e desenvolvimento turístico

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico		↔	↑
Preservação/Valorização do património cultural e natural		↔	↑

Situação de referência:

Desfavorável	Média	Boa
--------------	-------	-----

Tendências:

↓	↔	↑
---	---	---

Com efeito, o modelo de desenvolvimento territorial preconizado na revisão do PDM, sustentado em linhas orientadoras e projetos ou ações concretas que devem nortear a ação do executivo municipal ao nível da promoção do território, da salvaguarda e valorização dos recursos patrimoniais, e, nalguns casos, com tradução no regime de uso proposto, constitui um potencial contributo para a qualificação da rede de infraestruturas e equipamentos turísticos e para preservação e valorização do património cultural e natural.

O desenvolvimento da atividade turística baseada em princípios de sustentabilidade, garantindo a preservação dos recursos patrimoniais e assegurando a qualificação dos recursos humanos, constituirá, certamente, um motor importante para o desenvolvimento económico.

Assim, conclui-se que os objetivos fundamentais da proposta do PDM respondem positivamente aos critérios definidos para o FCD3, pois estão balizados por uma estratégia fortemente ancorada em princípios de sustentabilidade.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Quadro XI.2.15 sintetiza a avaliação relativa ao FCD3. Património e desenvolvimento turístico, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, detalhado no Anexo I do RFCD (*vd.* capítulo XI.1.13).

Quadro XI.2.15. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD3. Património e desenvolvimento turístico

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
QUALIFICAR A REDE DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE CARIZ TURÍSTICO	Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PNAC 2020 – 2030, Estratégia Turismo 2027 Portugal, PETI3+ 2014-2020, PNAP, PNUEA, PRN2000, EDTAC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020	++	<ul style="list-style-type: none"> - Certificar Mora como um destino acessível; - Consolidar a rede de percursos cicláveis; - Criar itinerários temáticos para divulgação, conhecimento e fruição do património natural e histórico em consonância com sinalética moderna e inovadora; - Colocar informação turística acessível a todos nos principais monumentos, património, equipamentos e infraestruturas, recursos naturais, etc; - Implementar circuitos de visitação do concelho passando pelos principais pontos de interesse do concelho com sugestões de alojamento e de restauração, disponível em aplicações ou no site do Município e direcionado para um diversificado público; - Promover a barragem do Gameiro ao nível de oferta turística
PRESERVAÇÃO/ VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PNAC 2020-2030, PSRN2000, Estratégia Turismo 2027 Portugal, ENAAC 2020, PENSAAR 2020, ENF, PNAP, RJCNB, ENEAA, PERSU 2020+, PNA, PNUEA 2012-2020, PNAAS 2008-2013, ENAR 2020,	++	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar e promover a paisagem natural e a qualidade ambiental, enaltecendo as mais-valias do território ao nível dos recursos naturais e paisagísticos; - Promover a utilização de energias renováveis; - Valorizar os moinhos de água/ azenhas

	RNC2050, PROF ALT, PGRH5, POAAG, DQA/LA, DAGRI, EDTAC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020		
--	--	--	--

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++ As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro XI.2.16 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD3. Património e Desenvolvimento Turístico.

Quadro XI.2.16. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD3. Património e Desenvolvimento Turístico

Critérios de avaliação		QUALIFICAR A REDE DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE CARIZ TURÍSTICO	PRESERVAÇÃO/ VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
Eixos de Ação Estratégica PDM / Objetivos Estratégicos			
Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento	OE.1.1	0	+-
	OE.1.2	+	+-
	OE.1.3	++	++
Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património	OE.2.1	++	++
	OE.2.2	++	++
	OE.2.3	++	+
	OE.2.4	++	+
Promover uma cidadania proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social	OE.3.1	+	0
	OE.3.2	+	+
	OE.3.3	+	+
	OE.3.4	+	+

++ Oportunidades significativas; + Oportunidades; -- Riscos significativos; - Riscos; 0 Sem relação

O desenvolvimento da atividade turística assume especial relevância em territórios do interior, envelhecidos e em regressão demográfica, em que a disponibilização de estruturas

para o acolhimento e usufruto dos visitantes e turistas, aliada à valorização do património cultural e natural, constitui um recurso vital para a coesão social e territorial.

Neste sentido, a proposta de revisão do PDM de Mora qualifica algumas áreas como espaços de ocupação turística (solo rústico) e considera o uso turístico como compatível ou complementar com todas as categorias de solo rústico e com os espaços centrais, habitacionais e urbanos de baixa densidade, no solo urbano. Inclui ainda algumas áreas de equipamentos ou infraestruturas de apoio à atividade turística, associados à albufeira do Gameiro e em estreita articulação com o previsto no respetivo Plano de Ordenamento.

Por outro lado, as propostas de projetos ou ações incluídas na estratégia de desenvolvimento territorial, em particular os respeitantes ao objetivo estratégico “apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural, enquanto motor de desenvolvimento económico” e ao objetivo “valorizar e defender os recursos, o património e a paisagem” constituem um fio condutor da ação dos diversos agentes, em particular, do município, que devem contribuir para a concretização dos critérios do FCD3. Ao mesmo tempo, o município deve promover a articulação com os municípios limítrofes no que respeita à estruturação da oferta turística (rotas, *touring cultural*, entre outros).

Desta forma, considera-se que a ausência das intervenções previstas contribuirá para a estagnação do setor turístico, tanto do lado da oferta como da procura, com as inerentes consequências ao nível da degradação do património municipal.

XI.2.4.5. FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

O FCD4 analisado de seguida apresenta uma diversidade de fatores superior aos apresentados anteriormente, sendo que a sua avaliação é necessariamente mais extensa. Este FCD tem como objetivo avaliar a adequação da dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no PDM aos objetivos de manutenção da biodiversidade, redução de perdas irreversíveis em áreas classificadas e espécies protegidas. Pretende ainda a promoção, a valorização e a conservação do património natural e paisagístico, favorecer o contínuo natural de suporte à biodiversidade, garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos, a gestão sustentável e a conservação da floresta - aumentando a resiliência do território aos incêndios florestais e fomentando oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais florestadas. Visa manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo, diminuir os efeitos de ocorrências de cheias, prevenir a ocorrência de derrames para o solo e para os recursos hídricos e minimizar a exposição da população à ocorrência de acidentes industriais (explosões e/ou derrames).

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências assenta sobre os cinco critérios de avaliação deste FCD: **Qualidade dos Recursos; Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem; Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos; Ruído e Alterações Climáticas.**

As tendências principais relativamente ao Critério **Qualidade dos Recursos** são:

1. Ribeira da Raia – massa de água fortemente modificada (HMWB);

2. Cerca de 76% das massas de água superficiais (rios) apresenta um razoável estado ecológico;
3. Apenas a Ribeira da Azenha foi classificada com medíocre estado ecológico;
4. As três massas de água subterrâneas apresentam um bom estado (quantitativo e qualitativo);
5. Grande parte do território apresenta solos com capacidade de uso muito baixa, cerca de 64%;
6. Fraca percentagem de solos com boa aptidão para a prática agrícola, apenas 12%;
7. Sem registo de situações críticas no que se refere à qualidade do ar;
8. Boa cobertura de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
9. Captações públicas de água subterrânea sem perímetros de proteção.

No que concerne ao Critério **Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem**, assinalam-se as seguintes tendências:

1. 11% do concelho de Mora é abrangido pela Zona Especial de Conservação (ZEC) do Cabeção (PTCON0029), integrado na Rede Natura 2000, que é também uma IBA (*Important Bird and Biodiversity Area*);
2. 16 habitats identificados na área da ZEC Cabeção inserida no concelho de Mora, sendo que dois deles são habitats prioritários: **Charcos temporários mediterrânicos** (3170*) e **Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea** (6220*);
3. A ZEC Cabeção alberga mais de 60% da espécie florística *Halimium verticillatum*, muito dependente da preservação do montado;
4. Os montados bem conservados suportam também “uma avifauna que inclui uma importantíssima comunidade de falconiformes, com riqueza específica e densidade de indivíduos” (ICN, 1996);

5. Importância das **aves de rapina**, registando-se uma densidade global de 60 a 80 pares/km². 11 espécies reproduzem-se na ZEC Cabeção/IBA Cabeção PT016;
6. A Mata Nacional de Cabeção, arborizada numa superfície de 258 hectares, é considerada uma “mata modelo”, pois contém ecossistemas representativos da região. Embora domine o pinheiro-manso, o PGF tem como objetivo a reconversão gradual destes povoamentos para sobreiro;
7. No concelho registam-se três exemplares classificados como Árvores de Interesse Público, designadamente, dois sobreiros e uma aroeira;
8. A barragem do Gameiro, além de cumprir o seu propósito máximo de abastecimento à agricultura e de produção de energia, desempenha ainda no importante papel na promoção da biodiversidade e da paisagem;
9. Importância biológica e paisagística das galerias ripícolas das principais linhas de água;
10. A Estrutura Ecológica Municipal de Mora integra os diversos valores naturais em presença, bem como as áreas mais sensíveis do ponto de vista da proteção de pessoas e bens face a fenómenos perigosos e assegura a continuidade e conectividade dos sistemas ecológicos no território municipal e supramunicipal.

Em relação ao **Critério Riscos naturais, mistos e tecnológicos**, há a realçar as seguintes tendências:

1. Tendência crescente e de intensificação do risco de ocorrência de seca, colocando em causa a manutenção e salubridade dos aquíferos, repercutindo-se os seus efeitos na agricultura, economia e saúde pública;
2. Tendência de aumento do número de ondas de calor e da respetiva duração, com consequências nas condições de saúde da população, na propagação de incêndios e impactes na produção agrícola;

3. Cerca de 8% do concelho apresenta perigosidade sísmica muito elevada, correspondendo essencialmente a aluviões
4. Vilas de Mora e Brotas, e o lugar de Foros de Mora são as áreas do concelho que apresentam o nível mais elevado de risco sísmico. Cabeção e Pavia apresentam risco moderado;
5. Apesar de existirem alguns locais com probabilidade de ocorrência de deslizamentos, não existem registos deste tipo de ocorrências;
6. A totalidade do troço da ribeira de Raia dentro do concelho de Mora, dois dos seus afluentes (ribeiras de Tera e de Almadafe) e a ribeira de Fanica apresentam perigosidade elevada a cheias e inundações;
7. Regularização de canais para fins agrícolas contribui para o incremento da perigosidade a cheias e inundações;
8. Cerca de 76% do concelho apresenta baixa ou muito baixa perigosidade de incêndio rural;
9. Cerca de 87% do território apresenta vulnerabilidade a contaminação de aquíferos baixa ou moderada a baixa;
10. As instalações presentes no parque Industrial de Mora, o estabelecimento da CONESA Portugal SA e as Unidades Autónomas de Gás, bem como todas as instalações de combustíveis do concelho de Mora, constituem elementos de risco elevado no que diz respeito à ocorrência de acidentes;
11. No concelho de Mora, as áreas de maior perigo e de maior risco para a ocorrência de incêndios urbanos e/ou colapsos de edifícios correspondem, essencialmente, ao centro histórico da sede de concelho e às outras zonas urbanas.

Para o **Critério Ruído** registam-se as seguintes tendências:

1. Os níveis de ruído mais elevados ocorrem nas sedes de concelho e freguesia e nas áreas contíguas a estradas nacionais e/ ou estradas regionais, essencialmente associadas ao

tráfego rodoviário (EN 251, EN 2, ER 2, ER 370 e EM 501, desde o Monte da Tramagueira, passando pelo Monte do Reguengo, Cabeção, até Monte da Chaminé);

2. No concelho não existem instalações fabris, industriais ou de outro tipo com características ruidosas consideráveis.

Assinalam-se as seguintes tendências para o **Critério Alterações Climáticas**:

1. aumento do número de dias com temperaturas máximas superiores a 25°C, passando do cenário atual que regista entre 120 e 140 dias/ano, para um cenário de mais de 180 a 220 dias/ano;
2. se verificarem, no melhor dos cenários, entre 60 e 80 dias/ano com temperaturas superiores a 35°C, quando atualmente ocorrem entre 10 e 20 dias/ano;
3. a precipitação anual apresente uma redução que poderá atingir 40% até 2100, comparativamente com os valores atuais, cifrando-se a precipitação média anual em torno dos 600 mm.

O Quadro XI.2.17 corresponde à matriz SWOT do FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Preservação de Risco, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro XI.2.17. SWOT para o FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Preservação e Risco

	Pontos fortes	Pontos fracos
Qualidade dos Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade dos fatores ambientais água e ar; - Disponibilidade de água superficial e subterrânea com boa qualidade; - Massas de água com qualidade razoável; - Aquíferos com níveis de produtividade elevada (maior garantia de disponibilidade em períodos de seca); 	<ul style="list-style-type: none"> - Solos de baixa espessura e desenvolvimento, com fraca aptidão para a prática de agricultura; - Ribeira da Azenha com estado ecológico medíocre
Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> -Diversidade paisagística; - Elevada extensão do montado; - Zona Especial de Conservação (Rede Natura) do Cabeção; - Elementos da paisagem com elevado valor económico; - Biodiversidade; - Elevado interesse paisagístico; - Rede de miradouros que promovem a valorização da paisagem; - Procura da biodiversidade por parte da população; 	<ul style="list-style-type: none"> - A prática agrícola associada às margens do rio Sorraia pode levar à contaminação através de fertilizantes e pesticidas;
Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Grande parte do território com baixos índices de vulnerabilidade de contaminação de aquíferos; - Existência de planos de emergência para o caso de ocorrência de acidentes tecnológicos; - Baixa e muito baixa perigosidade de ocorrência de incêndios; - Tendência geral de decréscimo de acidentes rodoviários; 	<ul style="list-style-type: none"> - Devido ao significativo número de edifícios antigos a probabilidade de incêndios urbanos é maior; - Possibilidade de colapso de edifícios degradados; - Território em área de elevada intensidade sísmica;
Ruído	<ul style="list-style-type: none"> - Área do concelho, na generalidade, de baixo ruído; - Atratividade da área devido ao seu estilo de vida calmo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pontos com elevado ruído associado aos perímetros urbanos e aos principais eixos estruturantes;
Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento da possibilidade de atividade turística não apenas nos meses de verão; - Aumento do potencial de produção elétrica a partir de fontes renováveis; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de dias de calor extremo; - Diminuição da precipitação; - Diminuição de disponibilidade de água para a agricultura;

	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzida pressão antrópica sobre o território; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de taxas de desertificação; - Elevada taxa de utilização de transportes individuais motorizados em vez de transportes públicos e bicicletas;
	Oportunidades	Ameaças
Qualidade dos Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento dos recursos hídricos superficiais para atividades de lazer; - Desenvolvimento tecnológico que permite criar condições de desenvolvimento agrícola mesmo em áreas de baixa produtividade dos solos; 	<ul style="list-style-type: none"> - A atração de investimentos que poderão contribuir para a diminuição da qualidade dos recursos naturais; - Diminuição da precipitação prevista pelos cenários de alterações climáticas do IPCC podem levar à diminuição das taxas de recarga dos aquíferos e a redução da respetiva qualidade; - Inexistência de perímetros de proteção para as captações públicas de água subterrânea
Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos que permitem aumentar o conhecimento sobre os principais valores naturais e consequentemente permitir a sua valorização e promoção; - Criação de uma imagem forte que promova a paisagem, a biodiversidade e a natureza como elementos fulcrais de Mora; - A diversidade de elementos naturais como motor para o desenvolvimento do turismo; - Presença de árvores de interesse público; - Delimitação da Estrutura Ecológica Municipal - Reforço da conectividade ecológica com os municípios limítrofes 	<ul style="list-style-type: none"> - O aumento do turismo poderá levar à redução da qualidade dos recursos naturais; - Alterações climáticas podem provocar a alteração das condições climáticas essenciais para a fauna e flora, promovendo a sua migração; - Incumprimento do Código de Boas Práticas Agrícolas numa área de solos com baixa produtividade;
Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de medidas que permitem o estudo dos riscos e a sua posterior mitigação ou redução; - Processo de reabilitação urbana que conduz à diminuição da possibilidade de incêndios urbanos; - Baixa probabilidade de ocorrência de movimentos de vertentes e cheias; 	<ul style="list-style-type: none"> - Previsão de incremento de fenómenos provocados pelas alterações climáticas com potencial de gerar situações de risco;

Ruído	<ul style="list-style-type: none">- A geral ausência de ruído permite uma maior atratividade do concelho, como fator essencial para uma elevada qualidade de vida;- Implementação de medidas de redução de ruído nas áreas mais afetadas por este;	<ul style="list-style-type: none">- Aumento do tráfego leva ao aumento do ruído no concelho;
Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none">- Adaptações locais que permitem à população e ao território a adaptação às alterações climáticas;- POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e eficiência de uso dos recursos – Eixo II;- Maior preocupação dos agentes internacionais e nacionais com as consequências das alterações climáticas;	<ul style="list-style-type: none">- Inexistência de um plano regional de adaptação às alterações climáticas;- Agravamento dos fenómenos provocadas pelas alterações climáticas;

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD4 e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro XI.2.18, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM.

Quadro XI.2.18. Análise de tendências do FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Qualidade dos Recursos		↔	↑
Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem		↔	↑
Riscos naturais, mistos e tecnológicos		↔	↑
Ruído		↔	↑
Alterações climáticas		↔	↑

Situação de referência:

Desfavorável	Média	Boa
--------------	-------	-----

Tendências:

↓	↔	↑
---	---	---

Face à situação diagnosticada, e na ausência das intervenções previstas no âmbito da proposta de revisão do PDM, manter-se-ão os pontos fracos e as ameaças identificadas (vd. Quadro XI.2.17), que se traduzem basicamente, numa degradação da qualidade física e química do ambiente e na manutenção, ou acentuar, das situações de risco e de conflito existentes que poderão agravar-se no atual contexto de alterações climáticas.

Essa evolução poderá ter implicações diretas na degradação dos recursos, dos ecossistemas e na perda da biodiversidade e de valores cénicos, ocasionando ainda problemas de degradação da qualidade de vida da população e da saúde pública e de desvalorização socioeconómica do território concelhio.

Por sua vez, a implementação dos projetos e ações previstos no âmbito dos objetivos principais com a proposta de revisão do PDM deverá traduzir-se em oportunidades para todos os critérios selecionados para o FCD4.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Quadro XI.2.19 sintetiza a avaliação relativa ao FCD4 Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, detalhado no Anexo I do RFCD (*vd.* capítulo XI.1.13).

Quadro XI.2.19. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco

Crítérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
Qualidade dos Recursos	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PANCD, Estratégia Turismo 2027 Portugal, PENSAAR 2020, ENEAA, PERSU 2020+, PNA, PNUEA 2012-2020, PGRH5, POAAG, DQA/LA, PNAAS 2008-2013, ENAR 2020, EDTAC 2014-2020, PROTA, PORA 2014-2020	++	Promover o conhecimento do património natural concelhio; Promover a qualidade ambiental; Defender uma economia verde; Implementar políticas de defesa do ambiente; Promover práticas de agricultura biológica; Promover ações de limpeza e/ou manutenção dos cursos de água
Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	EDEC, Convenção Europeia da Paisagem, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, ENDS 2005-2015, PNAC 2020-2030, PANCD, PSRN2000, Estratégia Turismo 2027 Portugal, ENF, RJCNB, PNA, PNUEA 2012-2020, POAAG, EDTAC 2014-2020, PROTA	++	Promover formações direcionadas para o turismo de natureza; Integração das orientações de gestão do PSRN2000 no PDM; Delimitação de uma estrutura ecológica municipal, que integra os principais valores naturais do concelho
Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos	EDEC, Agenda 2030, PNPOT, ENAAC 2020, PANCD, ENF, DAGRI, PNAAS 2008-2013, PROTA, PMDFCI	+	Prevenir riscos naturais e/ ou antrópicos; Integração no Regulamento de normas relativas às áreas com perigosidade a cheias e inundações
Ruído	EDEC, Agenda 2030, PNPOT, PRN2000, PNAAS 2008-2013	+	Elaborar e implementar planos de mobilidade e acessibilidade para todos (e.g. PAMUS) no concelho, privilegiando a promoção de modos

			suaves, segregação de tipologias, pisos menos ruidosos e mais sensoriais, disciplinar trânsito local, etc.; Implementar os princípios da mobilidade urbana sustentável no dia-a-dia do concelho
Alterações Climáticas	EDEC, Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, ENDS 2005-2015, PNAC 2020-2030, ENAAC 2020, PANCD, ENF, PNAAS 2008-2013, ENE 2020, RNC2050, PORA 2014-2020	++	Promover a utilização de energias renováveis; Elaborar um plano municipal de adaptação às alterações climáticas Promover frotas municipais de veículos elétricos

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++** As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- +** As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o** As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro XI.2.20 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco.

Quadro XI.2.20. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco

Critérios de avaliação		Valor Ambiental e Prevenção de Risco				
		QUALIDADE DOS RECURSOS	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE E PAISAGEM	RISCOS NATURAIS, MISTOS E TECNOLÓGICOS	RUÍDO	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Eixos de Ação Estratégica	PDM / Objetivos Estratégicos					
Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento económico e social	OE.1.1	+-	+--	+	--	+-
	OE.1.2	+-	+--	+-	--	+-
	OE.1.3	+-	+-	+	-	+
Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património	OE.2.1	+	+	+	-	+
	OE.2.2	++	++	++	++	++
	OE.2.3	+	+	+	++	++
	OE.2.4	+	+	+	-	+
Promover uma cidadania proativa, apostar na	OE.3.1	0	0	0	0	+
	OE.3.2	0	0	0	0	0

qualificação das pessoas e valorizar a coesão social	OE.3.3	0	0	0	0	0
	OE.3.4	0	+	0	0	0

++ Oportunidades significativas; + Oportunidades; -- Riscos significativos; - Riscos; 0 Sem relação

As intervenções propostas ao nível do eixo de ação estratégica (EAE) **revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento económico e social** podem consubstanciar alguns **riscos** para os critérios selecionados para o FCD4 (Preservação e valorização dos espaços de valor ambiental e prevenção de risco). Com efeito, o OE1.1 “Reforçar a importância estratégica do setor primário, em especial da agricultura e da floresta, tornando-o mais competitivo e inovador”, que prevê o aumento da produção agrícola e florestal e o desenvolvimento da indústria transformadora, traduz-se nalguns riscos para os critérios deste FCD, com exceção do relativo aos “Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos”, desde logo por via da potencial afetação de áreas com valores naturais relevantes a atividades agrícolas e/ou florestais intensivas, com os consequentes impactes ao nível da qualidade do solo e água (superficial e subterrânea), da redução da biodiversidade e prejuízo da qualidade paisagística.

No entanto, a integração das normas respeitantes ao regime de uso do Plano de Ordenamento do Açude da Albufeira do Gameiro (POAAG) e das orientações de gestão do Plano Setorial da Rede Natura na Proposta de Plano, bem como o normativo associado à Estrutura Ecológica Municipal e às diversas categorias/subcategorias de espaço contribui para a **mitigação dos riscos enunciados**, designadamente através de um conjunto de **medidas**, das quais se salientam:

1. a **necessidade de consulta da entidade competente (ICNF)** relativamente às **alterações de uso do solo**, nas áreas abrangidas pela RN2000, que verificará a existência dos habitats e das espécies protegidas e assegurará as medidas de salvaguarda previstas no PSRN2000;
2. a **integração dos habitats identificados na ZEC de Cabeção na proposta de ordenamento**, concretamente nas categorias de espaços naturais e paisagísticos e nas subcategorias dos espaços florestais de proteção e dos espaços agrossilvopastoris, cujos regimes de uso não

admitem atividades agrícolas ou pecuárias em regime intensivo, sendo que a alteração do uso florestal para agrícola apenas é admitido nos espaços agrossilvopastoris, mas mediante o cumprimento de um conjunto de condições que salvaguardam as espécies autóctones, as linhas de água e respetivas galerias ripícolas, preveem a minimização dos impactes paisagísticos e privilegiam modos de produção integrada ou biológica;

3. a **aplicação de normas aos corredores ecológicos do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo integrados na EEM** que visam a promoção da **utilização de espécies autóctones** e a **proteção das linhas de água e respetivas margens** nas ações de (re)arborização.

O **incremento** dos níveis de **ruído** constitui um risco essencialmente associado aos OE 1.1 e 1.2 “Captar investimento nacional e/ou estrangeiro”, caso se verifique a instalação de um número considerável de **indústrias transformadoras de produtos agroflorestais**, por via das atividades industriais e do aumento de tráfego, mas atendendo ao facto de estas unidades se localizarem, preferencialmente no solo rústico, junto dos estabelecimentos produtivos, ou nas áreas de atividades económicas (nas extremidades dos perímetros urbanos), considera-se que os respetivos **impactes** para a saúde humana ao nível do **ruído**, serão **reduzidos**.

Ainda relativamente à instalação de indústrias transformadoras de produtos agroflorestais existe alguma preocupação com os impactes na qualidade dos recursos, sobretudo no que concerne à água, solo e ar. No entanto, a necessidade de parecer das entidades competentes (ICNF, APA, DRAP), a legislação setorial neste domínio, bem como a preocupação com a inovação, investigação, desenvolvimento, eficiência e qualidade contribuem para a mitigação dos riscos de deterioração da qualidade dos recursos.

O objetivo estratégico da revisão do PDM 1.3. “Apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural, enquanto motor de desenvolvimento económico”, por sua vez, apresenta alguns riscos para os três critérios mencionados anteriormente, caso não seja

suportado pelo respeito pelos recursos naturais e pela conservação da natureza e da paisagem, isto é, pela sustentabilidade ambiental, conduzindo à degradação da qualidade dos recursos atmosféricos e hídricos, através da sua contaminação e ao acréscimo do ruído.

Por sua vez, os objetivos estratégicos do PDM integrados no Eixo “Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património” representam para a generalidade dos critérios do FCD4 oportunidades, especialmente relevantes as decorrentes do OE.2.2 “Promover a qualidade ambiental”. O critério “Ruído” é o único que apresenta algum risco, concretamente para os OE.2.1 Valorizar e defender os recursos, o património e a paisagem e 2.4 “Fazer emergir a importância dos desportos de natureza para o concelho”, na medida em que os projetos ou ações propostos poderão traduzir-se num aumento dos níveis de ruído, que importa acautelar preventivamente.

Por último, o objetivo “Promover uma cidadania proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social” não apresenta para a generalidade dos critérios selecionados para o FCD4 qualquer relação, com exceção do critério “Alterações climáticas” e Conservação da natureza e biodiversidade e paisagem” para os OE.3.1 e 3.4, respetivamente.

XI.2.4.6. FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL

O FCD5 tem como objetivo principal avaliar em que medida as propostas definidas no PDM contribuem para a criação de condições que promovam a aproximação da população da decisão e da definição de soluções para o desenvolvimento, que asseguram a saúde e a coesão social e que potenciem e valorizem as pessoas, essencialmente através da sua qualificação.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências assenta sobre os três critérios de avaliação deste FCD: **Modernização da Administração Pública**, a **Participação Pública** e a **Qualificação Social**.

As tendências principais relativamente ao Critério **Modernização da Administração Pública** são:

1. Elevado número de equipamentos administrativos na sede de concelho, face às restantes freguesias;
2. Página da CMM na internet disponibiliza a toda a população informação relevante;
3. Necessidade de implementação de um sistema de informação geográfica, para possa facilitar a consulta e a obtenção de informação geográfica, aumentar a transparência e velocidade dos processos administrativos e como ferramenta ao processo de tomada de decisão.

Para o Critério **Participação Pública** destacam-se as seguintes tendências:

1. Revisão do PDM suportada por diversas formas de participação pública;
2. Inexistência de orçamento participativo;
3. Reduzida adesão dos cidadãos às ações de participação pública;
4. Elevada burocratização dos sistemas municipais.

Em relação ao Critério **Qualificação Social** assinalam-se como principais tendências as seguintes:

1. Progresso nos níveis de escolaridade;
2. Desenvolvimento generalizado do conhecimento da população sobre as novas tecnologias;



3. Instrumentos de reabilitação urbana;
4. Envelhecimento demográfico;
5. Necessidade de criação de espaços verdes.

O Quadro XI.2.21 corresponde à matriz SWOT do FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro XI.2.21. SWOT para o FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social

	Pontos fortes	Pontos fracos
Modernização da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de equipamentos da administração pública no concelho; - <i>Website</i> da Câmara Municipal de Mora atualizado e com diversa informação disponível; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de um sistema de informação geográfica acessível para consulta; - Centralização dos equipamentos administrativos em Mora;
Participação Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de mecanismos de participação pública; - Progressiva consciencialização da população da importância da participação na tomada de decisões; 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo número de pessoas que atendem às ações de participação pública; - Distância dos cidadãos aos técnicos municipais; - Elevada burocratização dos sistemas municipais;
Qualificação Social	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de processos de reabilitação urbana que promovem a qualificação social; - O desenvolvimento e a melhoria dos níveis de escolaridade; - O desenvolvimento generalizado do conhecimento da população sobre as novas tecnologias; 	<ul style="list-style-type: none"> - O envelhecimento populacional;
	Oportunidades	Ameaças
Modernização e Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de tecnologias que permitem agilizar e tornar mais transparente os processos burocráticos; - Criação de uma área de "questões/sugestões" no <i>website</i> da CM; - Disponibilização de toda a informação territorial do município num SIG acessível à população; - Uso das tecnologias de forma a promover o potencial do concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> - A falta de criação de mecanismos de aproximação da população ao município; - A falta de aproveitamento dos fundos destinados à modernização administrativa do concelho;
Participação Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de orçamentos participativos; - Utilização de ferramentas tecnológicas que permitem uma eficaz e frequente participação da população; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de interesse da população perante os problemas comunitários;
Qualificação Social	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização das atividades económicas existentes; - Criação de espaços verdes e espaços de lazer para a população; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de atrair população jovem;

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD5 e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro XI.2.22, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM.

Quadro XI.2.22. Análise de tendências do FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Modernização da Administração Pública		↔	↑
Participação Pública		↔	↑
Qualificação Social		↔	↑

Situação de referência:

Desfavorável	Média	Boa
--------------	-------	-----

Tendências:

↓	↔	↑
---	---	---

Face à situação diagnosticada (Quadro XI.2.21), e na ausência das intervenções previstas no âmbito da proposta de revisão do PDM, manter-se-ão os pontos fracos e as ameaças identificadas, que se traduzem basicamente, na burocratização excessiva dos serviços municipais, numa desconexão entre a população e o centro de decisão (corpo técnico autárquico e poder político) e numa ineficiente utilização de recursos devido à falta de um SIG municipal.

A implementação dos objetivos subjacentes a estes critérios é de extrema importância para que os cidadãos residentes possam escolher o percurso que desejam para o desenvolvimento do seu concelho, não sendo desejável que o desenvolvimento do concelho não assente em processos de cidadania proativa. Por outro lado, a qualificação social (pessoas e território) é indispensável para assegurar a qualidade de vida que se pretende num concelho atrativo, que valoriza o seu território e a sua população.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Quadro XI.2.23 sintetiza a avaliação relativa ao FCD5 Governança, Cidadania e Equidade Social, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, detalhado no Anexo I do RFCD (*vd.* capítulo XI.1.13).

Quadro XI.2.23. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social

Crítérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
Modernização da Administração Pública	EDEC, Convenção de <i>Aarhus</i> , Europa 2020, Agenda 2030, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, PGRH5, RNC2050, PORA 2014-2020	+	<ul style="list-style-type: none"> - Tornar mais célere e transparente a decisão; - Simplificar e desburocratizar os processos e procedimentos; - Integrar no site do município um sistema de informação geográfica e de divulgação e comunicação para o exterior (e.g. consulta dos IGT, dos espaços industriais disponíveis e futuros, obras municipais, projetos em curso, etc.,)
Participação Pública	EDEC, Convenção de <i>Aarhus</i> , Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015,	+	<ul style="list-style-type: none"> - Criar instrumentos de governança e cidadania; - Fomentar a decisão concertada (corresponsabilização na decisão); - Promover, como princípio, momentos de participação e auscultação dos <i>stakeholders</i> no processo de desenvolvimento
Qualificação Social	EDEC, Convenção de <i>Aarhus</i> , Europa 2020, Agenda 2030, PNPOT, Portugal 2020, ENDS 2005-2015, RNC2050, EDTAC 2014-2020, PORA 2014-2020	++	<ul style="list-style-type: none"> - Promover e garantir serviços de saúde a todos os habitantes; - Estabelecer parcerias com entidades de apoio social - Valorizar a resposta do concelho em relação aos equipamentos de apoio à primeira infância; - Implementar um polo da Universidade de Évora direcionado, por exemplo, para agronomia, biologia, ecologia e ambiente, turismo, medicina veterinária, entre outros, funcionando como laboratório e centro de inovação, conhecimento e aprendizagem

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++ As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro XI.2.24 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social.

Quadro XI.2.24. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social

Critérios de avaliação		MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Eixos de Ação Estratégica PDM / Objetivos Estratégicos				
Revitalizar e fortalecer a economia local com vista ao crescimento e desenvolvimento	OE.1.1	0	0	+
	OE.1.2	+	0	+
	OE.1.3	+	+	+
Promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património	OE.2.1	+	0	++
	OE.2.2	0	0	+
	OE.2.3	0	0	++
	OE.2.4	0	0	++
Promover uma cidadania proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social	OE.3.1	+	++	+
	OE.3.2	+	+	+
	OE.3.3	0	0	++
	OE.3.4	+	+	++

++ Oportunidades significativas; + Oportunidades; -- Riscos significativos; - Riscos; 0 Sem relação

Através da análise do quadro anterior, pode-se concluir que os objetivos fundamentais da proposta de revisão do PDM não constituem qualquer risco para os critérios do FCD5, sendo de salientar que todos os objetivos do Plano constituem oportunidades para o critério Qualificação Social.

A modernização da administração pública visa a melhoria da eficiência dos serviços públicos, assim como a articulação e cooperação entre a administração central e local. O progresso da participação encontra-se assente no uso das novas tecnologias nos serviços públicos e pelos cidadãos, agilizando os processos e procedimentos administrativos e assegurando a obtenção de informação por parte da população local, que deverá ter maior contributo no desenvolvimento do território onde habita. A qualificação social tem como objetivo não apenas a qualificação da população, mas também do território do concelho, promovendo a reabilitação e o aumento de espaços para a comunidade, tanto em áreas urbanas como em espaços verdes.

Desta forma, a concretização dos objetivos fundamentais do PDM concorre para a implementação dos objetivos que presidem aos critérios deste FCD, com particular enfoque naquele que visa promover uma cidadania proativa, apostar na qualificação das pessoas e valorizar a coesão social.

XI.2.5. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento apresentadas no âmbito da presente avaliação ambiental visam identificar um conjunto de medidas e ações a desenvolver de forma a assegurar um bom desempenho ambiental da proposta de revisão do PDM de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos, reduzindo assim os potenciais efeitos adversos no ambiente.

A sua identificação foi realizada com base nos resultados da presente AAE e, em particular, com base nos resultados da avaliação das oportunidades e dos riscos, definindo-se três categorias fundamentais:

1. **Diretrizes de planeamento e gestão:** orientações identificadas como fundamentais que deverão ser integradas nas ações de planeamento subsequentes à aprovação da proposta de revisão do PDM ou a serem asseguradas no âmbito do modelo de gestão previstos para o território concelhio;
2. **Diretrizes de monitorização:** correspondem a procedimentos a serem desenvolvidos no âmbito de um sistema de monitorização da implementação do PDM, onde se identificam as variáveis importantes para a sua avaliação, a fonte onde podem ser encontradas, e a periodicidade com a qual devem ser avaliadas;

3. **Diretrizes de governança:** são identificadas todas as entidades que face aos seus domínios de intervenção e às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, poderão vir a desempenhar um papel importante na implementação do PDM e que poderão contribuir para uma melhor governança no âmbito da sua implementação.

XI.2.5.1. DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As diretrizes apresentadas, por critério e por FCD, materializar-se-ão na fase de gestão e operacionalização do PDM. Visam assim influenciar as ações de planeamento e gestão, tentando prevenir e reduzir, e tanto quanto possível, eliminar efeitos adversos significativos no ambiente.

FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Dinâmica Económica

1. Reforçar a política de incentivos à instalação de novas empresas no concelho, sobretudo as que correspondam a projetos sustentáveis, diferenciadores, inovadores e polarizadores multissetoriais, que acrescentem valor ao território, geradores de emprego qualificado e que contribuam para a diversificação da base económica local;
2. Criar um plano de ação de marketing verde, que crie programas de melhoria ambiental, sensibilizando as empresas para comportamentos mais sustentáveis e que promova o concelho nessa perspetiva;
3. Apoiar a instalação de projetos de investimento agrícola, que aproveitem as infraestruturas do perímetro de rega e a capacidade dos solos dessas áreas, e valorizem os produtos locais, preferencialmente comprometidos com o referencial de Boas Práticas Agrícolas;

4. Promover o investimento no setor turístico associado à reabilitação e recuperação do património arquitetónico e histórico-cultural;
5. Promover o investimento no setor turístico associado à qualidade ambiental e paisagística;
6. Orientar as ações de requalificação e valorização, tendo como pano de fundo as acessibilidades para todos (princípios do *design for all*) e a qualificação ambiental:
 - a. dos espaços públicos,
 - b. equipamentos;
 - c. serviços, sinalética (das acessibilidades no espaço urbano, à informação, serviços, equipamentos, rotas/percursos acessíveis, miradouros, etc.);
7. Fomentar a criação de associações de comerciantes e de agentes económicos locais;
8. Criar mecanismos de dinamização das ruas mais centrais, do comércio local e de incentivo à inovação;
9. Orientar os investimentos (privados e públicos) em torno da imagem de marca criada para o concelho, promovendo a sua divulgação;
10. Promoção de eventos que permitam o desenvolvimento e a constante inovação de produtos regionais.

Emprego/Emprego Qualificado

1. Adequar, dinamicamente, a formação profissional para jovens e adultos à estratégia de desenvolvimento do concelho, enfatizando as questões da sustentabilidade ambiental;
2. Dinamizar um programa de formação básica empresarial orientado para atendimento, liderança, motivação, gestão do tempo, qualidade, empreendedorismo, inovação, práticas de marketing comercial, desempenho, e outros;
3. Promover, em conjunto com os centros de emprego e outras entidades qualificadas para esse efeito, políticas de qualificação progressiva e de integração no trabalho da população ativa desempregada;

4. Implementar um sistema de apoio/incentivos às empresas locais, fomentando a empregabilidade local;
5. Criação de programas de certificação das práticas ambientais e empresariais.

Fixação de população e melhoria da qualidade de vida

1. Promover a fixação da população ativa no concelho e a diminuição das taxas de emigração (e.g. transporte escolar gratuito, reforço da rede pública de equipamentos de apoio à primeira infância, criação de condições para o alargamento do horário de permanência das crianças nos estabelecimentos escolares);
2. Promover habitações com renda acessível, promovendo a fixação de população jovem;
3. Apoiar a implementação de equipamentos de apoio à população mais vulnerável, ou seja, à população mais jovem e idosos.

FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Equilíbrio do Sistema Territorial

1. Criar **corredores de ligação** (eixos viários, pedonais, espaços verdes) que **gerem contiguidades entre os principais aglomerados**, na ótica do *design for all*;
2. Orientar os investimentos para a colmatação dos espaços intersticiais, em detrimento da ocupação de áreas periféricas, promovendo a economia de solo;
3. Promover a implementação de projetos de investimento em áreas que apresentem necessidades de requalificação ambiental e urbanística.

Qualificação do sistema urbano

1. Adotar medidas de discriminação positiva para a reabilitação do edificado nos espaços centrais;

2. Implementar um programa de construção a custos controlados ou reabilitação de edifícios municipais degradados para habitação;
3. Criar espaços verdes nos principais aglomerados, vocacionados para o recreio e lazer, associados à identidade local, diminuir o desenvolvimento da ilha de calor urbano e a criação de áreas de descanso para a população;
4. Apoiar a construção de equipamentos destinados ao uso coletivo, de forma a aumentar as atividades existentes para a população;
5. Promover o transporte público, diminuindo o número de veículos individuais no concelho (diminuir o do preço dos passes para a população estudante e idosa);
6. Elaborar um plano de mobilidade e acessibilidade para todos.

Promoção do território

1. Criar uma imagem de marca forte, direcionada para a valorização do património natural e construído, da paisagem e da acessibilidade para todos;
2. Elaborar de um plano de marketing territorial que permita alcançar a população nacional e internacional;
3. Inovar, criando novos recursos turísticos locais, atrativos para turistas.

FCD3. PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico

1. Construir infraestruturas de apoio ao desenvolvimento do turismo de natureza, monitorizando a sua evolução e respetivos impactes no ambiente;
2. Apoiar o desenvolvimento da oferta turística em diversas tipologias;
3. Beneficiar algumas vias de acesso rodoviário.

Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural

1. Apoiar a reabilitação de todo o património natural ou cultural que se encontre degradado, permitindo a sua valorização;
2. Elaborar estudos que permitam o aumento de conhecimento sobre o património existente e promover a divulgação dos mesmos junto da população residente e visitante;
3. Estruturar uma estratégia de conservação dos elementos patrimoniais para que o desenvolvimento turístico não coloque em causa a sua preservação.

FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

Qualidade dos Recursos

1. Maior fiscalização no que respeita à verificação do cumprimento do Código das Boas Práticas Agrícolas, por forma a minimizar as situações de contaminação do solo e das massas de água (superficiais e subterrâneas);
2. Promover a valorização e requalificação das massas de água de superfície, respetivos leitos e margens, e dos ecossistemas aquáticos e fluviais associados, impedindo e/ou invertendo qualquer tendência para a sua alteração, degradação e artificialização;
3. Monitorização periódica do estado físico-químico das águas superficiais e subterrâneas de forma a prevenir a sua degradação e contaminação;
4. Garantir e promover a continuidade e conectividade dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados aos recursos hídricos e a salvaguarda das características naturais destes, bem como a sua fruição pública;
5. Identificar e controlar todas as possíveis fontes de poluição tóxica e difusa do concelho, para assegurar a resposta rápida e eficaz caso se verifique a contaminação de alguma área;
6. Restringir ao máximo a impermeabilização do solo, promovendo a recarga dos aquíferos existentes na área, a respetiva proteção e a disponibilidade hídrica subterrânea;
7. Assegurar a conservação do recurso solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfo genéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da

- infiltração em detrimento do escoamento superficial, e a redução da perda de solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água;
8. Promover o aumento do volume de águas pluviais infiltradas, favorecendo-se a integração no seio das áreas impermeáveis, ou em torno destas, de áreas permeáveis, como zonas verdes, ou áreas semipermeáveis;
 9. Prevenir situações de risco de cheias e inundações, devendo ser avaliada a probabilidade do risco de ocorrência destes fenómenos e dos respetivos riscos para pessoas e bens, tendo presente a tendência para o seu aumento, face aos efeitos das alterações climáticas e as mas políticas de ordenamento do uso do solo e de gestão dos recursos hídricos. Especial atenção devera ser dada a gestão de áreas sujeitas a cheias e inundações em espaço urbano;
 10. Assegurar e promover um modelo de gestão territorial que assuma o princípio da melhoria do estado químico e quantitativo das subterrâneas, bem coma a sua proteção, recuperação e valorização, de forma a inverter qualquer tendência para a sua degradação, nomeadamente através do aproveitamento sustentável destes recursos;
 11. Promover a eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento das águas residuais;
 12. Prevenir situações de poluição e inverter quaisquer tendências para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacte da atividade humana;
 13. Investir em energias renováveis devido ao elevado número de horas de sol ao nível anual, permitindo a mitigação das alterações climáticas, diminuição da poluição ambiental e promovendo a sustentabilidade energética;
 14. Promover ações de sensibilização que conduzam à diminuição dos desperdícios de água, e promovam a reutilização da mesma;
 15. Apostar em programas de acessibilidade e em serviços de transporte público eficazes de forma a reduzir as taxas de motorização e consequentemente diminuir a contaminação atmosférica.

Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem

1. Elaborar estudos de forma a identificar todas as áreas que necessitam de ser conservadas e a respetiva valorização;
2. Elaborar uma carta de património natural e de um plano para a sua proteção, valorização e divulgação;
3. Promover ações de sensibilização da população local para a importância da preservação da paisagem e dos recursos locais, promovendo o caminho do desenvolvimento sustentável;
4. Valorizar a Mata Nacional de Cabeção.

Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos

1. Promover ações de sensibilização da população sobre os riscos naturais, mistos e tecnológicos de forma a minimizar as consequências e a responder de forma mais eficaz em caso de ocorrência de um evento deste género;
2. Assegurar a limpeza das florestas e a gestão de combustíveis, assim como minimizar a edificação dispersa, de forma a reduzir a perigosidade de ocorrência de incêndios florestais;
3. Promover a utilização de medidas de reforço estrutural antissísmico nas construções;
4. Desenvolver campanhas de sensibilização dos produtores agrícolas para a redução da utilização de fertilizantes e pesticidas, como forma de reduzir a perigosidade de contaminação de águas subterrâneas;
5. Fiscalizar as captações de água subterrâneas existentes e identificação e fecho das ilegais;
6. Identificar os pontos com o maior número de acidentes rodoviários e implementar medidas de prevenção e de segurança rodoviárias.

Ruído

1. Privilegiar a localização das atividades mais ruidosas (eg. carpintarias, serralharias, oficinas de automóveis) fora das áreas residenciais;

2. Promover medidas de minimização do ruído proveniente dos eixos principais (eg. criação de barreiras arbóreas);
3. Criação de medidas de redução do ruído em espaço urbano devido ao tráfego automóvel (e.g. redução da velocidade).

Alterações Climáticas

1. Elaborar um Plano Municipal de Adaptação a Alterações Climáticas;
2. Sensibilizar da população sobre os efeitos das alterações climáticas e das práticas que podem ser adotadas para que sejam mitigadas as suas consequências;
3. Promover ações de sensibilização sobre a importância dos recursos hídricos de forma a reduzir os gastos de água, promover a reutilização da mesma e diminuir a possibilidade de contaminação;
4. Promover a eficiência energética dos edifícios, estimulando a utilização de fontes de energia limpa por parte da administração pública e das empresas, de modo a reduzir os gastos energéticos e a pegada municipal de carbono.

FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL

Modernização da Administração Pública

1. Capacitar o Município com instrumentos facilitadores de procedimentos administrativos (e.g. licenciamentos zero) e que incrementem a transparência (e.g. sistema de informação geográfica);
2. Criação do Balcão Único Municipal;
3. Criação de um *websig*.

Participação Pública

1. Promover a utilização de novas tecnologias nos serviços públicos, permitindo uma maior participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento do concelho;
2. Assegurar que a informação relevante chega à população que irá ser afetada pelas alterações de forma a permitir a sua participação na discussão dos planos e na tomada de decisões;
3. Sensibilizar a população para a importância da participação pública de forma a evitar que o desenvolvimento do concelho seja guiado por processos que não são apoiados pela generalidade da população.

Qualificação Social

1. Investir na formação adequada da população desempregada, colmatando as diferenças entre a oferta de trabalho e a formação da população ativa;
2. Apostar no aumento de espaços verdes de forma a prover uma maior qualidade de vida à população residente, aumentando a sociabilização, o contacto entre a população e uma maior pertença ao território;
3. Assegurar o bom estado de conservação de todos os equipamentos de uso coletivo, de forma a criar um território com diversas atividades, com boa dinâmica económica e atrativo para a população;
4. Promover a elaboração de um plano de mobilidade e acessibilidade para todos, permitindo a diminuição do número de veículos individuais e o aumento da eficácia dos transportes públicos e consequentemente a diminuição do ruído e da poluição atmosférica.

XI.2.5.2. DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização de cada um destes critérios estabelece as variáveis mais importantes para a sua análise, a periodicidade segundo a qual devem ser verificadas e a fonte de informação que as pode fornecer (vd. Quadro XI.2.25, Quadro XI.2.26, Quadro XI.2.27, Quadro XI.2.28 e Quadro XI.2.29).

Quadro XI.2.25. Indicadores de monitorização para o FCD1. Desenvolvimento Económico

Critério: Dinâmica económica				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
VAB por município da sede, segundo a CAE-Rev. 3	Reforço da base económica	€	4 anos	INE
N.º de empresas criadas por CAE	Diversificar a base económica e Fixação de empresas ambientalmente sustentáveis	Nº	4 anos	INE
N.º de empresas com certificação ambiental		Nº	4 anos	Isso survey
Número e Tipologia dos Empreendimentos Turísticos	Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	Nº/ tipo	4 anos	INE; Turismo de Portugal
Taxa de crescimento do n.º de dormidas nacionais e internacionais	Atratividade da área para turistas nacionais e internacionais	% / nacionalidade	Anual	INE; Turismo de Portugal
Taxa de ocupação-cama		Nº	4 anos	INE; Turismo de Portugal
N.º empresas de animação turística, reconhecidas como Turismo de Natureza;	Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	Nº	4 anos	Turismo de Portugal
N.º e capacidade dos parques de campismo e de caravanismo / áreas de serviço autocaravanismo		Nº / capacidade	4 anos	Turismo de Portugal
Investimentos anuais em unidades de exploração agrícola, florestal e de turismo rural	Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade	€	4 anos	Autarquia
N.º de empresas instaladas em áreas de atividades económicas	Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas	Nº	4 anos	Autarquia
Critério: Emprego/Emprego Qualificado				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação

Taxa de crescimento do emprego nos setores do alojamento, restauração, animação turística	Aumento da oferta de serviços relacionados com o turismo	% por setor	4 anos	INE
Taxa de crescimento do emprego por setor de atividade e por nível de qualificação académica e profissional	Desenvolvimento da base económica e do mercado de trabalho qualificado	%	4 anos	INE; IEFP
Nº de formações disponibilizadas/ano;	Qualificação da população e dos agentes económicos	Nº / ano	4 anos	IEFP; Autarquia
Nº de inscritos em formações		Nº	4 anos	IEFP; Autarquia
N.º de associações de empresários;	Desenvolvimento do associativismo local	Nº	4 anos	Autarquia
Nº de espaços para atividades em <i>cowork</i> e taxa de ocupação;		Nº	4 anos	Autarquia
N.º certificações empresariais	Certificação de práticas e produtos	Nº	4 anos	Autarquia
N.º de empresas e produtos/serviços certificados		Nº	4 anos	Autarquia
Horas de formação em contexto de trabalho	Qualificação da mão-de-obra	Nº	4 anos	Autarquia
Critério: Fixação de população e melhoria da qualidade de vida				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
Taxa de crescimento efetivo da população	Promoção da fixação de população ativa no concelho	%	4 anos	INE
Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários		%	4 anos	INE
Nº de intervenções na melhoria dos equipamentos públicos	Conservação dos equipamentos de uso coletivo	Nº	4 anos	Autarquia
N.º de alojamentos sociais ou de custos controlados	Promover o acesso a habitação condigna de pessoas com baixos recursos económicos	Nº	4 anos	Autarquia
N.º de lotes a custos controlados		Nº	4 anos	Autarquia

Quadro XI.2.26. Indicadores de monitorização para o FCD2. Estruturação, Valorização e Promoção do território

Critério: Equilíbrio do sistema territorial				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
Taxa de crescimento da classe "urbano" no uso do solo	Conter o povoamento disperso	%	4 anos	Autarquia
Taxa de crescimento da população residente fora dos aglomerados urbanos		%	4 anos	INE
Taxa de crescimento do n.º de licenças administrativas em solo rústico		%	4 anos	Autarquia

Evolução do peso do n.º de alojamentos dentro dos perímetros urbanos vs fora dos perímetros urbanos	Conter os perímetros, colmatando as malhas com o preenchimento de interstícios	%	4 anos	INE
N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos	Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer para áreas degradadas e/ou subaproveitadas	Nº	4 anos	Autarquia
Critério: Qualificação do sistema urbano				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
N.º de edifícios requalificados ou reabilitados	Promoção da reabilitação e requalificação dos edifícios	Nº	4 anos	Autarquia
N.º de empresas localizadas em locais reabilitados		Nº	4 anos	Autarquia
População residente em locais reabilitados		Nº e %	4 anos	Autarquia; INE
N.º de intervenções de qualificação do espaço urbano público	Qualificação do espaço urbano público	Nº	4 anos	Autarquia
Taxas de cobertura das infraestruturas básicas	Qualificação das redes de infraestruturas existentes	%	4 anos	Autarquia
N.º de intervenções realizadas para a melhoria da eficiência das redes		Nº	4 anos	Autarquia
Quilómetros de redes intervencionados ou construídos (por tipo de infraestrutura e de intervenção)		Km, por tipo de infraestrutura e intervenção	4 anos	Autarquia
N.º de aglomerados com cobertura de internet por <i>wireless</i>		Nº	4 anos	Autarquia
N.º e tipologia de equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados	Garantir uma oferta de equipamentos coletivos equilibrada no território, numa lógica de complementaridade	Nº e tipologia	4 anos	Autarquia
Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva	Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes	%	4 anos	Autarquia
N.º de eventos realizados em equipamentos culturais, por tipologia		Nº	4 anos	Autarquia
Quilómetros de ciclovias e/ou percursos pedonais criados	Promoção de alternativas face aos transportes motorizados	Km	4 anos	Autarquia
Níveis de ruído no interior dos aglomerados	Redução do tráfego no interior dos aglomerados e do ruído associado	L_{den} L_n	4 anos	Autarquia; APA

N.º médio de passageiros/dia nos transportes públicos, por carreira	Promoção da utilização de transportes públicos	Nº	4 anos	Autarquia
N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos	Tornar o concelho acessível para todos, na lógica do <i>design for all</i> , com enfoque nos espaços urbanos e turísticos	Nº	4 anos	Autarquia
Critério: Promoção do território				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
N.º de ações do plano de marketing territorial desenvolvidas	Criação de uma imagem de marca forte	Nº	4 anos	Autarquia
Volume de negócios	Criação/Recriação de produtos	€	4 anos	INE; Autarquia
N.º de eventos de promoção turística do concelho	Promoção do concelho	Nº	4 anos	Autarquia
Taxa de crescimento das dormidas nacionais e internacionais	Aumento da procura turística nacional e internacional	%	4 anos	INE, Turismo de Portugal, Autarquia

Quadro XI.2.27. Indicadores de monitorização para o FCD3 Património e desenvolvimento turístico

Critério: Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
Nº e extensão de percursos pedestres e pistas cicláveis	Dinamização da rede turística e Promoção dos modos de mobilidade suave	Nº e km	4 anos	Autarquia
N.º de abrigos para observação de aves	Conservação da natureza	Nº	4 anos	Autarquia
Nº de áreas com aptidão turística (espaços de recreio e lazer)	Dinamização da rede turística	Nº	4 anos	Autarquia
Nº, tipologia e capacidade de unidades de alojamento em empreendimentos turísticos	Desenvolvimento da oferta e da diversidade de alojamentos turísticos	Nº, tipologia e n.º de camas	4 anos	Turismo de Portugal, Autarquia
Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local	Desenvolvimento da oferta e da diversidade de alojamentos turísticos	N.º de utentes	4 anos	Autarquia
Taxa de ocupação turística por tipologia	Aumento da procura turística	%	4 anos	Autarquia
Permanência média dos turistas (dias)		Nº	4 anos	Autarquia

N.º de agentes de animação turística (estabelecimentos), com sede no território municipal	Dinamização da rede turística	N.º	4 anos	Turismo de Portugal, Autarquia
Critério: Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
N.º de circuitos históricos e culturais	Promoção, conservação e divulgação dos valores patrimoniais e culturais	N.º	4 anos	Autarquia
N.º de visitantes dos museus		N.º	4 anos	Autarquia; Instituição competente
N.º de eventos culturais		N.º	4 anos	Autarquia
N.º de imóveis classificados		N.º	4 anos	Autarquia
Valor / N.º de intervenções de valorização paisagística/ambiental	Promoção, conservação e divulgação dos valores naturais e paisagísticos	€ e N.º	4 anos	Autarquia
N.º de empresas de animação turística reconhecidas como turismo de natureza	Conservação e valorização do património natural	N.º	4 anos	Autarquia

Quadro XI.2.28. Indicadores de monitorização para o FCD4 Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco

Critério: Qualidade dos Recursos				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
Estado das massas de água superficiais e subterrâneas	Proteger, melhorar e recuperar o estado químico, físico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas, de modo a alcançar o seu "Bom estado"	N.º	4 anos	APA – ARH Tejo e Oeste
Disponibilidades hídricas		Hm³	Anual	APA
Consumo de água		Hm³	Anual	CMM, ARVS
Qualidade da água para consumo humano		% análises de água segura	Anual	ERSAR
N.º de fontes de poluição identificadas, por tipologia	Identificação das fontes de poluição – sonora, luminosa, do ar, da água, do solo – existentes no concelho	N.º e tipologia	4 anos	ERSAR; APA; Autarquia
Área de espaços verdes criados	Promover o aumento do volume de águas pluviais infiltradas	m²	4 anos	Autarquia
N.º de sistemas separativos	Promover a eficácia dos sistemas de drenagem de águas pluviais	N.º	4 anos	Autarquia
Volumes extraídos das captações de água (superficiais e subterrâneas)	Reduzir o desperdício de água e apostar na sua eficiente utilização, garantindo a quantidade e	m³	4 anos	APA – ARH Tejo e Oeste

N.º de ações de sensibilização para o uso eficiente da água	qualidade das reservas estratégicas de água	Nº	4 anos	Autarquia
Volume de água reciclada utilizado	Promover a reutilização da água	m³	4 anos	Autarquia
N.º de bolsas estratégicas de solos criadas	Garantir reservas estratégicas de solo e água (em quantidade e qualidade) para o futuro	Nº	4 anos	Autarquia
Áreas das bolsas de solo criadas		Hectares	4 anos	Autarquia
Percentagem de solo impermeabilizado	Restringir ao máximo a impermeabilização dos solos	%	4 anos	Autarquia
Total de área de solos potencialmente contaminados recuperada	Identificação e eliminação/recuperação de solos potencialmente contaminados	Hectares	4 anos	Autarquia
Total de área de pedreiras recuperada	Identificação e recuperação de áreas degradadas (e.g. pedreiras)	Hectares	4 anos	Autarquia
N.º de incumprimentos dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar	Cumprimento dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar	Nº	4 anos	APA
Produção de energia a partir de fontes renováveis	Incremento da utilização de energias renováveis	kWh/ano	4 anos	ERSE; EDP
Critério: Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
N.º de locais classificados / com interesse conservacionista identificados e respetiva área	Preservar e valorizar os locais classificados ou com interesse de conservação e respetivos habitats, valores naturais e paisagísticos	N.º e área (ha)	4 anos	Autarquia
Alteração (%) do uso do solo na Rede Natura, por tipologia de sensibilidade ambiental dessas áreas		%	4 anos	Autarquia; ICNF
Evolução do n.º de espécies da fauna e da flora na RN relativamente ao estado de conservação das mesmas		%	4 anos	ICNF
Evolução das populações de fauna e flora na RN		%	4 anos	ICNF
Percentagem de alteração do uso do solo na RN, por zonas críticas		%	4 anos	ICNF
Valor e estado de conservação das espécies da flora e da fauna da RN:		Qualitativo	4 anos	ICNF

estatuto de proteção legal e de ameaça, índices de biodiversidade e importância relativa no contexto regional/nacional				
Área e percentagem de habitats intervencionados		Km² e %	4 anos	Autarquia; ICNF
Alteração do estado de conservação de habitats naturais da Diretiva Habitats		Estado	4 anos	ICNF
N.º, percentagem e tipo de espécies e de populações da flora e fauna intervencionadas		N.º, % e tipo	4 anos	Autarquia; ICNF
Percentagem de áreas afetadas por pragas florestais		%	4 anos	Autarquia; ICNF
N.º de medidas implementadas por tipo e alvo de intervenção (e.g. fauna, flora, recuperação de <i>habitats</i> e espécies prioritárias, controlo de espécies invasoras, património, etc.);	Promover a conservação e divulgação dos valores naturais e paisagísticos	Nº	4 anos	Autarquia; ICNF
N.º de ações de divulgação (por tipo) do património natural e paisagístico;		Nº	4 anos	Autarquia
Evolução da área afetada por espécies infestantes (ha)		Hectares	4 anos	Autarquia; ICNF
Percentagem de Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	Promover a funcionalidade da RN e a conectividade ecológicos dos locais classificados ou com interesse de conservação	%	4 anos	Autarquia
Percentagem de alteração do uso do solo nas áreas da EEM dentro da RN		%	4 anos	Autarquia; ICNF
Percentagem de alteração do uso do solo nas áreas da EEM que estabelecem a conectividade entre a RN e as restantes áreas da EEM		%	4 anos	Autarquia; ICNF
Percentagem de áreas classificadas intersestadas por infraestruturas		%	4 anos	Autarquia; ICNF
Critério: Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação

N.º de ocorrências verificadas anualmente, por tipologia	Minimizar o grau de vulnerabilidade da população aos riscos naturais, mistos e tecnológicos a que está sujeita	N.º	Anual	ANPC; Bombeiros; Autarquia
Número de habitantes, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural, mistos e de risco tecnológico (por tipologia ou por classe de risco)		N.º	4 anos	Autarquia
Número de medidas e ações desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos	Proteger as populações dos fenómenos perigosos	N.º	4 anos	ANPC; Bombeiros; Autarquia
N.º de atividades deslocadas e/ou estruturas demolidas em áreas inundáveis ou leitos de cheia		N.º	4 anos	Autarquia
N.º de ações de sensibilização para os fenómenos perigosos	Sensibilização para os fenómenos perigosos	N.º	Anual	ANPC; Bombeiros; Autarquia
Critério: Ruído				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
Percentagem de população a viver em zonas de conflito	Diminuição da exposição da população ao ruído e cumprimento dos valores limite legais	%	4 anos	APA; Autarquia; CCDR Alentejo
Critério: Alterações Climáticas				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
N.º de campanhas de sensibilização e esclarecimento relativas às alterações climáticas	Sensibilização para as alterações climáticas	N.º	4 anos	Autarquia
N.º de medidas de adaptação às alterações climáticas		N.º	4 anos	Autarquia
Percentagem de redução dos GEE, anualmente	Redução dos GEE	%	4 anos	APA

Quadro XI.2.29. Indicadores de monitorização para o FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social

Critério: Modernização e Administração Pública				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
Serviços <i>online</i> criados pelas entidades públicas	Modernizar as entidades públicas, melhorando a	Nº	4 anos	Autarquia

Taxa de utilização dos serviços <i>online</i>	eficiência e qualidade dos serviços públicos	%	4 anos	Autarquia
Duração dos procedimentos administrativos e número de entidades envolvidas	Aperfeiçoar a articulação e a cooperação com a administração central e regional	Nº de dias por entidade	4 anos	Autarquia
Critério: Participação Pública				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
Participação pública <i>online</i>	Promover o uso de novas tecnologias nos serviços públicos e pelos cidadãos	Nº de acessos	Anual	Autarquia
Participação em Fóruns de acompanhamento da execução do PDM/ sessões da Assembleia Municipal	Assegurar a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil para os assuntos locais	Nº	Anual	Autarquia
N.º de ações de sensibilização	Fomentar a cooperação entre os agentes do território	Nº	Anual	Autarquia
N.º de participantes em consultas públicas		Nº	Anual	Autarquia
N.º de associações locais		Nº	4 anos	Autarquia
N.º de entidades associadas		Nº	4 anos	Autarquia
Critério: Qualificação Social				
Indicador	Objetivos e metas	Unidade de medida	Frequência	Fontes de informação
Nº de formações disponibilizadas/ano	Promoção de mão-de-obra qualificada e adaptação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho	Nº	Anual	Autarquia; IEF
Nº de inscritos em formações	Aumentar a área de espaços verdes de utilização coletiva e melhorar os existentes	Nº	Anual	Autarquia; IEF
N.º de horas de formação/inscrito		Nº	Anual	Autarquia; IEF
Investimento em atividades de investigação (€);		€	4 anos	Autarquia
N.º e tipologia das intervenções em espaços verdes de utilização coletiva	Aumentar a área de espaços verdes de utilização coletiva e melhorar os existentes	Nº	4 anos	Autarquia
Quilómetros de percursos pedonais e/ou ciclovias criados		km	4 anos	Autarquia
Rácio de áreas verdes criadas por habitante (m²/hab.)		m²/hab.	4 anos	Autarquia
N.º das intervenções de manutenção dos espaços públicos de utilização coletiva		Nº	4 anos	Autarquia
N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos	Reduzir a população exposta a níveis elevados de ruído	Nº	4 anos	Autarquia
N.º de intervenções e tipologia das ações enquadradas em	Promover a acessibilidade para todos	Nº	4 anos	Autarquia

projetos de acessibilidade para todos				
---------------------------------------	--	--	--	--

XI.2.5.3. DIRETRIZES DE GOVERNANÇA

As diretrizes de governança permitem verificar as responsabilidades institucionais associadas a cada um destes critérios. Estas entidades devem acompanhar os planos desde a sua implementação até à revisão, garantindo que todos os riscos sejam atenuados e que são concretizadas as oportunidades. Numa fase inicial é feita a identificação de todas as entidades, e numa fase posterior, é realizada a caracterização das suas principais funções e objetivos. O envolvimento das diversas entidades para a implementação do PDM é crucial para o seu sucesso.

O envolvimento e colaboração das diversas entidades intervenientes na elaboração e implementação do PDM de Mora é essencial para o seu sucesso, destacando-se, como entidade fundamental na execução deste, o Município de Mora. No entanto, existem outras entidades que, face às suas competências, desempenham igualmente um papel de relevo na concretização e operacionalização do PDM, tais como:

1. ANACOM – Autoridades Nacional de Comunicações;
2. Assembleia Municipal de Mora;
3. Autoridade Nacional de Proteção Civil;
4. Autoridade Nacional de Aviação Civil;
5. Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP;
6. Agência Portuguesa do Ambiente, IP – ARH Tejo e Oeste, IP;
7. Câmara Municipal de Mora;
8. Câmara Municipal de Ponte de Sor;



9. Câmara Municipal de Coruche;
10. Câmara Municipal de Arraiolos;
11. Câmara Municipal de Sousel;
12. Câmara Municipal de Avis;
13. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
14. Direção-Geral do Território;
15. Direção-Geral de Energia e Geologia;
16. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
17. Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
18. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
19. Direção Regional de Cultura do Alentejo;
20. EDP – Energias de Portugal;
21. IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação;
22. Infraestruturas de Portugal, S.A.;
23. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP;
24. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;
25. Instituto da Mobilidade e dos transportes Terrestres, I.P.;
26. Instituto da Segurança Social, IP (ISS) – Centro Distrital de Évora;
27. Junta de Freguesia de Mora;
28. Junta de Freguesia de Brotas;
29. Junta de Freguesia de Cabeção;
30. Junta de Freguesia de Pavia;
31. REN – Redes Energéticas Nacionais;
32. Turismo de Portugal, IP.

A estas entidades deverão ainda associar-se:

1. a População, em geral;
2. as Associações Locais;

3. as ONG - Organizações Não Governamentais;
4. as Entidades/Associações Empresariais.

A FUNÇÃO DO MUNICÍPIO DE MORA

1. Manter o diálogo institucional com as várias entidades competentes e com as várias escalas de planeamento supramunicipal;
2. manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas a nível municipal e assegurar o seu enquadramento nas orientações regionais e nacionais;
3. envidar esforços na atração de investimentos que assegurem a concretização da estratégia definida;
4. criar uma marca forte associada ao património natural e cultural, na acessibilidade para todos e no modo de vida saudável e sustentável, que divulgue e valorize o concelho à escala nacional e internacional;
5. desenvolver ações e eventos que promovam e potenciem o turismo e a atração de visitantes ao concelho;
6. identificar as áreas com elementos de interesse cultural ou natural que se encontrem degradadas e promover a sua recuperação e preservação;
7. implementar estratégias que fomentem a reabilitação do edificado degradado e funcionalmente desadequado, promovendo novas ocupações com reforço da coesão social e economia local;
8. assegurar e promover a articulação com os concelhos adjacentes para efeitos de estruturação e implementação da Estrutura Ecológica Municipal de forma a garantir a continuidade dos processos ecológicos à escala regional;
9. promover em parceria com as entidades competentes ações de vigilância e controle que permitam prevenir a ocorrência de riscos (naturais, mistos, tecnológicos e ruído);

10. assegurar em colaboração as entidades competentes, uma correta e eficaz infraestruturação do território concelhio e a dotação dos equipamentos de uso coletivo necessários;
11. implementação e adoção de políticas e medidas de discriminação positiva que criem incentivos para melhor eficiência energética e que promovam o uso de fontes renováveis de energia;
12. implementação e adoção de políticas e medidas que promovam uma redução das emissões de GEE, por fonte emissora;
13. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a detetar comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;
14. promover e apoiar os processos de participação pública;
15. promover ações de informação e de sensibilização das populações;
16. disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada sobre o território.

A FUNÇÃO DAS OUTRAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1. Definir políticas e macro estratégias de ambiente e desenvolvimento sustentável e assegurar a sua integração nas diversas políticas setoriais e a nível municipal;
2. manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável;
3. implementar as medidas e recomendações identificadas nos planos e documentos estratégicos e promover ações de monitorização;
4. desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
5. disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada;
6. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

A FUNÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

1. manter-se informada sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. promover a participação pública;
3. colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e minimização de impactos ambientais;
4. acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria ambiental;
5. desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
6. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

A FUNÇÃO DAS ENTIDADES/ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

1. Manterem-se informados sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente a câmara municipal;
3. adotar práticas diárias e modelos de responsabilidade no estabelecimento dos objetivos de produção e na gestão operacional que evitem a sobre-exploração dos recursos e a degradação dos recursos;
4. adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética.

A FUNÇÃO DA POPULAÇÃO/ ASSOCIAÇÕES LOCAIS

1. Manter-se informada sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente pela câmara municipal;

3. adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética;
4. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;
5. criar comissões de bairro.

XI.2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AAE é uma ferramenta essencial no decorrer da revisão do PDM de forma a aferir as principais consequências do PDM sobre o ambiente, identificando as principais oportunidades e riscos existentes, tendo decorrido a par com a revisão do PDM e influenciando as opções estratégicas deste.

O Relatório Ambiental confirmou os cinco fatores críticos para o desenvolvimento (FCD) identificados na fase anterior de definição do âmbito da AAE: FCD1. Desenvolvimento socioeconómico; FCD2. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território; FCD3. Património e Desenvolvimento Turístico; FCD4. Preservação e Valorização dos Espaços de Valor Ambiental e Prevenção de Risco e FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social e permitiu concluir que os mesmos se encontram fortemente associados aos objetivos estratégicos definidos na proposta de revisão do PDM, que visam a revitalização e fortalecimento da economia local, promoção do território, salvaguarda dos recursos naturais e paisagísticos, valorização do ambiente e património, promoção da cidadania proativa com desenvolvimento de processos de qualificação das pessoas e valorização da coesão social.

Daqui resulta que a estratégia preconizada na revisão do PDM de Mora se encontra ancorada em desígnios de sustentabilidade ambiental, social, económica e institucional, abrindo

caminhos e oportunidades para alcançar a visão assumida em sede de estratégia de desenvolvimento (vd. capítulo VIII).

A necessidade de potenciar o crescimento da economia e o seu desenvolvimento assume-se como um dos objetivos plasmados na estratégia de desenvolvimento do concelho através do reforço do setor agrícola e florestal no concelho, assim como do aumento, diversificação e qualificação da oferta turística. O setor do turismo serve aqui o propósito de diversificar a base económica do território, podendo desta forma captar e fixar população, contrariando a tendência de decréscimo da população residente. Contudo, para um sustentado desenvolvimento do setor turístico torna-se imperativo a aposta na qualificação territorial, dos recursos e ambiente.

Com efeito, promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património é outro dos objetivos estratégicos considerados na revisão do PDM, que através da recuperação e promoção do património (cultural e natural) e produtos locais, da qualidade ambiental e da melhoria da mobilidade e acessibilidade, de acordo com o conceito *design for all*, perspetiva-se que funcione como fator propulsor do objetivo estratégico de crescimento económico e desenvolvimento e que, simultaneamente, seja impulsionado pelo mesmo. De forma complementar, o objetivo estratégico de promoção ambiental visa a minimização da vulnerabilidade do território aos riscos naturais, mistos e tecnológicos, que assumem especial importância num contexto de alterações climáticas.

Assim, e não obstante os riscos decorrentes do crescimento dos setores agrícola, florestal e agroindustrial e discutidos no capítulo próprio, não foram detetadas incompatibilidades entre a estratégia proposta e os objetivos gerais de ambiente e sustentabilidade, o que se pode justificar pelas preocupações ambientais manifestadas em sede de concretização da estratégia de desenvolvimento. Garantiu-se assim, desde logo, coerência com as estratégias regionais, nacionais, europeias e internacionais e, ainda pela estreita relação entre o

desenvolvimento das orientações estratégicas do plano e o processo de avaliação, havendo permanente troca de impressões com o intuito de conferir elevados índices de sustentabilidade à estratégia preconizada.

Assim, considera-se que a elaboração do PDM configura um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico, ambiental e institucional, que incrementarão a qualidade de vida e a coesão social e territorial deste concelho.

XI.2.7. BIBLIOGRAFIA

CERQUEIRA, J. 1992 – “Solos e Clima em Portugal”; Clássica editora, Lisboa.

COSTA, J. P. (2013) – “Urbanismo e Adaptação às Alterações Climáticas – As Frentes de Água”; Lisboa, Livros Horizonte, 183p.

D’ABREU, A.C.; CORREIA, T.P.; OLIVEIRA, R. (2004) – “Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Vol. IV – Grupos de unidades de paisagem: K Maciços Calcário da Estremadura) a Q (Terras do Sado)”; Coord. DGOTDU, Lisboa, 270p.

ROCHAR. B., RAMALHO M. M., ANTUNES M. T., COELHO A. P. (1983) – “Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000, Notícia Explicativa”, Serviços Geológicos de Portugal, 57p.

PARTIDÁRIO, M.R. (2012), *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*, Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais, Lisboa.

Plano de gestão da região hidrográfica do Tejo, PARTE 2 – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA, Agência Portuguesa do Ambiente.

SANTOS, F. D. e MIRANDA, P. (2006) – “Alterações climáticas em Portugal: Cenários, Impactes e medidas de adaptação – Projecto SIAM II”, Gradiva, Lisboa, Portugal, 505 pp.

PEREIRA, A. *et al.* (2005), “Os Recursos Naturais em Portugal: Inventariação e Proposta de um Modelo Geográfico de Avaliação”, In Atas do X Colóquio Ibérico de Geografia, Évora, 22 a 24 de setembro de 2005.

IPCC (2014) - “*Climate Change 2014 – Synthesis Report*”. Contribution of Working Group I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151p.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto - Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA).

Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio.

OUTRAS FONTES

www.ansr.pt/Estatisticas/RelatoriosDeSinistralidade/Pages/default.aspx



www.cm-mora.pt

www.icnf.pt

www.turismodeportugal.pt

www.ine.pt

<https://www.iefp.pt/estatisticas>

<http://www.alentejo.portugal2020.pt/index.php/8-noticias/167-alentejo-2020-concluiu-processo-de-aprovacaodos-planos-de-acao-de-regeneracao-urbana-paru>

www.snirh.apambiente.pt

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/Arvores.qry?Distrito=7&Concelho=7&Freguesia=&Processo=&template%3Amethod=Pesquisar>

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/matias-nacionais>

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/Arvores.qry?Distrito=7&Concelho=7&Freguesia=&Processo=&template%3Amethod=Pesquisar>

<http://www.natural.pt/portal/pt/Home>

<http://natura2000.eea.europa.eu/>

www.apambiente.pt

XI.2.8. ANEXO 1 – ANÁLISE TENDENCIAL

FCD1 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Critério Dinâmica Económica

O valor para o **Indicador *per Capita* (IpC)** do **Poder de Compra Concelhio (PCC)**, em 2017 no concelho de Mora situou-se em 82,43. É o sétimo valor mais elevado dos 14 concelhos do Alentejo Central (94,4). Contudo, e não obstante o IpC do PCC de Mora, em 2017, continuar a ser inferior quer ao do Alentejo Central quer ao do País, há todavia uma enorme evolução a reportar relativamente à situação no ano 2000 (57,97).

Entre 2004 e 2017, o **ganho médio mensal em Mora aumentou** de 671,3 para 865,7€, o que corresponde a um **acréscimo de 29%**. Em 2017, em termos de ganho médio mensal, o concelho de Mora ocupava a 190ª posição no ranking dos 308 concelhos do País. O ganho médio mensal conheceu uma evolução muito positiva até ao ano de 2011, tendo posteriormente descido até 2015. Embora o valor mais recente (2017) seja o 10.º no contexto dos 14 concelhos do Alentejo Central, é, no entanto, o 6º em termos de maiores variações relativamente ao ano de 2004.

Tendo em conta a informação para o município sobre as empresas, e tendo como condicionante o facto de a informação mais recente se reportar ao ano de 2017, relevam-se como principais indicadores os seguintes aspetos:

Uma fraca **densidade de empresas** – 1,10 empresas/Km² –, a menor densidade de empresas (a par com Mourão: 1,0) em todo o Alentejo Central, cujo valor se situa nos 2,7/ Km². Por outro lado, a **proporção de empresas individuais** (73,85%) em Mora é da ordem de grandeza da

proporção apurada para o Alentejo Central (71,02%), evidenciando que, neste plano, se cumpre o padrão sub-regional. Em Mora, as **empresas têm em média 2,2 indivíduos**, um valor baixo, muito semelhante ao do Alentejo Central (2,3). O indicador da **concentração do volume de negócios nas 4 maiores empresas** (51,83%) é o mais elevado da região, e está muito acima do apurado para o Alentejo Central (12,57%). No mesmo sentido, o indicador **de concentração do valor acrescentado bruto (VAB) das 4 maiores empresas** em Mora (51,88%) é não só o mais elevado dos 14 concelhos do Alentejo Central (vd. Figura V.2.25) como é também muito superior ao valor da subregião (13,15%). Estes dois indicadores evidenciam uma **debilidade do tecido empresarial de Mora**, designadamente uma **maior dependência do desempenho de um número restrito de empresas**.

Em termos de **volume de negócios por empresa**, o concelho de Mora surge com um valor (149,2 10³ €), não muito distante do valor do Alentejo Central (159,0 10³€), somente inferior ao de três concelhos do Alentejo Central (Vendas Novas, Évora e Arraiolos). Um aspeto da conjuntura atual menos benéfica para a situação em Mora reside na **reduzida taxa de sobrevivência das empresas com menos de 2 anos** (47,69% das empresas), sendo este valor o segundo mais baixo de todos os concelhos do Alentejo Central.

O concelho de Mora tinha em atividade, em 2017, um total de **494 estabelecimentos**, o que significa ter perdido 15 estabelecimentos em relação ao ano de 2010, uma perda de 2,9%, em termos relativos. Esta diminuição, um pouco superior à verificada no Alentejo Central (1,2%), não pode de todo ser considerada muito negativa, tendo em consideração o período extremamente difícil vivido no País desde o ano de 2011.

Em 2017 o setor de atividade em Mora que detém a maior parcela dos 494 estabelecimentos é a **"Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca"**, com 144 estabelecimentos (29,1% do total do concelho). Destaca-se que o número dos estabelecimentos deste conjunto de atividades conheceu, em Mora, um aumento entre 2010 e 2017, de 121 para 144 (um

crescimento de 19,0%). O segundo conjunto de atividades com maior número de estabelecimentos é o **“comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”**, com 82 estabelecimentos (16,6% do total). Relativamente à situação em 2010, há a registar uma perda de 30 estabelecimentos (menos 26,8%). Em terceiro lugar surgem os estabelecimentos do **“alojamento, restauração e similares”**, com 55 unidades (11,1% do total de estabelecimentos do concelho). Destaca-se ainda o significativo número de estabelecimentos das atividades secundárias, que totalizam 67 em 2017, porém menos sete do que em 2010.

O conjunto de atividades que absorve mais ativos é, de novo e tal como com o número de estabelecimentos, a **“Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”**, com 266 indivíduos (25,5% do total do concelho). Refira-se que, tal como havia sucedido com o número de estabelecimentos destas atividades, também em termos de pessoal ao serviço o valor absoluto aumentou de 2010 para 2017, de 242 para 266 (um aumento de 9,9%). Em segundo lugar surgem as **“indústrias transformadoras”**, com 223 indivíduos (21,4% do total do concelho). Este valor, embora inferior ao de 2010, é, no entanto, praticamente idêntico, embora o número de estabelecimentos tenha diminuído, de 38 para 36. Em termos do conjunto das atividades secundárias há, no entanto, um decréscimo do número de indivíduos (de 349 para 282), que ocorre sobretudo em razão da forte descida do pessoal ao serviço na **“construção”**, de 121 para 53 indivíduos. É uma perda de quase 56%, bem mais acentuada do que a que ocorreu no Alentejo Central (42%). O setor terciário, no seu conjunto, também vê reduzido o seu pessoal ao serviço – de 534 para 494 indivíduos (uma diminuição de 7,5%) –, mas é o setor que absorve maior percentagem de pessoal ao serviço (47,4%). Em termos de atividades deste grande setor, destaca-se a perda de pessoal no comércio (26,7%), e os aumentos, com algum significado no reduzido universo de Mora nas atividades de consultoria, científicas e similares (de 29 para 42 indivíduos) e, já com menos expressão, nas atividades de saúde humana (de 20 para 26 indivíduos).

Embora em termos globais tanto o **número de estabelecimentos como o pessoal ao serviço tenha diminuído**, embora sem um significado especial que permita conferir um sinal negativo, há a destacar fundamentalmente: **aumentos representativos dos estabelecimentos das atividades primárias** e de **algumas atividades do setor terciário**; assim como **aumentos do pessoal ao serviço nas atividades primárias**, em determinadas **atividades terciárias** (designadamente em atividades com elevada intensidade de conhecimento como nas vertentes da “consultoria, científica, técnica e similares”, “educação” e “saúde”) e, na **indústria transformadora**, a **manutenção de praticamente o mesmo volume de emprego**. Estes aspetos e a resiliência assim demonstrada são particularmente positivos no contexto difícil do período 2010/2015, e não foram extensivos a todo o Alentejo Central, daí a interessante especificidade da situação em Mora, à qual importará dar continuidade.

Entre 2010 e 2015, o **total do volume de negócios (VN)** dos estabelecimentos conheceu um **aumento de 17,2%** - de 63,5 para 74,4 M€ –, bem superior ao aumento ocorrido para o volume de negócios do Alentejo Central no seu todo (6,7%). O aumento em Mora deve-se principalmente ao desempenho dos estabelecimentos: das **indústrias transformadoras** (cujo VN aumentou 66,5%) e dos estabelecimentos das **atividades agrícolas** (com um aumento de 23,9%).

No concelho de Mora existe um espaço criado para a localização de atividades empresariais. No final do ano de 2017, a situação da **Zona Industrial de Mora** era, resumidamente, a seguinte. Dos 51 **lotes** que constituem a Zona Industrial, **quase 2/3** (32 lotes, 62,7%) estão **edificados**. Dos restantes 19 lotes: 3 estão condicionados pelas servidões (rodoviárias); 8 estão comprometidos com empresas para futuras instalações; e somente outros tantos 8 (15,7% do total de lotes) estão disponíveis para comercialização.

Critério Emprego/Emprego Qualificado

Observando os dados do pessoal ao serviço, segundo a atividade económica, em 2017, verifica-se que o setor terciário é o que absorve maior percentagem de pessoal ao serviço (47,4%). Em termos de atividades deste grande setor, destaca-se a perda de pessoal no comércio entre 2010 e 2017 (26,7%), e os aumentos, com algum significado no reduzido universo de Mora nas atividades de consultoria, científicas e similares (de 29 para 42 indivíduos) e, já com menos expressão, nas atividades de saúde humana (de 20 para 26 indivíduos).

O conjunto de atividades da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", ocupa, em 2017, 25,5% do total do concelho, tendo registado um aumento de 9,9% entre 2010 e 2017, seguido das "indústrias transformadoras", com 21,4% do total, havendo a destacar a forte quebra do pessoal ao serviço na "construção" (-56%).

Com exceção dos estabelecimentos das atividades "transportes e armazenagem", "agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", "consultoria, científicas, técnicas e similares" e "imobiliárias", em todos os estabelecimentos das restantes atividades a dimensão média no Alentejo Central é superior à de Mora. No quadro geral, e feitas as exceções apontadas (particularmente interessantes nos 3 primeiros conjuntos de atividades), revelam no geral a escala mais individual ou familiar dos estabelecimentos do concelho de Mora.

Embora em termos globais entre 2010 e 2017, tanto o número de estabelecimentos como o pessoal ao serviço tenha diminuído, embora sem um significado especial que permita conferir um sinal negativo, há a destacar fundamentalmente: aumentos representativos dos estabelecimentos das atividades primárias e de algumas atividades do setor terciário; assim como aumentos do pessoal ao serviço nas atividades primárias, em determinadas atividades

terciárias (designadamente em atividades com elevada intensidade de conhecimento como nas vertentes da “consultoria, científica, técnica e similares”, “educação” e “saúde”) e, na indústria transformadora, a manutenção de praticamente o mesmo volume de emprego. Estes aspetos e a resiliência assim demonstrada são particularmente positivos no contexto difícil do período 2010/2015, e não foram extensivos a todo o Alentejo Central, daí a interessante especificidade da situação em Mora, à qual importará dar continuidade.

Em 2011, a **situação na profissão da população empregada** é, claramente, marcada pela **predominância dos “trabalhadores por conta de outrem”**, este conjunto representa 82,9% da população empregada (valor praticamente idêntico ao do Alentejo Central, 82,1%).

Entre os meses de janeiro de 2013 e dezembro de 2019 destaca-se a clara **descida, e muito significativa, do número de desempregados inscritos**, que revela a boa reação do tecido económico e social ao período difícil dos anos anteriores (nos quais os valores terão atingido certamente níveis mais elevados). Não obstante a continuada descida dos valores, estes são invariavelmente mais elevados nos meses do 1º e do quarto trimestres. Em todos os anos analisados, os valores mais baixos ocorrem no 3º trimestre. É, sem dúvida, um desemprego muito associado fundamentalmente à sazonalidade das atividades primárias e dos setores a jusante.

Há ainda a referir que o **desemprego feminino** é, em regra, **superior ao masculino**. Considerando a série temporal já referida, o valor médio mensal para os desempregados inscritos do sexo feminino é 85 e para homens é 74. Indiciando com mais clareza o que atrás se referiu quanto ao peso das atividades agrícolas e/ou agroindustriais. Em segundo lugar, destaca-se também que a descida do número de desempregados tem sido sobretudo função da descida do desemprego de menor duração (menos de 1 ano). Em terceiro lugar, destaca-se a clara dominância dos desempregados à procura de novo emprego relativamente aos que procuram o primeiro emprego, havendo a destacar, pela positiva, que os primeiros diminuíram

consideravelmente – no final de 2019, para cerca de 1/6 do que eram no início de 2013 – durante a série considerada.

Critério Fixação da população e melhoria da qualidade de vida

A população de Mora, como a população de todo o Alentejo Central, conheceu um **acentuado processo de envelhecimento nos últimos 20 anos**, consequência dos baixos valores para a natalidade, da saída de população jovem e do aumento dos valores para a esperança de vida. Entre 1991 e 2011, a **idade média da população** residente em Mora **aumentou de 42,43 para 50,37 anos**. Foi um aumento particularmente notório que manteve a população do concelho com uma idade média substancialmente mais elevada que a do Alentejo Central (mais 5,67 anos). Em 2011, e no contexto do Alentejo Central, a população do concelho de Mora é a que apresenta a mais elevada idade média.

A distribuição da população por idades e sexo obedece, em Mora, à situação normal observada em todas as populações. Ou seja, nos grupos etários mais jovens há um peso ligeiramente superior da população masculina relativamente à feminina (em Mora, porém, a diferença é muito esbatida até aos 25 anos), nos grupos etários mais idosos ocorre uma predominância do peso percentual da população feminina, que se vai acentuando com a maior idade dos grupos etários.

As **percentagens de jovens** (0-14 anos), de **potencialmente ativos** (15-64 anos) e de **idosos** (65 e + anos) conheceram, naturalmente, evoluções distintas no período 2001/2018. Em Mora, a percentagem de jovens decresceu muito ligeiramente entre as duas datas (de 11,0 para 10,0%). Não é uma descida particularmente muito acentuada, mas terá que se levar em consideração que o valor já em 2001 era muito baixo. Quanto ao **Índice de Juventude**²³,

²³ Relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10[^]2) pessoas com 65 ou mais anos). (Metainformação – INE)

verifica-se que entre 2001 e 2018 terá ocorrido na população do concelho de Mora um decréscimo de 36,7 para 30,7 (jovens para cada 100 idosos), menos acentuado do que o ocorrido no Alentejo Central (de 61,9 para 47,1). Quanto ao **Índice de Envelhecimento**²⁴, destaca-se um **notório aumento** na população do concelho de Mora, mais acentuado do que na sub-região, com os valores a passarem de 272,8 para 325,8 (idosos por cada 100 jovens).

O peso da população estrangeira de Mora no total da população estrangeira do Alentejo Central é ainda, muito incipiente. Em 2018, **apenas 1,3% da população estrangeira do Alentejo Central residia no concelho de Mora**. A proveniência dos 58 indivíduos com **nacionalidade** estrangeira residentes em Mora (em 2011) é, predominantemente, **européia** (55,2% de países da UE; 8,6% de outros países não integrantes da UE). Os restantes 36,2% provêm: do continente americano, sobretudo do Brasil (19,0%); de África e da Ásia (ambos com 8,6%). Contudo, dever-se-á destacar que estes dados se reportam a 2011 e tem desde então havido uma diminuição dos cidadãos não-europeus e um incremento de nacionais da UE.

O exercício de projeção da população do concelho de Mora, para o período compreendido entre os anos de 2017 e de 2031, tem como base os cenários das projeções efetuadas pelo INE para o período 2012/2060²⁵, para a NUTII Alentejo, atualizados com a informação mais recente para as suas três componentes estruturais: índice sintético de fecundidade, esperança de vida à nascença e saldo migratório. De acordo com o exercício, **a população residente do concelho de Mora em 2031 será sempre inferior à população residente do ano de 2011**.

²⁴ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos). (Metainformação – INE)

²⁵ INE, Projeções de População Residente 2012-2060, 28/03/2014; INE, Estatísticas Demográficas 2013; INE, Documento Metodológico, Versão 2.0, outubro de 2014. As projeções foram elaboradas para o território nacional e para as 7 NUTS II.

FCD2 - ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Critério Equilíbrio do Sistema Territorial

Com um sistema de povoamento do tipo concentrado, associado a um sistema fundiário de grandes propriedades e a uma população essencialmente rural, o concelho de Mora é marcado por **desequilíbrios territoriais**, comprovados pela **dominância da sede de concelho** em relação aos restantes lugares.

É na sede de concelho que se concentra quase metade da população residente total e oferece um conjunto de bens e serviços que não existem nos outros lugares, nomeadamente ao nível das acessibilidades, equipamentos, serviços e infraestruturas. Tais características traduzem uma realidade de evidente **macrocefalia**, entendida no sentido da enorme concentração de população na sede de concelho, polarizadora das principais funções sociais, económicas e cívicas. Este sistema territorial, com fortes contrastes induz um conjunto de desafios associados às acessibilidades, à mobilidade interurbana e à distribuição dos equipamentos e serviços públicos.

A vila de Mora, no topo da hierarquia, destaca-se dos restantes lugares. Este facto é justificado não só por se tratar da sede de concelho, mas sobretudo, pelo peso demográfico, dos equipamentos e acesso às redes viárias. Num segundo nível da hierarquia do sistema urbano aparecem as sedes de freguesia (Brotas, Cabeção e Pavia). Os restantes aglomerados, de Malarranha e Ladeiras de Boavista ocupam o terceiro nível na hierarquia do sistema urbano.

Neste contexto, desafios como as acessibilidades, a mobilidade interurbana e a distribuição dos equipamentos e serviços públicos pelo território são, pois, preocupações que justificam a emergência de uma nova organização territorial.

Com efeito, o desenvolvimento económico e urbano deve ser suportado pelo desenvolvimento dos centros e redes urbanas regionais, ultrapassando por esta via os constrangimentos das baixas densidades e criando economias de aglomeração e realidades urbanas com a dimensão económica e institucional necessária à emergência de contextos favoráveis à inovação social e empresarial. Estas condições são fundamentais para promover a atração e a criação de empresas e a dinamização e sustentabilidade das economias locais sendo, assim, possível caminhar tendencialmente para um sistema urbano policêntrico, assente num conjunto de subsistemas urbanos regionais e em eixos urbanos de proximidade, com base em parcerias de âmbito urbano-rural e em cooperações estratégicas interurbanas (PROT Alentejo, 2010).

Critério Qualificação do sistema urbano

O concelho de Mora possui atualmente **quatro Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)** delimitadas e aprovadas, correspondentes às sedes de freguesia, sendo que apenas a de Mora tem já uma estratégia de reabilitação definida. Foi elencado um conjunto de intervenções a realizar por parte da autarquia no património edificado, nomeadamente a reabilitação da Torre do Relógio, nos equipamentos públicos, em concreto a ampliação do parque de feiras e nos espaços públicos, nomeadamente o Parque Verde de Mora, a concretização da segunda fase da requalificação da Rua Catarina Eufémia e a qualificação de um espaço envolvente ao Bairro da Misericórdia.

O **Plano de Ação e Regeneração Urbana do município de Mora (PARU)** abrange a área definida para a ARU e ORU (operação de reabilitação urbana) de Mora, num total de 31 hectares, correspondendo a 10% do perímetro urbano da vila de Mora, incluindo os setores mais antigos da sede de concelho. De facto, a mancha urbana abrangida pela ARU, apesar de ter beneficiado de um importante volume de investimento público, apresentava ainda fragilidades cuja resolução se tornava necessária quer na perspetiva de qualificação do espaço público e do edificado, quer na perspetiva de criação de fatores impulsionadores de

dinâmica social e económica local. As fragilidades mais relevantes que se encontravam recenseadas e enunciadas na fundamentação da delimitação da ARU, e que a proposta de PARU pretendia contribuir para a respetiva resolução, diziam respeito ao abandono de alguns espaços presentemente desocupados, a problemas de descontinuidade urbana e à necessidade de reabilitação de algum património imobiliário privado.

Assim, o PARU de Mora previa um investimento global de 1.702.500 €, dos quais cerca de 1.452.500 € (85 % do investimento global) correspondem a investimento público. A estimativa do investimento privado, em reabilitação dos edifícios, totalizava os 250.000 €.

No que respeita à oferta pública de equipamentos, os 134 equipamentos nas diferentes tipologias permitem responder às necessidades e anseios da população do concelho de Mora. Verificam-se, contudo, certas tipologias sem oferta em algumas freguesias. A título de exemplo, na Freguesia de Pavia não existem equipamentos na tipologia de comércio e na Freguesia de Brotas não existem equipamentos nas tipologias de cultura e segurança pública.

A rede viária do concelho apresenta reduzidas densidades por superfície e por habitante, é maioritariamente municipal e concentrada no setor norte do concelho. Sem qualquer troço de autoestrada ou IP, conta apenas com 17 km do IC 13 que permite a ligação do concelho aos concelhos limítrofes de Coruche e Ponte de Sor. 58% da rede viária que serve o concelho encontra-se em bom estado de conservação e apenas 12% está em mau estado, destacando-se nesta situação alguns troços do IC 13 (26%), situação que importa ultrapassar, já que o volume de tráfego tem vindo a aumentar nos últimos anos e de modo a incrementar os níveis de segurança da circulação rodoviária e a atratividade do território.

Critério Promoção do território

A promoção do território está fortemente associada à criação de uma imagem de marca forte, ancorada na valorização do património natural e construído, na paisagem e na acessibilidade

para todos. É necessária a criação ou recriação de produtos característicos que possibilitem a identificação do concelho de Mora, influenciando diretamente a procura turística nacional e internacional. Atualmente existe um subaproveitamento do potencial que esta área tem e a necessidade de instalar atividades que possibilitem o desenvolvimento de produtos marcantes e genuínos do território, que possibilitem a promoção e a valorização do mesmo, aspeto identificado como um dos objetivos fundamentais da revisão do PDM.

FCD3 - PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Critério Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico

Pese embora alguma dinâmica recente na oferta de empreendimentos turísticos e, sobretudo, de alojamento local, a oferta turística em Mora é ainda incipiente. A crescente procura de produtos turísticos associados ao espaço rural e à fruição da natureza terá de vir a ter correspondência na oferta de Mora, que deverá também procurar apostar na diversificação.

Em Mora, em abril de 2020, estão em atividade 11 empreendimentos turísticos (ET). Considerando que a oferta do Alentejo Central é de 182, constata-se que a parcela de Mora é pouco representativa: somente 6% da oferta da sub-região. Para além de ser diminuta, a oferta compreende somente três das 11 tipologias consideradas pelo Turismo de Portugal: Hotel (1); Parque de Campismo e/ou Caravanismo (1); Casa de campo (9).

Quanto à oferta prospetivada, há a acrescentar dois novos empreendimentos turísticos que, a curto prazo, virão reforçar a oferta de Mora. Trata-se de um conjunto de “apartamentos turísticos” (de categoria 5*) e de um “hotel rural” (categoria 4*), que elevarão o número de empreendimentos de 11 para 13. Com os dois novos empreendimentos, a capacidade de

alojamento de Mora conhecerá um acréscimo de 66 camas. Na reduzida oferta de Mora (189 camas), este aumento é relevante, não apenas porque significará um aumento de 34,9% da capacidade do concelho em termos de empreendimentos turísticos, mas também porque permite diversificar a oferta em duas tipologias que ainda não existiam no concelho. Existem somente oito unidades de alojamento local: quatro estabelecimentos de hospedagem e quatro moradias, com uma capacidade de 41 camas, o que representa apenas 1,2% do total da sub-região.

Relativamente à distribuição dos empreendimentos turísticos pelo território concelhio, destaca-se pela positiva o facto de – não obstante a vila de Mora apresentar, não tanto mais estabelecimentos, mas sim maior capacidade –, existirem empreendimentos em todas as quatro freguesias do concelho. Esta saudável dispersão ilustra, sobretudo, a crescente procura, bem como um bom nível de resposta por parte da iniciativa local, pelo turismo em espaço rural, o interesse pelas atividades do mundo rural e um contacto mais próximo com a natureza e assim o aproveitamento mais amplo das potencialidades do concelho e a integração de novos atores no tecido produtivo e empresarial local.

O número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros de Mora (em 2018) ascendeu aos 5312. É, sem dúvida, um valor muito reduzido. Corresponde a somente 0,6% das dormidas do Alentejo Central naquele ano. Sendo valores muito baixos, quer o de Mora quer os da quase totalidade dos concelhos do Alentejo Central, há, no entanto, ainda um outro aspeto negativo a destacar: o crescimento verificado nos últimos anos quanto ao número de dormidas. O número de dormidas no concelho de Mora diminuiu 5,5% entre 2015 e 2018.

Os valores para a taxa líquida de ocupação-cama são (em 2018) efetivamente baixos: 12,9%. É um dos mais baixos valores do Alentejo Central (cujo valor ascende aos 41,9%, praticamente o triplo do valor de Mora). Ainda no aspeto da taxa líquida de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros de Mora, destaca-se ainda como menos positivo o facto de os valores para os anos

compreendidos entre 2014 e 2018 serem sempre muito inferiores aos valores do Alentejo Central e de Évora.

O peso das dormidas de nacionais em Mora (88,0%) é particularmente representativo quando confrontado com o valor para o Alentejo Central (56,2%). É uma questão que não é exclusiva de Mora e, por esta razão, todos os concelhos do Alentejo Central terão necessariamente de desenvolver estratégias de captação de turistas não nacionais para os seus territórios.

Critério Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural

O concelho de Mora caracteriza-se pela elevada qualidade e variedade que apresenta no domínio do património cultural e natural (*vd.* capítulo IV), revelando um significativo nível de preservação dos recursos históricos e culturais e de proteção e valorização ambiental.

Neste sentido, e tendo em conta que o *touring*, nomeadamente o *touring* cultural e paisagístico, pode ser um dos produtos turísticos a explorar no concelho, assume particular importância a necessidade de serviços e infraestruturas de apoio a este tipo de turismo. A estruturação de rotas, percursos e circuitos, para além de apoiar fisicamente a estrutura dos itinerários também se preocupa com as infraestruturas complementares à atividade, como redes de acessibilidades, parques de estacionamento e sinalização (rodoviária e turística).

A produção de conhecimento em todos os domínios, mas particularmente no que concerne aos bens patrimoniais, constitui condição para a sua salvaguarda, uma vez que o seu registo e inventariação garantem a visibilidade e notoriedade desses elementos e assim uma maior consciência da sua importância, riqueza e potencial cultural.

Quanto ao património material, o concelho regista um total de 236 elementos patrimoniais, dos quais se encontram sete classificados (Igreja Matriz de Brotas, Conjunto de edifícios da Igreja Matriz de Brotas, Cromeleque do Monte das Fontainhas Velhas, Pelourinho de Cabeção,

Anta de Pavia / Capela de D. Dinis, Torre das Águias e Igreja Matriz de Pavia) e um elemento com o processo de classificação a decorrer (Teatro de Cabeção), enquanto os restantes 228 elementos possuem interesse patrimonial. Dos 228 elementos patrimoniais, 214 integram a categoria de património arqueológico e, destes, as tipologias mais representativas são as antas (109) e os povoados (42).

O PDM Mora de 3.^a geração não se limita a identificar os imóveis classificados e/ou em vias de classificação, promovendo antes um trabalho sistémico de recolha de bens patrimoniais de referência identitária que permitirá alargar a base do seu conhecimento e a sua salvaguarda e valorização. Integram-se neste caso os bens de natureza material (edificado, artesanato, gastronomia, entre outros) e elementos imateriais como sejam as práticas culturais, festividades, oralidades ou o conhecimento em domínios tão distintos quanto ricos (*e.g.*, lendas, rituais, musicalidade, *etc.*).

Desta forma, o PDM Mora não pretende ficar apenas pela identificação e salvaguarda dos bens patrimoniais, procurando ainda identificar medidas para a sua valorização, no respeito pela sua resiliência. Na prática, este princípio traduzir-se-á na atribuição de usos e funções compatíveis com as características do bem cultural, promovendo a sua vivência, promoção, divulgação e até mesmo, quando possível, a sua rentabilização. Assim, é garantido um uso e funcionalidades sustentáveis de todos os elementos patrimoniais na ótica da sua valorização.

FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

Critério Qualidade dos Recursos

Relativamente à qualidade dos recursos naturais, o enfoque é atribuído às massas de água superficiais e subterrâneas e aos solos, sendo estes recursos imprescindíveis para o desenvolvimento do território.

Ao nível das massas de **água superficiais**, no concelho de Mora, não existem massas de água classificadas como águas costeiras, águas de transição ou lagos (albufeiras), apenas **rios naturais** e **artificiais**. Os primeiros integram-se em três tipologias específicas (do total de nove existentes na RH5), nomeadamente os Depósitos Sedimentares do Tejo e do Sado, Rios do Sul de Média-Grande Dimensão e Rios do Sul de Pequena Dimensão. Há ainda a salientar a presença de uma massa de água fortemente modificada (HMWB) no concelho, a jusante da Barragem do Maranhão (concelho de Avis), correspondente à Ribeira da Raia. Quanto aos rios artificiais, encontram-se enquadrados na tipologia designada Massas de Água Artificiais (MAA) e correspondem ao Vale do Sorraia.

Como resultado da análise dos parâmetros indicados nos rios naturais²⁶, o **estado ecológico dominante** das MA no concelho de Mora corresponde ao nível **razoável**, representando **76% do total**. De seguida, encontram-se as massas de água em **bom estado**, que representam **22%**. O estado **medíocre** corresponde a **2%** do total e regista-se na Ribeira de Azenha.

No concelho de Mora encontram-se três massas de **água subterrâneas**, nomeadamente, a Bacia do Tejo-Sado – Margem Esquerda, Bacia do Tejo-Sado Indiferenciado da Bacia do Tejo e o Maciço Antigo da Bacia do Tejo, sendo que apenas a primeira corresponde a um sistema aquífero. As referidas massas de água apresentam um **Bom estado** (tanto ao nível quantitativo como qualitativo).

Os **solos** são um recurso vital e, em grande medida, não renovável e sujeito a uma pressão crescente. A importância da proteção do solo é reconhecida e manter o bom estado do solo é, pois, um desafio essencial para a sustentabilidade. Os solos são cada vez mais ameaçados por diversas atividades humanas que comprometem a sua disponibilidade e viabilidade a

²⁶ No caso concreto das massas de águas de superfície, onde se inclui a categoria dos rios, são considerados diversos parâmetros das duas variáveis distintas que são analisadas: o estado ecológico e o estado químico.

longo prazo. Salientam-se, por isso, alguns pontos menos positivos relativos aos solos do concelho:

1. grande parte do território apresenta solos com capacidade de uso muito baixa, cerca de 64%;
2. fraca percentagem de solos com boa aptidão para a prática agrícola, apenas 12%;
3. fenómenos erosivos bastante acentuados, classes E e D;
4. limitações muito severas à prática agrícola, nomeadamente ao nível da erosão e do escoamento superficial e na zona radicular;
5. severas a muito severas limitações para pastagens, matos e exploração florestal (classe E);
6. grandes áreas de terrenos que apenas servem para a vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação;
7. apesar do concelho ser maioritariamente agrícola e florestal, verifica-se uma tendência para o abandono das terras, tendo como consequência a desertificação.

No que concerne à **qualidade do ar** não foram identificadas no concelho situações críticas, embora não exista, no mesmo, nenhuma estação da rede de qualidade do ar que permita um conhecimento mais rigoroso sobre o comportamento desta variável ambiental.

Critério Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem

Os valores naturais devem ser vistos como um recurso essencial para o desenvolvimento sustentável do concelho. Os recursos naturais do concelho de Mora compreendem, os recursos hídricos (albufeiras, aquíferos e linhas de água), os recursos geológicos (águas minerais, minerais metálicos e minerais não metálicos), os recursos paisagísticos (Vale do Sorraia, Charneca Ribatejana e Montados e Campos Abertos do Alentejo Central), os recursos florestais (montado de sobro, Mata Nacional do Cabeção e árvores de interesse público) e os recursos biológicos (ZEC da Rede Natura2000). Nestes há a destacar os valores da flora, vegetação, fauna e a paisagem.



ZEC CABEÇÃO

O concelho de Mora é abrangido, maioritariamente na freguesia de Cabeção, pela Zona Especial de Conservação (ZEC) do **Cabeção** (PTCON0029)²⁷, integrado na RN2000²⁸, numa área de aproximadamente 5000 ha, o que corresponde a cerca de 11% do território concelhio e a 10% do total da ZEC. De salientar que apesar da reduzida dimensão da ZEC no concelho de Mora, estão presentes 16 habitats no concelho (*vd.* Quadro XI.2.30**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

²⁷ Decreto-Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, que classificou como ZEC os Sítios de Importância Comunitária (SIC), entre os quais o SIC Cabeção, classificado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto.

²⁸ A RN2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats), que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

Quadro XI.2.30. *Habitats* naturais e semi-naturais da ZEC Cabeção presentes no concelho de Mora

2260	Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto -Lavenduletalia</i> .
2330	Dunas interiores com prados abertos de <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i>
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i> .
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4030	Charnechas secas europeias
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio -Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>

A negrito: habitats prioritários

Fonte: Adaptado da ficha da ZEC Cabeção (PTCON0029) – ICNF, 2017

No geral, a ZEC de Cabeção é caracterizado por uma planície levemente ondulada sobre solos arenosos, onde o coberto vegetal é essencialmente constituído por **montados de sobre (6310)** bem conservados, aos quais está associada uma utilização pecuária extensiva, e ocorrem também alguns montados de azinho. A área de montado assume um papel relevante para a conservação de *Halimium verticillatum* (esta ZEC alberga mais de 60% do total comunitário da espécie), favorecendo igualmente a presença do rato da Cabrera (*Microtus cabreræ*). Salienta-se também a presença de **charcos temporários mediterrânicos (3170*)** e

de **urzais-tojais higrófilos e termófilos de *Erica ciliaris* (4020*)**, neste caso com a presença adicional de ***Erica erigena***. Esta paisagem é cortada por alguns vales aplanados, onde se podem observar **bosques ripícolas, sobretudo salgueirais (92A0)** (vd. Quadro XI.2.31 e Quadro XI.2.32 **Erro! A origem da referência não foi encontrada. Erro! A origem da referência não foi encontrada. Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

Com efeito, no território do concelho de Mora, registam-se **dois habitats prioritários**, correspondentes a cinco manchas, nomeadamente:

- **Charcos temporários mediterrânicos (3170*)**: desenvolvem-se em depressões de territórios de fisiografia plana (charcos endorreicos) ou margens de cursos de água, sazonalmente inundados por uma pequena altura de água doce. São colonizados por complexos de vegetação (*microgeosigmeta*) terofítica, anfíbia e efémera, de floração primaveril, de elevada diversidade (α e β). Preferem substratos siliciosos e oligotróficos, mais ou menos gleizados, em situações planas, no entanto, por vezes surgem em solos argilosos derivados de calcários, em fisiografias do tipo *poldge*. Podem também ocorrer em depósitos fluviais onde predominam arenitos e conglomerados numa matriz argilosa.
- **Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* (6220*)**: localizadas numa grande extensão no setor sul do concelho (vd. **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), correspondem a etapas de substituição muito regressiva de bosques (climatóficos ou edafoxerófitos) perenifólios ou marcescentes da *Quercetea ilicis*. A sua composição florística é muito variável. Normalmente dispõem-se em mosaico com matos baixos ou com relvados vivazes silicícolas de gramíneas altas. Iniciam o seu ciclo biológico com as primeiras chuvas outonais, passam o inverno sobre a forma de plântulas e, consoante a duração das chuvas da primavera, florescem e entram em senescência entre o início da primavera e o início do verão. Colonizam solos calcários ricos em carbonatos, assim como solos derivados de rochas máficas ou ultramáficas,

normalmente delgados de reação neutra a básica, bem drenados e pobres em matéria orgânica.

A elevada pressão do pastoreio leva à sua substituição, total ou parcial, por comunidades herbáceas nitrófilas e subnitrófilas de *Stllarietea mediae* ou por malhadeiras. A mobilização do solo também favorece a penetração das plantas de *Stllarietea mediae*.

Quadro XI.2.31. Fauna de interesse comunitário no concelho de Mora

Código	Espécie	Nome vulgar
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	Boga-comum
1123	<i>Rutilus alburnoides</i>	Bordalo ou Ruivaca
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado-mediterrânico
1355	<i>Lutra lutra</i>	Lontra-europeia
1338	<i>Microtus cabrerai</i>	Rato-de-cabrera
1303	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Morcego-de-ferradura-pequeno
-	<i>Alytes obstetricans</i>	Sapo-parteiro-comum
-	<i>Discoglossus galganoi</i>	Rã-de-focinho-pontiagudo
-	<i>Myotis nattereri</i>	Morcego-de-franja
-	<i>Nyctalus leisleri</i>	Morcego-arborícola-pequeno
-	<i>Pipistrellus kuhlii</i>	Morcego-de-kuhl

Fonte: Adaptado de ICNF, 2017

Quadro XI.2.32. Flora de interesse comunitário no concelho de Mora

Código	Espécie
1573	<i>Euphorbia transtagana</i>
1593	<i>Halimium verticillatum</i>
1788	<i>Leuzea longifolia</i>
	<i>Narcissus bulbocodium</i>

Fonte: Adaptado de ICNF, 2017

A ZEC Cabeção é simultaneamente uma IBA (*Important Bird and Biodiversity Area*), IBA Cabeção PT016, especialmente relevante no número de aves de rapina, das quais se distinguem 11

espécies que se reproduzem nesta ZEC. A densidade global é de 60 a 80 pares/100 km². É possível observar, durante o ano, indivíduos das seguintes espécies: *Hieraaetus fasciatus* (Águia-de-Bonelli) e *Pandion haliaetus*; *Circus cyaneus* e *Circus aeruginosus* durante o inverno e, ocasionalmente, *Aquila chrysaetos* (BIRDLIVE DATAZONE, acedido em abril de 2020).

MATA NACIONAL DE CABEÇÃO

A Mata Nacional de Cabeção (MNC) é considerada uma “**mata modelo**” pois contém ecossistemas representativos da região. Inserida numa área de produção suberícola, está arborizada, numa superfície de 258 hectares, tendo como espécie principal o **pinheiro-manso** (que ocupa 71% da área floresta), seguido do **sobreiro** (15% da área total), matos (6% da área) e eucalipto (1% da área da MNC).

Na envolvente da povoação de Cabeção, apresenta grande aptidão para a sua utilização recreativa pelas populações locais e o respetivo Plano de Gestão Florestal preconiza a produção de madeira e fruto (pinha) e a produção de cortiça. Tem também como objetivo reconverter gradualmente os povoamentos de pinheiro manso para sobreiro.

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO

O Arvoredo de Interesse Público compreende exemplares isolados ou conjuntos arbóreos que, pela sua representatividade, raridade, porte, idade, historial, significado cultural ou enquadramento paisagístico, possam ser considerados de relevante interesse público e por este motivo, é recomendada a sua cuidadosa conservação. No concelho de Mora estão registados três exemplares classificados como Árvores de Interesse Público, designadamente, dois sobreiros e uma aroeira, identificados no Quadro XI.2.33. **Erro! A origem da referência não foi encontrada..**

Quadro XI.2.33. Identificação e características morfológicas das árvores

Freguesia / Lugar	Mora / Monte das Ferrarias	Cabeção / Herdade das Sesmarias	Pavia / Vale D'El Rei
Nome Científico / vulgar	<i>Quercus suber</i> L. / Sobreiro	<i>Quercus suber</i> L. / Sobreiro	<i>Pistacia lentiscus</i> L. / Aroeira
Idade (aprox.)	300 anos	150 anos	200 anos
Perímetro da base	6,57 m	4,8 m	4,15 m
Perímetro a 1,30 m	5,48 m	4,98 m	3,15 m
Diâmetro da copa N-S	27,1 m	29 m	6,8 m
Diâmetro da Copa E-O	23,4 m	27 m	7,5 m
Altura	14 m	18,6 m	5,4 m
Última medição	2006	2006	2006
Nº processo (ICNF)	KNJ1/237	KNJ1/319	KNJ1/285
Classificação (diploma)	DR nº 211 II Série de 08/09/1993	DR nº 81 II Série de 07/04/1997	DR nº 81 II Série de 07/04/1997

Fonte: Adaptado de ICNF (2017)

ALBUFEIRA DO GAMEIRO

A barragem do Gameiro, além de cumprir o seu propósito máximo de abastecimento à agricultura e de produção de energia, assume o papel de suporte ao Parque Ecológico do Gameiro que consiste num parque com uma oferta diversificada de atrações e infraestruturas disponíveis, nomeadamente, parque de campismo, parque de merendas, praia fluvial, fluviário de Mora e o parque de arborismo na sua zona envolvente destinado à prática de atividades radicais, o passadiço em madeira ao longo de 1,5 km da Rib. Raia e o Centro de Interpretação Ambiental.

PAISAGEM

O concelho de Mora, de acordo com CORREIA, D'ABREU, OLIVEIRA (2004), é abrangido por dois conjuntos de unidades de paisagem que totalizam três unidades distintas: a charneca Ribatejana e o Vale do Sorraia (no conjunto do Ribatejo) e o montado em campos abertos do Alentejo Central. A unidade de paisagem do **montado em campos abertos do Alentejo Central** abrange o setor oriental do concelho de Mora, grosso modo a este do eixo Brotas – Monte do

Reguengo. A paisagem típica desta área resulta de uma relação íntima com a atividade agrícola e pastoril que se desenvolve no sobcoberto de um estrato arbóreo esparsa, com densidade variável, constituído por azinheiras ou sobreiros e por vezes oliveiras. Os elementos interdependentes que constituem o montado estruturam-se em vários níveis: a cobertura arbórea, as pastagens, as culturas extensivas baseadas nos cereais, os pousios de duração variável (entre dois e dez anos) que dão origem, periodicamente, a um estrato herbáceo ou arbustivo (os matos) que serve de pasto aos animais (ovino, caprino, porcino e bovino). Ao sistema de produção de montado está ligado também um povoamento rural concentrado nos montes e em compactas aldeias.

A unidade de paisagem denominada de **charneca ribatejana** abrange a quase totalidade do setor ocidental do concelho, sendo apenas interrompida pela unidade de paisagem do **vale do Sorraia**, a que corresponde uma paisagem diferente, marcada por um **uso agrícola muito intensivo**. A unidade de paisagem vale do Sorraia é caracterizada por vales beneficiados pela rega a partir da água armazenada nas albufeiras de Montargil e do Maranhão, onde se desenvolve uma intensa atividade agrícola e pecuária sobre os férteis solos de aluviões.

A biodiversidade, enquanto elemento estruturante da paisagem, pode considerar-se média a elevada, correspondente a um mosaico onde alternam montados e pinhais, de uso extensivo, com outras áreas de uso mais intensivo, mas que introduzem diversidade. Regista-se a ocorrência de *habitats* e de espécies com interesse para a conservação, nomeadamente na ZEC Cabeção, em que os montados bem conservados suportam “uma avifauna que inclui uma importantíssima comunidade de falconiformes, com riqueza específica e densidade de indivíduos” (ICN, 1996). De salientar, também, as galerias ripícolas bem constituídas que se mantêm, as sebes de compartimentação, os pegos e a vegetação envolvente, bem como a reduzida largura do vale, que constituem fatores de diversificação, indiciando uma mediana a elevada “riqueza biológica”.

EM SÍNTESE

Atendendo aos recursos naturais e paisagísticos em presença no concelho de Mora, considera-se que o **enquadramento legal atual** concede a estas áreas classificadas a **proteção suficiente**, não obstante o desafio de integrar no Plano as orientações de gestão do Plano Setorial da Rede Natura, as normas do Plano de Ordenamento da Albufeira do Gameiro respeitantes ao regime de uso por forma a vincular diretamente os particulares, ou ainda, de estruturar uma estrutura ecológica municipal que integre os diversos valores naturais em presença, bem como as áreas mais sensíveis do ponto de vista da proteção de pessoas e bens face a fenómenos perigosos.

Critério Riscos naturais, mistos e tecnológicos

A análise dos riscos é realizada em termos de fenómenos naturais, de cariz atmosférico, geológico e geomorfológico, riscos mistos associados tanto à natureza dos sistemas como à atividade antrópica e a riscos tecnológicos suscitados pela falha de atividades humanas.

No que respeita aos **riscos naturais**, foram identificados no concelho de Mora, no âmbito dos **fenómenos meteorológicos**, o risco de ocorrência de **seca**, que apresenta uma tendência crescente e de intensificação entre 1951 e 1998, colocando em causa a manutenção e salubridade dos aquíferos, repercutindo-se os seus efeitos na agricultura, economia e saúde pública. Também ao nível das **ondas de calor**, se registou, entre 1970 e 2009, uma tendência de aumento do número de ondas de calor e da respetiva duração, com consequências nas condições de saúde da população, na propagação de incêndios e impactes na produção agrícola.

No que concerne à **sismicidade**, o concelho de Mora localiza-se no intervalo de intensidade sísmica muito forte (Instituto de Meteorologia), correspondente à zona de ação sísmica B (ANPC, 2017). Porém, de acordo com o **Indicador de Risco Sísmico Urbano (SIRIUS)**, que sintetiza vários tipos de informação relacionados com a perigosidade, vulnerabilidade e

exposição, as áreas com maior **perigosidade sísmica** no concelho (**muito elevada - E**) correspondem aos terrenos formados por **aluviões** presentes, *grosso modo*, ao longo dos principais curso de água e seus tributários e respetivas planícies aluviais, nomeadamente ao longo da rib.^a da Raia, Vale da Gralheira, rib.^a de Mora, rib.^a da Azenha e afluentes, rib.^a de Seda, rib.^a de Almadafe, rib.^a do Divor, rib.^o da Palma, rib.^o do Montinho, entre outros de menor dimensão, representando cerca de 8% do território do concelho.

As **zonas de perigosidade sísmica elevada (classe D)** ocorrem em **formações arenosas e areníticas relativamente compactas**. Esta classe verifica-se, *grosso modo*, na área compreendida entre a rib.^a de Raia e a rib.^a do Divor, desde o *vg.* Cabeças a este e o limite do concelho a oeste, bem como na área a norte do Vale da Gralheira. Verifica-se ainda no Cabeço da Albardeira, nas cumeadas envolventes ao *vg.* Monte Novo e a zona a NE do *vg.* Bica. Esta classe abrange cerca de 12% do território morense.

São áreas de **perigosidade sísmica moderada (classe C)** os terrenos em que a litologia consiste em areias, arenitos, argilitos e conglomerados. As principais manchas desta classe localizam-se no setor norte e no setor oeste do concelho, nomeadamente o triângulo entre os *vg.* Malhadinha – Chaminé – Albardeira, para norte da rib.^a do Grou até ao limite do concelho e nas margens dos cursos de água localizados entre a margem esquerda da rib.^a da Raia e a margem direita da rib.^a do Divor. Esta classe de perigosidade sísmica compreende aproximadamente 20% da área do concelho. Não significa, porém, que as áreas de perigosidade mais elevada sejam coincidentes na sua totalidade com as de risco sísmico mais elevado, pois ao risco²⁹ está implícita a existência de estruturas, infraestruturas, vidas humanas e atividades económicas que sejam postas em causa. Significa isto que embora determinada área se encontre classificada como perigosidade máxima, a inexistência de

²⁹ Risco é entendido como a possibilidade de ocorrência, e a respetiva quantificação em termos de custos, de consequências gravosas, económicas ou mesmo para a segurança das pessoas, em resultado do desencadeamento de um fenómeno natural ou induzido pela atividade antrópica (Zêzere, 2007).

elementos vulneráveis resulta numa classificação de risco mínimo, como, por exemplo, as planícies aluviais. Portanto, as áreas que se apresentam com o **nível mais elevado de risco sísmico** no concelho de Mora encontram-se essencialmente nas **vilas de Mora e Brotas**, e em **Foros de Mora**. As áreas classificadas de **risco moderado** consistem, fundamentalmente, nas manchas urbanas não integrantes na classe de risco máximo como, por exemplo, **Cabeção e Pavia**, devido à litologia mais compacta em que se inserem. São áreas de atividade industrial e de equipamentos, em grande parte devido à litologia mais permeável à propagação das ondas sísmicas em que estas estruturas estão instaladas, como é o caso, a título de exemplo, da ER 2 e da EN 251.

Tendo em atenção os **movimentos de vertentes**, no concelho de Mora verifica-se que pouco mais de metade do concelho (cerca de 54%) está integrado na unidade estrutural da Bacia Cenozoica do Tejo, área relativamente aplanada de leves ondulações, de baixa altitude com declives predominantes abaixo dos 4%, onde os topos mais elevados atingem, de forma espaçada e pontual, cotas altimétricas que se situam no intervalo 150-160 m, ou seja, menos propícia a deslizamentos. No entanto, ao atendermos a estas características de forma integrada (vertentes mais acentuadas e litologias menos compactas) e à proximidade a áreas urbanas e a infraestruturas fora destas, sobressaem três pontos, designadamente, a vertente norte da Rua do MFA em Brotas, o troço da antiga EN 251 a norte do rib.º de Baratos e o setor norte da vila de Mora. Com efeito, apresentam declives superiores a 10% e por conseguinte alguma probabilidade de ocorrência de deslizamentos.

No concelho de Mora as **cheias e inundações** que ocorrem atualmente são principalmente de origem fluvial, sendo que as áreas de perigosidade elevada³⁰ a este fenómeno se localizam, essencialmente, nas bacias de drenagem das ribeiras de Raia e Divor.

³⁰ Ou seja, as superfícies adjacentes aos principais cursos de água, que são as primeiras áreas sujeitas ao transbordo e que têm maior probabilidade de ocorrência de cheias e inundações.

No primeiro caso, coincidem com a totalidade do troço da ribeira de Raia dentro do concelho de Mora, bem como com dois dos seus afluentes: a ribeira de Tera e de Almadafe. No segundo caso, corresponde ao troço da ribeira da Fanica que se encontra dentro dos limites administrativos do concelho de Mora. A ribeira de Raia apresenta um troço relativamente encaixado desde o momento que entra no concelho até à sua foz. O tempo de concentração é relativamente elevado (31h18), pelo que as cheias se caracterizam por serem progressivas, sendo então esta ribeira considerada de perigosidade elevada ao longo de todo o percurso até ao estuário. Este cenário repete-se, traços gerais, nos restantes troços identificados, embora com tempo de concentração inferior. No geral, estas linhas de água desenvolvem-se em vales fracamente encaixados, com declives geralmente suaves e tempos de concentração relativamente elevados, entre as 07h30 e as 13h00 (exceção feita à ribeira de Raia). As áreas imediatamente adjacentes à perigosidade elevada apresentam perigosidade moderada e correspondem a cheias intermédias com probabilidade de ocorrência inferior às primeiras áreas de transbordo. As áreas com declives mais suaves e superfícies mais planas e as áreas onde os vales tendem a ser mais largos, menos profundos apresentam uma velocidade de escoamento menor, associando-se também a forte regularização dos canais para fins agrícolas. Trata-se de pontos específicos, com maior expressão ao longo da ribeira de Raia, nomeadamente em Monte do Reguengo, a montante de Monte da Chaminé (onde a ribeira sofre uma inflexão, deixando de correr em direção a norte e passa a correr em direção a oeste), Vale das Flores e Ladeiras de Boavista. Com exceção deste troço, também se verificam, com caráter mais pontual, algumas áreas de perigosidade moderada ao longo do troço da ribeira do Freixo.

Os **riscos mistos** no concelho de Mora são caracterizados essencialmente pelos incêndios florestais e pela possibilidade de contaminação de aquíferos.

Consciente de que os incêndios florestais constituem uma séria ameaça à floresta portuguesa, que compromete a sustentabilidade económica e social do País, o Governo

assume a defesa da floresta contra incêndios como prioridade, estruturando, de forma objetiva, uma intervenção concertada de curto e médio prazos, numa lógica de otimização do valor do património coletivo e da minimização das perdas sociais (RCM n.º 65/2006, de 26 de maio³¹). No concelho de Mora predominam as áreas de “Baixa” (52,2%) e “Muito baixa” (23,8%) perigosidade, consistindo, *grossa modo*, nos fundos de vale aplanados e áreas de baixa altitude, apresentando uma ocupação de solo composta essencialmente por áreas agrícolas heterogêneas, culturas permanentes e temporárias. A classe de perigosidade “Muito baixa” verifica-se maioritariamente na parte central do concelho, numa faixa longitudinal de orientação, *grossa modo*, este-oeste. Regista-se, contudo uma área superior, enquadrada nesta classe, no quadrante este de Mora, em comparação com o quadrante oposto.

A degradação das **fontes de água subterrânea** constitui uma ameaça à sustentabilidade, mas também à saúde pública, já que para muitas pessoas estas constituem as únicas fontes de água a que têm acesso. São bens comuns que devem ser utilizados com cuidado e contenção. Contudo, a utilização de fontes de água superficiais pode ajudar a reduzir os problemas de exploração e contaminação das águas subterrâneas.

No que respeita à avaliação da vulnerabilidade de aquíferos a contaminação, a classe mais representativa no território corresponde a terrenos de vulnerabilidade “Moderada a baixa”, que abrangem uma área aproximada de 212 km² (*ca.* 48% do total do concelho). A segunda classe de vulnerabilidade mais representativa no território (*ca.* 39%) assume valores de *IS* entre 40-50, o que corresponde à classe de vulnerabilidade “Baixa” e corresponde a terrenos Miocénicos, nomeadamente, a Formação de Vale do Guizo, e as formações graníticas (*vd.* Cap. IV.2). Estes materiais fazem-se notar principalmente no setor oriental do concelho, isto é, a este do eixo Cabeção-Brotas. Estende-se ainda até ao limite NO do concelho numa faixa de terreno de orientação SE-NE, *grossa modo*, ao longo do Rio Raia. A classe de vulnerabilidade

³¹ Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

“Moderada a alta” representa *ca.* 6% da totalidade do território, limitando-se aos fundos dos vales, principalmente os de hierarquia superior, onde se verificam os terrenos formados por materiais aluvionares, terraços, areias e cascalheiras. A área ocupada por terrenos de vulnerabilidade “Extremamente baixa” é bastante insipiente, representando menos de 1% do total do concelho. Tem como manchas mais significativas as áreas envolventes às ribeiras do Pinho, Landeira e Almadafe.

Focando a análise nos **riscos tecnológicos** na área do concelho de Mora, resumem-se a atividades industriais ou a áreas urbanas e a acidentes rodoviários. No primeiro caso, é possível a ocorrência de acidentes em parques industriais, acidentes em estabelecimentos SEVESO e acidentes em instalações de combustíveis, enquanto nas áreas urbanas poderá haver incêndios urbanos e colapso de estruturas.

Dentro desta tipologia de riscos, existem atualmente estabelecimentos industriais que lidam com substâncias consideradas perigosas, suscitando a necessidade de implementar mecanismos de prevenção de acidentes, de modo a minimizar os seus efeitos e a limitar os danos no homem, no ambiente e nos bens. As instalações presentes no parque Industrial de Mora, o estabelecimento da CONESA Portugal SA, a norte do parque industrial e as Unidades Autónomas de Gás, bem como todas as instalações de combustíveis do concelho de Mora, constituem elementos de risco elevado, quer para os trabalhadores e clientes que os frequentam, como para as populações que trabalham e/ou vivem nas imediações das mesmas. Por este motivo, foram estabelecidas medidas que devem ser seguidas pela CM de Mora, pelas empresas que gerem os elementos perigosos e pela população, de forma a mitigar os riscos associados a este tipo de atividade.

Dentro dos aglomerados urbanos é importante considerar os riscos associados à concentração de população em edifícios/espços comunitários (igrejas, mercados, casas de espetáculo, hospitais, lares, recintos ao ar livre, entre outros), decorrentes da possibilidade de

colapso de estruturas e/ ou ocorrência de incêndios. No concelho de Mora, as áreas de maior perigo e de maior risco para a ocorrência de incêndios urbanos e/ou colapsos de edifícios correspondem, essencialmente, ao centro histórico da sede de concelho e às outras zonas urbanas. Os restantes lugares, apesar de terem dimensões mais reduzidas que Mora, apresentam bastantes edifícios com construção antiga (em adobe e pedra), traduzindo-se em importantes focos de ignição, com especial destaque para as sedes de freguesia de Pavia e Cabeção. De forma a atenuar as consequências e evitar a possibilidade de ocorrência destes eventos, tal como no caso dos riscos industriais, foram definidas medidas de prevenção e proteção.

A incidência de **acidentes rodoviários** está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições meteorológicas e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam, pelo que são considerados riscos tecnológicos pelas consequências que acarretam. A presente análise dos acidentes ocorridos no concelho de Mora teve por base os relatórios anuais do Observatório de Segurança Rodoviária da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) para o Distrito de Évora, onde são perscrutados todos os acidentes com feridos graves e/ou mortos ocorridos entre o período de 2007 a 2016. Durante o período considerado ocorreram 147 acidentes com vítimas no concelho de Mora, correspondentes a cerca de 3% do total do distrito de Évora (4855), registando-se, à semelhança da região onde se insere, uma tendência geral de decréscimo deste tipo de ocorrências, tendo-se passado de 20 para 14 acidentes com vítimas, entre 2007 e 2016, correspondente a uma redução de 30%, enquanto no distrito a diminuição foi de 24%. No entanto, esta evolução não foi homogênea, pois a um decréscimo significativo entre 2007 e 2010 (de 20 para 8) seguiu-se um recrudescimento assinalável em 2012 (21), quando se atinge o pico do número de acidentes com vítimas no concelho, seguindo-se uma nova descida que se manteve até 2015.

Critério Ruído

Um dos muitos problemas relacionados com o equilíbrio sustentável do ambiente prende-se com o ruído ambiente, um dos fatores ambientais que mais descontentamento gera entre a população.

Considerando a informação proveniente dos Mapas de Ruído, constata-se que o concelho de Mora não apresenta, *grosso modo*, níveis de ruído elevados, sendo que as situações mais controversas se restringem, essencialmente, aos perímetros urbanos da sede de concelho e respetivas sedes de freguesias, assim como às zonas contíguas a estradas nacionais e/ ou estradas regionais, essencialmente associadas ao tráfego rodoviário (EN 251, EN 2, ER 2, ER 370 e EM 501, desde o Monte da Tramagueira, passando pelo Monte do Reguengo, Cabeção, até Monte da Chaminé), não existindo interferência do transporte ferroviário devido ao facto de a linha ter sido desativada há algum tempo.

As vias referidas apresentam níveis de poluição sonora elevados para o L_{den} , situando-se entre os 60 dB (A) e os 70 dB (A) ou superiores; quando medida a uma distância de, aproximadamente, 80 metros em relação ao eixo da via e em alguns troços específicos.

Ao nível local e apesar de não ter grande expressão, não deixa de ser importante referir que, na sede de concelho, se destacam a Avenida do Fluviário, a Rua Catarina Eufémia e a Rua de São Pedro enquanto eixos de acesso local ruidosos, atingindo níveis de L_{den} superiores a 70 dB (A). Por outro lado, as restantes artérias de acesso e de circulação no interior da vila apresentam valores entre os 60 dB e os 70 dB (A), sendo também consideráveis fontes de desconforto sonoro. Apesar das fontes de ruído corresponderem, sobretudo, às principais vias de tráfego rodoviárias é, de certa forma, importante referir que no concelho não existem instalações fabris, industriais ou de outro tipo com características ruidosas consideráveis, apesar de existir uma indústria de transformação de produtos agrícolas e uma zona industrial

ainda prematura e com equipamentos (e.g. oficina de automóveis; produção de enchidos; fabrico e comércio de dispositivos médicos; loja de decoração e bricolage).

Relativamente ao período noturno, indicador L_n , reporta-se, como é expectável, uma redução significativa da circulação automóvel em toda a rede viária do concelho, especialmente nas vias de menor importância, relacionadas com acessos locais. Por sua vez, os eixos estruturantes, como a EN 251, a EN 2, a ER 370 e/ou a ER 2, apresentam valores superiores a 50 dB (A) principalmente nas zonas próximas das localidades, influenciando negativamente o conforto sonoro. Do conjunto, o eixo que se destaca é, sem dúvida, o troço urbano da antiga EN 2, junto à vila de Mora, apresentando uma faixa de cerca de 30 metros com valores de L_n superiores a 60 dB (A), provocando incómodo noturno considerável.

Critério Alterações Climáticas

Tendo em conta os cenários de evolução climática no mundo realizados pelo IPCC, durante o século XXI, é expectável que as alterações climáticas continuem a verificar-se, bem como as principais tendências refletidas pelos seguintes pontos:

- a. a temperatura média da superfície terrestre continue a aumentar;
- b. as ondas de calor ocorram de forma mais frequente e prolongada;
- c. os episódios de precipitação nas latitudes médias e regiões de clima subtropical seco sofrerão uma redução;
- d. a precipitação nas altas latitudes e regiões equatoriais oceânicas aumentará;
- e. os eventos de precipitação extrema sejam mais intensos e frequentes em muitas regiões;
- f. os oceanos continuarão a aquecer e acidificar, enquanto o seu nível médio sobe.

No entanto, tendo em conta a região mediterrânica onde Portugal se encontra, as principais consequências das alterações climáticas estão associadas aos seguintes aspetos:

- a. aumentos de temperatura superiores aos aumentos médios no resto da Europa;

- b. descida da precipitação anual;
- c. descida no caudal médio dos rios;
- d. subida do risco de perda de biodiversidade;
- e. subida do potencial de desertificação;
- f. subida da necessidade de recursos hídricos para a agricultura;
- g. descida do número e tamanho de campos agrícolas;
- h. subida do risco de incêndios florestais;
- i. subida de taxas de mortalidade devido a ondas de calor;
- j. expansão dos *habitats* para sul;
- k. decréscimo do potencial hidroelétrico;
- l. descida do turismo de verão e potencial subida turística noutras alturas do ano.

Será de notar que as projeções elaboradas no âmbito do projeto SIAM-II apontam para que em Portugal Continental venham a verificar-se aumentos substanciais de temperatura e alterações significativas da precipitação até ao fim do século XXI (SANTOS e MIRANDA, 2006). É, exemplo disso, o significativo aumento do número de "dias de verão"/ano, comparativamente com a normal climática de 1961-1990 que registou entre 100-140 dias/ano a sul do Tejo e menos de 10 dias/ano na Serra da Estrela. Com efeito, os três cenários analisados no estudo do IPCC, de forma geral, apresentam valores superiores a 140 dias/ano em quase todo o território e superior a 180 dias no sul de Portugal Continental (SANTOS e MIRANDA, 2006).

No que concerne à precipitação em Portugal Continental, atendendo às projeções elaboradas ao abrigo do projeto SIAM-II, SANTOS e MIRANDA (2006), conclui-se que os cenários climáticos obtidos indicam uma diminuição generalizada da precipitação no fim do séc. XXI. Estes cenários apresentam variações superiores a -30% no sul do país, com o Baixo Alentejo interior e grande parte do Algarve a perder entre 40% e 50% dos níveis atuais de precipitação, e variando entre -10 e -30% no norte e centro do país. Noutro cenário, a diminuição da

precipitação anual é mais uniforme, com as anomalias a variarem entre pouco menos de -10% e -30%, encontrando-se as maiores perdas no sul de Portugal Continental. Já no cenário com menor impacto, a precipitação decresce praticamente em todo o país em relação ao período de referência, exceto junto às zonas litorais do Minho, Lisboa e Setúbal e no interior transmontano, onde aumenta até 10%. Os maiores decréscimos da precipitação anual, neste cenário, localizam-se no Alentejo, onde a projeção aponta para reduções no intervalo de -10 a -20%.

Analisando as projeções das alterações climáticas à escala local para o concelho de Mora, é expectável que:

- a. se registe um aumento do número de dias com temperaturas máximas superiores a 25°C, passando do cenário atual que regista entre 120 e 140 dias/ano, para um cenário de mais de 180 a 220 dias/ano;
- b. se verifiquem, no melhor dos cenários, entre 60 e 80 dias/ano com temperaturas superiores a 35°C, quando atualmente ocorrem entre 10 e 20 dias/ano;
- c. a precipitação anual apresente uma redução que poderá atingir 40% até 2100, comparativamente com os valores atuais, cifrando-se a precipitação média anual em torno dos 600 mm.

Considerando que a adaptação nasce localmente, em cidades, regiões e países, entenda-se em comunidades preocupadas com a avaliação dos possíveis impactos da transformação do clima nos seus territórios, e que, por isso, implementam medidas de adaptação à sua escala com vista à obtenção de resultados a escalas mais amplas, são, portanto, medidas que resultam de uma dinâmica *bottom-up* (COSTA, 2013).

FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL

Critério Modernização da Administração Pública

A modernização da administração pública deve conduzir ao ajusto dos recursos financeiros disponíveis e uma melhor qualidade do serviço a prestar aos cidadãos, às empresas e às comunidades, por via da descentralização, desconcentração, fusão ou extinção de serviços.

Uma administração sobredimensionada não é apenas cara. Gera também burocracia e dificuldade no diálogo com os cidadãos, com as empresas e com as comunidades. De igual modo, tem tendência a criar uma procura constante de mais recursos.

A reestruturação da administração pública é, pois, um aspeto essencial no desenvolvimento de um território, sendo necessário fomentar a racionalização das suas estruturas centrais e promover a descentralização de funções, a desconcentração coordenada e a modernização e automatização de processos, permitindo a promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência pela simplificação, racionalização e automatização que permitam a diminuição do número de serviços e de recursos a eles afetos.

Os equipamentos administrativos assumem um papel claro enquanto elemento estruturante na descentralização dos serviços e enquanto elo de ligação entre a população e a administração local. Porém, regista-se o elevado número de equipamentos administrativos na sede de concelho, face às restantes freguesias.

No entanto, a ligação dos cidadãos à administração local pode e deve ser proporcionada através de formas alternativas de comunicação, como sejam as decorrentes das tecnologias de informação e comunicação. Neste sentido, a Câmara Municipal de Mora disponibiliza a todos os cidadãos um *website*, com a informação considerada relevante para a população –

características, informação útil para visitantes, investidores e eventos culturais e notícias relevantes.

No contexto da modernização do sistema, é relevante a construção de um sistema de informação geográfica do concelho de Mora, que possa facilitar a consulta e a obtenção de informação geográfica, que muitas vezes poderá servir para o aumento da transparência e velocidade dos processos administrativos e como ferramenta ao processo de tomada de decisão. Assim, esta ferramenta poderá ser essencial para o apoio à população residente, como para a população que pretende visitar ou investir no concelho.

Critério Participação Pública

A participação pública poderá assumir diversas formas, adequadas à matéria e decisão em questão, desde audiências públicas até simples emissão de opiniões escritas. O direito à participação preconiza que todos os cidadãos bem como as associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

A revisão do PDM de Mora é profundamente ancorada na **participação de todos** através da aplicação de diversas técnicas e instrumentos (*focus groups, steering groups, brainstorm* ou *workshops, entrevistas* informais à **população, receção de sugestões por** carta e ofício ou por **e-mail**, trabalho de campo e consultas diretas aos eleitos), por forma a reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Apesar de terem sido identificadas diversas ações de participação pública desenvolvidas pela autarquia de Mora, não foi identificada nenhuma ação de orçamento participativo, atividade que tem sido frequente em muitos concelhos nacionais e que tem em vista a participação do público na decisão de parte dos recursos públicos do concelho.

Critério Qualificação Social

A qualificação social procura a valorização do potencial humano, a redução da pobreza, da exclusão e da marginalidade, procurando também alcançar o aumento dos níveis de cobertura e de eficácia dos equipamentos coletivos e serviços. Assim, visa o aumento da qualidade de vida da população e da saúde pública.

Esta encontra-se diretamente relacionada com o aumento da qualidade de vida da população, procurando aumentar as áreas verdes do concelho, assegurar um bom estado de conservação dos espaços públicos, reduzir a população exposta ao elevado ruído e promover a acessibilidade para todos.

Neste contexto, verifica-se que deve-se apostar numa constante melhoria das infraestruturas e equipamentos existentes, podendo estas ações ser enquadradas por operações de reabilitação urbana. A totalidade das ARU em Mora visa a reabilitação do edificado degradado, melhoria das condições de habitabilidade, desenvolvimento de ações que potenciem o turismo, promover a sustentabilidade dos espaços urbanos, melhoria das condições de acessibilidade, melhor desempenho energético, e assim promover a constante evolução da qualificação social.



XI.3. RESUMO NÃO TÉCNICO

XI.3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico** (RNT) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Mora (PDM Mora), da qual faz parte integrante, de acordo com o n.º 2 do artigo 187.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) e com a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (RJAAE)³². O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes no Relatório Ambiental (RA).

A revisão do PDM de Mora encontra-se sujeita a um processo de AAE de acordo com a legislação em vigor³³.

O RJAAE define como **responsável pela AAE** a entidade responsável pela elaboração do plano sujeito a avaliação, neste caso o Município de Mora. Essa responsabilidade estende-se à determinação do âmbito e alcance da AA, i.e., do que vai ser avaliado e com que detalhe, consulta de entidades e do público, preparação do Relatório Ambiental e respetivas consultas públicas e institucionais, e apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente, após aprovação do plano.

A AAE tem como **objetivo apoiar a decisão** relativamente ao processo de revisão do PDM Mora, identificando, descrevendo e avaliando os seus **efeitos ambientais**, de forma a determinar as **oportunidades e riscos** que representa para o **desenvolvimento sustentável**. Neste sentido, foram identificados um conjunto de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) que auxiliaram o estudo e análise dos temas que são mais importantes e relevantes para o Plano em termos de ambiente e sustentabilidade. A AAE avaliou as opções estratégicas e as

³² Alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio.

³³ Visando dar cumprimento ao estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio e ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT).

propostas de modelo territorial desenvolvidos no âmbito da revisão do PDM de Mora usando esses FCD.

Como resultado da avaliação, a AAE propôs **diretrizes** para apoiar a implementação do PDM de Mora, de modo a assegurar um bom desempenho ambiental da proposta de revisão do PDM de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos, reduzindo assim os potenciais efeitos adversos no ambiente.

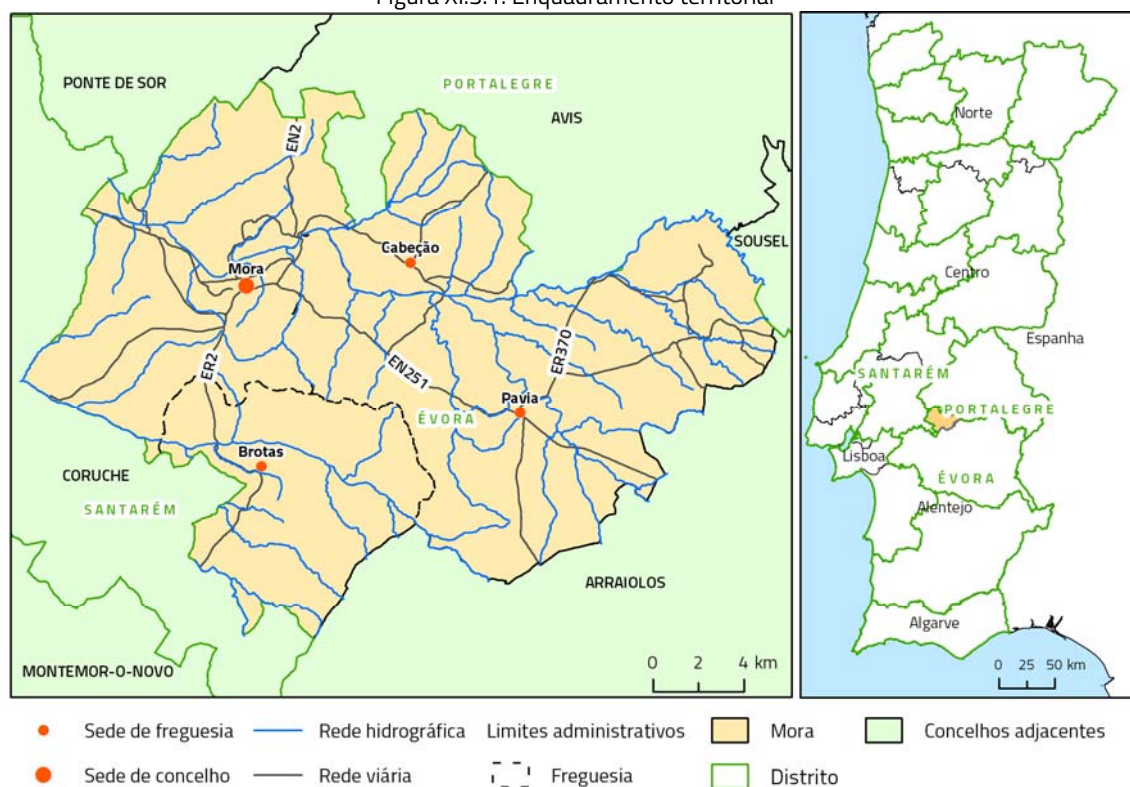
O RNT acompanha o relatório ambiental referente à AAE da proposta de revisão do PDM de Mora e tem como objetivo facilitar a divulgação pública da AAE durante o período de consulta pública, apresentando, em linguagem simples e resumida, o conteúdo da avaliação realizada, de forma a permitir que o público se familiarize com as principais oportunidades e riscos relacionados com a revisão do plano. Para informação mais detalhada e técnica sobre a AAE da revisão do PDM de Mora deverá ser consultado o Relatório Ambiental.

XI.3.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO: O QUE SE AVALIOU?

O PDM de Mora, elaborado pela respectiva Câmara Municipal e com uma vigência de oito anos, estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas territoriais de âmbito nacional e regional. O modelo territorial municipal tem por base a definição do regime de uso do solo, através da respectiva classificação e qualificação do solo, das quais resultam as respectivas regras de ocupação, uso e transformação.

Administrativamente integrado no distrito de Évora e na NUT II Alentejo e NUT III Alentejo Central, o concelho de Mora ocupa uma área total de 444 km² onde residiam, em 2011, 4978 pessoas (INE). Com o maior comprimento orientado no sentido E-O, compreende quatro freguesias, nomeadamente, Brotas, Cabeção, Mora (sede de concelho) e Pavia, sendo limitado a norte pelos municípios de Ponte de Sor e Avis (distrito de Portalegre), a este por Souzel (distrito de Portalegre), a sul por Coruche (distrito de Santarém) e Arraiolos (distrito de Évora) e a oeste também por Coruche. A sua localização geográfica determina uma posição de charneira entre o Alentejo e o Ribatejo, no limite de três distritos: Évora (onde se integra), Portalegre e Santarém (vd. Figura XI.3.1).

Figura XI.3.1. Enquadramento territorial



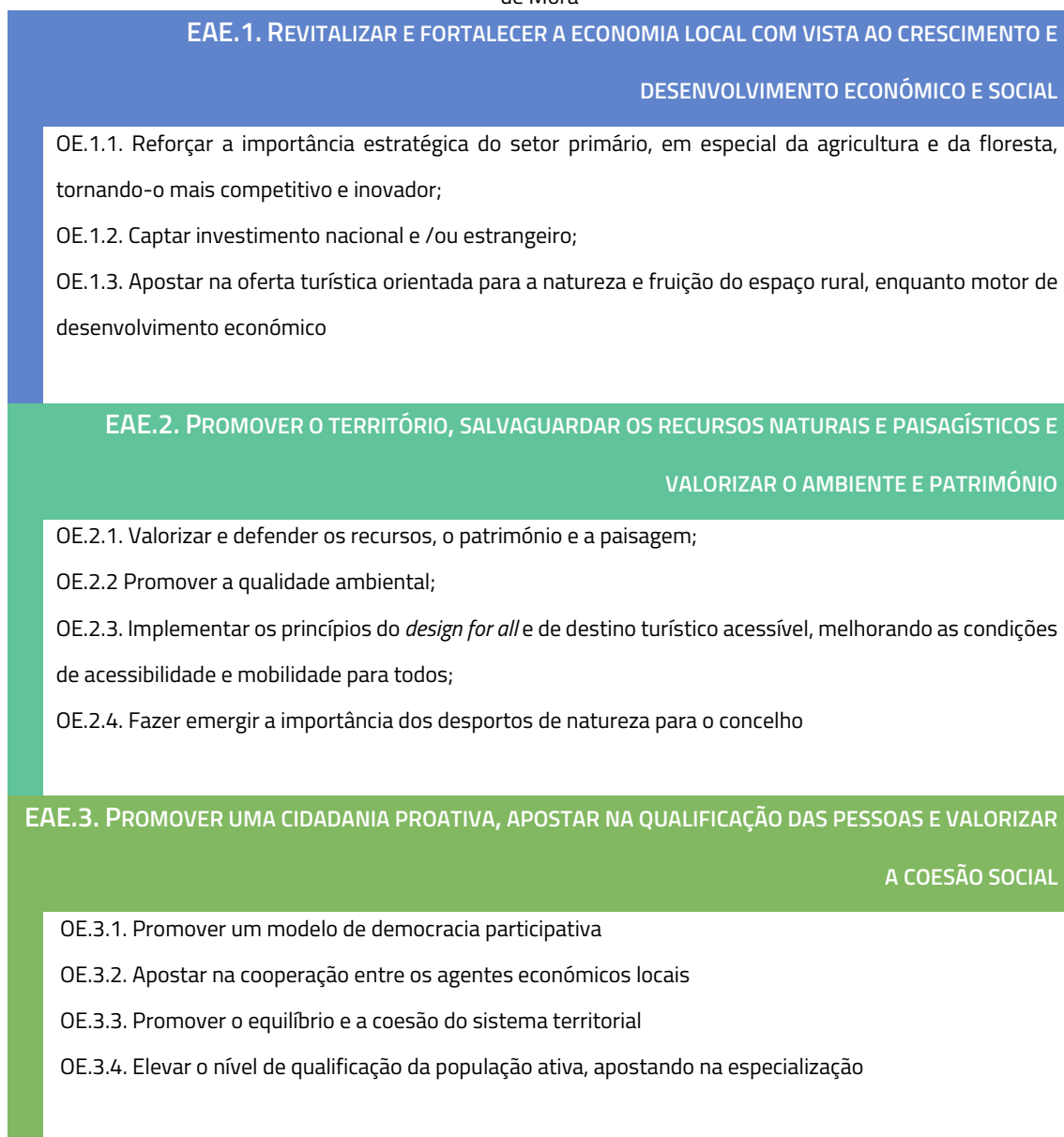
Fontes: Limites administrativos: CAOP, 2019 (DGT); Cartografia de base: CM Mora, 2017

A Visão para o concelho de Mora reconhece os elementos estruturantes do concelho, tanto no que respeita à sua componente territorial bem como, no sistema de valores referenciado. Desta complementaridade emana a formulação da Visão que se traduz de forma sintética, clara e expressiva, procurando conter os ingredientes estratégicos e simbólicos para alavancar uma mobilização alargada em nome do desenvolvimento e ordenamento do território concelhio.

O concelho de Mora é um território que promove a **qualidade ambiental** e a **qualidade de vida**, valorizando os **recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais**, num quadro de complementaridade das **atividades económicas tradicionais** com **novas e diversificadas oportunidades** na área do **conhecimento, inovação e oferta turística** donde resultam produtos de excelência e inovadores, para o qual contribui a sua **posição geoestratégica** no sistema urbano regional; constituindo deste modo um **território “modelo” e aprazível** para viver, trabalhar, estudar, visitar e investir.

O objeto de avaliação da presente AAE incide sobre os Eixos de Ação Estratégica e respetivos objetivos estratégicos da revisão do PDM, que consubstanciam os caminhos que se propõem para alcançar a visão desejada para o concelho e o modelo territorial que os concretiza, onde se inclui a regulamentação do mesmo (*vd.* Figura XI.3.2).

Figura XI.3.2. Eixos de ação estratégica e respetivos objetivos estratégicos para o desenvolvimento do concelho de Mora



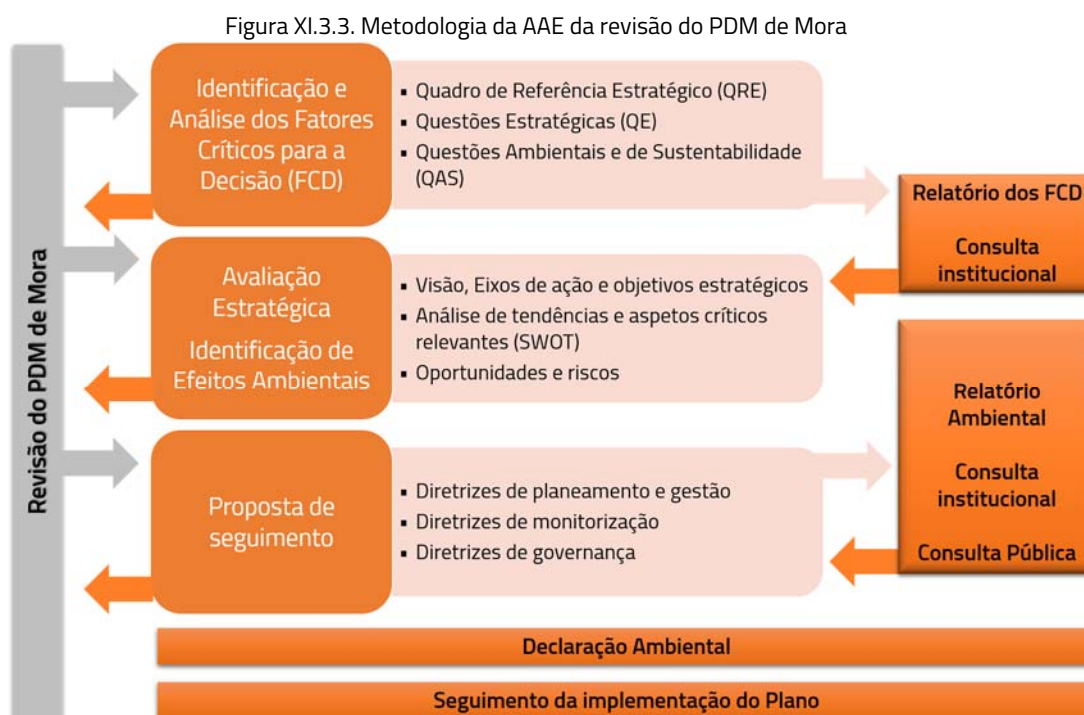
XI.3.3. OBJETIVO E METODOLOGIA: COMO SE AVALIOU?

O objetivo da AAE é avaliar, previamente, de que forma os eixos de ação e respetivos objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDM de Mora respondem aos problemas ambientais

e de sustentabilidade críticos do concelho, e quais os riscos e oportunidades que podem originar no futuro.

A metodologia para a AAE da revisão do PDM de Mora visa cumprir o disposto no RJAAE e contempla as orientações do Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica (PARTIDÁRIO, 2012), por forma a integrar considerações de sustentabilidade nas decisões de longo prazo na revisão do PDM e a validar estas recomendações através da consulta pública e institucional. Trata-se de uma abordagem focada em Fatores Críticos para a Decisão (FCD), temas estratégicos, prioritários e críticos que auxiliam a análise dos domínios mais importantes e relevantes para o PDM em termos de ambiente e sustentabilidade.

A AAE da revisão do PDM de Mora estrutura-se em quatro fases principais, sintetizadas na Figura XI.3.3.



A **primeira fase**, respeitante ao “contexto e focagem” consubstanciou-se na **elaboração dos Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (RFCD)**, ao encontro dos requisitos legais relativos ao âmbito e alcance da avaliação e pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental, através da **identificação dos FCD**, que são grupos temáticos relevantes, integrados e orientados para a sustentabilidade, refletindo as **macropolíticas relevantes** (Quadro de Referência Estratégico), as **questões estratégicas (QE)** e as **questões ambientais e de sustentabilidade (QAS)**.

O **Relatório Ambiental** integrou a **segunda fase** da AAE, que materializou a **avaliação estratégica de efeitos ambientais** e as **diretrizes para o seguimento** do Plano. Na primeira, analisaram-se as principais **tendências de evolução** de cada um dos critérios selecionados para os FCD, estruturando-se os principais pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades numa matriz SWOT, por forma a perceber a tendência de evolução de cada critério. Posteriormente, foram avaliados os **riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade** decorrentes da visão, eixos e objetivos estratégicos, bem como do modelo de desenvolvimento territorial e respetiva regulamentação. Nas **diretrizes para o seguimento**, por sua vez, foi identificado um conjunto de medidas e ações a desenvolver de forma a assegurar um bom desempenho ambiental da proposta de revisão do PDM de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos, reduzindo assim os potenciais efeitos adversos no ambiente, estruturadas em **diretrizes de planeamento e gestão**, de **monitorização** e de **governança**.

A **terceira fase** da AAE corresponde à emissão da **Declaração Ambiental (DA)**, após a aprovação do PDM. A DA é um documento público onde se sintetizam as informações mais relevantes do processo de AAE, a forma como foram incorporadas no plano, as recomendações da avaliação, as medidas de monitorização a implementar, e os contributos das consultas institucional e pública. Findo este processo e emitida a DA, inicia-se, por parte

da CMM, a fase de seguimento, que corresponde à avaliação e controlo da implementação do Plano.

De salientar que a AAE da revisão do PDM de Mora decorreu em simultâneo com a elaboração do Plano, tendo influenciado, desde o primeiro momento, o processo de tomada de decisão, designadamente no respeitante às opções estratégicas e modelo de desenvolvimento territorial considerados, que se pautaram por constantes preocupações ao nível da sustentabilidade ambiental.

XI.3.4. QUAIS SÃO OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO?

Os FCD adotados foram considerados decisivos para o desenvolvimento da análise e no processo de decisão estratégica. Constituem os temas estruturantes, ou seja, as áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente da AAE. Para cada FCD foram definidos objetivos, critérios de avaliação e objetivos ambientais e de sustentabilidade, como se apresenta no Quadro XI.3.1.

Quadro XI.3.1. FCD e respetivos objetivos, critérios de avaliação e objetivos ambientais e de sustentabilidade

FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	
Objetivo: Pretende-se avaliar em que medida as propostas de revisão do PDM contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente através do reforço do papel estratégico da agricultura e da floresta, do incremento da competitividade das atividades de transformação do setor primário, da captação de investimentos e da criação de uma oferta turística diversificada e de qualidade, que crie emprego e condições para atrair residentes e investimento, aumentando a qualidade de vida das populações.	
Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE
Dinâmica Económica	<ol style="list-style-type: none">1. Reforço da base económica2. Fixação de empresas ambientalmente sustentáveis3. Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território4. Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade

	5. Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas
Emprego/ Emprego Qualificado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a criação de emprego qualificado 2. Criar condições para fomentar o desenvolvimento do associativismo e empreendedorismo 3. Certificação de práticas e produtos
Fixação de população e melhoria da qualidade de vida	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a fixação de população em idade ativa no concelho 2. Promover o acesso a habitação condigna de pessoas com baixos recursos económicos

FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Objetivo: Pretende-se avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no PDM contribui para o fomento da coesão, do equilíbrio e da qualificação do sistema territorial, para reabilitar e regenerar os espaços urbanos, para a recuperação e promoção dos valores naturais e culturais do território, bem como para a valorização dos produtos, recursos e paisagens. Pretende-se ainda aferir os efeitos sobre a re-centralização da posição e função do concelho no contexto.

Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE
Equilíbrio do Sistema Territorial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento do povoamento linear 2. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios 3. Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer para áreas degradadas e/ou subaproveitadas
Qualificação do sistema urbano	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a reabilitação ou requalificação dos edifícios 2. Qualificar o espaço urbano público 3. Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, esgotos, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência 4. Garantir uma oferta de equipamentos coletivos superiores e equilibrada no território, numa lógica de complementaridade 5. Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes 6. Promover os modos de mobilidade suave 7. Reordenar o tráfego no interior dos aglomerados, reduzindo o seu volume 8. Promover a utilização do transporte público para deslocações pendulares 9. Tornar o concelho acessível para todos, na lógica do design for all, com enfoque nos espaços urbanos e turísticos (públicos e privados) 10. Promover a generalização do acesso às TIC como veículo de comunicação 11. Potenciar uma administração acessível
Promoção do território	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar uma imagem de marca forte, ancorada na valorização do património natural e construído, na paisagem e na acessibilidade para todos 2. Criação/recriação de produtos, incluindo os turísticos 3. Aumentar a procura turística nacional e internacional

FCD3. PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Objetivo: Pretende-se avaliar em que medida as propostas definidas no PDM promovem a valorização do património cultural e o património natural do concelho, a estruturação e a infraestruturação de espaços vocacionados para atratividades turísticas, a definição de espaços atrativos, que permitem a sua utilização para

práticas de lazer, incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do patrimônio natural e paisagístico e a promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes.

Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE
Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para atividades turísticas, incentivando a prática do turismo sustentável 2. Promover a criação de empreendimentos de acolhimento aos visitantes e reforço dos existentes
Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a valorização do património histórico e cultural 2. Conservar e valorizar o património cultural e edificado do concelho 3. Conservar e valorizar o património natural do concelho

FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

Objetivo: Pretende-se avaliar a adequação das propostas do PDM aos objetivos de manutenção da biodiversidade, redução de perdas irreversíveis em áreas classificadas, sítios geológicos e sobre espécies protegidas, valorização e conservação do património natural e paisagístico, favorecimento do contínuo natural de suporte à biodiversidade, garantia da proteção e conservação dos recursos hídricos, promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta, aumentando a resiliência do território aos incêndios florestais, fomento das oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais florestadas e manutenção de práticas adequadas de utilização e conservação do solo, diminuição dos efeitos de ocorrências de cheias, prevenção da ocorrência de derrames para o solo e para os recursos hídricos e minimização da exposição da população a acidentes industriais.

Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE
Qualidade dos Recursos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proteger, melhorar e recuperar o estado químico, físico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas, de modo a alcançar o seu "Bom estado" 2. Promover a valorização e requalificação das massas de água de superfície, respetivos leitos e margens, e dos ecossistemas aquáticos e fluviais associados, impedindo e/ou invertendo qualquer tendência para a sua alteração, degradação e artificialização 3. Garantir as condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água 4. Identificação das fontes de poluição tópica e difusa das massas de água superficiais no concelho 5. Garantir a conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados aos recursos hídricos, com especial destaque para as áreas de interesse ecológico 6. Garantir e promover a continuidade e conectividade dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados aos recursos hídricos e a salvaguarda das características naturais destes, bem como a sua fruição pública 7. Assegurar a conservação do recurso solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogénéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial, e a redução da perda de solo com colmatagem dos solos a jusante e assoreamento das massas de água 8. Promover o aumento do volume de águas pluviais infiltradas, favorecendo-se a integração no seio das áreas impermeáveis, ou em torno destas, de áreas permeáveis, como zonas verdes, ou áreas semipermeáveis

9. Manter e/ou promover a eficácia dos sistemas de drenagem das águas pluviais, (eliminando p.e. sistemas unitários e substituindo-os por sistemas separativos, entre outros)
10. Fomentar condições adequadas de escoamento superficial ao longo das superfícies impermeabilizadas, nomeadamente através do estabelecimento de linhas de drenagem superficial
11. Inverter a tendência para o incremento da contaminação das massas de água resultantes de escorrências de áreas com eventuais contaminantes, designadamente através da promoção da retenção e tratamento previamente a sua descarga nos meios recetores (exemplo: decantação e remoção de óleos), por forma a prevenir a poluição veiculada pelos caudais pluviais
12. Reduzir o desperdício de água e apostar na sua eficiente utilização
13. Promover a reutilização de água
14. Garantir reservas estratégicas de solo e água (em quantidade e qualidade) para o futuro
15. Restringir ao máximo a impermeabilização dos solos
16. Identificação e eliminação/recuperação de solos potencialmente contaminados
17. Identificação e recuperação de áreas degradadas (e.g. pedreiras)
18. Cumprimento dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar
19. Incremento da utilização de energias renováveis
20. Assegurar e promover um modelo de gestão territorial que assuma o princípio da melhoria do estado químico e quantitativo das águas subterrâneas, bem como a sua proteção, recuperação e valorização, de forma a inverter qualquer tendência para a sua degradação, nomeadamente através do aproveitamento sustentável destes recursos
21. Garantir as condições naturais de infiltração e retenção hídricas, e assegurar a proteção de áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos
22. Garantir a disponibilidade hídrica subterrânea, de forma a acautelar a ocorrência de situações especiais, tais como escassez, seca e emergências, devendo ser delimitadas áreas de potencial hidrogeológico, com vista a promover zonas de reservas estratégicas
23. Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio
24. Acautelar a preservação e redução do risco de contaminação das massas de água, com vista a proteção e valorização dos aquíferos, devendo ser consideradas as áreas de elevada vulnerabilidade a poluição, e propostas medidas e/ou condicionalismos que promovam a respetiva salvaguarda
25. Promover a eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento das águas residuais
26. Prevenir situações de poluição e inverter quaisquer tendências para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacte da atividade humana
27. Assegurar a redução e/ou eliminação de disfunções ambientais graves, nomeadamente pela presença de substâncias consideradas perigosas pela sua persistência, toxicidade ou bioacumulação, quer nas descargas de águas residuais, quer nos meios hídricos (com implicações na saúde pública, que afetam as condições de vida de espécies ou ecossistemas relevantes, que contribuem para a degradação de zonas especialmente sensíveis ou que prejudicam

	<p>importantes utilizações da água), com vista a proteção das águas superficiais e subterrâneas contra a poluição causada por substâncias perigosas</p> <p>28. Acautelar os objetivos de qualidade fixados para as zonas protegidas definidas ao abrigo da Lei da Água</p> <p>29. Diminuir a produção de resíduos urbanos</p> <p>30. Aumentar a reciclagem de resíduos urbanos</p>
Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	<p>1. Preservar e valorizar os locais classificados ou com interesse de conservação e respetivos habitats, valores naturais e paisagísticos</p> <p>2. Promover a funcionalidade da RN e a conectividade ecológica dos locais classificados ou com interesse de conservação</p> <p>3. Promover a criação integrada de recursos turísticos baseados no património natural e na paisagem</p>
Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos	<p>1. Minimizar o grau de vulnerabilidade da população aos riscos naturais, mistos e tecnológicos a que está sujeita</p> <p>2. Proteger as populações dos fenómenos perigosos</p> <p>3. Sensibilização para os fenómenos perigosos</p> <p>4. Prevenir situações de risco de cheias e inundações, devendo ser avaliada a probabilidade do risco de ocorrência destes fenómenos e dos respetivos riscos para pessoas e bens, tendo presente a tendência para o seu aumento, face aos efeitos das alterações climáticas e as mas políticas de ordenamento do uso do solo e de gestão dos recursos hídricos. Especial atenção deverá ser dada a gestão de áreas sujeitas a cheias e inundações em espaço urbano;</p> <p>5. Estabelecer objetivos para a realocação de atividades e demolição de estruturas que, estando situadas em áreas inundáveis ou leitos de cheia, apresentem riscos elevados para os utilizadores ou constituam um grave entrave ao escoamento das águas</p> <p>6. Promover o estado de conservação adequado e efetividade das estruturas de defesa e regularização de caudais, assim como das estruturas hidráulicas, devendo ser ponderada a necessidade de proceder a sua recuperação e/ou correção</p>
Ruído	<p>1. Diminuição da exposição da população ao ruído e cumprimento dos valores limite legais</p>
Alterações Climáticas	<p>1. Sensibilização para as alterações climáticas</p> <p>2. Redução dos GEE</p>
FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL	
<p>Objetivo: Pretende avaliar em que medida as propostas definidas no PDM contribuem para a criação de condições que promovam a aproximação da população da decisão e da definição de soluções para o desenvolvimento, que assegurem a saúde e a coesão social e que potenciem e valorizem as pessoas, essencialmente através da sua qualificação.</p>	
Critérios	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE
Modernização e Administração Pública	<p>1. Modernizar as entidades públicas, melhorando a eficiência e qualidade dos serviços públicos</p> <p>2. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação com a administração central e regional</p>
Participação Pública	<p>1. Promover o uso de novas tecnologias nos serviços públicos e pelos cidadãos</p> <p>2. Assegurar a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil para os assuntos locais</p> <p>3. Fomentar a cooperação entre os agentes do território</p>



Qualificação Social	<ol style="list-style-type: none">1. Qualificação da população2. Aumentar a área de espaços verdes de utilização coletiva e melhorar os existentes3. Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva4. Reduzir a população exposta a níveis elevados de ruído5. Promover a acessibilidade para todos
---------------------	--

XI.3.5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO MODELO TERRITORIAL POR FCD

No presente capítulo pretende-se dar cumprimento ao disposto nas alíneas b), c), e) e g), do n.º 1, do artigo 6.º do DL 232/2007, alterado pelo DL 58/2011, que enumeram os elementos que devem constar do Relatório Ambiental, nomeadamente:

1. as características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano;
2. os problemas ambientais pertinentes para o plano;
3. os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano;
4. um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação.

Neste sentido, a AAE da proposta de revisão do PDM de Mora contempla os aspetos mais importantes, por FCD, considerando os critérios e indicadores estabelecidos no Relatório dos FCD e estrutura-se em dois aspetos principais: **análise de tendências**, complementada com a matriz SWOT e **avaliação de riscos e oportunidades**.

XI.3.5.1. PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E ASPETOS CRÍTICOS RELEVANTES

As **tendências relevantes e aspetos críticos** observados no passado no concelho de Mora e que se pode assumir que se manterão no futuro se nada for feito são, por FCD:

FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

1. Tecido empresarial dominado pelos estabelecimentos da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" (29,1% do total), seguido do "comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos" (16,6%) e do "alojamento, restauração e similares" (11%);
2. O setor terciário é o setor que absorve maior percentagem de pessoal ao serviço (47,4%), seguido da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", com 25,5% e das "indústrias transformadoras", com 21,4% do total do concelho;
3. Fraca densidade de empresas – 1,10 empresas/Km²;
4. Predomínio das empresas individuais (73,85%);
5. Empresas têm em média 2,2 indivíduos, um valor baixo;
6. Elevada concentração do volume de negócios nas 4 maiores empresas (51,83%) – a maior da região e muito acima do Alentejo Central (12,57%);
7. Reduzida taxa de sobrevivência das empresas com menos de 2 anos (47,69% das empresas), sendo este valor o segundo mais baixo de todos os concelhos do Alentejo Central;
8. Zona Industrial de Mora com poucos lotes disponíveis para comercialização;
9. Entre 2010 e 2017, há a destacar os aumentos representativos dos estabelecimentos das atividades primárias e de algumas atividades do setor terciário, assim como aumentos do pessoal ao serviço nas atividades primárias, em determinadas atividades terciárias (designadamente em atividades com elevada intensidade de conhecimento como nas vertentes da "consultoria, científica, técnica e similares", "educação" e "saúde") e, na indústria transformadora, a manutenção de praticamente o mesmo volume de emprego;
10. Descida significativa do desemprego entre 2013 e 2019, que se encontra muito associado à sazonalidade das atividades primárias e dos setores a jusante;
11. Desemprego feminino é, em regra, superior ao masculino;

12. Acentuado processo de envelhecimento demográfico nos últimos 20 anos, consequência dos baixos valores para a natalidade, da saída de população jovem e do aumento dos valores para a esperança de vida;
13. Entre 1991 e 2011, a idade média da população residente em Mora aumentou de 42,43 para 50,37 anos, sendo, em 2011, a mais elevada do Alentejo Central;
14. Notório aumento do Índice de Envelhecimento (maior que na sub-região), tendo passado de 272,8 em 2001 para 325,8 em 2018.

FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

3. Povoamento do tipo concentrado;
4. Macrocefalia, patente na concentração de quase população na sede de concelho e na oferta de bens e serviços não presentes nos outros lugares;
5. Património edificado com algumas necessidades de intervenção;
6. Quatro áreas de reabilitação urbana delimitadas e aprovadas;
7. Plano de Ação e Regeneração Urbana do município de Mora;
8. Oferta pública de equipamentos permite responder às necessidades e anseios da população do concelho de Mora;
9. Rede viária do concelho com reduzidas densidades por superfície e por habitante, maioritariamente municipal e concentrada no setor norte do concelho;
10. 58% da rede viária que serve o concelho encontra-se em bom estado de conservação.
11. Necessidade de criação ou recriação de produtos característicos que possibilitem a identificação do concelho de Mora;
12. Subaproveitamento do potencial turístico do concelho;
13. Necessidade de instalação de atividades que possibilitem o desenvolvimento de produtos marcantes e genuínos do território.

FCD3. PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

1. Oferta turística do concelho incipiente e pouco diversificada;
2. Oferta turística prospetivada (um conjunto de apartamentos turísticos de 5* e um hotel rural de 4*, com 66 camas), será um contributo para o reforço e diversificação da oferta existente;
3. Reduzida importância da oferta de alojamento local (8 unidades), com fraca representatividade ao nível da sub-região (1,2%);
4. Distribuição equilibrada de empreendimentos turísticos pelo concelho;
5. Número de dormidas muito reduzido (apenas 0,6% do Alentejo Central, em 2018) e com crescimento negativo entre 2015 e 2018;
6. Taxa líquida de ocupação-cama, em 2018, muito baixos, inferiores aos do Alentejo Central;
7. Fraca capacidade para captar turistas estrangeiros (cerca de 88% das dormidas são de nacionais, contra 56,2% do Alentejo Central, em 2018);
2. Elevada qualidade e variedade no domínio do património cultural: sete bens classificados; um importante espólio de bens patrimoniais de interesse, com destaque para o património arqueológico (109 antas) e um relevante património imaterial;
3. Património natural relevante: Zona Especial de Conservação (ZEC) Cabeção, Mata Nacional de Cabeção, Açude do Gameiro, árvores de interesse público e a paisagem;
4. Significativo nível de preservação dos recursos históricos e culturais e de proteção e valorização ambiental;
5. Necessidade de apostar na estruturação de rotas, percursos e circuitos como forma de promover o touring cultural;
6. Necessidade de intervenção em alguns elementos do património cultural.

FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

10. Ribeira da Raia – massa de água fortemente modificada (HMWB);
11. Cerca de 76% das massas de água superficiais (rios) apresenta um razoável estado ecológico;
12. Apenas a Ribeira da Azenha foi classificada com medíocre estado ecológico;
13. As três massas de água subterrâneas apresentam um bom estado (quantitativo e qualitativo);
14. Grande parte do território apresenta solos com capacidade de uso muito baixa, cerca de 64%;
15. Fraca percentagem de solos com boa aptidão para a prática agrícola, apenas 12%;
16. Sem registo de situações críticas no que se refere à qualidade do ar;
17. Boa cobertura de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
18. Captações públicas de água subterrânea sem perímetros de proteção.
19. 11% do concelho de Mora é abrangido pela Zona Especial de Conservação (ZEC) do Cabeção (PTCON0029), integrado na Rede Natura 2000, que é também uma IBA (*Important Bird and Biodiversity Area*);
20. foram identificados 16 habitats para a ZEC Cabeção no concelho de Mora, sendo que dois deles são habitats prioritários: Charcos temporários mediterrânicos (3170*) e Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* (6220*);
21. A ZEC Cabeção alberga mais de 60% da espécie florística *Halimium verticillatum*, muito dependente da preservação do montado;
22. Os montados bem conservados suportam também “uma avifauna que inclui uma importantíssima comunidade de falconiformes, com riqueza específica e densidade de indivíduos” (ICN, 1996);
23. A Mata Nacional de Cabeção, arborizada numa superfície de 258 hectares, é considerada uma “mata modelo”, pois contém ecossistemas representativos da região. Embora domine o pinheiro-manso, o PGF tem como objetivo a reconversão gradual destes povoamentos para sobreiro;

24. No concelho registam-se três exemplares classificados como Árvores de Interesse Público, designadamente, dois sobreiros e uma aroeira;
25. A barragem do Gameiro, além de cumprir o seu propósito máximo de abastecimento à agricultura e de produção de energia, desempenha ainda no importante papel na promoção da biodiversidade e da paisagem;
26. Importância biológica e paisagística das galerias ripícolas das principais linhas de água;
27. Estrutura Ecológica Municipal de Mora integra os diversos valores naturais em presença, bem como as áreas mais sensíveis do ponto de vista da proteção de pessoas e bens face a fenómenos perigosos;
28. Tendência crescente e de intensificação do risco de ocorrência de seca, colocando em causa a manutenção e salubridade dos aquíferos, repercutindo-se os seus efeitos na agricultura, economia e saúde pública;
29. Tendência de aumento do número de ondas de calor e da respetiva duração, com consequências nas condições de saúde da população, na propagação de incêndios e impactes na produção agrícola;
30. Cerca de 8% do concelho apresenta perigosidade sísmica muito elevada, correspondendo essencialmente a aluviões
31. Vilas de Mora e Brotas, e o lugar de Foros de Mora são as áreas do concelho que apresentam o nível mais elevado de risco sísmico. Cabeção e Pavia apresentam risco moderado;
32. Apesar de existirem alguns locais com probabilidade de ocorrência de deslizamentos, não existem registos deste tipo de ocorrências;
33. A totalidade do troço da ribeira de Raia dentro do concelho de Mora, dois dos seus afluentes (ribeiras de Tera e de Almadafe) e a ribeira de Fanica apresentam perigosidade elevada a cheias e inundações;
34. Regularização de canais para fins agrícolas contribui para o incremento da perigosidade a cheias e inundações;

35. Cerca de 76% do concelho apresenta baixa ou muito baixa perigosidade de incêndio rural;
36. Cerca de 87% do território apresenta vulnerabilidade a contaminação de aquíferos baixa ou moderada a baixa;
37. As instalações presentes no parque Industrial de Mora, o estabelecimento da CONESA Portugal SA e as Unidades Autónomas de Gás, bem como todas as instalações de combustíveis do concelho de Mora, constituem elementos de risco elevado no que diz respeito à ocorrência de acidentes;
38. No concelho de Mora, as áreas de maior perigo e de maior risco para a ocorrência de incêndios urbanos e/ou colapsos de edifícios correspondem, essencialmente, ao centro histórico da sede de concelho e às outras zonas urbanas;
39. Os níveis de ruído mais elevados ocorrem nas sedes de concelho e freguesia e nas áreas contíguas a estradas nacionais e/ ou estradas regionais, essencialmente associadas ao tráfego rodoviário (EN 251, EN 2, ER 2, ER 370 e EM 501, desde o Monte da Tramagueira, passando pelo Monte do Reguengo, Cabeção, até Monte da Chaminé);
40. No concelho não existem instalações fabris, industriais ou de outro tipo com características ruidosas consideráveis.
41. aumento do número de dias com temperaturas máximas superiores a 25°C, passando do cenário atual que regista entre 120 e 140 dias/ano, para um cenário de mais de 180 a 220 dias/ano;
42. se verificarem, no melhor dos cenários, entre 60 e 80 dias/ano com temperaturas superiores a 35°C, quando atualmente ocorrem entre 10 e 20 dias/ano;
43. a precipitação anual apresente uma redução que poderá atingir 40% até 2100, comparativamente com os valores atuais, cifrando-se a precipitação média anual em torno dos 600 mm.

FCD5. Governança, Cidadania e Equidade Social

4. Elevado número de equipamentos administrativos na sede de concelho, face às restantes freguesias;
5. Página da CMM na internet disponibiliza a toda a população informação relevante;
6. Necessidade de implementação de um sistema de informação geográfica, para possa facilitar a consulta e a obtenção de informação geográfica, aumentar a transparência e velocidade dos processos administrativos e como ferramenta ao processo de tomada de decisão;
7. Revisão do PDM suportada por diversas formas de participação pública;
8. Inexistência de orçamento participativo;
9. Reduzida adesão dos cidadãos às ações de participação pública;
10. Elevada burocratização dos sistemas municipais;
11. Progresso nos níveis de escolaridade;
12. Desenvolvimento generalizado do conhecimento da população sobre as novas tecnologias;
13. Instrumentos de reabilitação urbana;
14. Envelhecimento demográfico;
15. Necessidade de criação de espaços verdes.

XI.3.5.2. PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS DECORRENTES DA REVISÃO DO PDM DE MORA

As **principais oportunidades** a longo prazo que podem resultar da revisão do PDM de Mora são, para cada FCD, as seguintes:

FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

1. reforço do papel estratégico da agricultura e da floresta, com ganhos de competitividade e inovação;
2. desenvolvimento de mão-de-obra qualificada e especializada;
3. captação e fixação de investimentos e incremento de emprego;
4. crescimento da importância do turismo na economia local (diversificação e qualificação da oferta turística);
5. promoção do concelho enquanto polo de atração do turismo de natureza e cultural;
6. aumento da importância do autocaravanismo;
7. afirmação do concelho como destino turístico acessível;
8. criação/recriação de produtos turísticos diversificados e qualificados;
9. incremento das energias renováveis (solar, eólica, biomassa);
10. fixação de população em idade ativa;
11. aumento dos níveis de escolaridade e qualificação profissional dos recursos humanos;
12. incremento das condições de vida da população;
13. criação de associações de empresários;
14. a complementaridade e compatibilidade de usos previstas nas diversas categorias e subcategorias de espaço da proposta de plano;
15. qualificação e regeneração do espaço urbano e a reabilitação e valorização do edificado;
16. promoção de um território inclusivo e a acessibilidade e mobilidade para todos;
17. minimização dos riscos e a promoção da resiliência do território às alterações climáticas;
18. promoção de uma economia verde e de um território saudável e seguro.

FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

1. classificação e qualificação do solo assente nos princípios do uso dominante e da economia de solo;

2. redução de áreas urbanas/urbanizáveis, contenção de perímetros e da edificação dispersa;
3. desenvolvimento urbano mais compacto e consolidado;
4. promoção do aproveitamento racional dos espaços intersticiais;
5. consolidação da rede urbana concelhia, por via do reforço do policentrismo;
6. reabilitação e regeneração urbanas de áreas com valor patrimonial;
7. qualificação do espaço urbano público;
8. qualificação das redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, esgotos, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência;
9. incremento da mobilidade suave e da utilização dos transportes públicos, com a redução do tráfego no interior dos aglomerados;
10. tornar o concelho acessível para todos, na lógica do *design for all*, com enfoque nos espaços urbanos e turísticos (públicos e privados);
11. criação de imagem de marca forte, ancorada na valorização do património natural e construído, na paisagem e na acessibilidade para todos

FCD3. PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

1. aposta no turismo como eixo de desenvolvimento e de promoção dos recursos e produtos locais;
2. qualificação da rede de infraestruturas de recreio e lazer;
3. diversificação e qualificação da oferta turística;
4. preservação e valorização do património cultural e natural;
5. qualificação dos recursos humanos.

FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

1. Aproveitamento dos recursos hídricos superficiais para atividades de lazer;

2. desenvolvimento tecnológico que permite criar condições de desenvolvimento agrícola mesmo em áreas de baixa produtividade dos solos;
3. realização de estudos que permitem aumentar o conhecimento sobre os principais valores naturais e consequentemente permitir a sua valorização e promoção;
4. criação de uma imagem forte que promova a paisagem, a biodiversidade e a natureza como elementos fulcrais de Mora;
5. a diversidade de elementos naturais como motor para o desenvolvimento do turismo;
6. presença de árvores de interesse público;
7. delimitação da Estrutura Ecológica Municipal;
8. estabelecimento de medidas que permitem o estudo dos riscos e a sua posterior mitigação ou redução;
9. processo de reabilitação urbana que conduz à diminuição da possibilidade de incêndios urbanos;
10. baixa probabilidade de ocorrência de movimentos de vertentes e cheias;
11. integração das normas respeitantes ao regime de uso do Plano de Ordenamento do Açude da Albufeira do Gameiro (POAAG) e das orientações de gestão do Plano Setorial da Rede Natura na Proposta de Plano, bem como o normativo associado à Estrutura Ecológica Municipal e às diversas categorias/subcategorias de espaço;
12. preservação e valorização dos locais classificados ou com interesse de conservação, e dos valores naturais e paisagísticos;
13. criação integrada de recursos turísticos baseados no património natural e na paisagem, dotados de maior valor acrescentado, por via da respetiva associação à qualidade ambiental do concelho;
14. redução da poluição atmosférica e sonora nas áreas urbanas;
15. sensibilização para as alterações climáticas;
16. valorização dos montados de sobro e azinho e da sua multifuncionalidade;
17. preservação das linhas de água e respetivas galerias ripícolas associadas;

18. redução da utilização de agroquímicos e melhor utilização dos recursos naturais nas práticas agrícolas.

FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL

1. modernização administrativa dos serviços autárquicos;
2. implementação de soluções de *websig*, facilitando a informação aos cidadãos e respetiva transparência, e promovendo a proximidade da autarquia com os mesmos;
3. promoção do concelho e venda dos produtos locais através do uso das tecnologias de informação e comunicação;
4. criação de associações de moradores e de comerciantes;
5. criação de orçamentos participativos;
6. incremento da participação pública;
7. modernização das atividades económicas e incremento da qualificação da população;
8. aumento de espaços verdes.

Os **principais riscos** a longo prazo que podem resultar da revisão do PDM de Mora são, para cada FCD, os seguintes:

FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

1. instabilidade económica global;
2. aumento das taxas de emigração em Portugal;
3. dificuldade em canalizar investimentos estrangeiros;
4. falta de incentivos fiscais e económicos para a formação de novas empresas;
5. falta de competitividade em relação a centros urbanos de maiores dimensões;
6. desequilíbrio no mercado português entre as competências que os trabalhadores oferecem e aquelas que são procuradas pelos empregadores;
7. procura de centros urbanos de maiores dimensões por parte da população jovem;

8. falta de trabalho estável e permanente;
9. saída da população em idade ativa.

FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

1. Incapacidade de atrair investimentos para aglomerados urbanos de menor hierarquia;
2. concorrência dos concelhos limítrofes no sentido de atraírem população e investimentos;
3. insuficiente eficácia dos transportes públicos;
4. falta de estratégia no domínio da acessibilidade e mobilidade para todos;
5. degradação urbana;
6. falta de diversificação da oferta turística;
7. falta eventos que possibilitem a promoção do território a nível nacional e internacional.

FCD3. PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

1. Redução do n.º de visitantes, muito dependentes da economia nacional;
2. a não diversificação dos produtos turísticos, atendendo aos diversos nichos de mercado, para os quais o território demonstra vocação;
3. degradação do património municipal.

FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

1. A atração de investimentos que poderão contribuir para a diminuição da qualidade dos recursos naturais;

2. diminuição da precipitação prevista pelos cenários de alterações climáticas do IPCC podem levar à diminuição das taxas de recarga dos aquíferos e a redução da respetiva qualidade;
3. inexistência de perímetros de proteção para as captações públicas de água subterrânea;
4. o aumento do turismo poderá levar à redução da qualidade dos recursos naturais;
5. alterações climáticas podem provocar a alteração das condições climáticas essenciais para a fauna e flora, promovendo a sua migração;
6. incumprimento do Código de Boas Práticas Agrícolas numa área de solos com baixa produtividade;
7. previsão de incremento de fenómenos provocados pelas alterações climáticas com potencial de gerar situações de risco;
8. aumento do tráfego leva ao aumento do ruído no concelho;
9. inexistência de um plano regional de adaptação às alterações climáticas;
10. agravamento dos fenómenos provocadas pelas alterações climáticas.

FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL

1. a falta de criação de mecanismos de aproximação da população ao município;
2. a falta de aproveitamento dos fundos destinados à modernização administrativa do concelho;
3. falta de interesse da população perante os problemas comunitários;
4. dificuldade de atrair população jovem.

XI.3.6. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO?

As diretrizes de seguimento apresentadas no âmbito da AAE visam identificar um conjunto de medidas e ações a desenvolver de forma a assegurar um bom desempenho ambiental da revisão do PDM de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos, reduzindo assim os potenciais efeitos adversos no ambiente.

A sua identificação foi realizada com base nos resultados da AAE e, em particular, com base na avaliação das oportunidades e dos riscos, definindo-se três categorias fundamentais:

1. **Diretrizes de planeamento e gestão:** correspondem a um conjunto de orientações identificadas como fundamentais que deverão ser integradas nas ações de planeamento subsequentes à aprovação da proposta de revisão do PDM, ou a serem asseguradas no âmbito do modelo de gestão previsto para o território concelhio;
2. **Diretrizes de monitorização:** correspondem a um conjunto de procedimentos a serem desenvolvidos no âmbito de um sistema de monitorização da implementação do PDM;
3. **Diretrizes de governança:** neste âmbito identificam-se as entidades que, face aos seus domínios de intervenção e às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, se considera que poderão vir a desempenhar um papel estratégico na implementação do PDM e que poderão contribuir para uma melhor governança no âmbito da sua implementação.

XI.3.6.1. DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As diretrizes apresentadas, por critério e por FCD, materializar-se-ão na fase de gestão e operacionalização do PDM. Visam assim influenciar as ações de planeamento e gestão, tentando prevenir e reduzir, e tanto quanto possível, eliminar efeitos adversos significativos no ambiente. Destas, **destacam-se as seguintes:**

FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Dinâmica Económica

1. Reforçar a política de incentivos à instalação de novas empresas no concelho, sobretudo as que correspondam a projetos sustentáveis, diferenciadores, inovadores e polarizadores multissetoriais, que acrescentem valor ao território, geradores de emprego qualificado e que contribuam para a diversificação da base económica local;
2. criar um plano de ação de marketing verde, que crie programas de melhoria ambiental, sensibilizando as empresas para comportamentos mais sustentáveis e que promova o concelho nessa perspetiva;
3. apoiar a instalação de projetos de investimento agrícola, que aproveitem as infraestruturas do perímetro de rega e a capacidade dos solos dessas áreas, e valorizem os produtos locais, preferencialmente comprometidos com o referencial de Boas Práticas Agrícolas;
4. promover o investimento no setor turístico associado à reabilitação e recuperação do património arquitetónico e histórico-cultural;
5. orientar as ações de requalificação e valorização, tendo como pano de fundo as acessibilidades para todos (princípios do *design for all*) e a qualificação ambiental:
 - a. dos espaços públicos,
 - b. equipamentos;

- c. serviços, sinalética (das acessibilidades no espaço urbano, à informação, serviços, equipamentos, rotas/percursos acessíveis, miradouros, etc.);
6. orientar os investimentos (privados e públicos) em torno da imagem de marca criada para o concelho, promovendo a sua divulgação.

Emprego/Emprego Qualificado

1. Adequar, dinamicamente, a formação profissional para jovens e adultos à estratégia de desenvolvimento do concelho, enfatizando as questões da sustentabilidade ambiental;
2. dinamizar um programa de formação básica empresarial orientado para atendimento, liderança, motivação, gestão do tempo, qualidade, empreendedorismo, inovação, práticas de marketing comercial, desempenho, e outros;
3. promover, em conjunto com os centros de emprego e outras entidades qualificadas para esse efeito, políticas de qualificação progressiva e de integração no trabalho da população ativa desempregada;
4. implementar um sistema de apoio/incentivos às empresas locais, fomentando a empregabilidade local;
5. criação de programas de certificação das práticas ambientais e empresariais.

Fixação de população e melhoria da qualidade de vida

1. Promover a fixação da população ativa no concelho e a diminuição das taxas de emigração (e.g. transporte escolar gratuito, reforço da rede pública de equipamentos de apoio à primeira infância, criação de condições para o alargamento do horário de permanência das crianças nos estabelecimentos escolares);
2. promover habitações com renda acessível, promovendo a fixação de população jovem;
3. apoiar a implementação de equipamentos de apoio à população mais vulnerável, ou seja, à população mais jovem e idosos.

FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO Território

Equilíbrio do Sistema Territorial

1. Criar corredores de ligação (eixos viários, pedonais, espaços verdes) que gerem contiguidades entre os principais aglomerados, na ótica do *design for all*;
2. orientar os investimentos para a colmatação dos espaços intersticiais, em detrimento da ocupação de áreas periféricas, promovendo a economia de solo;
3. promover a implementação de projetos de investimento em áreas que apresentem necessidades de requalificação ambiental e urbanística.

Qualificação do sistema urbano

1. Adotar medidas de discriminação positiva para a reabilitação do edificado nos espaços centrais;
2. implementar um programa de construção a custos controlados ou reabilitação de edifícios municipais degradados para habitação;
3. criar espaços verdes nos principais aglomerados, vocacionados para o recreio e lazer, associados à identidade local, diminuir o desenvolvimento da ilha de calor urbano e a criação de áreas de descanso para a população;
4. apoiar a construção de equipamentos destinados ao uso coletivo, de forma a aumentar as atividades existentes para a população;
5. promover o transporte público, diminuindo o número de veículos individuais no concelho (diminuir o do preço dos passes para a população estudante e idosa);
6. elaborar um plano de mobilidade e acessibilidade para todos.

Promoção do território

1. Criar uma imagem de marca forte, direcionada para a valorização do património natural e construído, da paisagem e da acessibilidade para todos;

2. elaborar de um plano de marketing territorial que permita alcançar a população nacional e internacional;
3. inovar, criando novos recursos turísticos locais, atrativos para turistas.

FCD3. PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Qualificar a rede de infraestruturas e equipamentos de cariz turístico

1. Construir infraestruturas de apoio ao desenvolvimento do turismo de natureza, monitorizando a sua evolução e respetivos impactes no ambiente;
2. apoiar o desenvolvimento da oferta turística em diversas tipologias;
3. beneficiar algumas vias de acesso rodoviário.

Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural

1. apoiar a reabilitação de todo o património natural ou cultural que se encontre degradado, permitindo a sua valorização;
2. elaborar estudos que permitam o aumento de conhecimento sobre o património existente e promover a divulgação dos mesmos junto da população residente e visitante;
3. estruturar uma estratégia de conservação dos elementos patrimoniais para que o desenvolvimento turístico não coloque em causa a sua preservação.

FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

Qualidade dos Recursos

1. Maior fiscalização no que respeita à verificação do cumprimento do Código das Boas Práticas Agrícolas, por forma a minimizar as situações de contaminação do solo e das massas de água (superficiais e subterrâneas);

2. promover a valorização e requalificação das massas de água de superfície, respetivos leitos e margens, e dos ecossistemas aquáticos e fluviais associados, impedindo e/ou invertendo qualquer tendência para a sua alteração, degradação e artificialização;
3. garantir e promover a continuidade e conectividade dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados aos recursos hídricos e a salvaguarda das características naturais destes, bem como a sua fruição pública;
4. identificar e controlar todas as possíveis fontes de poluição tóxica e difusa do concelho, para assegurar a resposta rápida e eficaz caso se verifique a contaminação de alguma área;
5. restringir ao máximo a impermeabilização do solo, promovendo a recarga dos aquíferos existentes na área, a respetiva proteção e a disponibilidade hídrica subterrânea;
6. prevenir situações de risco de cheias e inundações, devendo ser avaliada a probabilidade do risco de ocorrência destes fenómenos e dos respetivos riscos para pessoas e bens, tendo presente a tendência para o seu aumento, face aos efeitos das alterações climáticas e as mas políticas de ordenamento do uso do solo e de gestão dos recursos hídricos. Especial atenção devida ser dada a gestão de áreas sujeitas a cheias e inundações em espaço urbano;
7. promover a eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento das águas residuais;
8. promover ações de sensibilização que conduzam à diminuição dos desperdícios de água, e promovam a reutilização da mesma;
9. investir em energias renováveis devido ao elevado número de horas de sol ao nível anual, permitindo a mitigação das alterações climáticas, diminuição da poluição ambiental e promovendo a sustentabilidade energética;
10. apostar em programas de acessibilidade e em serviços de transporte público eficazes de forma a reduzir as taxas de motorização e consequentemente diminuir a contaminação atmosférica.

Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem

1. Elaborar estudos de forma a identificar todas as áreas que necessitam de ser conservadas e a respetiva valorização;
2. elaborar uma carta de património natural e de um plano para a sua proteção, valorização e divulgação;
3. promover ações de sensibilização da população local para a importância da preservação da paisagem e dos recursos locais, promovendo o caminho do desenvolvimento sustentável;
4. valorizar a Mata Nacional de Cabeção.

Riscos naturais, mistos e tecnológicos

1. Promover ações de sensibilização da população sobre os riscos naturais, mistos e tecnológicos de forma a minimizar as consequências e a responder de forma mais eficaz em caso de ocorrência de um evento deste género;
2. assegurar a limpeza das florestas e a gestão de combustíveis, assim como minimizar a edificação dispersa, de forma a reduzir a perigosidade de ocorrência de incêndios florestais;
3. promover a utilização de medidas de reforço estrutural antissísmico nas construções;
4. desenvolver campanhas de sensibilização dos produtores agrícolas para a redução da utilização de fertilizantes e pesticidas, como forma de reduzir a perigosidade de contaminação de águas subterrâneas;
5. fiscalizar as captações de água subterrâneas existentes e identificação e fecho das ilegais;
6. identificar os pontos com o maior número de acidentes rodoviários e implementar medidas de prevenção e de segurança rodoviárias.

Ruído

1. Privilegiar a localização das atividades mais ruidosas (eg. carpintarias, serralharias, oficinas de automóveis) fora das áreas residenciais;

2. promover medidas de minimização do ruído proveniente dos eixos principais (eg. criação de barreiras arbóreas);
3. criação de medidas de redução do ruído em espaço urbano devido ao tráfego automóvel (e.g. redução da velocidade).

Alterações Climáticas

1. Elaborar um Plano Municipal de Adaptação a Alterações Climáticas;
2. sensibilizar da população sobre os efeitos das alterações climáticas e das práticas que podem ser adotadas para que sejam mitigadas as suas consequências;
3. promover ações de sensibilização sobre a importância dos recursos hídricos de forma a reduzir os gastos de água, promover a reutilização da mesma e diminuir a possibilidade de contaminação;
4. promover a eficiência energética dos edifícios, estimulando a utilização de fontes de energia limpa por parte da administração pública e das empresas, de modo a reduzir os gastos energéticos e a pegada municipal de carbono.

FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL

Modernização da Administração Pública

1. Capacitar o Município com instrumentos facilitadores de procedimentos administrativos (e.g. licenciamentos zero) e que incrementem a transparência (e.g. sistema de informação geográfica);
2. Criação do Balcão Único Municipal;
3. Criação de um *websig*.

Participação Pública

1. Promover a utilização de novas tecnologias nos serviços públicos, permitindo uma maior participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento do concelho;
2. assegurar que a informação relevante chega à população que irá ser afetada pelas alterações de forma a permitir a sua participação na discussão dos planos e na tomada de decisões;
3. sensibilizar a população para a importância da participação pública de forma a evitar que o desenvolvimento do concelho seja guiado por processos que não são apoiados pela generalidade da população.

Qualificação Social

1. Investir na formação adequada da população desempregada, colmatando as diferenças entre a oferta de trabalho e a formação da população ativa;
2. apostar no aumento de espaços verdes de forma a prover uma maior qualidade de vida à população residente, aumentando a sociabilização, o contacto entre a população e uma maior pertença ao território;
3. assegurar o bom estado de conservação de todos os equipamentos de uso coletivo, de forma a criar um território com diversas atividades, com boa dinâmica económica e atrativo para a população;
4. promover a elaboração de um plano de mobilidade e acessibilidade para todos, permitindo a diminuição do número de veículos individuais e o aumento da eficácia dos transportes públicos e consequentemente a diminuição do ruído e da poluição atmosférica.

XI.3.6.2. DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

Os principais **indicadores de monitorização** propostos pela AAE são:

FCD1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

VAB concelho;

N.º de empresas criadas, por CAE e proporção destas fixadas em área destinadas à instalação de atividades económicas;

N.º de empresas, produtos e serviços com certificação ambiental;

Número e Tipologia dos Estabelecimentos Hoteleiros;

Taxa de crescimento do n.º de dormidas nacionais e internacionais;

N.º e capacidade dos parques de campismo e de caravanismo / áreas de serviço autocaravanismo;

Taxa de crescimento do emprego por setor de atividade e por nível de qualificação académica e profissional;

N.º de associações de empresários;

Taxa de crescimento efetivo da população, por grupos etários;

Nº de intervenções na melhoria dos equipamentos públicos;

N.º de lotes a custos controlados.

FCD2. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO Território

Taxa de crescimento da classe “urbano” no uso do solo;

Taxa de crescimento da população residente fora dos aglomerados urbanos;

Taxa de crescimento do n.º de licenças administrativas em solo rústico;

N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos;

N.º de edifícios requalificados ou reabilitados;

N.º de intervenções de qualificação do espaço urbano público;

Quilómetros de redes intervencionados ou construídos (por tipo de infraestrutura e de intervenção);

Níveis de ruído no interior dos aglomerados;

Taxa de crescimento das dormidas nacionais e internacionais;

N.º de ações do plano de marketing territorial desenvolvidas;

N.º de eventos de promoção turística do concelho.

FCD3. PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

N.º, tipologia e capacidade de unidades de alojamento;

Taxa de ocupação turística por tipologia;

Permanência média dos turistas (dias);

N.º de circuitos históricos e culturais;

Valor / N.º de intervenções de valorização paisagística/ambiental;

N.º de atividades de turismo de natureza.

FCD4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VALOR AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

Estado das massas de água superficiais e subterrâneas;

N.º de fontes de poluição identificadas, por tipologia;

N.º de ações de sensibilização para o uso eficiente da água;

Volume de água reciclada utilizado;

N.º de incumprimentos dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar;

Produção de energia a partir de fontes renováveis;

Alteração (%) do uso do solo na Rede Natura, por tipologia de sensibilidade ambiental dessas áreas;

Evolução do n.º de espécies da fauna e da flora na RN relativamente ao estado de conservação das mesmas;

Área e percentagem de habitats intervencionados;

N.º, percentagem e tipo de espécies e de populações da flora e fauna intervencionadas;

N.º de medidas implementadas por tipo e alvo de intervenção (e.g. fauna, flora, recuperação de habitats e espécies prioritárias, controlo de espécies invasoras, património, etc.);

Percentagem de alteração do uso do solo nas áreas da EEM dentro da RN;

Número de habitantes, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural, mistos e de risco tecnológico (por tipologia ou por classe de risco);

Número de medidas e ações desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos;

Percentagem de população a viver em zonas de conflito (ruído);

N.º de medidas de adaptação às alterações climáticas.

FCD5. GOVERNANÇA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL

Serviços online criados pelas entidades públicas;

Taxa de utilização dos serviços online;

Duração dos procedimentos administrativos e número de entidades envolvidas;

Participação pública online;

Participação em Fóruns de acompanhamento da execução do PDM/ sessões da Assembleia Municipal;

N.º de participantes em consultas públicas;

N.º de associações locais;

Nº de formações disponibilizadas/ano;

Nº de inscritos em formações;

Rácio de áreas verdes criadas por habitante (m²/hab.).

XI.3.6.3. DIRETRIZES DE GOVERNANÇA

ENTIDADES INTERVENIENTES

O envolvimento e colaboração das diversas entidades intervenientes na elaboração e implementação do PDM de Mora é essencial para o seu sucesso, destacando-se, como entidade fundamental na execução deste, o Município de Mora. No entanto, existem outras

entidades que, face às suas competências, desempenham igualmente um papel de relevo na concretização e operacionalização do PDM, tais como:

1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
2. Assembleia Municipal de Mora;
3. Autoridade Nacional de Proteção Civil;
4. Direção-Geral do Território;
5. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
6. Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. — ARH Alentejo, I. P.;
7. Direção-Geral de Energia e Geologia;
8. Turismo de Portugal, I. P.;
9. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
10. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
11. Infraestruturas de Portugal, S. A.;
12. Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.;
13. Direção Regional de Cultura do Alentejo;
14. IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
15. Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
16. Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS) — Centro Distrital de Évora;
17. REN — Redes Energéticas Nacionais;
18. EDP — Energias de Portugal;
19. ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações;
20. Autoridade Nacional da Aviação Civil;
21. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;
22. Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.;
23. Câmara Municipal de Arraiolos;
24. Câmara Municipal de Avis;
25. Câmara Municipal de Coruche;

26. Câmara Municipal de Ponte de Sor;

27. Câmara Municipal de Sousel.

A estas entidades deverão ainda **associar-se**:

1. a População, em geral;
2. as Associações Locais;
3. as ONG - Organizações Não Governamentais;
4. e as Entidades/Associações Empresariais.

A FUNÇÃO DO MUNICÍPIO DE MORA

1. Manter o diálogo institucional com as várias entidades competentes e com as várias escalas de planeamento supramunicipal;
2. manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas a nível municipal e assegurar o seu enquadramento nas orientações regionais e nacionais;
3. envidar esforços na atração de investimentos que assegurem a concretização da estratégia definida;
4. associar a marca Mora aos produtos locais e recursos turísticos de qualidade;
5. garantir que o Plano de Mobilidade e Acessibilidade promove o concelho como destino inclusivo;
6. assegurar e promover a articulação com os concelhos adjacentes para efeitos de estruturação e implementação da Estrutura Ecológica Municipal de forma a garantir a continuidade dos processos ecológicos à escala regional;
7. promover em parceria com as entidades competentes ações de vigilância e controle que permitam prevenir a ocorrência de riscos (naturais, mistos, tecnológicos e ruído);

8. assegurar em colaboração as entidades competentes, uma correta e eficaz infraestruturação do território concelhio e a dotação dos equipamentos de uso coletivo necessários;
9. implementação e adoção de políticas e medidas de discriminação positiva que criem incentivos para melhor eficiência energética e que promovam o uso de fontes renováveis de energia;
10. implementação e adoção de políticas e medidas que promovam uma redução das emissões de GEE, por fonte emissora;
11. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a detetar comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;
12. promover e apoiar os processos de participação pública;
13. promover ações de informação e de sensibilização das populações;
14. disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada sobre o território.

A FUNÇÃO DAS OUTRAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1. Definir políticas e macro estratégias de ambiente e desenvolvimento sustentável e assegurar a sua integração nas diversas políticas setoriais e a nível municipal;
2. manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável;
3. implementar as medidas e recomendações identificadas nos planos e documentos estratégicos e promover ações de monitorização;
4. desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
5. disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada;
6. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

A FUNÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

1. manter-se informada sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. promover a participação pública;
3. colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e minimização de impactes ambientais;
4. acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria ambiental;
5. desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
6. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

A FUNÇÃO DAS ENTIDADES/ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

1. Manterem-se informados sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente a câmara municipal;
3. adotar práticas diárias e modelos de responsabilidade no estabelecimento dos objetivos de produção e na gestão operacional que evitem a sobre-exploração dos recursos e a degradação dos recursos;
4. adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética.

A FUNÇÃO DA POPULAÇÃO/ ASSOCIAÇÕES LOCAIS

1. Manter-se informada sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente pela câmara municipal;

3. adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética;
4. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;
5. criar comissões de bairro.

XI.3.7. O QUE SE CONCLUI SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE DO PDM DE MORA?

A estratégia preconizada na revisão do PDM de Mora encontra-se ancorada em desígnios de sustentabilidade ambiental, social, económica e institucional, abrindo caminhos e oportunidades para alcançar a visão assumida em sede de estratégia de desenvolvimento.

A necessidade de potenciar o crescimento da economia e o seu desenvolvimento assume-se como um dos objetivos plasmados na estratégia de desenvolvimento do concelho através do reforço do setor agrícola e florestal no concelho, assim como do aumento, diversificação e qualificação da oferta turística. O setor do turismo serve aqui o propósito de diversificar a base económica do território, podendo desta forma captar e fixar população, contrariando a tendência de decréscimo da população residente. Contudo, para um sustentado desenvolvimento do setor turístico torna-se imperativo a aposta na qualificação territorial, dos recursos e ambiente.

Com efeito, promover o território, salvaguardar os recursos naturais e paisagísticos e valorizar o ambiente e património é outro dos objetivos estratégicos considerados na revisão do PDM, que através da recuperação e promoção do património (cultural e natural) e produtos

locais, da qualidade ambiental e da melhoria da mobilidade e acessibilidade, de acordo com o conceito *design for all*, perspectiva-se que funcione como fator propulsor do objetivo estratégico de crescimento económico e desenvolvimento e que, simultaneamente, seja impulsionado pelo mesmo. De forma complementar, o objetivo estratégico de promoção ambiental visa a minimização da vulnerabilidade do território aos riscos naturais, mistos e tecnológicos, que assumem especial importância num contexto de alterações climáticas.

Assim, e não obstante os riscos decorrentes do crescimento dos setores agrícola, florestal e agroindustrial e discutidos no capítulo próprio, não foram detetadas incompatibilidades entre a estratégia proposta e os objetivos gerais de ambiente e sustentabilidade, o que se pode justificar pelas preocupações ambientais manifestadas em sede de concretização da estratégia de desenvolvimento. Garantiu-se assim, desde logo, coerência com as estratégias regionais, nacionais, europeias e internacionais e, ainda pela estreita relação entre o desenvolvimento das orientações estratégicas do plano e o processo de avaliação, havendo permanente troca de impressões com o intuito de conferir elevados índices de sustentabilidade à estratégia preconizada.

Assim, considera-se que a elaboração do PDM configura um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico, ambiental e institucional, que incrementarão a qualidade de vida e a coesão social e territorial deste concelho.